

REVISTA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



#29.1

ISSN 2316-770X

| | | | | | | |
|-----------|----------------|-------|------|----------|----------|------|
| Rev. UFMG | Belo Horizonte | v. 29 | n. 1 | p. 1-211 | JAN/ABR. | 2022 |
|-----------|----------------|-------|------|----------|----------|------|

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais é uma publicação quadrimestral e tem o objetivo principal de abordar temáticas específicas, numa perspectiva interdisciplinar, podendo divulgar também resultados de pesquisas e de produções teóricas e artísticas diversas.

GESTÃO 2022-2026

Sandra Regina Goulart Almeida
REITORA

Alessandro Fernandes Moreira
VICE-REITOR

Rui Rothe-Neves
CHEFE DE GABINETE

Ivan José da Silva Lopes
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Claudia Andréa Mayorga Borges
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Bruno Otávio Soares Teixeira
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Fernando Marcos dos Reis
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Maurício Freire Garcia
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO

Isabela Almeida Pordeus
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Maria Márcia Magela Machado
PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Tarcísio Mauro Vago
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Estevam Barbosa de Las Casas
DIRETOR DO IEAT - UFMG

Revista da UFMG

EDITORA
Ana Maria Rabelo Gomes

EDITORES CONVIDADAS PARA ESTA EDIÇÃO
Daisy Moreira Cunha
Estevam Barbosa de Las Casas
Maria do Céu Diel de Oliveira

CURADORIA ARTÍSTICA
Maria do Céu Diel de Oliveira

EDITOR EXECUTIVO
Rogério Palhares Zschaber de Araújo

SECRETARIA EXECUTIVA
Tatiana Pereira Queiroz

PORTAL DE PERIÓDICOS UFMG
Bruno Oliveira
Carla Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA

R 454 Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. –
vol.15, 1965- – Belo Horizonte : UFMG, 1965- v. : il.
Quadrimestral, 2021-.
Anual de 1965-1969.
A partir do v. 27, n. 1, 2021, passa a ser quadrimestral.
A partir do v. 19, n. 1/2, 2012 passa a ser semestral.
Título anterior: Revista da Universidade de Minas Gerais, 1929-
1964.
ISSN 2316-770X.
Disponível em: <[https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-
daufmg/index](https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-daufmg/index)>.
Quadrimestral
Inclui bibliografia.
I. Ensino superior- Periódicos. I. Universidade Federal de Mi-
nas Gerais.

CDD: 378.405 CDU: 378

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação
Biblioteca Universitária da UFMG.
Bibliotecário Rafael Gonçalves Dias. CRB: MG-003277/O.

Conselho editorial

TRADUÇÃO

Agência Rivera de Consultoria em Comunicação

PROJETO GRÁFICO

Leo Ruas

PRODUÇÃO GRÁFICA

Warren Marilac, Editora da UFMG

DIAGRAMAÇÃO

Lucas Matoso, Estagiário do IEAT

REVISÃO

Português e Inglês: Agência Rivera de Consultoria em Comunicação

Francês: Josimar de J. Vitor do Nascimento

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG

Alfredo González-Ruibal •

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO, ESPANHA

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, BRASIL.

Edésio Fernandes •

UNIVERSITY COLLEGE LONDON, REINO UNIDO, BRASIL.

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira •

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Guilherme Ary Plonski •

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Joachim Michael •

UNIVERSIDADE DE BIELEFELD, ALEMANHA.

João Antônio de Paula •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

José Antônio Rocha Gontijo •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, BRASIL.

Leila Christina Dias •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UFSC - BRASIL

Luiz Bevilacqua •

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UFRJ - BRASIL.

Luiz Carlos Dias •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, BRASIL.

Luiz Oosterbeek •

INTERNATIONAL COUNCIL OF PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES, UNESCO.

Maria do Carmo de Freitas Veneroso •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, UFMG, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro •

INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS, BRASIL.

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, UFMG, BRASIL.

Roberto Vecchi •

UNIVERSIDADE DE BOLONHA, ITÁLIA.

Sérgio Schneider •

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, BRASIL

Comissão Editorial

Ana Maria Rabelo Gomes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Maria do Carmo de Freitas Veneroso •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro •

INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS, BRASIL.

Rogério Palhares Zschaber de Araújo •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Pareceristas dessa edição

Ana Maria Rabelo Gomes
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Allan Claudius
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Andréa Maris Guerra
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Cláudia Mayorga Borges
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Eliana Regina Dutra
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Francisco Antunes Lima
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Roberto Monte-Mór
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Thais Flores Diniz
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Vanessa Barros
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS -
UFMG, BRASIL.

Revista da Universidade Federal de Minas
Gerais Universidade Federal de Minas
Gerais Av. Presidente Antônio Carlos,
nº 6.627, Campus Pampulha - Unidade
Administrativa III, Sala 151 - Pampulha -
Belo Horizonte - MG | CEP 31270-901 | +55
(31) 3409-4123 | 3409-5509



Sumário

09 Editorial

17 Imagens para uma memória desconhecida

MARIA DIEL

29 Politics and the political

ASH AMIN

41 Sobre economias transformadoras: as abordagens progressistas em foco

CRISTINA PARENTE

57 La temporalisation du temps: une longue marche

FRANÇOIS HARTOG

73 Recherche sur l'activité humaine, analyse des processus créateurs et recherche épistémologique

JACQUES THEUREAU

101 Cinema between media

JØRGEN BRUHN AND ANNE GJELSVIK

113 Sobre ser colaboradores no invasivos en escenario de conflicto social

LUPICINIO IÑIGUEZ-RUEDA

139 For other economies

MARIA GIUSEPPINA MUZZARELLI

159 Crimen y castigo del goce adolescente

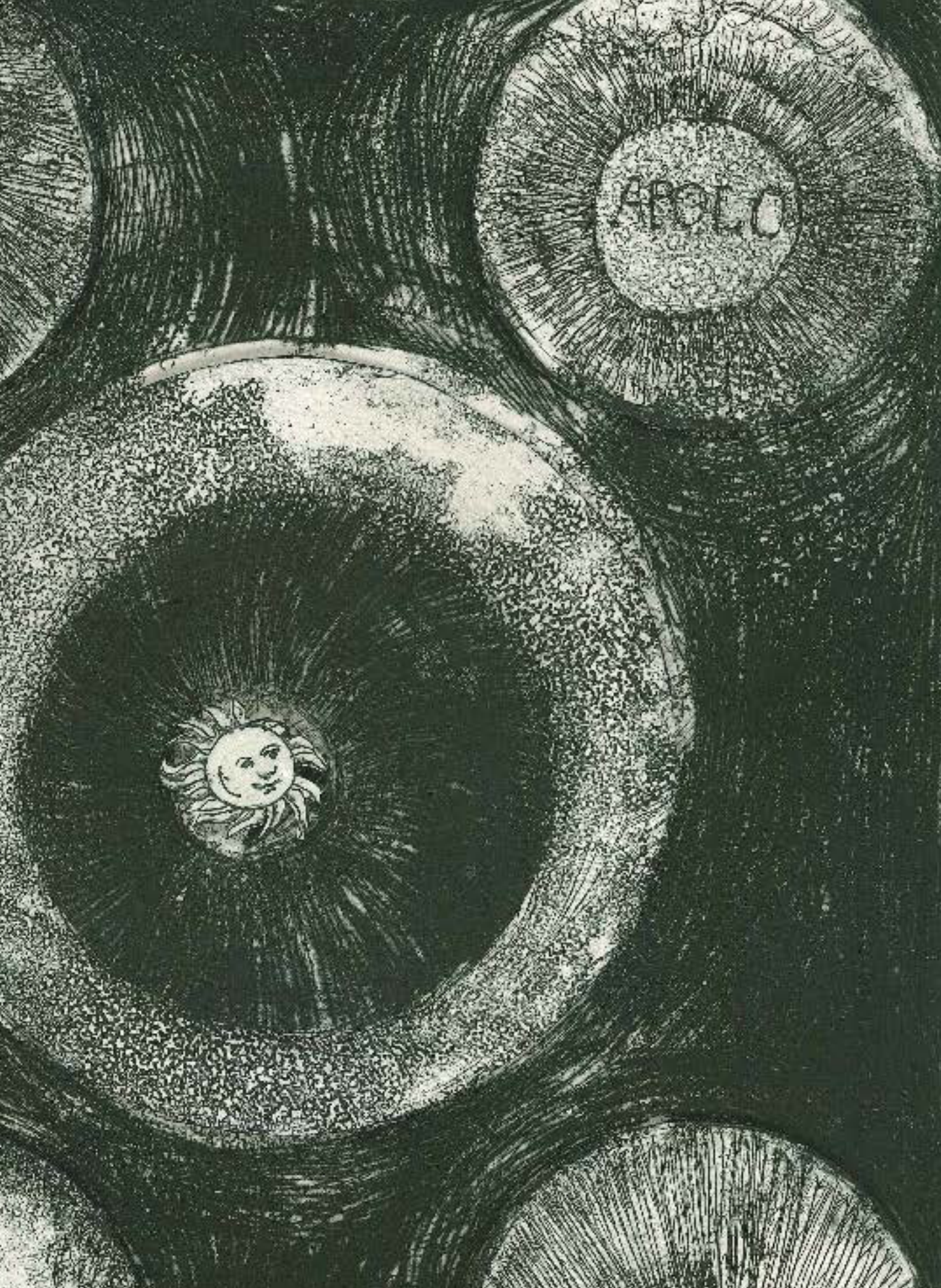
MARIO ELKIN RAMIREZ

177 Designing ambientes para a vida

TM INGOLD

195 O conceito de atividade no princípio da cooperação transdisciplinar

YVES SCHWARTZ



ESTUPOR, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, (IN)DISCIPLINA:

Há quatro anos estive na Casa Guilherme de Almeida em São Paulo para o lançamento do livro *Antropologia da Comunicação Visual*,¹ com a presença do autor, Massimo Cavenacci, que se despedia de sua residência no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA-USP. Estava de malas prontas para residir e pesquisar na Bahia, pronto para encontrar-se com colegas e artistas de lá. Apresentou os diversos aspectos de sua pesquisa, ou melhor, das inúmeras maneiras de ver e relacionar imagem, palavra, cinema, publicidade, propaganda e fotografia. Cheio de invulgar entusiasmo elencava as relações intrínsecas das imagens e da forma como entendemos o mundo visível e audível, e suas repercussões na academia. E criticava muito acertadamente o universo particularizado por disciplinas no ensino universitário.

Fui buscar então suas palavras, na proposta de uma espécie de metodologia de pesquisa que escalasse as eternas fronteiras entre as disciplinas. E lá estavam elas, entre as páginas 109 e 110 do livro, na forma de uma sugestão para um percurso do pesquisador:

“**Etnografia reflexiva:** (...) o pesquisador precisa se colocar numa dimensão reflexiva (...). Sua emotividade e sua sensibilidade estão envolvidas no olhar. O pesquisador reflete sobre si mesmo na medida em que analisa o objeto-sujeito; precisa saber-se escutar e dialogar consigo mesmo. (...).

Estupor metodológico: o estupor como método precisa treinar a porosidade corporal em relação ao encontro com pessoas/culturas/obras desconhecidas e estranhas e

1 Cavenacci, Massimo: *Antropologia da Comunicação Visual: Explorações etnográficas por meio do fetichismo metodológico*, Editora Perspectiva, Série Debates, 2018, São Paulo.

que — justamente por isto — são desejadas. (...). As culturas visuais são sempre um misto mutante e polifônico de familiar/estrangeiro, sem exotizar a si mesmo ou aos outros. (...) Estupor é a abertura porosa da sensibilidade intelectual em direção à desdobramentos não procurados.

Composição polifônica: Walter Benjamin aplica a montagem na composição em ‘Paris, Capital do Século XIX’, texto fundamental para se entender as transformações que naquele século anunciavam o nascimento da comunicação tecnicamente reproduzível (fotografia, publicidade, cinema).

(...) O conceito de composição se transfere da sua origem musical em narrativa poético-política que mistura formas diferenciadas no processo da pesquisa por meio de escrituras (ensaios, etnopoética, contos), visual (foto, vídeo, *blog*), artes (música, *design*, *performance*).

Reflexão, estupor, constelação ou composição polifônica! Tão formidável proposta para conduzir as pesquisas, o currículo e a produção universitária. Eletrifiquei-me a ponto de esquecer-me de respirar e fixei o braço levantado como ponto de exclamação, na sessão de perguntas: “Professor, como então podemos vencer as disciplinas universitárias, que estancam as repercussões polifônicas e abatem o estupor”?

Ele, muito atento e concentrado, respondeu que estava pensando na resposta, pediu-me para esperar. E na sessão de autógrafos que se seguiu, escreveu no alto da página inicial: “Maria do Céu, imaginando e vivendo ‘*indisciplinas*’”.

Decidi trazer este autor e este encontro na forma de uma parte do editorial desta revista, pois entendo que os textos e imagens aqui elencados buscam o estupor e a constelação de possibilidades reflexivas.

Como no artigo do professor Ash Amin, onde o catedrático observou o recuo das esquerdas e o avanço da política de manifestos, constatando uma espécie de fechamento do teatro político como sempre foi conhecido. Cristina Parente escreveu sobre economias transformadoras e as abordagens progressistas em foco, onde discorre sobre o desgaste do capitalismo e o fortalecimento de economias colaborativas e sustentáveis, citando diversas experiências. François Hartog discorre sobre o tempo “temporalizado”, suas mensurações e a presença na cultura dos visionários, profetas e grandes marcos temporais (alguns, residindo na imaginação).

Jacques Theureau abre seu artigo com o olhar de Foucault sobre a pintura de Velásquez, *As Meninas* e discorre sobre a obsessão de Picasso sobre esta pintura, demons-

trada pelas inúmeras versões realizadas. E mergulha no mundo dos ateliês de composição musical e os conceitos de *idea* e criação. Jørgen Bruhn e Anne Gjelsvik escrevem sobre o cinema, uma invenção inicialmente para mostrar o mundo exterior para dentro da sala de projeção. Propõe uma leitura interdisciplinar do cinema, levando em consideração os estudos sobre o som, a música e a fotografia, destacando as relações das pinturas e suas transduções no cinema, como a *Moça com o brinco de pérola*, de Veemer e as pinturas de Bruegel trazidas para o mundo cinematográfico no filme de Lech Majewski, *O Moinho e a Cruz*. Ainda no universo das cidades e suas repercussões, Lupicínio Íñiguez-Rueda propõe uma reflexão sobre seu povoado de origem, as políticas sociais e o papel dos pesquisadores no desenvolvimento e análise das políticas públicas e seus reflexos na vida das comunidades, relacionando isto com as comunidades na cidade de São Paulo e a bacia hidrográfica da capital do estado.

Maria Giuseppina Muzzarelli em seu artigo analisa as questões econômicas e circulação da moeda e os sinais externos de enriquecimento na Idade Média, as recomendações da prudência como modo de comportamento, destacando as questões morais que cercavam a circulação de mercadorias. Versando ainda sobre as pessoas e grupos humanos, Mario Elkin Ramírez discorre sobre o conceito de adolescência, a força dos jovens diante dos ditames judiciais, dos enlaces legais diante das atitudes de adolescentes que, segundo Rousseau, são portadores de “ardor”, de um espírito vivificante!

Paradoxalmente, Tim Ingold em seu texto propõe que projetos, investigações e outras formas de escrita e pensamento na academia sejam mutantes como desenhos em execução. Propõe a improvisação diante do ambiente em transformação do mundo, ressignificando a ideia de projeto e aceitando que todas as linhas de pensamento formam uma tapeçaria admirável e digna de contemplação, ainda que incompleta e, por isso mesmo, sublime.

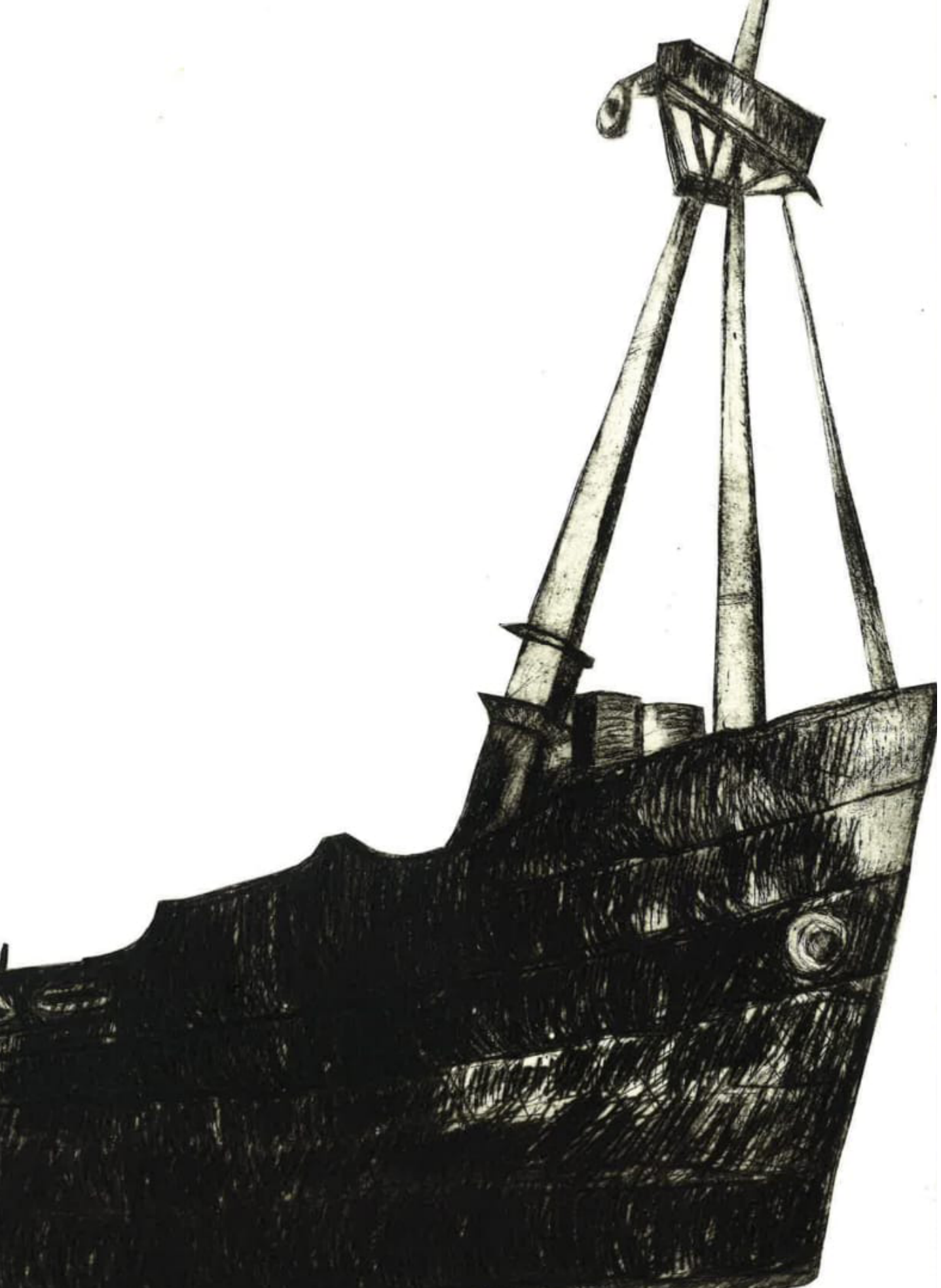
Por fim, Yves Schwartz propõe uma reflexão sobre a transdisciplinaridade como um “sabor comum” que deve transcender os pesquisadores e professores acadêmicos e irradiar-se para as questões relativas ao currículo, às disciplinas e à vida.

Pelas “indisciplinas”, pelo estupor, pela constelação: eis nossa Revista.

Escrito no segundo verão da pandemia,

Fevereiro de 2022.

Maria do Céu Diel de Oliveira



STUPOR, SOCIAL TRANSFORMATIONS, (IN)DISCIPLINE:

Four years ago I was at Casa Guilherme de Almeida, in São Paulo, for the release of the book *Antropologia da Comunicação Visual* (Visual Communication Anthropology)¹, with the presence of the author, Massimo Cavenacci, who was leaving behind his residence at the Institute of Advanced Studies at Universidade de São Paulo - IEA-USP. His luggage was ready for him to move to Bahia and start research there, he was ready to meet colleagues and artists in that state. He presented the several aspects of his research, better yet, the many ways to see and relate images, words, movies, publicity, propaganda, and photographs. With a unique enthusiasm, he listed the intrinsic relationships that form between images and the way we understand the visible and auditory world, as well as its repercussions in academia. He also criticized, with reason, the compartmentalized universe of higher education disciplines.

I searched in his words, then, the proposal of a type of research methodology that could overcome the eternal frontiers between the disciplines. They were there, between the pages 109 and 110 of his book, as an itinerary suggested by the researcher:

“Reflective ethnography: (...) the researcher must put themselves in a reflective dimension (...). Their emotions and sensitiveness are involved in their perspective. The researcher reflects on themselves as much as they analyze the object-subject; they need to know how to listen to themselves and dialog with themselves(...).

Methodological stupor: the stupor as a method must train the porosity of the body in regard to meeting previously unknown and strange people/cultures/works that - for that very reason - are desirable (...). Visual culture is always a polyphonic and mutating mixture of familiar/stranger, without a perspective that sees the self or the others as exotic (...). Stupor is the porous openness of intellectual sensitivity towards unexpected developments.

1 Cavenacci, Massimo: *Antropologia da Comunicação Visual: Explorações etnográficas por meio do fetichismo metodológico*, Editora Perspectiva, Série Debates, 2018, São Paulo.

Polyphonic composition: Walter Benjamin applies a montage to compose “Paris, Capital of the 19th century”, an essential text to understand the transformations that, in that century, announced the growth of technically reproducible communication (photographs, publicity, cinema).

(...) The concept of composition is transferred from its musical origins into a poetic-political narrative that mixes different forms in the process of research through writing (essays, ethno-poetics, stories), visuals (photographs, videos, blogs), arts (music, design, performance).”

Reflection, stupor, constellation, or polyphonic composition! Such a fantastic proposal to conduct university researches, syllabuses, and production. I was electrified to the point of forgetting to breath and my arm was raised upwards as an exclamation mark as his presentation opened for questions: “Professor, how can we, then, overcome university disciplines, that immobilize polyphonic repercussions and destroy the stupor?”

He, attentive and focused, said he was thinking about the answer, and asked me to wait. In the autograph session which followed, he wrote on the top of the first page: “Maria do Céu, imagining and experiencing the ‘indiscipline’”

I decided to recall this author and this meeting as a part of the editorial of this journal because I believe that the texts and images listed here seek the stupor, the constellation of possible reflective possibilities.

This is true in Professor Ash Amin’s article, where he observed that the lefts were recoiling and manifestation politics were advancing, with a type of end of the political theater as it has always been known. Cristina Parente wrote about transformational economy and current progressive approaches, discussing the decay of capitalism, and the strengthening of collaborative and sustainable experiences, mentioning several of them. François Hartog discusses “temporalized” time, its mensurations, and presence in the culture of the visionary, the prophetic, and great temporal milestones (some of which exist only in imagination).

Jacques Theureau starts his article showing the look Foucault directed to Las Meninas, the painting by Velásquez, discussing the obsession Picasso had for this painting, demonstrated by the several versions of it that were carried out. Then, he dives deep into the world of musical composition ateliers, and into the concepts of idea and creation. Jørgen Bruhn and Anne Gjelsvik write about the cinema, an invention created

at first to show the external world to the interior of the projection room. They propose an interdisciplinary look at the cinema, considering studies about sound, music, and photograph, highlighting the relationship between paintings and their translations into cinema, such as *Girl with a Pearl Earring*, by Vermeer, and Bruegel's paintings, brought into the cinema by Lech Majewski's film, *the Mill and the Cross*. Still in the universe of cities and their repercussions, Lupicínio Íñiguez-Rueda proposes a reflection about his original village, the social politics and the role of researchers in developing and analyzing public policies and their reflexes on the lives of communities, associating this with the communities in the city of São Paulo and the river basin of the capital of the state.

Maria Giuseppina Muzzarelli, in her article, analyzes economic questions, the circulation of currency, and external signs of enrichment in the Middle Ages, as well as recommendations of prudence as a type of behavior, highlighting the moral questions that surrounded the circulation of goods. Still regarding people and human groups, Mario Elkin Ramírez discusses the concept of adolescence, the strength of young people when confronted with judicial law, the legal mandates regarding the attitudes of adolescents that, according with Rousseau, have “ardor”, a vivifying spirit!

Paradoxically, Tim Ingold in his text proposes that projects, investigations and other forms of academic writing and thinking shall be mutants like drawings in execution. He proposes improvisation in the face of the changing environment of the world, resignifying the idea of project and accepting that all lines of thought form an admirable tapestry worthy of contemplation, even if incomplete and, for that very reason, sublime.

Finally, Yves Schwartz proposes a reflection about transdisciplinarity as a “common flavor” that should transcend academic researchers and professors and spread to questions regarding syllabuses, disciplines, and life.

Through “indiscipline”, through stupor, through constellation: this is our Journal.
Written in the second summer of the pandemic.

February, 2022.

Maria do Céu Diel de Oliveira



IMAGENS PARA UMA MEMÓRIA DESCONHECIDA

MARIA DIEI*

Maria Diei, sem título, gravura em metal, 2020-2022

* Maria do Céu Diei (Porto Alegre, 1962), é professora Associada III da EBA UFMG. Pesquisadora sobre a Pedagogia Visual e a Educação da Memória, dedica-se atualmente a compreender a Outra História da Arte. Aposentada, vive em São Paulo onde produz gravura em metal no seu ateliê.

A memória está ligada aos objetos e seus lugares. Sua atividade principal - a reminiscência - ativa-se ao toque, manipulação ou mesmo a vocalização de um objeto e sua origem. A reminiscência eleva o pensamento, move-o para a instância da memória e há o transporte e omovimento em direção à lembrança e todos os elementos localizadores - local, luzes, vozes ou ausência de som, afetos e outros mecanismos relacionados aos artefatos que consideramos mnemônicos. São os souvenirs de viagem, fotografias, cartas, desenhos, postais, bilhetes de viagem, ingressos, livros, sensações despertadas pelo toque de tecidos, papéis, pedras ou metais, odores e sabores destacados do cotidiano que arremetem o corpo mnemônico a lugares da infância, da juventude ou a lugares não mapeados ou esquecidos. A memória que fisiologicamente está ligada à plasticidade do cérebro está, em verdade, diluída pelo corpo em seus inúmeros e complexos sentidos relacionais. Não representam a memória, os objetos: daí dizer que uma exposição de fotografia de certo grupo ou agremiação ser considerada a memória deste grupo é um equívoco, visto que a memória atinge apenas aquele que fotografou e não quem foi fotografado. O olhador apenas se reconhece fora da imagem e convence-se de que ali está sua lembrança relacionada aos outros. Vistos de fora da imagem somos compelidos a aceitar a memória de um- o fotógrafo- como de todos em torno e assim a imagem torna-se documento de um evento ou testemunho de um instante. Porém, devido às intrínsecas relações entre a imagem e sua presença no mundo, ajustamos nossa memória individual num processo de coletivização de memórias outras. Ao vermos fotografias de guerra, mesmo sem termos estado num front de batalha, sentimos a dor e a tristeza de certas imagens e somos golpeados por sensações comuns à humanidade. Não estivemos na guerra, mas testemunhamos pessoas em situação de miséria extrema, seus gestos são parecidos e suas expressões também. Portanto, muitas imagens são pedagógicas quando nos educam para acessarmos sentimentos de melancólica tristeza ou mesmo júbilo coletivo. Imagens do cinema também são feitas assim. Num filme onde super-heróis exibem seus poderes ao voarem, lançarem raios ou suportarem imensas cargas explosivas e radioativas sentimos a memória coletiva de um grande deus do passado que ressurge para lembrar-nos de nossas origens titânicas. Somos filhos de deuses e ao visitarmos as imagens destes em movimento na tela do cinema participamos de suas origens, coragens e escolhas entre o bem e o mal. Os deuses que caminharam na terra e hoje em seu exílio melancólico nas lendas, pintu-

ras, esculturas e templos constrangidos em museus podem mover-se, falar, lutar e até mesmo morrer. Mesmo que estes deuses usem artefatos mecânicos, sua inteligência é um prêmio divino, uma graça atribuída pelo seu amplexo moral. Mesmo anti-heróis, que são agraciados com poderes, apenas existem para lembrarmos da dicotomia aparente do universo conhecido. Forças colidindo antagonicamente da imagem fora de nós contra a cultura de imagens e memória fabricada são o que denominamos memória artificial, ou seja, criada por artifícios e dispositivos inter-relacionados durante o percurso de uma vida. Portanto, a memória de um indivíduo é apenas dele. É quase impossível falarmos da memória de certo grupo - um bairro, imigrantes, uma instituição, uma cidade, um país ou mesmo a própria humanidade. Visto que a experiência da memória é individual e complexa, para termos acesso a uma real história de um grupo, todos os indivíduos deveriam relatar através de imagens ou sons sua vida inteira e todas as sutis escolhas feitas durante a existência. Apressamo-nos, portanto em recolher testemunhos de todos os indivíduos de grupos sobreviventes de guerra ou atingidos por mudanças abruptas em uma região, migrações forçadas, história das nações e de famílias e suas genealogias. Tais narrativas são lacunares pela própria impossibilidade de narrarmos todos os dias da vida, mas acendem-se quando se aproximam de uma imagem forte, agente. A memória, portanto, salta de uma imagem forte para outra e entre seus intervalos acontece a maior parte de nossa existência. Assim os testemunhos de alguns indivíduos formam a memória coletiva, por assim dizer, de um grupo inteiro, mesmo que dentro deste mesmo grupo outras escolhas tenham sido feitas e assim teremos grupos como os italianos de São Paulo, os portugueses de Ouro Preto, os africanos escravizados no Rio de Janeiro, os judeus de New York, os soldados da África e outros muitos grupos feitos de memória individuais e outras agregadas, denominadas coletivas. Outras memórias são também exo-memórialis como a memória dos velhos, das mulheres, dos artistas, dos artesãos ou dos estudantes. Quanto mais ampliarmos o círculo de ocupações e tipos, mas diluídas são as lembranças de indivíduos que possam contribuir, por assim dizer, para a história de um grupo. Pois para circunscrever a memória de um grupo, é necessário esvanecer o maior número possível de opções e eventos individuais e circunscrever em locais personalizados ou muito particulares.

Portanto, é importante entendermos que existem locais da memória, os teatros mnemônicos de alcance coletivo e cujo efeito acomete um grupo imenso de indiví-

duos: Auschwitz, o Coliseu de Roma, o Parthenon, a Baía de Todos os Santos, o Vaticano. Isto apenas para citarmos locais de grande circulação de indivíduos de diferentes culturas. Mas, quando adentramos nas memórias ativadas pela reminiscência - que é sempre pessoal e individual - é que vemos como os objetos contêm em si os lugares de onde foram retirados. Locais de peregrinação também são ativados pelas memórias daqueles que os frequentam. É possível entrar em reminiscência e ouvir histórias relacionadas aos percursos feitos pelos corpos. Nunca desassociados de uma memória artificial, estes locais alimentam-se de suas lendas e são construídos como um labirinto mnemônico, onde cada passo ilustra a educação visual antecipadamente sabida: os passos da paixão de Cristo, os túmulos dos santos, seus locais de nascimento e posterior martírio, onde este ou aquele personagem da história sentou-se, observou as estrelas ou mesmo tropeçou e caiu! Da categoria de seres brilhantes, também seus hábitos mundanos os fazem descer ao nível mundano. Os gestos simples também fazem parte da humanidade e assim é possível imaginar uma criatura humana com dons e atributos divinos que amava, odiava, duelava, alimentava-se e fugia dos inimigos. Assim, as biografias ilustres e comuns são permeadas de narrativas recheadas de vazios até onde um fato fora do comum ou uma imagem indelével alavanca as memórias anteriores e posteriores.

* * *

Porque escrevo sobre memória para conceituar um grupo de imagens que figuram nesta edição da Revista? Escrevo assim pois os diversos artigos que aqui figuram suscitaram lembranças de outras coisas vistas, pela vida. Ao ser convidada para agrupar minhas gravuras aos textos desta edição, fui levada pelas palavras dos autores para o campo da reminiscência, de minhas próprias experiências como leitora, artista, professora: uma pessoa no mundo.

Como todas as memórias podem ser revisitadas pela vida e misturadas aos sonhos, iniciei uma série de gravuras emblemáticas à partir de imagens evocadas pela narrativa dos autores e a elas misturei minhas memórias sobre os diferentes temas dos artigos: a desconstrução do teatro político, a encruzilhada do capitalismo e a nova economia sustentável (o acúmulo e o descarte das coisas e pessoas, um empilhamento: assim compreendi por imagens), o entendimento do registro do tempo através dos visionários e profetas, a cópia como obsessão nas artes e seu desdobramento na criação

musical, o cinema como forma de mostrar o mundo exterior, as luzes e as sombras projetadas, o mistério da música associada à imagem, no cinema, a vida num povoado pobre, a memória de rios que não vemos mais, os princípios morais na Europa medieval, a força da igreja e dos seus doutores, a chama ardente da juventude diante dos ditames legais, a vida e a intelectualidade nas cidades e outras imagens despertadas pelos textos. São conhecimentos gerados dentro das cidades e suas organizações. Portanto, acredito que meu trabalho de gravura em metal aglutina-se a estes textos, estando a impressão e circulação destes, também ligados ao mundo da gravura. As gravuras estarão dispersas pela Revista como uma forma de elevar a palavra e a imagem no mesmo patamar: não são ilustrações, senão imagens reflexivas, existindo para criar enigmas visuais, não para estar apenas a serviço do texto, mas para elevá-lo ao campo das ideias, dos mistérios e dos emblemas.

Maria Diel

Escrito no segundo verão da Pandemia, 2022



IMAGES FOR AN UNKNOWN MEMORY

MARIA DIEL*

Maria Diel, sem título, gravura em metal, 2020-2022

* Maria do Céu Diel (Porto Alegre, 1962), is associate professor III at EBA UFMG. Researcher on Visual Pedagogy and Memory Education, she is currently dedicated to understanding the Other History of Art. Retired, she lives in São Paulo where she produces metal engraving in her studio.

Memory is associated with objects and the places they were in. Its main activity - reminiscence - is triggered by the touch, the manipulation, or even the vocalization of an object and its origin. The reminiscence elevates the thought, elevates it into memory, transporting and moving it towards the memory and all elements that indicate a location - place, lights, voices or the absence of sound, affections, and other mechanisms related to the artifacts we consider to be mnemonic. These can be travel souvenirs, photographs, letters, drawings, postal cards, tickets from a trip or from events, books, feelings triggered by the touch of fabric, paper, rocks or metals, flavors and odors generated by our daily life that push the mnemonic body towards places from one's childhood, youth, places never mapped or forgotten. The memory that is physiologically tied to the plasticity of the brain is actually diluted throughout the body in its many complex relational feelings. Objects, these do not represent memory: thus we say that it is mistaken to see the exhibition of photographs of a certain group or clique as the memory of this group, since the memory is only that of the person who photographed, not of the ones who were photographed. The onlooker only recognizes themselves out of the image and convinces themselves that there are their memories, related to others. Seen from outside the image, we are compelled to accept the memory of one - the photographer - as if it was that of all of us, and as a result the image becomes the document of an event or the testimony of an instant. However, due to the intrinsic relationships between image and its presence in the world, we adjust our individual memory in a process where other memories become collective. As we see war photographs, even if we have never been on the battle front, we feel all the pain and sadness of certain images and we are stricken by feelings that are common to humanity as a whole. We have not been to war, but we witnessed people in situations of extreme misery, their gestures are similar; so are their expressions. Therefore, many images are educational as they teach us how to access melancholy, sad, or even joyful collective feelings. Images in the movies are also made this way. In a film where superheroes show their powers as they fly, throw lightning, or withstand huge radioactive explosions, we feel the collective memory of a god from the past, born again to remind us of our titanic origins. We are the children of gods and as we visit their moving images in the screen of the cinema we participate in their origins, courage, and choices between good and evil. The gods that walked the earth and today face a melancholy

exile in legends, paintings, sculptures, and temples, restricted to museums, can once again move, speak, fight, even die. Though these gods may use mechanical artifacts, their intelligence is a divine prize, a grace attributed to their moral compass. Even powerful anti-heroes who receive powers only exist to remind us of the apparent dichotomy of the known universe. Forces colliding against each other, the image there is outside of us, against the culture of fabricated images and memories that we call artificial memory, that is, the memory created by contrivances and devices interrelated throughout a life's journey. Therefore, the memory of an individual is theirs alone. It is almost impossible to talk about the memory of a certain group - a neighborhood, migrants, an institution, a city, a country, or even of humanity. Since the importance of memory is individual and complex, for us to have access to the real story of a group, all individuals should report it using images or sounds of their entire lives, and of all subtle choices made during their existence. We hurry, as a result, to gather testimony from all individuals from groups that survive wars or are hit by abrupt changes in a region, forced migrations, the history of nations and families and their genealogy. These narratives are lacking due to the very impossibility of narrating all days in a life, but are illuminated when they approach strong, active images. Memory, therefore, leaps from a strong image to another, and most of our existence takes place in the intervals between these. Thus, the testimony from some individuals forms the collective memory, so to speak, of an entire group, even if in this group other choices were made. As a result, we have groups such as the Italian people from São Paulo, the Portuguese from Ouro Preto, the African enslaved in Rio de Janeiro, the Jewish from New York, the African soldiers, and many others formed by memories, some individual and some grouped together, and called collective. Other memories are also *exo-memórialis*, such as the memory of elders, women, artists, artisans, or students. The broader the circle of occupations and types, the more diluted are the remembrances of individuals that can contribute, so to speak, to the story of a group. After all, to encompass the memory of a group, it is essential for the highest possible number of options and individual events to fade, and personalized or very particular locations must be circumscribed.

Therefore, it is important for us to understand that there are places of memory, mnemonic theaters of collective import, whose effect affects a large group of individuals: Auschwitz, the Roman Coliseum, the Parthenon, the Bay of All Saints, the

Vatican. And these are just places where great numbers of individuals from many cultures have been. But, when we only enter the memories that are activated by reminiscence - which is always personal and individual - we see how objects contain the places they were taken from in themselves. Places of pilgrimage are also activated by the memories of those who visit them. It is possible to start reminiscing and listen to stories related to the paths traversed by the bodies. Never disassociated from an artificial memory, these places feed from legends and are built like mnemonic labyrinths, where each step illustrates the visual education known beforehand: the steps of the passion of the Christ, the tombs of the saints, their places of birth and martyrdom, where this or that character from history sat, looked at the stars or even tripped and fell! Their worldly habits also bring them down, from the category of brilliant beings to the level of worldly ones. Simple gestures are also part of humanity, and therefore, it is possible to imagine a human creature with abilities and attributes who loved, hated, fought, ate, and escaped enemies. Thus, both illustrious and common biographies are permeated by narratives filled with void, where a simple fact out of the ordinary or an unforgettable image elevates both old and new memories.

* * *

Why do I write about memory to conceptualize a group of images that appear in this issue of the Journal? Because all articles that are present here recall memories from other things seen, through life. When I was invited to add my pictures to the texts of this issue, the words from the authors triggered reminiscences in me, from my own experiences as a reader, an artist, a professor: a person in the world. Since all memories can be revisited through life and enmeshed in dreams, I started a series of emblematic pictures from images evoked by the narratives of the authors, which I then mixed with my memories about the different topics of the articles: the deconstruction of the political theater, the crossroads of capitalism, and the new sustainable economy (the accumulation and disposing of things and people, a hoarding: or so I saw in these images), the understanding of the records of time through the visionary and prophets, the copy as an obsession in the arts and its unfolding in musical creation, cinema as a way to show the outside world, lights and the shadows they project, the mystery associated with the image at the movies, life in a poor village, the memory of rivers we no longer see, the moral principles in medieval Europe, the strength of Church and

its doctors, the burning flame of youth confronted with legal mandates, the life and the intellectuality in cities, and other images triggered by the texts. This is knowledge generated within cities and their organizations. Therefore, I believe that my work of metal pictures becomes agglutinated with these texts, since the impression of texts and their circulation is connected to the world of pictures.

The pictures will be spread throughout the Journal as a way to elevate word and image to the same level: these are not illustrations, but reflective images that exist to create visual enigmas, not aiming to simply serve the text, but to bring it higher, to the dimension of ideas, mysteries, emblems.

Maria Diei

Written in the second summer of the Pandemic, 2022



POLITICS AND THE POLITICAL

ASH AMIN*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41643>

Text submitted as a result of participation of the author, together with the FUNDEP/IEAT Chair Program, in the period from August 19 to September 7, 2013.

* Professor, Geography Department, University of Cambridge, UK

Introduction

The global uprisings of the last two years (the Arab Spring, the occupations of public space, the protests against the financial crisis and austerity measures, and various experiments of direct democracy, have opened up the political in remarkable ways. They have introduced new tactics, new claims, and a sense of the future as radically different from a present understood as unjust and authoritarian. Politics as we know it – top-down and wedded to fixed procedures – has reacted by rejecting direct democracy, especially at ‘home’. The more the theatre of the political expands, the more the theatre of politics closes down.

In the liberal democracies, which are the focus of my talk, formal politics, whether left or right, has been reluctant to question the presumptions of market society, individualism, representative democracy, and rule by experts. Anything challenging these presumptions, both substantively and procedurally, has been judged to be at best a distraction and at worst dangerous. History in the making is being forced, like sand in the egg timer, through the strictures of tried and tested political forms, framed in public culture by a powerful coalition of vested interests, including big parties, corporations and the media as anomalous. The result is that while the terrain of struggle is becoming more plural, autonomous, and counter-hegemonic, this is not how it appears in public culture. If the political tools are becoming hybrid, this is not how the political establishment wants it.

The enemies of ‘official’ politics are acutely aware of this contradiction but generally unperturbed by it, believing that further agitation can only weaken an authoritarian order that stands on its last legs, strengthen horizontal politics, and make more visible a plural future in the making, run by communities, social movements, informal organisations, and the like. The tide of history is turning. I am not sure this is true as far as the institutionalisation of social justice and well-being is concerned, for the victories of the insurrectionary movements remain fragile and fragmented (though not their

affective and symbolic ones), and the politics of the old order is anything but on its last legs, ready to concede, eviscerated. It is still very much in control of the distribution of wellbeing, the formation of public opinion, and framing the future as catastrophic if not returned to the status quo (with some concessions on the margins). The strictures of the egg timer are very real.

Surprisingly, the organised left – in or out of power – has been largely invisible amidst the developments of the last two years. Too timid, weak, or arrogant, established social democratic or socialist forces have kept away from the grass-root developments, seeing them as marginal or misplaced. They have neither allied with the insurrectionary forces at home, nor sought to learn from them. Instead, locked in tradition or inertia and blinded by the power of corporations and media culture, the organised left has assumed that the only way forward is a politics of the status quo. Agitation, the politics of social transformation, explicit commitment to the equal and just society, and the critique of vested power are nowhere to be seen in its repertory, only electoral appeasement, the pursuit of power for its own sake, and weak defence of redistributive capitalism.

Does this absence matter? Not much to the protagonists of direct democracy, either out of suspicion of top-down politics or because they feel that agitation in its own right will lead to change. I wish to argue the opposite: that without the involvement of the organised left, the chances of a politics of social transformation able to deliver tangible outcomes will remain precarious because the many fragmented and transient beauties of the counter-culture require legislative and institutional protection to deliver lasting benefits, and because the forces of maintenance of the status quo are powerful and require a similar organisational counter-weight, one that the official left can lead in mobilising. I am acutely conscious of the unpopularity of my argument among those of you committed to the politics of direct democracy.

But if it helps, I am about to make myself unpopular with the organised left too. I do not see the solution as that of an unchanged left – major parties and unions – throwing its weight behind the grass-root struggles. Quite the opposite. As Nigel Thrift and I propose in our recent book *Arts of the Political*, at a time of near extinction in the liberal democracies, the left needs to thoroughly reinvent itself by becoming a protagonist – in the way that the experiments of direct democracy have and in the way that the

Latin American left initiated ten years ago – in refashioning the goals, modalities and instruments of politics.

The official left needs to become much more ambitious, a force with world-making intention, carried forward through new political arts capable of disarming the politics and ambitions of the status quo. This is, of course, asking the nearly impossible, but consider the possibility that without such renewal, the left will wither in any case, given the colonisation of the social worldwide by neoliberal corporatism and consumer capitalism. Consider that in its formative years – late 19th century Europe, the anti-colonial 20th century, and diverse struggles against dictatorship – the left gained traction by radically altering the prospectus and its means.

Formative Arts

Let me dwell briefly on the late European late 19th century when the left first emerged. The years between 1880 and 1914 in Europe tell us something significant about the passage from agitation to radical reform through an overhaul of the ground of politics. This was a period when against the grain of generalised misery, oppression and political closure, the reformist and revolutionary Left came into being, managing to both change hearts and minds as well as secure lasting material and institutional gains. Many were the transformational struggles and achievements of the time, from the rise of the labour movement and socialist, social democratic or pragmatist diagrams of wellbeing and community, to campaigns for alternative lifestyles such as vegetarianism, the great outdoors and sexual liberation, along with the first stirrings of agitation against imperial colonisation. It was an extraordinary period of mass mobilisation and political inventiveness, but let me settle on two brief examples to illustrate the claim I want to make.

The first example might be described as the ‘Pragmatic Marxism’ of the German Socialist Party (SPD). The SPD was formed in 1875 amidst considerable uncertainty about its direction and reach. Led by the two towering figures August Bebel and Karl Kautsky, the party quickly rose to dominate the European socialist movement, but importantly it developed a significant presence in Germany (1 million members by 1912,

and 35% of the vote in the Reichstag). The well-known factors behind the SPD's success at a time of open jostle between nascent industrial interests, waning aristocratic power, Bismarckian autocracy, and highly differentiated and divided mass concerns include the power of ideology, strong leadership, and organised discipline. But there was more.

Firstly, the SPD managed to project a radically different future around a small and emerging industrial proletariat as a credible future for all. These first socialists 'invented', as Donald Sassoon has argued, a new political subject and a vanguard actor – the 'working class' and the 'new model worker' – out of a poor, desperate, fragmented and downtrodden working mass. This was an extraordinary political invention for the time, made tangible, secondly, by the ability of the SPD (and 'free unions') to win significant practical reforms at the time (better wages and working conditions and welfare protections for members). Thirdly, the SPD was able to clothe the movement with the 'beauty of a thousand stars' as the Austrian socialist leader of the time Julius Braunthal put it, with the help of new media including popular books such as Bebel's *Women and Socialism*, pamphlets, newspapers, social gatherings, and cultural and recreational societies playing out the dream.

While the German example illustrates the power of a politics of pragmatic utopianism, the British women's movement during the 1910s is interesting for its overhaul of politics itself as a landscape, technology and field of actors. This movement was not only about winning the vote for women but also about redefining the actors and beneficiaries of collective life – more specifically, about questioning public culture as a masculine arena, separate from the private in which women played a particular role. British feminism altered the meaning of both – the public and the private – and in the process, brought a host of hidden injuries, concerns and desires into the public realm. But to gain traction, it had to invent new arts to prise the political away from established politics, subsequently diminishing the latter.

Three 'ontological' expansions stand out. The first is mobilisation around the figure of the 'new woman' after 1890, who, debated across a wealth of books and magazines, helped to expand a force until then fighting for the vote into one campaigning for radically new meanings of womanhood (e.g. equality within the family, the right to divorce and practice sexual freedom, presence in economy and voice in public and po-

litical life). The second is the projection of the woman as a collective subject, particularly as the campaign for women's rights in the workplace grew, linking feminism to the burgeoning labour and socialist movements and also bridging working women and middle-class women at home attracted by the 'new woman' cause. Feminism joined a broader struggle for equality and justice. The third expansion is the overhaul of the tools of a political cause, especially through the inventions of the Women's Social and Political Union (WSPU) under the Pankhursts: its military organisation, clamorous journalism, cultivation of the car, banner and book as signs of being modern, its songs and plays, public confrontations and prison spells, and highly visible protests and disturbances. All of this enabled new formats of agitation politics to force their way into public consciousness and the rules of political conduct.

Contemporary Implications

Clearly, such a selective, post-hoc, and decontextualised reading of the history of Left political achievement is fraught with all the pitfalls of comparative research. But, I think a general point can be made. This formative Left proved to be influential – by design or default – because of its world-making qualities. It thoroughly changed the meaning of the political and its subjects by: (a) designing credible utopias and imaginaries of emancipation out of existing injuries and hidden interests; (b) building affective desire and surge through new technologies of representation, combat and identification; and (c) converting claims into practical gains through effective organisation and institutionalisation.

My thesis is that the organised Left today needs to recover this capacity by making something out of the very many injustices and counter-currents that our societies confront. For example, as this slide/sheet shows, there is no shortage of counter-organisation in the face of capitalist entrenchment, inequality, environmental destruction, and technological proliferation. The organised left could make these experiments its cause, explicitly committing to a politics of transformation, rather than slavishly pursuit of the status quo.

Figure 1. Counter-hegemonic Experiments

| Challenges | Experiments |
|-----------------------|---|
| Market Fundamentalism | Negative taxes, basic wage, employee ownership, cooperatives, social enterprises, not-for-profit foundations, fair trade/ethical trade, new forms of market regulation, ethical consumption (from packaging to supply chains), profit sharing, non-monetary exchange, competition law, corporate social responsibility and transparency, micro-finance, low-cost housing, socially useful commodities, workplace democracy, gifting, land borrowing |
| Financialisation | Socially enabling credit and money, ethical pension funds and ethical investment, Islamic finance, non-intermediated forms of payment, social accounting, slowing down transactions (e.g. circuit breakers), public ownership, risk sharing, financial transparency, limits to pay differentials and dividends, shareholder activism, tax profiling, anti-monopoly |
| Global inequality | Tobin tax, women's empowerment, alternative trading blocs, neglected diseases, open access patent banks, paid schooling for under-aged workers, affordable basic provisions, consumer boycotts, anti-slavery/people smuggling campaigns, expanded rights agendas, human security measures, rights of displaced peoples, indigenous peoples movements, anti-violence legislation |
| Climate Change | Carbon trading, new forms of ecological identity, reproducible farming, environmental justice for the poor, low-energy forms of technological acceleration, sustainable lifestyles, deliberative environmentalism, planetary responsibility, sustainable cities, environmental audits, alternative energy, protecting the commons (e.g. forests), sensing of nature using technology, slow food |
| Human Being | Genetic distributive justice, anti-profiling in insurance and health care, access to new technology for the poor, equal access to human augmentation, intelligent environments available to all, democratic forms of human mapping, techno-democracy, treatment against unequal bodily life chances, animal rights and trans-human initiatives, new forms of empathy made possible by technology (e.g. bringing distant humans and nature up close), immersive environments |

* Source: Amin and Thrift (2013)

But, from what I have said earlier, embracing the counter-hegemonic alone will not suffice, for it adds no traction. The organised left needs to become involved in transforming the political terrain itself in ways that disarm expectations and routines, introduce new political technologies and actors, render corporatism and exaggerated consumption anomalous, and work on new affects of care and responsibility. How does it do this? By attending to the arts of traction, but in ways that alter public understanding of itself, political possibility, and future possibility.

This is not a question of visualising the house on the hill and the journey towards it, or predetermining the quantities and qualities of the equal and just society, but instead, one of building imaginaries, sentiments, projects and political tools that are experienced – and desired – as the foothills of a hitherto unimagined new world, that show that the status quo is deficient, that more is less of what we already know or have.

I see the challenge, in short, as one of developing world making capacity by making injuries, injustices and alternatives visible, building momentum and sentiment around them, making their politics contagious, ensuring institutional traction and real reform. Some of the detail of what this means in the context of the five global challenges mentioned earlier is shown in figure 2. The sum of this kind of amplification would be a gradual alteration of the landscape of political opinion and expectation, with so much more added in terms of possibilities, rights, responsibilities, deliberative audit and decisional power that the politics of action by the few for the few starts looking distinctively anomalous and unacceptable.

The left today is some way distant from this kind of politics of renewal. Instead, when it is not appeasing global elites, markets and the citizen as consumers, it engages in the purity of manifestos, for example, a new social democracy of income redistribution, collective ownership, public goods, the social state, market controls, basic income, pro-poor development, social enterprise, job-sharing, sustainable consumption, environmental stewardship, and so on (c.f. Pianta and Gerbaudo, 2012). However, the strength of support for these kinds of exercises is weak, not because the need for such reforms does not exist, or the public has been fetishised, or the guardians of the status quo are invincible, but because the theatre of political possibility has closed down. The tangibility and palpability of another world, so different from our own, has become unthinkable beyond the corridors of autonomous communities, viral events and vir-

tual environments. A return of the left to a politics of world-making, where its labour focuses on the ground on which manifestos might land, would be a step in the right direction.

Figure 2. Arts of Left Mobilisation

| Challenges | Political Arts | | | | |
|--------------------------|--|--|---|--|---|
| | Disclosure | Affects | Contagion | Organisation | |
| Market Fundamentalism | Markets as not invisible Markets that are regulated and do actually work as social markets | Positive uses of anxiety New forms of justification and worth | Build on success of ethical consumerism 'Viral campaigns' | Politics of design (active construction of ecologies of worth) | Redefining exchange (e.g. barter, auctions) Social economy Social tag to market relations (e.g. showing origins of products) |
| Financialisation | New legal structures The multiple networks of finance Salaries and bonuses | New means of tracking market sentiments Dissipating greed and instant gratification | Filters, e.g. panics as less challenging (trading moratoriums) Press regulation to stop panics and booms | Global regulatory structures More surveillance of settlement Tracking trading models and practices | New forms of currency New market and regulatory structures Nationalisation |
| Global Inequality | Quasi experience of the harms of inequality | Fairness, building on behavioural dispositions Satisficing and sharing | Action against child labour, minimum wage, sexual slavery, trade in body parts | State welfare Global Glotaxationalism powerment | Social Economy New deal Tobin tax Living wage Social service and public goods |
| Climate Change | Experience global warming closely New notions of hazard and risk End of the world | Care of place/ earth Futurity Mobilising trauma of ecological meltdown | Capacity for metamorphosis and mutability New kinds of ecological habitat and ecological living | Public controversies and unfamiliar shapes of organisation Making new ecologies fixed and demanding | Individual and subcontracted responsibility (e.g. eco-homes) Local energy companies and distributed energy Making carbon markets work Reworking notions of closeness |
| Human Being | Revealing the material composition of the body in new ways (e.g. imaging) Environments where humans and nature co-exist | Making the hybrid normal Affinity | Replication of new technologies that radiate circles of communication and community Shared global thresholds | New forms of sorting/ software Welfare extended and protected | Bio-art/body art Prosthetics and technologies for life |

*Source: Amin and Thrift (2013)



Margens do Povoado

SOBRE ECONOMIAS TRANSFORMADORAS: AS ABORDAGENS PROGRESSISTAS EM FOCO

CRISTINA PARENTE*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41644>

RESUMO

A conferência realizada em agosto de 2018 discutiu as diferentes propostas teóricas de resolução dos novos e velhos problemas sociais num contexto de esgotamento do modelo económico e social vigente, caracterizado pelo retrocesso das políticas sociais dos Estados Providência. Apresentaram-se as propostas de continuidade com o modelo vigente a partir das abordagens anglófonas do empreendedorismo social e da inovação social. O foco da discussão foi colocado na perspectiva transformadora da economia solidária, configurada como uma “outra economia”. A reflexão incide sobre o carácter progressista ou reformista das propostas no que diz respeito à solução protagonizada.

* Professora associada de Sociologia e Letras, Universidade do Porto, Portugal.

Introdução

A insustentabilidade do sistema económico capitalista, nas suas diversas variantes, é reiteradamente apontada como causa para a busca de modos de organização socioeconómica alternativos que coloquem a vida e o planeta no centro (Castells et al., 2017). Várias têm sido as crises que vêm mostrando o esgotamento do modelo ancorado no crescimento que destrói ecossistemas naturais, explora as pessoas, degrada a qualidade de vida, acentuando as desigualdades sociais e territoriais.

A mais atual crise pandémica é equacionada segundo alguns pensadores como manifestação desse questionamento. Entre eles, Sousa Santos (2020) afirma que a crise pandémica, e os seus contornos, são “uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final”. É uma crise que revela bem as fragilidades de um modelo económico e social assente na massificação da economia e da vida comandada por princípios de escala, seja no consumo, seja na educação ou nos cuidados. Apesar do seu aparente carácter democrático dadas as condições biológicas de propagação do vírus, esta crise não é imune às desigualdades económicas e sociais. As populações mais vulneráveis e pobres são mais afetadas quer pela contaminação e suas consequências em termos de lesões para a saúde, quer em termos dos impactos socioeconómicos que se fazem sentir (Sousa Santos, 2020).

Em 2008, a crise financeira do mundo ocidental já tinha revelado uma crise do modo de regulação monopolista que, desde os anos 70/80 do século passado, se fazia sentir, questionando o paradigma neoliberal assente numa sobredeterminação da racionalidade económica de mercado e na sua supremacia face às restantes esferas da vida. Desde então, a desregulação tornou-se a palavra de ordem e a crise financeira transformou-se numa crise industrial, numa crise de emprego, numa crise fiscal e, finalmente, numa crise social, política e institucional que ameaça destabilizar o conjunto da sociedade (Castells, Caraça e Cardoso, 2012), afetando novas categorias da população outrora imunes à vulnerabilidade social, como sejam jovens e adultos de meia-idade (35 – 55 anos), muitos deles diplomados no ensino superior, mas na generalidade todos escolarizados e qualificados.

O Movimento dos Indignados na Europa ou Ocupe Wall Street nos Estados Unidos são movimentos sociais de reação contra os cortes de gastos públicos feitos pelos governos para combater a recessão e resultam das tomadas de consciência dos impactos da crise e das medidas de austeridade impostas. Tal sente-se sobretudo nos estados europeus do Sul devido ao retrocesso das políticas sociais de Estados Providência que ameaçam os direitos há muito conquistados e desencadeiam lutas por valores alternativos ao capitalismo predador (Conill et al., 2012: 15).

As múltiplas respostas às crises sucessivas, que, desde os anos 70 do século XX, têm assolado o mundo, podem ser tipificadas em função do grau de continuidade e de rutura que propõe face ao modelo económico dominante.

As soluções de continuidade têm sido teorizadas no âmbito das abordagens do empreendedorismo e inovação sociais, apresentando uma abordagem de carácter reformista face ao modelo económico vigente. As abordagens de rutura são equacionadas no âmbito das economias alternativas, também designadas de “outra economia” (Cattani et al., 2009) ou de “economias transformadoras” que “agregam um ecossistema diverso, com múltiplos movimentos e fenómenos de práticas socioeconómicas que constituem alternativas ao modelo hegemónico (Porro, 2016; Suriñach, 2017). A reflexão incide sobre o carácter progressista ou reformista das propostas no que diz respeito quer à solução protagonizada, quer aos caminhos e meios propostos para a atingir, dando particular atenção às propostas transformadoras que se apelidam na Europa de Economia Social e Solidária e na América Latina de Economia Solidária.

O esgotamento do modelo económico e social, e o olhar reformista face a novos e velhos problemas sociais

A problemática da crise do Estado Providência e do paradigma de desenvolvimento económico e social a ele associado a partir dos anos de 1980 trouxe para a ordem do dia na Europa Ocidental o questionamento do modelo vigente e o surgimento de novas propostas de resolução dos velhos e novos problemas sociais.

Num contexto profundamente afetado pela crise do paradigma de regulação macroeconómica e social capitalista imperante no mundo globalizado e liderado pelos países centrais (Wallerstein, 2011), várias têm sido as iniciativas e propostas que equacionam a resolução dos velhos e novos problemas de pobreza e exclusão social que a dinâmica de mercado capitalista teima em colocar na agenda do dia para segmentos cada vez mais vastos de população.

Umam aparecem mais alinhadas com as propostas da economia capitalista de mercado, não se configurando como verdadeiras alternativas, ainda que se intitulem como tal. São iniciativas que procuram atenuar ou ainda mascarar os aspetos mais gritantes da exploração capitalista, não apresentando propostas verdadeiramente disruptivas face ao modelo dominante, baseado na globalização económica e no capitalismo financeiro, causas principais da degradação das condições de vida.

Do ponto de vista teórico, estas práticas têm sido teorizadas no âmbito das abordagens do empreendedorismo e inovação sociais, que têm a sua expressão mais acabada na esfera da responsabilidade social corporativa, da filantropia e do voluntariado empresarial. São abordagens legitimadoras do sistema económico vigente, com origem no mundo anglófono, e que mantêm os seus pilares de funcionamento baseado no consumo como motor do crescimento económico, não figurando como alternativas ao sistema capitalista. Estamos a referir-nos à afirmação do sector não lucrativo ou da chamada sociedade civil organizada, a quem é cada vez mais solicitada a resolução dos problemas em áreas como a educação, saúde, serviços sociais, serviços culturais e recreativos, numa versão funcionalista, inspirada numa perspetiva económica do papel destas organizações nas sociedades atuais.

A abordagem académica neste domínio “tem por base o conhecimento acumulado a partir do contexto evolutivo do conjunto das tradições institucionais e organizacionais, distintas das do Estado e do Mercado, que caracterizam a realidade norte-americana e que, em parte, descendem de tradições do Reino Unido” (Parente e Quintão, 2014: 15). Referimo-nos às charities, fundações de raiz filantrópica, associações, cooperativas e as recentemente institucionalizadas empresas sociais, que emergem de movimentos cívicos e comunitários, em contextos dominados pelos ideais liberais e pela reduzida intervenção económica do Estado. Entre estas abordagens, destacam-se duas perspetivas que equacionam os processos de empreendedorismo social: a Escola da Gestão Empresarial ou da Geração de Receitas (Boschee & McLurg, 2003); a Escola da Inovação Social (Dees, 1998; Bornstein, 2007; Mulgan, 2007).

A Escola da Gestão Empresarial ou da Geração de Receitas advoga o recurso a mecanismos e ferramentas empresariais para a gestão eficaz do sector não lucrativo, seja ao nível do planeamento estratégico, seja da gestão das pessoas, seja ainda na gestão económica dos negócios, propondo o desenvolvimento de atividades comerciais enquanto garantia de sustentabilidade e prossecução de objetivos sociais.

A Escola da Inovação Social retoma o papel do empreendedor clássico no fomento da inovação, salientado por Schumpeter (1996 [1905 – 1950]), e desloca-o para o sector não lucrativo, considerando o empreendedor social como aquele que responde a problemas e necessidades sociais de forma inovadora (Hoogendoorn, Pennings & Thurik, 2010). Segundo Dees (2001), o empreendedor social, a partir de um contexto desafiante, adota uma missão social em que procura atacar as causas dos problemas sociais e produzir respostas inovadoras em contexto de escassez de recursos¹.

A capacitação das comunidades, o impacto social das mudanças, bem como a escala, alcance, replicabilidade e a sustentabilidade das iniciativas são métricas desta abordagem que se orienta transversalmente para intervenções em qualquer sector da economia, e articula atores do mercado, do Estado e do terceiro sector em benefício da lógica de proximidade e de racionalização que o Estado Providência não conseguiu garantir.

Do ponto de vista da teoria social e política, ambas as abordagens alinham com a designada Terceira Via e no modelo do welfare mix (ao invés do welfare state) com uma partilha de responsabilidades da proteção social entre Estado, mercado e terceiro sector. É neste âmbito que políticas empresariais clássicas, outrora designadas de paternalistas, são agora rotuladas de responsabilidade social corporativa e que o terceiro sector é genericamente considerado como o porta-voz da sociedade e da comunidade, numa estratégia clara de retirada do Estado das políticas sociais, de redução de custos e de racionalização de recursos de acordo com a lógica do mercado.

1 A Escola da Inovação Social desenvolveu a sua identidade através do trabalho de Bill Drayton, fundador da Ashoka, em 1980. A Ashoka começou a apoiar inovadores para o público ou empreendedores do público, pessoas que, de acordo com a descrição do economista Joseph Schumpeter (1996 [1905-1950]), reformam ou revolucionam os padrões de produção. Inspirado nesta definição, Bill Drayton entende os empreendedores sociais como aqueles que reformam ou revolucionam o modelo de produzir valor social nas áreas da educação, da saúde, do ambiente e do acesso ao crédito. Só no início dos anos 1990 do séc. XX é que o conceito de empreendedor social se tornou descritivo dos inovadores do sector social, em comparação com a atuação dos empreendedores de negócio.

Uma boa ilustração destas propostas é dada pela Iniciativa Portugal Inovação Social², a resposta nacional aos desígnios europeus que elegeram a inovação e o empreendedorismo social como uma área de aposta da Estratégia Europeia 2020. Pretende-se criar um mercado de investimento social entendido como aplicação de capital em projetos, organizações ou fundos para o desenvolvimento de respostas inovadoras que se distingam das respostas tradicionalmente dadas na resolução de problemas sociais quer pelo seu potencial de impacto e sustentabilidade — e por isso de retorno de valor para a sociedade, quer pelo objetivo de obter um retorno ou reembolso do capital. “O investimento social comporta um espectro amplo de modelos de financiamento, desde a filantropia de impacto em que o retorno é medido apenas em termos do impacto social gerado, aos fundos de empreendedorismo social em que prevalece a expectativa de obtenção de retorno financeiro associado ao impacto social”³.

Trata-se de uma lógica diferente da filantropia, do mecenato ou dos subsídios, integrando modelos de financiamento convencionais tais como empréstimos, créditos, fundos de investimento, mas com o objetivo de obter um retorno sobre os montantes financeiros investidos, condicionados pelos resultados sociais obtidos, ou seja, um retorno de valor para a sociedade.

Outras iniciativas, de caráter minoritário quer enquanto propostas teóricas, quer enquanto práticas, são guiadas pela busca do bem-estar social, baseadas na cooperação, partilha e solidariedade. Representam uma proposta de rutura com o status quo vigente e avançam com alternativas de caminhos e processos colaborativos, democráticos e empoderadores garantes do respeito pelo ambiente, pela cultura, pelas comunidades e sobretudo pelas pessoas que são colocadas no centro da economia. É o caso da produção agroecológica, do consumo responsável, das cooperativas populares, das moedas sociais, dos bancos do tempo ou das finanças éticas.

Estas outras formas de fazer economia, encontram ancoragem teórica nas abordagens da economia solidária. Remetem para a “outra economia” (Cattani, Laville, Gaiger et al., 2009) ou para práticas económicas alternativas (Connill, 2012) que se

2 Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, de 16 de Dezembro de 2014

3 Portugal Inovação Social – Síntese Investimento Social. Disponível em <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/wp-content/uploads/2016/03/Portugal-Inova%C3%A7%C3%A3o-Social-5%C3%ADntese-27Jan.pdf>. Consultado a 15 junho de 2018

afastam do padrão clássico da economia de mercado capitalista, hoje questionado no âmbito do paradigma do desenvolvimento sustentável. Apontam para ideais e práticas que se apresentam como uma “alternativa material e humana superior à economia capitalista” (Cattani, 2009: 7). Integram “novos valores e princípios que se opõem a práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias” (Cattani, 2009: 7).

Os princípios e os valores da “solidariedade, sustentabilidade, inclusão, cooperação, emancipação social” (Cattani, 2009: 7) compõem o ideário da “outra economia”, por oposição à “concorrência, competição, exploração, acumulação compulsória e exclusão” (Cattani, 2009: 7), característicos da economia capitalista. O debate sobre formas alternativas de organização, em que são retomadas as antigas configurações organizacionais, tais como as cooperativas no domínio económico, as mutualidades no domínio da segurança/ação social e as associações no âmbito político, é entendido como central para a resposta aos novos desafios sociais. Estas organizações têm vindo a diversificar-se, multiplicando-se o tipo de organizações que, coexistindo ao lado do sector estatal e do sector mercantil, se orientam no sentido de repor os níveis de democracia ameaçados e de empoderar as pessoas e as comunidades, projetando-se enquanto escolas de democracia (Rego, 2010) na sua aceção mais ampla.

Um ideário que se tem traduzido em ações concretas que se encontram em fase de expansão quer do ponto de vista teórico e conceptual, quer do ponto de vista das práticas em vários países da Europa Ocidental e da América Latina, mas também no mundo norte-americano, ainda com uma adesão relativamente mais recente, com exceção da região do Quebec, no Canadá.

A economia social e solidária: uma proposta teórica e ideológica progressista

No contexto de intensificação da globalização, o conceito de economia solidária assume forte expressão na Europa francófona na década de 1990, encontrando igualmente um itinerário relevante no sul da Europa e na América Latina. Adotada por diferentes países, com conceções variadas, mas ao redor da ideia de solidariedade em detrimento do interesse individual e ganho material/lucro, expressa-se “mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (Laville &

Gaiger, 2009, p.162). Enfatiza a especificidade das novas iniciativas e lógicas de ação relativamente às organizações da economia social instituídas.

Como afirmam Defourny e Develtere (1999, pp. 43 – 44), ao contrário do que acontece em alguns países da América Latina, na Europa, a designação de economia solidária não suplanta ou concorre com a de economia social, antes a complementa. Dá visibilidade às formas coletivas de organização da sociedade civil, emergentes com base nos princípios originários da economia social, e destaca os seus aspetos mais inovadores, tanto na Europa como noutras regiões do planeta. Expressa, nomeadamente, “outras formas de fazer economia” baseadas nos princípios da solidariedade e da reciprocidade.

Na Europa, os exemplos desta nova economia social (Defourny, Favreau & Laville, 1998) ou economia solidária são iniciativas de reação à crise económica e ao desemprego massivo de diversos grupos sociais, gerando oportunidades de trabalho e de rendimento para pessoas e famílias vulneráveis, bem como serviços para satisfação de necessidades de comunidades carenciadas. São, também, resultantes de movimentos de contestação aos modelos de intervenção dos Estados Providência, criando propostas alternativas de resposta às problemáticas da pobreza e exclusão social, da qualidade de vida e do ambiente, num contexto de busca de novos modelos de desenvolvimento sustentável (Estivill, Bernier & Valadou, 1997). Estas iniciativas tiveram a sua expressão mais significativa em torno das empresas de inserção (designando genericamente organizações geridas de forma empresarial com missão de inserir social e profissionalmente pessoas em situação de exclusão social) e dos serviços de proximidade (Defourny, 2001).

Na América do Norte, o uso do conceito de economia social e solidária como matriz de entendimento unificadora de uma ampla gama de conceitos e práticas centrados nas pessoas começou a ser usado primeiro no Quebec em meados dos anos de 1990, e no Canadá em geral desde 2000, mas nos EUA a afirmação conceptual é mais recente, datando de 2006 – 2007 (Poirier e Kawano, 2008).

Para Laville (2009), compreender a economia solidária implica uma abordagem sociológica e histórica crítica relativamente à visão ortodoxa da ciência económica. Até ao século XIX, as lógicas da economia de mercado estavam relativamente circunscritas aos centros urbanos, predominando, então, lógicas de economia doméstica e comunitária, baseadas nos princípios da reciprocidade, na troca direta, nas relações de

proximidade e confiança. A difusão da economia de mercado com o desenvolvimento dos Estados Providência durante os Trinta Gloriosos Anos, operou uma divisão entre o ‘económico’ (a economia de mercado) e o ‘social’ (a economia redistributiva do Estado) e acentuou a subalternidade da economia doméstica.

O espaço da economia solidária implica reclamar o princípio da reciprocidade e uma visão plural da economia, entendida como conjunto de atividades de produção e distribuição de serviços, dirigida à satisfação das necessidades humanas (Laville, 1994/2000, pp. 13 – 17). Os produtos e serviços têm sobretudo um valor de uso, sendo o objetivo primordial da troca solidária a satisfação de necessidades.

Para este autor, a economia solidária assume uma dupla dimensão, política e económica (Laville, 2009, pp. 42 – 43): “A economia social, centrando-se sobre o aspeto organizacional, não foi capaz de contrariar o isomorfismo institucional criado pela divisão e complementaridade entre Mercado e Estado social. Centrada sobre o sucesso económico das empresas que a compõem, deixou de lado as mediações políticas. É, na verdade, como reação aos efeitos perversos dessa focalização na dimensão económica que as experiências das últimas décadas reforçaram a dimensão política de iniciativas que pretendem ser tanto cidadãs como empresariais”.

Reafirmando os princípios originais da economia social, a economia solidária propõe um projeto de sociedade alternativo, com uma vertente política, realçando a necessidade de compromissos institucionais que promovam a emancipação e a democracia no seu funcionamento interno e externo.

Nos denominados países em desenvolvimento em África, Ásia e América Latina, a economia solidária é também apelidada por outros conceitos, nomeadamente de economia familiar, economia popular, economia cooperativa e economia comunitária (Defourny & Develtere, 1997), economia popular solidária, socioeconomia solidária ou economia autogestionada (Lechat, 2002).

A conceção de economia solidária da América Latina parece aproximar-se da escola europeia da economia social, nomeadamente pelas suas raízes associativas, pela sua natureza económica e gestionária, ainda que com diferenças relevantes. A Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS) emprega a expressão de economia social e solidária. Frequentemente, fala-se de uma “outra economia”, seja social, popular ou solidária, no sentido de uma construção identitária,

baseada na recuperação dos princípios do cooperativismo europeu e pioneiro do século XIX (principalmente a autogestão) e no desenvolvimento de uma cultura solidária (Souza, 2010).

Nos países da América Latina, consideramos que o conceito de economia solidária é frequentemente equivalente ao de economia social europeia, no que se refere ao sub-setor do mercado, de acordo com a proposta de Chavez e Monzón (2007).

Estas experiências “baseadas nos princípios da autogestão, cooperação, liberdade, democracia e solidariedade têm crescido com intensidade a partir dos anos 1990, nos diversos países da América Latina, no contexto de reestruturação produtiva e de revisão dos projetos políticos revolucionários” (Sígolo & Barbieri, 2007, p. 11). Apresentando um cunho marxista, a economia solidária pugna por um mecanismo de coordenação oposto à lógica do interesse privado, onde estão presentes quer práticas mais tradicionais, como sejam as cooperativas de produção ou as fábricas recuperadas, quer formas inovadoras, como redes de cadeias produtivas ou organizações de finanças solidárias (Cunha & Santos, 2011). O vínculo social de reciprocidade aparece como o fundamento das relações de cooperação estabelecidas, seja nas iniciativas de comércio justo ou nas cantinas populares, seja nos coletivos de geração de rendimento ou nas cooperativas de produção e comercialização ou ainda nos bancos e redes de troca. Em muitos casos, as práticas de autogestão promovem, na esfera pública, uma participação cidadã e consequente dinamização de redes de interação participativas, que conferem um conteúdo político a iniciativas locais (Gaiger & Laville, 2009, pp. 166 – 167). Como afirma Mello, a economia solidária “tem algo de missionário, algo de visionário e algo de utilitário e pragmático, de militante” (2007, p. 7), sendo por isso um projeto que, para além de uma dimensão socioeconómica, tem uma dimensão sociopolítica vincada, onde é notória a “combinação contraditória entre um projeto desejável e o esforço científico para descobrir para onde caminha a sociedade realmente existente” (Sígolo & Barbieri, 2007, p. 13).

O uso destes conceitos tem implícito um projeto de sociedade a que aderem algumas organizações políticas e sindicais. Os empreendimentos solidários articulam as dimensões económica, política e social, garantindo, como salienta Coraggio (2007), a reprodução ampliada da vida, que abrange não apenas a satisfação de necessidades materiais, mas a qualidade de vida das pessoas e dos territórios. Deste modo, a amplitude de atividades exercidas na economia solidária parece não abarcar apenas serviços

sociais para públicos vulneráveis, tipicamente europeus, mas todas as formas de “reprodução ampliada da vida”, incluindo-se nesta designação de Corragio (1994 apud Cunha & Santos, 2011) quer a satisfação de necessidades básicas, quer a melhoria da qualidade de vida, seja com a produção de bens e serviços, seja com a comercialização, trocas, crédito ou finanças. A natureza coletiva e associativa implica o “fazer junto”, baseado numa conjugação de esforços que pode conhecer várias variantes, desde a produção individual à comercialização coletiva (ou o inverso), à compra coletiva de fatores de produção ou propriedade e uso coletivo de equipamentos, entre outros mais recentemente reforçados, como é o caso do consumo responsável e das finanças éticas.

A RIPESS — Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária — representa o expoente máximo de afirmação da economia social e solidária no mundo. É uma rede mundial de redes continentais⁴ que conecta as redes da economia social e solidária nacionais e setoriais em todo o mundo, acreditando na importância da solidariedade global para construir e fortalecer uma economia que coloque as pessoas e o planeta no centro. As organizações envolvidas nesse esforço reconhecem a necessidade de o fazerem em parceria e em colaboração, em todo o mundo, que têm uma agenda semelhante de construção de uma abordagem alternativa à economia neoliberal atual⁵.

4 As redes continentais por território referem-se à América Latina e Caribe (RIPESS-ALC), Europa (RIPESS-UE), América do Norte (RIPESS-EUA), África (RAESS - África. Rede SSE) e Ásia (Conselho de Economia Solidária da Ásia).

5 Fonte: <https://ripessna.wordpress.com/resources/solidarity-economy-in-north-america-a-history/>. Consultado a 15 junho de 2018

Referências

BOSCHÉE, J., & McClurg, J. (2003). Towards a better understanding of social entrepreneurship: some important distinctions. Retirado a 17 de fevereiro 2016 de <http://www.caledonia.org.uk/papers/Social-Entrepreneurship.pdf>

BORNSTEIN, D. (2007). Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias. Alfragide: Estrela Polar.

CATTANI, J.-L. (2009). “Construindo a outra economia”. In Laville, L. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.). Dicionário internacional da outra economia (pp.7-8). Coimbra: Almedina.

CATTANI, J.-L. Laville, L. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.) 2009. Dicionário internacional da outra economia (pp.162-168). Coimbra: Almedina.

CASTELLS, M., Banat-Weiser, S., Hlebig, S., Kallis, G., Pink, S., Seale, K., Varvarousis, A. (2017). Another economy is possible. Cambridge: John Wiley and Sons.

CASTELLS, M.; Caraça, J. & Cardoso, G. (2012). Aftermath. The Cultures of the Economic Crisis. Oxford: Oxford University Press.

CAVES, R. & Monzón, J. (2007). The Social Economy in the European Union. Working paper CIRIEC, nffl 2088/02.

CONILL, J.; Cardenas, A.; Castells, M.; Hlebig, S. & Servon, L. (2012). Otra vida es posible. Practicas económicas alternativas durante la crisis. Barcelona: UOC Ediciones.

CORAGGIO, J. (2007). Una perspectiva alternativa para la economia social: de la economia popular a la economia del trabajo. In José Coraggio (Org.), La economia social desde la periferia: contribuciones latino-americanas (pp. 165-194). Buenos Aires: Altamira.

CUNHA, G. C., & Santos, A. M. (2011). Economia Solidária e Pesquisa em Ciências Sociais: Desafios Epistemológicos e Metodológicos. In Hespanha, P. & Santos, A.M. (Orgs.), Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas (pp. 15- 56). Coimbra: Almedina.

DEES, G. (1998). Enterprising Nonprofits. *Harvard Business Review*, 76 (1), 55-67.

DEES, G. (2001). The Meaning of Social Entrepreneurship. Retirado a 17 de fevereiro, 2014 de http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf

DEFOURNY, J. (2001). Introduction: From third sector to social enterprise. In J. Defourny & C. Borzaga (Eds.), *The Emergence of Social Enterprise* (pp. 1-28). London: Routledge.

DEFOURNY, J., & Develtere, P. (1999). The social economy: the worldwide making of a third sector. In J. Defourny, P. Develtere & B. Fonteneau (Eds.), *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: De Boeck & Larcier.

DEFOURNY, J., Favreau, L., & Laille, J.-L. (dir.) (1998). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Editions Desclée de Brouwer.

ESTIVILL, J., Bernier, A., & Valadou, C. (1997). *Las Empresas Sociales en Europa*. Barcelona: Hacer Editorial.

FERNÁNDEZ, A. & Miró, I. (2016). *L'Economia Social i Solidària a Barcelona*. Barcelona: Comissionat d'Economia Cooperativa, Social e Solidària. Ajuntament de Barcelona.

GAIGER, L. & Laille, J.-L. (2009). Economia solidària. In A. Cattani, J.-L. Laille, L. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp.162-168). Coimbra: Almedina.

GIDDENS, A. (2001). *The global Third Way debate*. Cambridge: Polity Press.

HALL, P. & Taylor, R. (2003). As três versões do institucionalismo. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, 58, (pp.193-223).

HOOGENDORN, B., Pennings, E., & Thurik, R. (2010). What Do We Know about Social Entrepreneurship? An Analysis of Empirical Research. *International Review of Entrepreneurship*, 8(2), 1-42.

MEIRA, D. & Ramos, M. (2014). *Governança e Regime Económico das Cooperativas*. Estado da arte e linhas de reforma. Porto: Vida Económica.

MULGAN, G., Tucker, S. & Sanders, R. (2007). *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Oxford University.

LAILLE, J.-L. (dir.) (1994). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

LAVILLE, J.-L. (2009). L'économie solidaire dans le débat théorique. *Revista de Economia Solidária*, (1), 31-70.

LECHAT, N. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 2 (1), 123-140.

MANCINI, E. (2008). *Costelação Solidarius. As fendas do capitalismo e a sua superação sistêmica*. Instituto Superior de Filosofia Berthier, Passo Fundo.

MELLO, S. L., Sígolo V. M. & Barbieri, E.M. (Eds) 2007. *Economia Solidária e Auto Gestão*, NESOL-USP, São Paulo, 11-18.

MOORE, J.F. (1996). *The Dead of Competition: Leadership and Strategy in the Age of Business Ecosystems*. New York: Harper Business.

PARENTE, C., Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. Parente, C. (coord.) *Empreendedorismo social em Portugal*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

PARENTE, C. , Marcos, V., Quintão, c. (2014-2015 [2016]). Portugal Inovação Social: anotação à Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, de 16 de Dezembro de 2014. *Revista Cooperativismo e Economia Social*, Universidade de Vigo, 37, 397-405.

Portugal Inovação Social – Síntese Investimento Social. Disponível em <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/wp-content/uploads/2016/03/Portugal-Inova%C3%A7%C3%A3o-Social-S%C3%ADntese-27Jan.pdf>. Consultado a 15 junho de 2018.

PUTNAM, R. (1993). *Making democracy work: civic tradition in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

RIPESS (s.d). *Global Vision for a Social Solidarity Economy: Convergences and Differences in Concepts, Definitions and Frameworks*. Disponível em http://www.ripess.org/wp-content/uploads/2017/08/RIPESS_Vision-Global_EN.pdf. Consultado a 15 de junho de 2018.

POIRIER, Y. e Kawano, E. (2008). *Visions related to building the solidarity economy and related alternatives in North America*. Paper submitted to Alliance for a Responsible, Plural and Solidarity-based Economy (ALOE) and RIPESS North America. *Another economy is possible!* Disponível em: <https://ripessna.wordpress.com/>

press.com/resources/solidarity-economy-in-north-america-a-history/. Consultado a 15 de Junho de 2018.

REGO, R. (2010). “Vendendo virtude? Contributo para a reflexão sobre a gestão democrática das organizações sem fins lucrativos”. Próximo Futuro. Gestão das organizações sociais e culturais, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em http://www.proximofuturo.gulbenkian.pt/sites/default/files/ficheiros/Raqua_el-Rego.pdf. Consultado a 15 junho de 2018.

PORRO, A. (2016). “Què són les economies transformadores?”. In: Opcions. <https://opcions.org/agrada/economies-transformadores/> Accessed 30 nov. 2020.

SOUZA SANTOS, B. (2020). A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Almedina (edição reduzida).

SCHUMPETERS, J. (1996 [1905-1950]). *Essays: managers, innovation, business cycles and capitalism evolution*. Oeiras: Celta.

SÍGOLO, V.M., Barbieri, E.M. (2007). Apresentando autores e textos. In S. L. Mello, V. M. Sígolo, E. M. Barbieri (Orgs.), *Economia Solidária e Auto Gestão* (pp.11-18). São Paulo: NESOL-USP.

SOUZA, A. R. (2010). A economia solidária é uma miragem. Comunicação ao 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu, Minas Gerais.

SURIÑACH, R. (2017). *Economías transformadoras de Barcelona*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona.

WALLERSTEIN, I. (2011 [1974]). *The Modern World-System, I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, revised ed. with New Prologue. San Francisco: Univ. of California Press.

YUNUS, M. (2002). *O Banqueiro dos Pobres. Autobiografia de Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen*. Viseu: Difel.



LA TEMPORALISATION DU TEMPS : UNE LONGUE MARCHÉ

FRANÇOIS HARTOG*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41645>

Texte présenté lors d'une conférence donnée par François Hartog, le 10 octobre 2011, dans le cadre du Programme Chaire IEAT/FUNDEP.

* François Hartog est un historien français spécialisé dans l'historiographie grecque, l'historiographie romaine et l'historiographie moderne. Professeur à l'École des hautes études en sciences sociales en France, il a étudié à l'École normale supérieure de Paris.

Qu'entend-on par temporalisation du temps ? Quelles que soient les manières de le comptabiliser, le temps n'a jamais cessé de passer, menant tout être vivant de son apparition à sa disparition. Les astres n'ont jamais interrompu leurs révolutions. Il n'empêche qu'il y a une histoire du temps. Ont en effet varié les façons qu'ont eues les groupes humains de faire avec le temps et de faire du temps, et multiples ont été les manières de le scruter, de le contrôler, de l'enrôler, de le suspendre ou le supprimer, ou du moins d'y prétendre¹. Là, on entre proprement dans une histoire du temps, qui est celle des communautés face à la contingence, soucieuses de se perpétuer, aux prises avec les conflits d'intérêts et les luttes de pouvoir et, inévitablement, confrontées à la mort de tous et de chacun. C'est toute la gamme de ces opérations sur le temps que je nomme longue marche de la temporalisation du temps, avec, tout aussitôt, cette précision : la marche n'a été ni linéaire ni tendue d'emblée vers un telos unique, qui aurait été le temps de l'Europe ou de l'Occident porté par le concept moderne d'Histoire². Les premiers historiens ont eu souci des synchronismes, tandis que les chronographes ont développé, jusqu'à l'époque moderne, une véritable science des temps. A ce premier puissant instrument de la temporalisation du temps s'est ajouté ce que je nommerais la domestication du simultané du non-simultané, qui vient briser ou miner la suite des temps.

De cette marche, les étapes récentes nous sont les plus familières qui voient se former un temps historisé, dénaturalisé, universalisé, alors même qu'en sens inverse la Nature allait se trouver temporalisée. Les époques de la nature de Buffon en fournissent un repère majeur. Mais nous sommes à la fin du XVIIIe siècle, en 1778. « Comme, dans l'Histoire civile, écrit-il, on consulte les titres, on recherche les médailles, on déchiffre les inscriptions antiques, pour déterminer les époques des révolutions humaines, et constater les dates des événements moraux ; de même, dans l'Histoire naturelle, il faut fouiller les archives du monde, tirer des entrailles de la terre les vieux monuments, recueillir leurs débris, et rassembler en un corps de preuves tous les indices des changements physiques qui peuvent nous faire remonter aux différents âges

1 Krzysztof Pomian, *L'ordre du temps*, Paris, Gallimard, 1984.

2 François Hartog, « *Ordre des temps : chronographie, chronologie, histoire* », in *Théologies et vérité au défi de l'histoire*, Recherches de sciences religieuses, Peeters, 2010, p. 279-28

de la Nature. C'est le seul moyen de fixer quelques points dans l'immensité de l'espace, et de placer un certain nombre de pierres numéraires sur la route éternelle du temps³. Le dégagement d'un temps, conçu comme foncièrement historique, coïncide avec ce que nous avons nommé temps modernes. Un clair indice en est apporté par la montée en évidence de la notion d'anachronisme. Qu'est l'anachronisme ? D'abord (simple) « faute contre la chronologie », précise l'Encyclopédie, consistant à placer un fait ou un événement plus tôt, du grec *ana*, en avant -, il devient une faute contre le temps, une faute de temps, comme on repère une faute de grammaire. Il devient faux- sens, voire contresens. Contredisant aux règles du temps, l'anachronisme va à contre- courant. Dans la mesure où il introduit du désordre dans le cours du temps, il faut le repérer et le dénoncer : on formera des surveillants dont ce sera la charge. On ne doit pas projeter sur le passé des idées, des comportements, des usages qui sont ceux du présent, ignorer la différence des temps. Cette transformation de la notion est donc un signe sûr de la temporalisation du temps.

À rebours, dans ce que je nomme l'ancien régime d'historicité, quand la catégorie du passé l'emporte sur le présent et le futur, l'histoire, celle de l'*historia magistra* ne fonctionne, ne peut fonctionner ainsi, puisqu'on pose que les précédents ont été plus grands. Le passé est à portée de main comme réservoir d'exemples. Les anciens sont au premier rang, le présent se vit comme inférieur, d'où le grand appel de l'imitation pour le hisser, s'il se peut, à la hauteur du passé glorieux. Jusqu'à ce point qui en amorce le retournement, quand imiter, avec le programme proposé par Johan Joachim Winckelmann aux Allemands, devient la voie pour devenir soi-même inimitable⁴. Imiter s'impose comme le plus court chemin vers l'originalité.

L'âge d'or de la temporalisation accomplie (qu'on a cru définitive) est celui du régime moderne d'historicité : le futur domine et le progrès est le but et le moteur. Là, le temps est devenu acteur et lui font cortège les notions d'anachronisme, de survivance, celle d'accélération, d'évolution, de précurseur, celle d'avance et de retard, d'avant-garde, de fourrier. La France de la Restauration a, par exemple, l'émigré qui n'a « rien appris et rien oublié » en butte témoin d'un temps révolu. « Dans les rues, on voyait des

3 Buffon, *Les Epoques de la nature*, éd. J. Roger, Paris, Editions du Muséum, 1988, Premier Discours, p. 3.

4 François Hartog, *Anciens, modernes, sauvages*, Paris, Seuil, 2005, p. 108-109.

émigrés caducs avec des airs et des habits d'autrefois, hommes les plus respectables sans doute, mais aussi étrangers parmi la foule moderne que l'étaient les capitaines républicains parmi les soldats de Napoléon », note Chateaubriand dans ses Mémoires d'outre-tombe⁵. Ou encore, une des grandes failles qui traverse la Comédie humaine est celle d'une discordance des temps. Il y a les salons d'ancien régime, provinciaux et décrépits, les demi-soldes de l'Empire, déjà surannés dans leur redingote élimée, et face à eux, dans un autre monde (composite), ceux qui tiennent le haut du pavé.

Qu'est-ce en effet qu'un temps temporalisé ? Un temps, actif, acteur, agent, qui est la mesure de la force de l'Histoire, l'inscription de sa puissance jamais en repos. Il y a le train du temps et les locomotives de l'Histoire ou des révolutions (ce qui, pour certains, revenait au même). Ce temps, qui est celui de l'Histoire, de la philosophie de l'histoire et de l'histoire universelle, telles que les a entendues le XIXe siècle, est d'abord l'affaire des philosophes – Hegel en tête –, qui en sont les desservants et les chantres avant d'en devenir les prophètes désenchantés, en commençant par Ostwald Spengler⁶. Ce temps temporalisé irrigue l'époque qu'on nommera, nettement plus tard, celle des « grands récits », au moment justement où le postmodernisme voudra prendre acte de sa clôture définitive et s'emploiera à en dresser le constat de décès.

Le Récit Suspendu

Avant d'en venir à des situations très anciennes et des temps très éloignés, arrêtons-nous brièvement sur l'aujourd'hui, le nôtre : sur ce moment de présent omniprésent, hypertrophié, de présent seul, que j'ai proposé de nommer présentisme⁷. Des mille façons de l'aborder, j'en choisis une un peu latérale, en partant d'un livre, paru en 2007, *L'homme qui tombe*, du romancier américain Don DeLillo. De quoi y est-il question ? De l'impossibilité, désormais, de tout récit, dans la ville de l'après-11 septembre 2001. Par l'entremise des différents personnages, le livre cherche à faire

5 François-René de Chateaubriand, *Mémoires d'Outre-tombe*, Paris, Gallimard, coll. « Bibl. de la Pléiade », 1951, I, p. 899.

6 F. Hartog, « De l'histoire universelle à l'histoire globale », *Le Débat*, 154, 2009, p. 58-59.

7 F. Hartog, *Régimes d'historicité, Présentisme et Expériences du temps*, Paris, Seuil, 2003.

l'essai de cette impossibilité : qu'est-ce qu'un monde sans récit ? On traverse une succession de cercles : celui des survivants d'abord, les conjoints, les proches, les New-Yorkais, d'autres encore jusqu'aux terroristes eux-mêmes. Partout, se retrouve cette même incapacité à articuler un récit suivi : les dialogues sont bancals, les questions et les réponses ne se rejoignent pas, les paragraphes ne s'enchaînent pas les uns aux autres, on ne sait pas toujours qui parle, l'asyndète est omniprésente. De la première phrase « Ce n'était plus une rue mais un monde, un espace-temps de pluie de cendres et de presque nuit », jusqu'à la dernière phrase : « Puis il vit une chemise descendre. Il marchait et la voyait tomber, agitant les bras comme rien en ce monde », le lecteur se trouve pris dans ce moment de fin du monde, de fumée et de cendres, dans ce temps arrêté : « récit » d'un jour d'apocalypse. « Peut-être est-ce à quoi ressemblent les choses quand personne n'est là pour les voir », se dit Keith, le personnage principal, alors qu'il marche, hagard, après être sorti de la tour en feu⁸. Le roman a beau chercher à appréhender les « jours de l'après », il demeure tout entier pris dans ce temps suspendu. Dans notre temps désormais sans récit courent les petites histoires, sans liens entre elles, et s'impose le storytelling devenu la tarte à la crème des news et de la communication politique. Ce livre est, pour moi, une exploration littéraire du présentisme : jusqu'à son paroxysme.

Pourtant, tout n'a pas basculé le jour du 11 septembre, déjà auparavant ça n'allait guère : la possibilité de faire récit était bien entamée. Pour le signifier, DeLillo introduit, de façon très appuyée, un des fléaux et une des grandes peurs de notre contemporain : la maladie d'Alzheimer. Elle rôde tout au long du livre, symptôme et puissant révélateur de notre époque. Lafemme de Keith, prénommée Lianne, s'était engagée dans du travail social : chaque semaine, elle animait un groupe de « mémorisations d'histoires » pour des personnes aux stades préliminaires de la maladie d'Alzheimer, tandis que lui rejoignait, de son côté, un groupe de joueurs de poker⁹. Quinze ans plus tôt déjà, le père de Lianne, atteint de ce mal, s'était donné la mort. Elle-même en guette avec anxiété les signes avant-coureurs chez elle. Ce ne sont plus les lapsus qui retiennent notre attention mais les oublis. Le couple a un enfant qui devra gran-

8 Don DeLillo, *L'homme qui tombe*, Arles, Actes Sud, 2008, p. 14.

9 Ibid. p. 39.

dir « dans l'ombre profonde de ses propres souvenirs », car il n'aura guère connu ses grands-parents, qui sont « ceux qui ont les souvenirs les plus reculés¹⁰ ».

Plus énigmatique, car il refuse le jeu de la communication, il y a l'Homme qui tombe, artiste de rue connu sous ce nom, car sans un mot d'explication il a pris l'habitude de se jeter dans le vide et d'apparaître ainsi, seulement retenu par un harnais de sécurité, dans différents endroits de la ville. « Cette position visait-elle à refléter la posture spécifique d'un homme qui avait été photographié dans sa chute du haut de la tour nord du World Trade Center [...] un homme se découpant à jamais en chute libre sur l'arrière-plan des panneaux verticaux de la tour ?¹¹ Les journalistes, en tout cas, sont bien en peine de rendre compte de son comportement. Le maire, lit-on, « trouve que l'homme qui tombe est un crétin¹² ».

Dans son ample méditation philosophique sur le temps, Paul Ricoeur trouvait une résolution des apories du temps dans le temps narré : il n'y a, pour finir, de temps pensé que raconté¹³. Mais, dès lors qu'il n'y a plus de narration du temps, il n'y a plus non plus de temps pensé. Ou, plutôt, de quel temps narré s'agit-il si le roman déploie toutes ses ressources pour démontrer l'impossibilité d'articuler un récit ? Et donc de quelle pensée du temps ? S'impose le terme d'aporie, une aporie dédoublée ou redoublée : celle du récit et celle du temps.

En faisant appel aux catégories herméneutiques d'horizon d'attente et de champ d'expérience, telles que les a maniées Reinhart Koselleck, nous pourrions aussi donner cette analyse de la situation présente. L'horizon d'attente, loin de reculer sans cesse, semble au contraire s'approcher de nous, comme cette ligne d'ombre porteuse de menaces, par nous-mêmes mise en mouvement, risquant de faire éclater la bulle présentiste de la globalisation tandis que le champ d'expérience se trouve jeté quasiment hors champ, sauf sous la forme massive et figée de quelques maîtres mots d'époque (mémoire, patrimoine, commémoration, identité). Cette menace trouve de multiples traductions, de la plus triviale à la plus élaborée.

Se développent des réflexions autour des catastrophes. Ainsi la revue *Esprit* leur

10 Ibid. p. 262. 11. Ibid., p. 266. 12. Ibid., p. 267.

11 Ibid., p. 266.

12 Ibid., p. 267.

13. Paul Ricoeur, *Temps et récit*, Paris, Seuil, 1983, I, p. 17.

a-t-elle consacré un dossier, sous le titre *Le temps des catastrophes*, dans lequel un collectif de chercheurs, qui s'est nommé, de façon emblématique, le « groupe 2040 », expose son approche de ce temps pas « comme les autres » qui induit un « nouveau rapport au temps et à l'action ». Pour eux, « l'idée de catastrophe semble occuper la place que remplissait hier l'idée de révolution »¹⁴. On parle d'apocalypse ou, à nouveau, d'apocalypse, de multiples façons. Du côté d'une approche réflexive, on rencontre les ouvrages de Jean-Pierre Dupuy. Ingénieur, économiste, philosophe, il expose, depuis quelques années, son intime conviction que notre monde va droit à la catastrophe et défend ce qu'il appelle un « catastrophisme éclairé » qui implique un retournement de nos rapports au temps¹⁵ il s'inspire, notamment des réflexions développées dans les années 1950 par Günther Anders à partir de la situation nucléaire¹⁶. Pour Dupuy, il faut « se projeter, dit-il, dans l'après-catastrophe », jeter sur elle un regard rétrospectif, comme si elle avait eu lieu, puisque tout le problème n'est pas de savoir qu'elle aura lieu, mais d'y croire.

Je laisse là cette échappée sur l'aujourd'hui et reviens à ma question initiale. Quelles ont été les conditions de la temporalisation ? Qu'a-t-il fallu pour que le temps en vint à se temporaliser ? Quels déplacements dans les manières de le vivre et de le dire, de l'appréhender ont été nécessaires ? Comment ont-ils affecté les récits du temps qui, au cours des siècles, ont pu être produits ? Pour ce faire, tournons-nous vers des temps d'avant, très loin en amont, justement quand le temps n'était pas (encore) un acteur mais qu'il n'en fallait pas moins faire avec le temps. Quelles manières de faire, quels schèmes ont alors été expérimentés, formulés, qui ont pu être réinvestis ultérieurement, agencés autrement, moins d'ailleurs dans leurs contenus que dans leurs formes, leurs formalités ? Mais en gardant toujours en tête que les choses auraient pu tourner autrement.

14. Esprit, *Le temps des catastrophes*, mars-avril 2008, p. 6, 7 ; Isabelle Stengers, *Au temps des catastrophes*, Paris, La Découverte, 2009. La récente catastrophe de Fukushima a relancé, s'il en était besoin, les publications de toutes sortes.

15. Jean-Pierre Dupuy, *Pour un catastrophisme éclairé. Quand l'impossible est certain*, Paris, Seuil, 2002, La marque du sacré, Paris, Carnets nord, 2008. Id. Dans *l'œil du cyclone*, Colloque de Cerisy, Paris, Carnets nord, 2008.

16. Günther Anders, *L'obsolescence de l'homme, Sur l'âme de l'époque de la deuxième révolution industrielle* (1956), trad. française, Editions Ivrea, Paris, 2002.

Temps et récit des premiers temps

Pour un groupe humain, la première façon de faire du temps, la première forme de temps social est l'établissement d'un calendrier. Reliant temps cosmique et temps vécu, le temps calendaire est, pour reprendre encore une expression de Paul Ricoeur, un « tiers-temps ». D'abord lunaires, les calendriers ont ensuite fait place au soleil : dès le troisième millénaire en Égypte. Longtemps, on s'est efforcé de combiner les deux comptes, avant d'introduire, comme à Athènes au VI^e siècle avec la réforme de Clithène, un temps en plus, politique celui-là. Mais ce temps du retour réglé des travaux et des jours, de l'accomplissement des rites et des cérémonies, de l'intronisation des magistrats, de tout ce qui perpétue et renouvelle la communauté se trouve, paradoxalement, soustrait au temps, intemporel de fait.

Émile Benveniste l'avait relevé. Il distinguait, pour sa part, trois temps : un temps physique (continu), un temps linguistique (celui de l'échange je/tu), et un « temps chronique » qu'il désignait aussi comme « le temps des événements, qui englobe aussi notre vie en tant que suite d'événements »¹⁷. Ainsi objectivé, socialisé, le temps du calendrier ménage des intervalles constants et prévoit un comput de ces intervalles fixe et immuable. Ces dénominations du temps, comme Benveniste le note, sont vides de toute temporalité, à l'instar des nombres qui ne possèdent aucune propriété de ce qu'ils dénombrent. Scandé par le passage et le retour des jours, des mois, des années, le calendrier est, au fond, « extérieur au temps vécu, à l'expérience humaine du temps ».

Mais si survient un dérèglement, si se produit une rupture de la continuité, un accroc dans le rythme et le cycle, se pose alors la nécessité d'une intervention pour rétablir l'ordre, réparer, renouer la succession des temps. Une crise grave (guerre, attaques, usurpation, défaite, fin d'une dynastie, voire d'un empire) vient mettre le présent en péril : elle suspend le retour des jours, déborde ou brise le « temps chronique ». À qui revient alors la charge d'y remédier, à qui la prérogative et comment s'y prendre ? Très différentes ont été les réponses apportées par les groupes humains, et leur inventaire risquerait fort d'être interminable, mais apparaîtraient vite, je crois, des traits récurrents dans les façons de faire face à l'imprévu, au menaçant, à la catastrophe advenue. Si leur agencement varie, le répertoire des gestes possibles est assez limité.

17. Émile Benveniste, « Le langage et l'expérience humaine », Diogène, 51, 1965, p. 5

On peut, notamment, recourir à des oracles. On recueille des présages, on (des spécialistes, des prêtres) les interprète, on en tient la comptabilité et on fixe la façon de les « expier », pour parler comme un Romain, c'est-à-dire d'y apporter la réponse adéquate. Plus largement, on peut disposer des pratiques divinatoires, qui sont, si l'on y prête attention, des opérations sur le temps. Elles ne sont pas que cela, mais le sont largement. On consulte le devin (qui répond : si tel présage, alors tel oracle), ou se lève un prophète (qui donne sens à l'histoire), ou surgit un apocalypticien (qui voit arriver la fin et calcule le jour). Pour avoir une bonne idée de l'emprise et du degré de développement atteint par la divination, on peut se tourner vers la Mésopotamie. Entre les mains des scribes, la science divinatoire a été extraordinairement développée. Qu'il s'agisse d'une science, Jean Bottéro et Jean-Jacques Glassner l'ont abondamment prouvé¹⁸. Mais soyons attentifs au fait que cette science est d'abord science du passé. Car le devin est à l'affût des précédents, il réunit dans ses archives tous les cas dont il a pu avoir connaissance et compile des recueils qui garnissent les rayons de sa bibliothèque. Il est mû par un idéal d'exhaustivité. Son expertise consiste à lire les configurations, à déchiffrer ce que la divinité a écrit, notamment, sur les foies de mouton. On va ainsi, selon une démarche déductive, du présage à l'oracle. L'oracle est le résultat d'une démarche qui va du présent (l'état du foie) vers le passé (recherche d'un précédent), avant de formuler l'interprétation et de répondre à la question posée (que faire ? que va-t-il se passer ?), mais le temps n'est pas un facteur en tant que tel. Les dieux écrivent et il faut déchiffrer leur écriture.

Prophétie et apocalypse

Deux formes d'intervention ont fortement et durablement imprimé leurs marques: la prophétie et l'apocalypse. Au moment de leurs proférations, au fur et à mesure de leurs rédactions (celle du livre d'Isaïe s'est probablement étendue sur quatre siècles) et longtemps après, jusqu'à l'époque moderne, dans la mesure où, au-delà de leur lettre, ces structures narratives, ces modes de traitement, d'agencement du temps ont joué

18. Jean Bottéro, « Symptômes, signes, écritures », dans *Divination et Rationalité*, Paris, Seuil, 1974, p. 70-200 ; Jean-Jacques Glassner est l'auteur de nombreux articles sur le sujet, voir, entre autres, « L'aruspicine paléo-babylonienne et le témoignage des sources de Mari », *Zeitschrift für Assyriologie*, 95, 2005, p. 276-300.

un rôle matriciel dans ce qui deviendra la culture de l'Occident. Pour faire face à ce qui survient, risque d'advenir, est déjà là, l'une et l'autre réponse font en effet appel à un autre temps. Scandé par les interventions divines qu'il faut savoir reconnaître, il est découpé en périodes, vectorisé de telle sorte que le moment présent de crise se trouve inséré dans une suite, où il prend sens, voire puisse être reconnu comme prélude à une fin du temps, de ce temps mauvais et corrompu en tout cas. Généralement, les prophètes partent du présent et parlent au présent, tout en faisant appel au passé. Inspirés, les prophètes bibliques savent déceler l'action de Dieu dans l'histoire et dénoncent les manquements à l'Alliance, proclament ce qu'il ne faut pas faire, annoncent ce qui va se passer sauf si....

Le prophète est celui ou celle qui entretient un rapport direct avec la divinité. Choisi par elle, souvent contre son gré, il reçoit vision, inspiration. Requis pour faire face à l'urgence, il part des dangers du présent, mais il fait appel au passé, pour éclairer, donner sens à ce qui a déjà eu lieu. Si bien qu'en donnant le point de vue de Dieu, en se plaçant de son point de vue, en déchiffrant avec sûreté ce qui a eu lieu, il écrit proprement l'histoire, tout à la fois véridique et sacrée puisqu'elle est celle des interventions de Dieu dans l'histoire. Les prophètes bibliques écrivent. Richard Simon les voyait d'abord comme des « écrivains publics », chargés d'écrire les affaires les plus importantes de l'État. « C'est pourquoi les Juifs nomment encore aujourd'hui Prophètes la plupart des livres historiques de la Bible », « Ils pouvaient être aussi, en leur qualité d'interprètes de Dieu, à l'occasion, des orateurs publics (nabi), annonçant au peuple sa volonté »¹⁹. Ce qui va se passer, comme ça s'est déjà passé, si rien ne change.

Car à la différence du Zeus homérique, Dieu peut « changer d'avis » : il peut avoir pitié et agréer la repentance des hommes. « Qui sait si dieu ne se raviserait pas et ne se repentirait pas ? », se dit Jonas, qui, pour cette raison, fait tout pour échapper à sa mission d'aller annoncer aux gens de Ninive que leur ville va être détruite. À la limite, une prophétie serait d'autant plus authentique qu'elle ne s'est pas accomplie ! Puisque ce serait la preuve même de son efficacité. Ainsi, selon Martin Buber, « le véritable prophète n'annonce pas des malheurs irrévocables ; il parle de telle sorte que ses paroles se mêlent à la puissance de décision inhérente à l'instant présent, et que ses messages de malheur éveillent précisément cette dernière »²⁰. Récit du temps perfor-

19. Richard Simon, *Histoire critique du Vieux Testament*, Paris, Bayard, 2008, p. 109.

20. Martin Buber, *La foi des prophètes*, trad. par M.-B. Jehl, Paris, A. Michel, 2003, p. 169.

matif, la prophétie exhorte à faire, en ménageant une ouverture vers un temps d'après les tribulations (après l'exil, le retour ; après la destruction, la reconstruction ; après le jour de Yahvé, la bénédiction). Si la structure de la prophétie est proche de celle de la divination, le devin comme le prophète travaille d'abord avec et sur le passé, Yahvé est le seul à faire l'histoire. Il fait même servir les ennemis d'Israël aux desseins de sa politique, et le roi Cyrus peut être qualifié de « oint de Dieu ». Donnant à voir le sens de l'histoire, le prophète est aussi le garant de l'espérance (il y aura renouvellement de l'Alliance).

Même si elle s'inscrit dans et s'écrit à partir du genre prophétique, l'apocalypse emprunte d'autres voies. Les exégètes ont d'ailleurs reconnu des passages apocalyptiques chez certains grands prophètes (Isaïe, Ezéchiel). La suscite, elle aussi, une crise, plus exactement, elle se déploie autour d'un constat d'aporie qu'elle proclame. Le présent est tel qu'il n'y a plus d'issue, regimber, se révolter ou toute autre action ne sert de rien, les impies nous cernent et nous étouffent. Il n'y a plus rien d'autre à faire que de voir venir (au sens premier) la fin et s'y préparer. La crise présente génère d'intenses spéculations, tout particulièrement, celle du calcul des temps (jusques à quand ?). Elle peut procéder de deux façons, non exclusives l'une de l'autre. Elle recourt à des prophéties rétrospectives (pour nous), telles les visions prêtées à Daniel et leurs interprétations. On peut lire Daniel 11 comme une histoire de l'époque hellénistique vue par un Juif pieux. C'est d'ailleurs ainsi que le philosophe Porphyre, dès le III^e siècle, l'a lu. Ou elle présente un découpage de l'histoire par périodes. Fixées et écrites par dieu, elles rythment l'histoire et lui donnent sens. Telle est le cas de l'apocalypse des Dix Semaines dans le livre d'Hénoch.

L'écrit apocalyptique est une réponse à une question taraudante : jusques à quand ? Tourné vers l'établissement de la date de la fin, il ne fait pas grand cas du passé, car il n'y a encore rien eu de tel : une aporie aussi complète, sans issue aucune. Quant au futur, il n'est tourné vers lui que parce qu'il faut sortir d'un présent insupportable, mais il ne peut s'agir que d'un futur en rupture profonde avec tout ce qui a précédé. L'apocalypse brise le temps et excède les récits ordinaires. Le passé se découpe en périodes, le voir est affaire d'inspiration et de vision, tel Moïse dans Jubilés, ou Hénoch, le patriarche antédiluvien. Pour les apocalypticiens, ces périodes existent bel et bien. Elles ont été décidées, délimitées, inscrites dans les livres célestes par Dieu : l'homme

ne peut ni les changer ni les hâter. Il n'y a pas de place, pour ce phénomène moderne, nommé accélération du temps. Seul Dieu peut allonger ou raccourcir les temps. Rédigé au milieu du II^e siècle avant dans le milieu essénien, *Jubilés* découpe le temps en semaines : semaine d'année de 7 ans, jubilé de 49 ans, pour un total de 100 jubilés, soit 4900 ans. À Moïse, Dieu intime l'ordre d'écrire « ce qui adviendrait, le récit complet de la répartition légale et certifiée, de tout le temps »²¹. Suit un récit parallèle à celui de la Bible, où chaque événement est daté par jubilé, semaine, année, voire quantième du mois. À l'arrière-plan, le rigoureux système calendaire de Qoumrân sous-tend l'ensemble.

Au total, et de façon paradoxale, l'apocalypse valorise, fut-ce négativement, le présent. Car il est ce moment qui permet de voir complètement, de comprendre intégralement les prophéties du passé. Telle est la perception développée par les sectaires de Qoumrân. Dans leurs commentaires (*peshar*), ils introduisent même un écart (temporel ?) entre les visions et leurs interprétations. La vision du prophète (Jérémie ou Isaïe) est évidemment vraie mais elle ne devient pleinement décryptable qu'aujourd'hui, elle ne livre la totalité de son message qu'au Maître de justice, « à qui Dieu a fait connaître tous les mystères des paroles de ses serviteurs les prophètes ». Ainsi l'aporie du présent (dramatisée par des persécutions, ou la profanation du Temple) se retourne, malgré tout, en « privilège », car de ce lieu, il devient possible de récapituler et de voir au-delà, en ce moment où tout commence à basculer. À condition d'être dans les dispositions nécessaires et d'avoir su rompre avec les impies.

Persuadés d'être la dernière génération, les Esséniens, regroupés autour de Qoumrân, se vivaient comme le « véritable Israël ». Leur vie était réglée par un calendrier aussi précis que strict. En opposition à la culture grecque et romaine, mais aussi à l'impiété des Pharisiens, ils ont développé une vision apocalyptique de la fin des jours. Le Maître de justice sait tout de cette fin et « lit couramment » les paroles des prophètes. Le *peshar* (commentaire inspiré de textes de la bible) devient un instrument pour prédire l'avenir, c'est-à-dire le présent. Ainsi quand Habacuc fait mention des Chaldéens, il faut entendre, en fait, les Romains. Le *peshar* recourt à la lecture typologique, dont les chrétiens systématiseront l'emploi, pour en faire l'instrument majeur de leur lecture de l'Ancien Testament. Dans cette pratique se loge également une opération sur le temps.

21. *Jubilés*, 1, 4-6.

Les écrits de Qoumrân font aussi place à la notion d'une révélation graduelle. « Selon tout ce qui a été révélé temps par temps et pour mesurer la compréhension qui a été trouvée selon les temps, et la loi du temps », selon ce principe marchera la lignée d'Israël, indique la Règle de la Communauté²². L'histoire est une succession de périodes, décrétées par avance, dont les prophètes révèlent les mystères, jusqu'au Maître de justice qui est placé en position finale. S'il y a une temporalisation du temps, elle est nettement de l'ordre de l'eschatologie, n'en demeure pas moins qu'est introduite l'idée que le temps fait quelque chose à l'affaire, pour parler familièrement. « Temps par temps », « selon les temps », « loi du temps », autant d'expressions qui, même la part faite des problèmes de traduction, pointent toutes dans la direction d'un facteur temps.

L'apocalypticien déploie des prophéties rétrospectives et réactive d'anciennes prophéties (en les réinterprétant), à l'aide d'un dispositif qui est celui de la pseudépigraphie. On se projette dans le passé pour parler du présent : tout se passe comme si on découvrait le présent à partir d'un point lointain du passé (avec les yeux d'Hénoch, de Moïse ou de Daniel). « Le futur des apocalypticiens, observe l'exégète André Lacocque, est notre présent puisqu'ils se projettent dans un passé éloigné sous des noms d'emprunt pour parler d'événements qui leur sont contemporains »²³. Pourquoi ce recours à un point de vue si reculé, pourquoi passer par cette distanciation préalable, qui est une forme du « regard éloigné » ? Tout indique que c'est la seule manière pour éclairer, comprendre ce qui advient, pour nommer l'événement, et pour être entendu par les contemporains. Pour construire l'autorité d'une parole qui, pour dire la vérité, doit d'abord être dans le vrai de son époque. Un lien est ainsi noué entre passé et futur, présent en fait, grâce à la vision du prophète (à partir du point de vue du passé lointain). Il en va différemment avec l'Apocalypse de Jean qui se place d'emblée dans le temps nouveau ouvert par le Christ, qui va de l'Incarnation à la Parousie.

22. Devorah Dimant, « Temps, Torah et Prophétie à Qoumrân », dans *Le temps et les temps, dans les littératures juives et chrétiennes au tournant de notre ère*, ed. Ch. Grappe et J.-Cl. Ingelaere, Leidien, Bostin, Brill, 2006, p. 158.

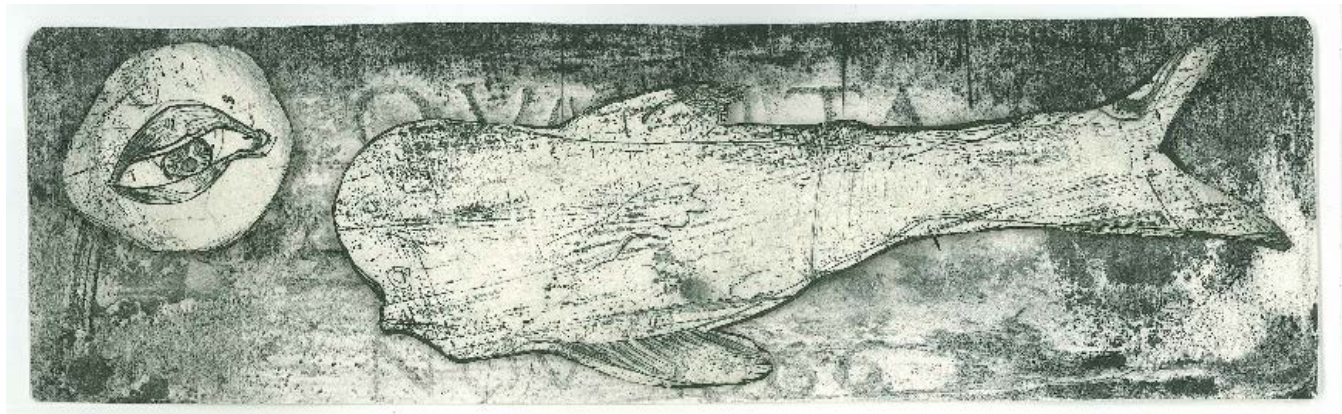
23. André Lacocque, *Daniel et son temps : recherches sur le mouvement apocalyptique juif au IIe siècle avant J.-C.*, Genève, Labor & Fides, 1984, p. 87.

Poursuivons un peu plus avant encore sur ce geste de la périodisation. Car, au moyen de cette ancienne et récurrente opération, on ordonne le temps et, du même mouvement, on le maîtrise. Parmi les plus fameuses, citons la périodisation savante de l'érudit romain Varron, qui répartissait les temps en trois catégories, l'adèlon, le mythicon, l'historicon ; l'eschatologique de saint Paul, avec les trois stades : ante legem, sub lege, sub gratia. Celle des âges du monde, élaborée par saint Augustin, où il combinait les âges biologiques, l'histoire sainte et l'eschatologie. Cette périodisation, qui traite du genre humain comme d'un homme unique fournira une forte armature longtemps reprise et active. Celle, enfin, mise au point par Joachim de Flore (au XII^e siècle). Disputée, elle ne demeurera pas moins active, sous divers avatars, jusqu'à l'époque moderne. Joachim reconnaissait trois évangiles, celui du Père, celui du Fils, celui de l'Esprit ou Évangile éternel, qui était sur le point de survenir. Les calculs en fixaient le commencement vers 1260. Le schéma de Joachim procède à une sorte d'historisation ou de temporalisation de la Trinité. Cette construction combine la très canonique lecture typologique avec une inscription dans le temps et un calcul des temps qui l'est beaucoup moins.

Sur un mode certes moins grandiose, en faisant sien le geste souverain de périodiser, l'historien moderne reprend, qu'il le veuille ou non, quelque chose de la posture du prophète, à qui Dieu a donné à voir les périodes de l'histoire. L'historien ne prétend-il pas être celui qui voit au-delà : la longue durée (reconnue par Braudel), le long Moyen Âge (défendu par Jacques Le Goff), le siècle des révolutions (déployé par Furet), ou, en sens contraire, le court XX^e siècle (retenu par Eric Hobsbawm) ? Au terme de son enquête, il prétend mieux voir le passé, tel qu'en lui-même, sous cet éclairage nouveau, et met en circulation un nouveau récit. Il suffit de penser à la Méditerranée de Braudel et à l'étagement des trois temporalités, dont le schéma est passé dans le savoir commun. Périodiser, c'est en effet trouver les bons rythmes, à la fois les plus exacts et les plus explicatifs ; c'est aussi démultiplier les niveaux, dégager les couches du temps, se faire géologue du temps. L'historien moderne fait la part la plus exacte au temps, en fonction de l'efficiencia qu'il lui reconnaît. Par cette prérogative, tenue aujourd'hui pour un droit imprescriptible du métier d'historien, il considère être pleinement dans son rôle. Définir et nommer des périodes, des époques. Thucydide n'a-t-il pas nommé la période d'hostilités ouverte en 431 entre Athènes et Sparte, et qui allait durer trente ans, « La » guerre du Péloponnèse ? Pour toujours.

Qu'a-t-il fallu pour rendre possible la temporalisation du temps, nous demandions-nous en commençant ? En allant des mises en question contemporaine de la temporalisation moderne du temps vers des temps très éloignés (d'avant cette temporalisation), nous avons été attentifs aux liens entre temps et récit. De L'homme qui tombe aux écrits apocalyptiques, d'un temps suspendu à l'approche d'un temps tout autre, si différents soient-ils, ces récits sont lancés par des crises du temps et sont des réponses à ces crises. Ils sont des façons de faire avec le temps et de faire du temps. Don DeLillo n'est ni un prophète ni un apocalypticien, il est un romancier qui nous montre la cage de fer dans laquelle nous nous trouvons avec ses barreaux présentistes. Quant aux anciens récits, quatre traits principaux caractérisent leur traitement du temps. Incontestablement, un privilège (même négatif) est reconnu au présent comme moment décisif. L'introduction de périodes (certes fixées et écrites par Dieu) est une opération qui ordonne et donne sens au temps. La reconnaissance, dans les écrits de Qoumrân, d'un caractère graduel de la révélation est une idée importante, porteuse d'une forme de temporalisation (même s'il convient de la distinguer nettement de la temporalisation moderne). L'histoire enfin existe, soit comme histoire prophétique (le prophète est celui qui donne sens à ce qui a eu lieu du point de vue de Dieu) soit comme prophétie rétrospective (Daniel annonce comme à venir ce qui a déjà eu lieu). Ainsi ces traits « modèlent » un certain visage du temps²⁴.

24. Ces pages s'inscrivent dans une réflexion plus large que je m'efforce de mener sur la temporalisation du temps.



RECHERCHE SUR L'ACTIVITÉ HUMAINE, ANALYSE DES PROCESSUS CRÉATEURS ET RECHERCHE

JACQUES THEUREAU*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41646>

* Professeur retraité d'Ingénierie et d'Ergonomie, Institut de Coordination de la Recherche Acoustique-Musique, France.

Introduction

Michel Foucault a introduit son ouvrage “Les mots & les choses” par un commentaire du tableau le plus célèbre de Diego Velasquez, *Les Ménines* : l’enfante au centre, entourée de ses suivantes, un chien berger andalou à droite, le peintre à gauche vu de face avec une partie de son chevalet vue de l’arrière, et, au fond, en face un petit miroir dans lequel on peut percevoir le reflet d’un couple et à droite un personnage mystérieux dans l’embrasure d’une porte. Il le considère comme traduisant ce qu’il appelle l’épistémè classique, c’est-à-dire l’idéal de connaissance de l’âge classique : l’absence du sujet dans l’exposé de la connaissance. Il remarque ainsi que le peintre est en train de peindre un couple royal absent du tableau, tout juste visible à travers son reflet dans le petit miroir du fond, donc situé à la place du spectateur du tableau, absent lui aussi. En ce qui concerne le peintre, qu’on voit debout à gauche du tableau, le pinceau dans sa main droite qu’il tient levé bien au dessus de la palette qui repose dans sa main gauche, Michel Foucault dit que c’est son activité qui est absente. Mais il considère que cette absence d’activité est équivalent à une absence du « sujet » peintre. C’est justement là que git le problème que je voudrais aborder. Certes, dans l’épistémè moderne, contrairement à l’épistémè classique, le sujet de la connaissance est présent, discuté, qu’il soit du côté de la production du savoir ou du côté de sa réception. Mais, comme dans l’épistémè classique, l’activité du chercheur, comme celle de son lecteur, qui participe à l’évaluation de la valeur de ses découvertes, restent absentes.

Ce constat de ma part me renvoie au triple centre de mon travail durant ces dernières années : une recherche collective portant sur l’activité de création artistique, en particulier de composition musicale, un retour réflexif sur le programme de recherche ‘cours d’action’, portant sur l’activité humaine dans toute sa généralité, et une recherche philosophique sur une éventuelle épistémologie énaïve, ou épistémologie des activités de recherche. Comme Michel Foucault en 1966, donc, je n’hésiterai pas à rapprocher aujourd’hui art, science et épistémologie, activité de création artistique, activité de recherche scientifique et technique et activité de recherche épistémologique. Je le ferai en sachant que Michel Foucault a abandonné cette notion quelques années plus tard pour finir par en donner en 1977 une nouvelle définition qui la rapporte à

la seule science : « le dispositif stratégique qui permet de trier, parmi tous les énoncés possibles, ceux qui vont pouvoir être acceptables à l'intérieur, je ne dis pas d'une théorie scientifique, mais d'un champ de scientificité, et dont on pourra dire : celui-ci est vrai ou faux. C'est le dispositif qui permet de séparer, non pas le vrai du faux, mais l'inqualifiable scientifiquement du qualifiable » (Foucault, 1977). Repartant ainsi du Foucault de 1966, je ne manquerai pas de souligner cependant l'ironie qui tient à ce que la recherche collective sur l'activité de composition musicale sur laquelle je vais m'appuyer est fondée sur une hypothèse ontologique concernant l'activité humaine qui implique l'absence de « sujet » constitué hors situation dans cette activité humaine. Selon cette hypothèse, dite de l'énaction, en effet, l'activité humaine est une interaction informative, c'est-à-dire formée de l'intérieur, entre le corps de l'acteur et son environnement, en ce sens que l'organisation interne de l'acteur à chaque instant, héritée de toute son histoire passée jusqu'à cet instant, sélectionne les éléments de son environnement avec lesquels il va interagir, façonne la réponse qu'il leur donnera et anticipe cette réponse. Si l'on peut continuer à parler de « sujet », c'est à condition de considérer que ce « sujet » est inséparable de l'environnement et de sa dynamique à chaque instant et de réduire la fonction attribuée à ce « sujet » à cet héritage, à cette sélection et à ce façonnage, pensés tous les trois comme relatifs à cet instant.

Pablo Picasso a peint toute une série de variations sur ce tableau de Diego Velasquez. La première, la seule que je vais considérer ici, respecte fidèlement la structure de l'original. Le chien berger andalou, immobile et majestueux, est seulement remplacé par le basset de Pablo Picasso qui passait par là et une partie des personnages qui entourent l'infante est fortement caricaturée ou tout juste esquissée. Pourtant, contemplant ce tableau, nous ne pouvons que percevoir une activité du peintre et être entraînés nous-mêmes à imaginer d'autres variations possibles. Ce tableau de Pablo Picasso, je le prends comme traduisant, non pas l'épistémè d'une époque quelconque, mais l'épistémologie des activités de recherches, ou épistémologie énactive, qui devrait intégrer dans la théorie de la connaissance les résultats obtenus dans l'étude empirique des activités humaines développée dans le cadre du programme de recherche dit « du cours d'action » et de son hypothèse première, celle de l'énaction

Après un aperçu d'un échantillon de l'activité de composition musicale d'un compositeur français, Philippe Leroux, que je replacerai dans l'ensemble des résultats de

la recherche sur l'activité de création artistique concernée et mettrai en perspective grâce à deux autres recherches sur la composition musicale réalisées dans sa foulée, je résumerai le développement de la recherche sur une épistémologie énaactive, ou épistémologie des activités de recherches, jusqu'au moment de démarrage de ces recherches empiriques. Puis, je montrerai à la fois quels enseignements épistémologiques de ces recherches empiriques ont pu être tirés et comment ce développement antérieur de la recherche sur une épistémologie énaactive, ou épistémologie des activités de recherches, a permis de tirer ces enseignements épistémologiques. Je devrai me contenter d'esquisser ces différents points et donc de reporter pour le détail le lecteur aux publications déjà effectuées. Mais ce processus d'exposition aura l'avantage d'illustrer la relation idéalement organique, c'est-à-dire nécessaire et dans les deux sens, entre recherche empirique, en l'occurrence la recherche empirique sur l'activité humaine, et la recherche philosophique, en l'occurrence la recherche épistémologique, qui est prônée par l'épistémologie énaactive. En ce qui concerne l'illustration de la relation organique entre recherche empirique et recherche technologique, pareillement prônée, et celle de la relative communauté entre recherche artistique et recherche technologique, je renverrai à Goldszmidt & Theureau (2010) (et au DVD-Rom réalisé par Goldszmidt, Donin & Theureau en supplément à Donin & Theureau, 2006) et à Donin, Goldszmidt & Theureau (2009).

Une recherche sur l'activité de composition musicale par P. Leroux de 2 œuvres en prolongement l'une de l'autre (sur 5 ans en partage avec d'autres activités) & sa relation avec l'activité de composition d'autres œuvres

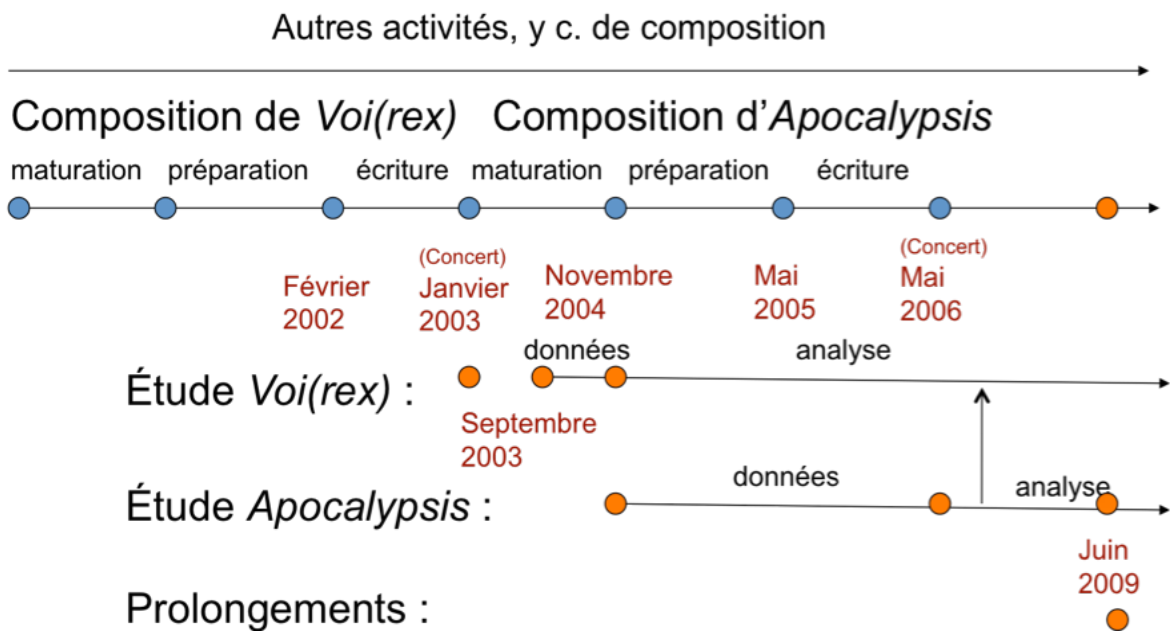


Figure 1 : Temporalités de l'activité et de la recherche sur cette activité

Une recherche sur l'activité de composition musicale

La figure 1 montre la temporalité de l'activité de composition par Philippe Leroux de deux œuvres pour voix, ensemble instrumental et électronique, dont la seconde, *Apocalypsis*, a été conçue au départ comme un développement des possibles ouverts et non réalisés par la première, *Voi(rex)*, et la temporalité de la recherche menée sur cette activité de composition. Ce compositeur divise son activité de composition en trois phases qui se recoupent partiellement : maturation (durant laquelle il se contente de noter des idées et d'insérer les pages sur lesquelles elles sont inscrites dans un dossier) ; préparation (durant laquelle il classe ses idées dans des pochettes thématiques – rythmes, harmonie, etc. –, Il conçoit des plans successifs de l'œuvre, crée des feuilles d'idées pour chacune de ses parties, insère ces feuilles d'idées dans des pochettes pour chacune de ces parties, enrichit le contenu de ces pochettes, crée et transforme des fichiers sons, etc., en n'écrivant quasiment aucune note de musique) ; écriture de la partition, directement ou par l'intermédiaire d'esquisses, et précision de l'électronique ; divers perfectionnements pour le concert de création ou postérieurs. Les données sur la composition de *Voi(rex)* ont été recueillies pendant la phase de maturation d'*Apocalypsis* et ont consisté en entretiens de remise en situation par les traces du compositeur portant sur son activité de composition des parties successives de *Voi(rex)* grâce à sa partition manuscrite et à l'ensemble du dossier de préparation et des esquisses de *Voi(rex)*. Les données sur la composition d'*Apocalypsis* ont consisté en entretiens de remise en situation par les traces du compositeur, durant les phases de préparation et d'écriture de cette œuvre, réalisés en moyenne tous les 1 mois ½ grâce aux mêmes éléments et à un outil supplémentaire : un agenda de composition où Philippe Leroux notait succinctement toute intervention de sa part en relation avec *Apocalypsis* (voir le dispositif d'entretien de remise en situation par les traces commun aux deux études, figure 2). Relativement aux recherches antérieures sur l'activité humaine menées par moi-même et d'autres chercheurs dans le cadre du programme de recherche 'cours d'action', cette recherche, réalisée par Nicolas Donin, Samuel Goldszmidt et moi-même, a élargi l'observatoire de ces recherches par la construction et la mise en œuvre de deux variantes de l'entretien de remise en situation par les traces,

a concerné l'activité de façon différée à des degrés divers (de 3 ans à 1 mois $\frac{1}{4}$, mais surtout a porté sur une longue période d'activité (5 ans) et s'est intéressée à une activité d'emblée considérée comme créatrice. Si les recherches ergonomiques, sportives et formatives antérieures avaient dégagé des aspects créateurs des activités concernées, ces derniers n'en constituaient pas la caractéristique principale. L'entretien de remise en situation par les traces permet d'obtenir des données suffisamment fines sur des processus créateurs qui parcourent toute la vie des acteurs concernés sur des empan temporels importants et peut être étendu à l'étude d'autres processus créateurs dans d'autres domaines.

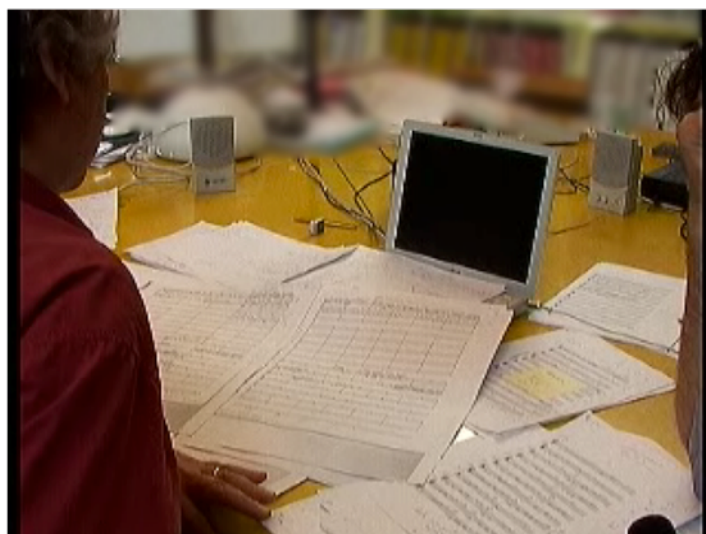
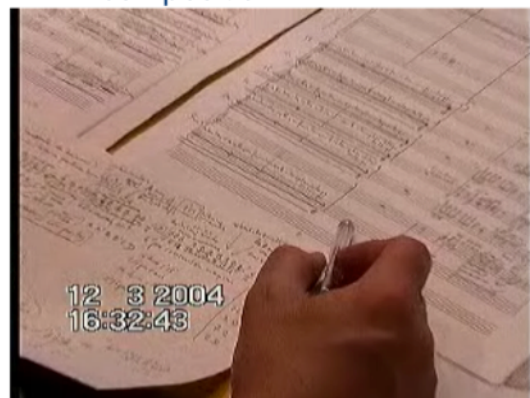


Figure 2: L'entretien situationnel à partir des traces : désituer (relatif aux situations usuelles de l'analyse musicale, des entretiens des revues musicales et d'écriture de programme de concert) resitué (dans l'activité de composition).

1. Selection & exposition des traves
2. Reconstruction des anticipations du compositeur à un instant donné
3. Expression verbale & gestuelle de son activité de composition



Cette recherche a obtenu des résultats dont je donnerai une idée dans la section suivante. Auparavant, il faut insister sur le fait que, si elle porte sur un processus créateur particulier, elle a aussi déjà ouvert sur d'autres recherches sur la composition musicale et, plus largement, sur les processus créateurs en musique. Une recherche plus modeste sur l'activité de composition musicale d'un autre compositeur a été menée depuis (Donin & Féron, 2012), mettant en œuvre une méthode de recueil de données en partie différente, celle dite du sosie situé dans laquelle le chercheur se met à la place de l'acteur qui lui dit au fur et à mesure ce qu'il doit faire pour lui ressembler au maximum en situation, et qui obéit aux mêmes hypothèses ontologiques sur l'activité humaine. Une recherche plus ambitieuse (durée de l'activité étudiée de deux ans, mais activité collective associant une compositrice, une équipe de recherche sur le geste musical, un réalisateur en informatique musicale, divers techniciens et un quatuor d'interprètes) a porté sur la composition d'une partition pour quatuor augmenté et électronique conjointe avec la conception du dispositif électronique correspondant de reconnaissance et de traitement du geste et avec l'appropriation par un quatuor d'éléments de cette partition et de ce dispositif (voir Donin, Goldszmidt & Theureau, 2009, Donin, 2017, et, pour l'apport de cette recherche empirique à la recherche technologique sur la préservation des œuvres électroniques, Boutard, 2013, Boutard & Guastavino, 2012). Outre les données d'enregistrement vidéo (trois caméras dont deux mobiles) des sessions de travail regroupant périodiquement durant deux ans l'ensemble des participants et des débriefings collectifs de fin de session, divers entretiens ont été effectués avec la compositrice, le responsable de l'équipe de recherche sur le geste musical et le réalisateur en informatique musicale. Ces différentes recherches ont contribué à la tenue tous les deux ans depuis 2011 d'un colloque international Analyser les processus de création musicale / Tracking the Creative Process in Music qui rassemble les chercheurs qui s'intéressent à la **créativité artistique** et à l'**étude des processus de création musicale et sonore**, passés et présents. Si la recherche empirique sur les processus créateurs en musique constitue déjà un espace de recherche vivant, on peut penser que les temps sont mûrs pour qu'il en soit ainsi dans d'autres domaines : d'autres domaines artistiques, mais aussi différents domaines de la recherche scientifique, technique, mathématique et philosophique.

L'« éclair aigu », son émergence, sa réalisation et ses suites

Prenons comme exemple de processus créateur celui de l'émergence et de la résolution d'une crise dans l'écriture d'Apocalypsis (voir son analyse plus détaillée dans Donin & Theureau, 2015). Partons de l'événement dramatique qu'a été cette crise : arrivé aux $\frac{1}{2}$ de l'écriture du cinquième mouvement d'Apocalypsis, le plus important en durée et centre de gravité de l'œuvre, et à moins de deux mois du concert de création, alors que l'éditeur de la partition et l'orchestre prévu pour ce concert de création demandent avec insistance sa partition, Philippe Leroux constate : « Je me dis : vraiment, je ne suis pas content du tout de ce que j'ai fait, ça va manquer de force, ça va manquer de/ parce que, pour le moment, ce n'est qu'une juxtaposition de sections comme ça qui/ [...] Ce n'est pas bon du tout. Surtout que tout va mal, je suis en retard, je suis pressé, tous le monde m'appelle, tout le monde m'envoie des mails, etc. ». Dans sa chambre d'hôtel à Montréal, où il séjourne à l'occasion de divers concerts et enseignements, il s'engage alors dans une relecture intensive de ce qu'il a déjà écrit : « Je n'en fais pas beaucoup des lectures comme ça, parce que ça demande un effort colossal. Parce qu'il faut une concentration incroyable. Parce qu'il faut vraiment essayer d'entendre au maximum la réalité de la chose. Pas seulement la réalité sonore, mais la réalité musicale, sonore, oui, mais dans la durée. Et c'est long, hein ! ». Cette sorte de relecture participe, avec d'autres sortes moins coûteuses en durée et énergie, aux activités réflexives de ce compositeur.

Si, d'ailleurs, ce dernier a pris l'habitude de conserver ses notations d'idées, ses dossiers de préparation et ses partitions manuscrites, ce qui a grandement facilité la mise en œuvre de la méthode de remise en situation par les traces, c'est pour les utiliser dans ses activités réflexives. En particulier, il note sur les supports disponibles (programmes de concert, tickets de métro, factures d'hôtel, etc.) les idées compositionnelles que lui suggèrent l'écoute de musique à la radio ou au concert ou qui lui viennent dans les circonstances les plus diverses, par exemple en donnant un bain à l'un de ses enfants. Il recopie, éventuellement en les transformant ou enrichissant, ces notes d'idées sur d'autres supports, mais conserve les supports initiaux afin de retrouver en les manipulant les circonstances initiales et les émotions associées de surgissement de ces idées. Précisons que cette notion d'idée, comme idéation-type, partie du

Pour comprendre à la fois la crise, le moment de sa survenue et sa résolution, il faut remonter longtemps en arrière : à plusieurs interrogations du compositeur sur la forme de son œuvre, son « identité musicale », durant sa préparation ; au plan prévu du cinquième mouvement ; à l'écriture des parties 5D, antérieure, et 5E, postérieure, de ce cinquième mouvement ; à des ajouts non prévus lors de la préparation qu'il a effectués entre l'écriture de VD et le moment de la crise ; enfin, à l'origine de ce 5D dans la composition du quatrième mouvement de *Voi(r)*, plusieurs années antérieurement. Laissons de côté ces interrogations préparatoires et considérons le plan de l'œuvre, et surtout celui du cinquième mouvement (figure 3). Ce plan du cinquième mouvement résulte de la projection sur l'axe horizontal de fragments de 5A, 5B, 5C, 5D et 5E, qui sont répartis sur le « l » central, « l » qui est aussi la lettre centrale du mot 'Apocalypsis', et qui constituent autant de variations relativement aux cinq mouvements de l'œuvre précédente, *Voi(r)*. On peut constater que ce sont les fragments du 5D (figurés par moi en grisé), mêlés à ceux du début du 5A, qui commencent ce cinquième mouvement. Or, ce 5D (figure 4) se présente comme une succession de « blocs » et de « conduits » et constitue une variation de l'idée à l'origine du quatrième mouvement de *Voi(r)*. Selon cette variation, les « blocs » possèdent une structure musicale complexe, tandis que les « conduits » donnent lieu à des sortes d'impulsions sonores dont l'éclair aigu se rapproche. Déjà, le compositeur avait introduit une sorte de « conduit » non prévue en même temps qu'il composait le 5D. Finalement, on peut dire que les « conduits » du 5D « appelaient » de nouveaux « conduits ». Et la crise est survenue juste après l'écriture d'un grand passage pianissimo qui « appelait » encore un nouveau « conduit ». En fait, comme l'a bien noté le compositeur, ces nouveaux « conduits » et cet « éclair aigu » l'amenaient à modifier sa notion initiale de « conduit » du 5D. Enfin, la fin du 5E, qui n'est pas encore écrite, devant être « très sculptée », donc ressembler à un « bloc » de 5D, « appelle » pour le compositeur un nouveau rappel de « conduit », qu'il écrira dans la foulée de l'« éclair aigu ». Je peux laisser de côté d'autres détails, comme par exemple celui l'ajoute de « claquements de langue » suivant le rythme du « conduit » à un autre endroit de la partition déjà écrite, qui, en relation avec l'« éclair aigu », augmentent la présence du « conduit » ainsi redéfini dans ce cinquième mouvement. En fait, l'histoire de ce « conduit » n'est pas terminée puisque, dans la composition ultérieure d'une œuvre plus longue inti-

l'aspect créateur des œuvres et celui de l'atelier sont tous deux seulement plus modestes que dans l'activité créatrice.

Cet exemple d'analyse permet de mettre en évidence, dans une situation relativement dramatique et par une enquête qui utilise toutes les ressources des entretiens de remise en situation par les traces, les caractéristiques essentielles de l'activité de composition musicale de Philippe Leroux, qui se retrouvent dans d'autres analyses (voir Donin & Theureau, 2005, 2006, 2007, 2008c, 2008d, Theureau & Donin, 2006, et, en ce qui concerne la généralisation de la notion d'atelier en composition musicale, Donin & Theureau, 2008a, 2008b). On peut généraliser ces caractéristiques essentielles à d'autres processus créateurs, en particulier à des activités de recherche : émergence à long terme des problèmes et des solutions ; caractéristiques et rôle important des idées ; co-construction de l'œuvre et de l'atelier (et de l'observatoire, comprenant les outils et procédures d'observation, qui, dans le cas de la composition musicale de Philippe Leroux, est inséparable de l'atelier) ; rôle important des activités réflexives et de leurs diverses modalités.

Le développement d'une épistémologie énaïve, ou épistémologie des activités de recherche

Avant même de faire leur l'hypothèse de l'énaïve, les recherches sur les 'cours d'action' s'étaient inscrites dans la Méthodologie des programmes de recherche proposée par Imre Lakatos. Selon celle-ci, la recherche scientifique apparaît après coup comme se développant à travers des programmes de recherche alternatifs. Chacun d'eux comprend un noyau et une périphérie d'hypothèses théoriques et de moyens heuristiques, à évaluer en termes de pouvoir heuristique (résistance à la contestation de la part des données empiriques et de la part des programmes de recherche concurrents) et de capacité de croissance (extension du domaine de phénomènes, approfondissement et élargissement du noyau) (Lakatos, 1986). Le fait que ces recherches sur les 'cours d'action' étaient alors marginales relativement aux recherches cognitivistes fondées sur l'hypothèse de « l'homme comme système de traitement de l'information » a certainement compté dans cette inscription dans une épistémologie alors marginale

relativement à l'épistémologie positiviste et qui insistait sur la fécondité épistémique de la multiplicité des programmes de recherche versus la stagnation épistémique résultant du monopole contingent d'un programme de recherche quelconque.

Après adoption et enrichissement de l'hypothèse ontologique de l'énaction et conjonction de celle-ci avec l'hypothèse ontologique de l'expérience (ou conscience pré-réflexive) et avec l'hypothèse analytique-synthétique de l'activité-signé (1987) dans l'étude des activités humaines, la notion de programme de recherche de Imre Lakatos a été soumise à une première révision : (1) précision des objets théoriques (ou de connaissance) et de leurs hypothèses ontologiques ; (2) introduction d'une relation organique entre recherche empirique et recherche technologique ; (3) épistémologie descriptive interne-externe et normative interne de l'activité de recherche empirique versus épistémologie descriptive externe et normative externe après coup des produits et tâches de recherche empirique, à laquelle en restait Imre Lakatos ; (4) précision du moyen heuristique constitué par l'observatoire et des hypothèses épistémologiques qui s'ajoutent aux hypothèses ontologiques pour le fonder. Cette révision s'est réalisée graduellement et, après un retour réflexif sur les lectures philosophiques qui l'avaient accompagnée, a abouti, dans la Méthode réfléchie (Theureau, 2009), à une précision différentielle : (1) des notions de programme de recherche empirique, de programme de recherche technologique et de programme de recherche philosophique ; (2) des notions de relation organique 1 entre recherche empirique et recherche technologique et de relation organique 2 entre recherche empirique et / ou technologique, d'un côté, et recherche philosophique, de l'autre ; (3) des composantes des notions de programme de recherche empirique, de programme de recherche technologique et de programme de recherche philosophique, dont l'organisation des composantes est identique. Rétrospectivement, cette précision différentielle possédait différentes limites qui tenaient à ce qu'elle ne considérait que l'activité de recherche instantanée, établie qu'elle avait été en relation avec des recherches empiriques sur l'activité humaine dans des situations où son caractère créateur était limité et à partir de données sur des emports temporels limités. Ces situations ont été en effet d'abord les situations de travail (Méthode élémentaire, Theureau, 1992, 2004, révisée et développée dans Theureau, 2014), auxquelles se sont ajoutées, après 1995, les situations de performance et d'entraînement sportifs et les situations d'éducation et de formation (Méthode développée, Theureau,

2006). Ce sont ces deux limites du caractère créateur et de l'empan temporel qu'ont permis de dépasser les recherches empiriques sur la composition musicale.

Les recherches empiriques sur la création artistique et le nouveau développement de l'épistémologie énaïve

Ces recherches empiriques sur la composition musicale ont conduit à définir une notion empirique synthétique, c'est-à-dire portant sur la dynamique d'ensemble d'une période d'activité humaine, celle de projet générique (figure 5), alors que l'ensemble des notions commandées par l'hypothèse de l'activité-signe, que j'ai qualifiée plus haut d'analytique-synthétique, était essentiellement analytique, c'est-à-dire portant sur un instant d'activité de grain plus ou moins fin, et n'était synthétique qu'en tant qu'elle organisait un ensemble de notions analytiques secondaires en une synthèse relative à cet instant. Je ne détaillerai plus ici les éléments constitutifs de cette notion de projet générique que je n'ai détaillé plus haut l'état de cette hypothèse analytique-synthétique de l'activité-signe en 1987 (première version : le signe tétradique, à quatre composantes essentielles), en 1997 (seconde version : le signe hexadique, à six composantes essentielles) et les transformations locales qu'il a connues depuis. Du fait que cette notion de projet générique, étant une notion synthétique, hérite du dernier état de l'hypothèse analytique-synthétique de l'activité-signe, il aurait fallu pour cela présenter, sinon le bilan d'un programme de recherche qui a déjà mobilisé sur des durées importantes un nombre significatif de chercheurs dans plusieurs domaines d'activité humaine (voir Barbier & Durand, 2017, pour la juxtaposition de plusieurs recherches menées en relation avec ce programme de recherche et d'autres recherches actuelles), du moins le faisceau non trivial d'hypothèses non triviales concernant l'activité humaine dans toute sa généralité qui en est le produit. Je me contenterai de dire que l'ensemble des notions découlant de ce faisceau constitue une description minimale de l'énaïve, c'est-à-dire de l'interaction in-formative entre un acteur humain et son environnement humain. Si je qualifie ainsi l'acteur et son environnement comme humains, c'est pour insister sur le fait que divers systèmes symboliques ont été incorporés par cet acteur et ont été intégrés à cet environnement, sous forme d'inscriptions ou tout simple-

ment parce que cet environnement a été façonné par la technique, ce qui n'est pas le cas pour l'animal et son environnement entre lesquels l'interaction est cependant elle aussi in-formative. Je prendrai ces éléments constitutifs de cette notion de projet générique pour acquis et ne m'intéresserai ici qu'aux conséquences épistémologiques nouvelles qui peuvent en être tirées.

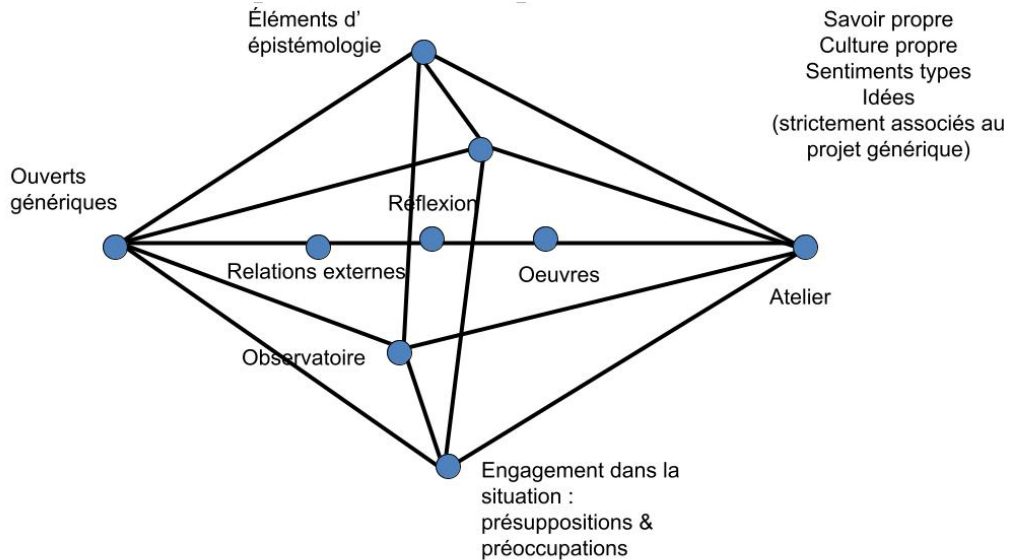


Figure 5: La notion synthétique de projet générique (incorporé, situé et cultivé) d'activité usuelle ou de recherche en référence à une période d'activité particulière associée

En attendant le développement de recherches empiriques sur les processus créateurs qui sortent du domaine musical pour considérer avec des méthodes de recueil de données semblables et sur des empan temporels pareillement importants les activités de recherche scientifique, technique et philosophique, des enseignements épistémologiques peuvent être tirés des recherches déjà réalisées. En effet, l'épistémologie, lorsqu'elle n'est pas descriptive, c'est-à-dire ne se confond pas avec l'analyse empirique des processus créateurs, définit un idéal à partir de considérations étrangères à cette dernière. Sinon, ce serait du "psychologisme", tendance qui, sitôt apparue, a été l'objet d'une critique universelle. Cependant, cet idéal, pour être réalisable, doit pouvoir être décrit, à un certain niveau, de la même façon que les processus créateurs empiriques, non idéaux. La considération des processus créateurs artistiques conduit aussi à donner une place particulière à la connaissance et à la création des systèmes symboliques.

L'aspect idéal de la notion de programme de recherche se traduit dans la figure 6 par une précision et une explicitation des éléments constitutifs de la notion de projet générique et par des relations d'ordre (absentes de la notion de projet générique, donc de la figure 5) entre ces éléments constitutifs. Tout élément constitutif inclut les éléments constitutifs auxquels il succède dans une relation d'ordre. Dans un programme de recherche empirique, ou encore dans un projet générique de recherche empirique idéal, la partie d'élément constitutif composée de la Théorie et des Hypothèses analytiques & synthétiques est faite de propositions à la fois non triviales, littérales et réfutables. Insistons ici sur les relations d'ordre (figurées par des flèches) entre ces éléments constitutifs. Le quadrilatère des éléments constitutifs Objets génériques – Hypothèses ontologiques, Observatoire – Hypothèses épistémologiques 1, Atelier – Hypothèses épistémologiques 2, Théorie – Idées – Sentiments-types – Hypothèses analytiques & synthétiques est situé entre deux séries de relations d'ordre avec, d'un côté, l'élément constitutif Engagement ontologique, épistémologique et éthico-politico-religieux et ses Présuppositions et Thémata¹, de l'autre, l'élément constitutif Épistémologie. Ces deux derniers éléments constitutifs sont premiers relativement à ce quadrilatère d'éléments constitutifs. L'élément constitutif Objets génériques – Hypo-

1 Ce que Gerald Holton (1973) a appelé Thémata chez divers découvreurs scientifiques de Johannes Kepler à Alfred Einstein correspond exactement à la notion de Préoccupation dans le programme de recherche empirique 'cours d'action'. D'où sa présence à cette place dans la notion de programme de recherche.

thèses ontologiques est premier relativement aux éléments constitutifs Observatoire – Hypothèses épistémologiques 1, Théorie – Idées – Sentiments-types – Hypothèses analytiques & synthétiques génériques et Atelier – Hypothèses épistémologiques 2. Les éléments constitutifs Observatoire – Hypothèses épistémologiques 1 et Théorie – Idées – Sentiments-types – Hypothèses analytiques & synthétiques génériques sont premiers relativement à l'élément constitutif Atelier – Hypothèses épistémologiques 2.

Tous ces éléments constitutifs d'un programme de recherche tels que les présente la Figure 6 sont idéalement dynamiques, c'est-à-dire en constant transformation, et, en particulier, dans la période d'activité de recherche particulière en cours relative à ce programme de recherche. Entre les transformations spécifiques à une recherche particulière et leur généralisation, qui peuvent être décrites idéalement comme résultant de la mise en œuvre d'une Épistémologie, et les transformations générales des éléments constitutifs du programme de recherche, il faut considérer les Pratiques réflexives. L'élément constitutif Relations externes ne joue un rôle dans cette transformation qu'en relation avec cette Épistémologie et ces Pratiques réflexives.

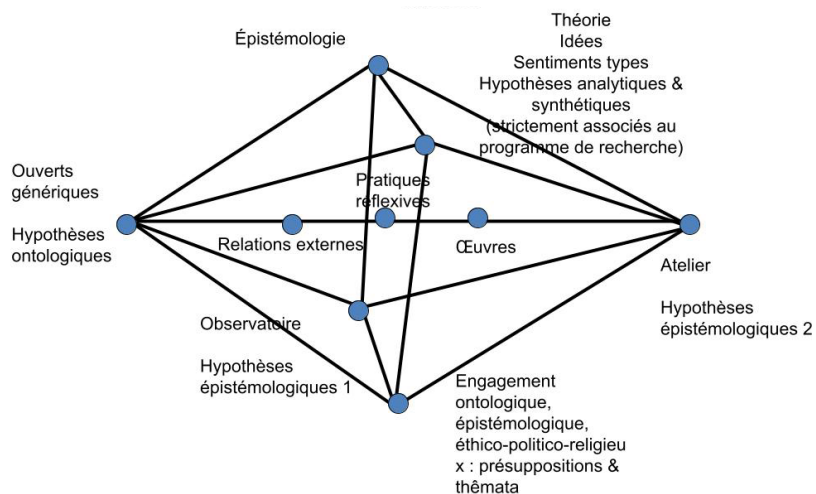


Figure 6: La notion synthétique générale de programme de recherche (incorporé, situé et cultivé) en référence à une période d'activité de recherche particulière associée

Éléments de théorie de l'activité humaine, pôles de détermination des programmes de recherche et relations entre pôles

Avant de donner un aperçu de la façon dont la précision et l'explicitation des éléments constitutifs de la notion de projet générique et des relations d'ordre entre ces éléments constitutifs, que je viens d'effectuer pour construire la notion de programme de recherche, peut être réalisée, en conservant la même organisation de ces éléments constitutifs, pour construire différentes notions de programmes de recherche, il me faut revenir à l'hypothèse ontologique de l'énaction telle qu'on peut la spécifier en ce qui concerne l'activité humaine. Elle oblige d'abord à distinguer la connaissance de l'activité de la connaissance des choses, cette dernière incluant la connaissance des faits humains comme des choses, pour reprendre la formule célèbre de Emile Durkheim. Elle oblige ensuite à distinguer la connaissance de l'activité humaine de celle de l'activité animale. L'existence des systèmes symboliques et de la technique commande cette seconde distinction. D'où la distinction entre connaissance empirique et connaissance technique (comme connaissance de la transformation technique), la distinction entre connaissance empirique (aussi bien des activités comme telles, que des choses et que des faits humains comme des choses) et connaissance empirique symbolique (des systèmes symboliques comme incorporés aux acteurs et intégrés aux environnements), et la distinction entre cette connaissance empirique symbolique et la connaissance technique symbolique (comme connaissance de la transformation symbolique, ou encore de la création symbolique à partir à la fois du symbolique et du non symbolique pré-alables), incluant la connaissance de la création artistique. Enfin, la recherche philosophique et la recherche logico-mathématique se situent, pour des raisons différentes, au-delà de la distinction entre activité de recherche empirique et activité de recherche technique. La recherche philosophique porte sur l'Engagement ontologique, épistémologique et éthico-politico-religieux de l'acteur dans la situation. Dans la recherche logico-mathématique, il y a indistinction entre lois de fonctionnement (connaissance empirique) et règles ou procédures de création (connaissance technique). Ces distinctions, jointes à celle entre activité usuelle et activité de recherche, sont synthétisées dans la figure 7, en termes de pôles de définition de projets génériques, et dans la figure 8, en termes de pôles de définition des programmes de recherche.

Un pôle supplémentaire de détermination des projets génériques, mais aussi de définition idéale, non pas des programmes de recherche eux-mêmes mais des relations à établir entre ces programmes de recherche à partir d'un programme de recherche

Activité de recherche / activité usuelle

o : loisir studieux (otium) / o' : réceptivité usuelle

1 : recherche logico-mathématique / 1' : activité logico-mathématique usuelle

2 : recherche empirique symbolique / 2' : activité interprétative symbolique usuelle

3 : recherche empirique sur l'activité humaine / 3' : activité d'interprétation psychologique et sociologique usuelle

4 : recherche empirique sur l'activité animale / 4' : activité usuelle de soin animal

5 : recherche empirique en général / 5' : activité interprétative usuelle

6 : recherche philosophique / 6' : activité de souci de soi usuelle

7 : recherche technologique en général / 7' : activité pratique usuelle

8 : recherche centrale en ingénierie des situations humaines / 8' : activité pratique usuelle d'appropriation-individuation

9 : recherche centrale en ingénierie des situations animales / 9' : activité usuelle de soin animal

10 : recherche-crédation symbolique (dont recherche artistique) / 10' : activité de production-réception symbolique (dont artistique) usuelle

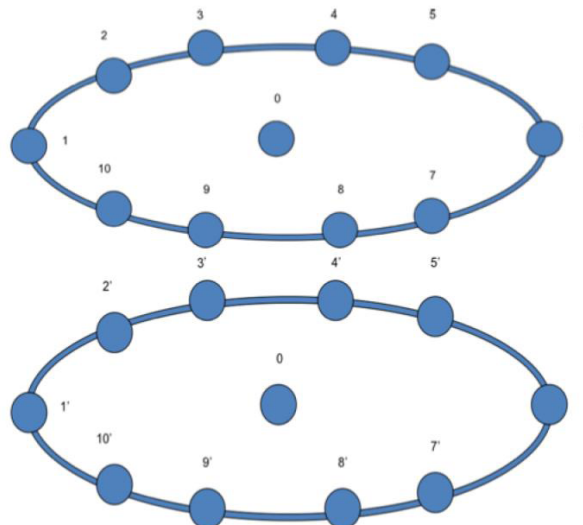


Figure 7 : Les pôles des activités de recherche & des activités usuelles

Les pôles de définition des programmes de recherche

- o : loisir studieux (otium)
- 1 : programme de recherche logico-mathématique
- 2 : programme de recherche empirique symbolique
- 3 : programme de recherche empirique sur l'activité humaine
- 4 : programme de recherche empirique sur l'activité animale
- 5 : programme de recherche empirique en général
- 6 : programme de recherche philosophique
- 7 : programme de recherche technologique en général
- 8 : programme de recherche central en ingénierie des situations humaines
- 9 : programme de recherche central en ingénierie des situations animales
- 10 : programme de recherche-crédation symbolique (dont artistique)

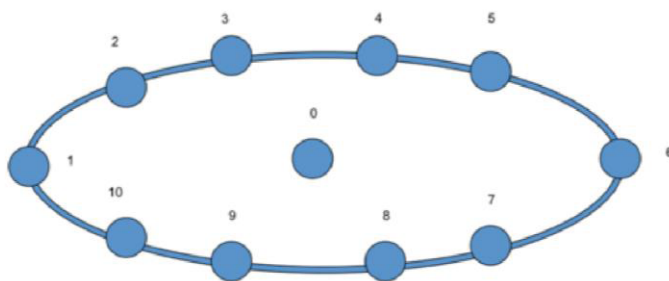


Figure 8 : Les pôles de définition des programmes de recherche

donné, est celui de l'otium ou loisir studieux. Il est nommé par un terme latin dont la signification a été dans le néoplatonisme et le christianisme monopolisée par la méditation métaphysique et morale. Mais auparavant, dans le stoïcisme, cette signification était celle de la recherche sans préoccupation de découverte nouvelle ou d'application pratique, pour le seul plaisir de connaître, comme parenthèse dans une vie consacrée à la réalisation de ses devoirs. C'est ainsi que Sénèque le recommande à son ami Lucilius, surchargé par ses activités politiques et administratives. Dans une épistémologie énaïve, ou épistémologie des activités de recherche, il n'y a pas plus de place pour l'intuition, le réel comme parlant directement à qui est prêt à l'entendre, que pour la création ex-nihilo ; il n'y a que des processus de recherche et, plus largement, des processus créateurs, comme celui décrit plus haut en exemple. Charles Sanders Peirce

écrivait : “Il n’y a pas d’intuition. Toute pensée résulte de pensées antérieures”. Selon l’épistémologie énaïve, la création, dont la création de connaissance, est toujours la manifestation d’un processus créateur à long terme, i.e. d’un continuum d’interactions in-formatives à long terme d’un acteur avec son environnement. La pratique de l’otium permet d’enrichir l’organisation interne de l’acteur à chaque instant au-delà de ses activités usuelles et de recherche, donc d’enrichir la sélection des éléments de son environnement avec lesquels il va interagir, la réponse qu’il leur donnera et l’anticipation de cette réponse. Ce qui, dans le stoïcisme, ressortissait à la réalisation de ses devoirs, ressortit, dans l’épistémologie énaïve, à la poursuite de projets génériques ou de programmes de recherche déterminés. C’est relativement à ces derniers que se définit alors l’otium.

Enfin, l’épistémologie énaïve, après avoir ainsi sorti la Méthodologie des programmes de recherche de Imre Lakatos de son confinement dans la recherche en sciences physiques et en mathématiques, retrouve pour l’élargir et la préciser les trois idées essentielles de cette dernière : (1) la considération à la fois des hypothèses théoriques et des moyens heuristiques, (2) la contestation mutuelle des programmes de recherche et (3) l’évaluation à chaque moment de leur pouvoir heuristique et de leur capacité de croissance. La première idée est précisée dans la figure 8 par l’articulation des diverses sortes d’hypothèses avec l’observatoire et l’atelier du programme de recherche. La seconde passe par la présence de chaque programme de recherche dans divers espaces de recherche où il se trouve en compagnie d’autres programmes de recherche plus ou moins semblables, plus ou moins complémentaires et plus ou moins alternatifs. La troisième est renvoyée d’abord aux chercheurs et à leurs pratiques réflexives avant de l’être, comme chez Imre Lakatos, à la société et ses éventuels représentants.

Épistémologie énaactive et transdisciplinarité

Avant de conclure, il me semble intéressant de préciser la relation que je perçois entre l'épistémologie énaactive et la transdisciplinarité mise en avant dans cet ouvrage. Parler d'épistémologie énaactive permet de pointer son origine dans la relecture des travaux de philosophie et d'histoire des sciences, des techniques et des arts à la lumière de l'hypothèse de l'énaaction. Parler d'épistémologie des activités de recherche (sous-entendu en train de s'effectuer) permet de distinguer cette épistémologie énaactive, qui part des activités de recherche passées pour guider de l'intérieur les activités de recherche futures, de l'épistémologie usuelle, qu'elle part des produits des recherches passées pour édicter des caractéristiques des tâches que devront réaliser les recherches futures. Cette épistémologie usuelle, à laquelle s'oppose dernière formulation est cohérente avec un primat accordé aux disciplines universitaires, donc aux produits des recherches passées dans la détermination des recherches futures. Mais aucune de ces deux formulations ne précise pas positivement les relations de cette épistémologie énaactive avec les disciplines universitaires. Parler d'épistémologie transdisciplinaire le permettrait. En effet, si les disciplines universitaires ne constituent, pour l'épistémologie énaactive, que des produits historiques à la fois contingents et révisables à tout moment, elles ont cependant un rôle épistémologique qui est de servir de réservoir de compétences à rassembler pour résoudre un problème de recherche (ou réaliser un programme de recherche) qui a été défini à partir, non pas d'une discipline ou d'une interdisciplinarité quelconque, mais à partir des perturbations que la réalité inflige aux savoirs disponibles à un moment donné. La notion d'interdisciplinarité suggère que les disciplines en tant que telles à la fois détermineront la recherche menée et en rassembleront, chacune de son côté, les résultats qui la concernent. La notion de transdisciplinarité suggère plutôt, pour un problème de recherche donné (ou pour un objet théorique, ou objet de connaissance, d'un programme de recherche donné), (1) qu'on passe à travers les disciplines, comme pour « faire son marché », afin d'en extraire les acquis théoriques et méthodologiques provisoires pertinents, (2) que ce passage est nécessaire mais aussi transitoire et (3) que les résultats de cette recherche (ou de ce programme de recherche) portent principalement sur celle-ci (ou celui-ci), et éventuellement, et en tout cas secondairement, sur une ou plusieurs des disciplines par lesquelles on est passé.

Conclusion

Qu'un progrès quelconque en ce qui concerne la connaissance de l'activité humaine doit avoir des conséquences sur la conception de la connaissance en général, c'est-à-dire sur l'épistémologie, ce devrait être une évidence. Rétrospectivement, si le développement de la psychologie cognitive n'a pas eu de telles conséquences, on pourrait en attribuer la cause à l'étroitesse de son hypothèse cognitiviste de « l'homme comme système de traitement de l'information ». Mais ce serait oublier qu'il en a été de même pour l'hypothèse de l'énaction, qui est seulement un peu moins ancienne qu'elle et qui a offert une issue positive à la critique multiple à laquelle cette hypothèse cognitiviste de « l'homme comme système de traitement de l'information » a été soumise, jusqu'à la formulation de l'épistémologie énactive, en relation avec un programme de recherche scientifique sur l'activité humaine, le programme de recherche 'cours d'action', dans un petit coin de la recherche mondiale en sciences humaines et sociales (Theureau, 2009, 2015). Cela tient sans doute pour une part aux limites des recherches en neurosciences en termes d'énaction et à celles des recherches scientifiques sur l'activité humaine (incluant, mais pas seulement, les recherches menées dans le cadre de ce programme de recherche 'cours d'action'), ainsi qu'aux limites des transformations techniques qu'elles ont suscitées et de la visibilité de celles-ci – au moins, la psychologie cognitiviste a accompagné le développement massif des machines numériques, alors que la recherche scientifique sur l'activité humaine n'a commandé jusqu'à aujourd'hui que des améliorations des situations de travail, d'entraînement et d'éducation, dans des limites qui tiennent moins à la connaissance qu'à la réalité socio-politique. Mais il me semble que l'essentiel n'est pas là. Il tient d'abord à la force de l'épistémè (selon Michel Foucault) qui nous a bercés et suivant laquelle la connaissance est représentation et objet de contemplation, et non pas activité. D'ailleurs, que cette représentation et cette contemplation s'effectuent du point de vue de « Dieu » dans l'épistémè classique, ou du point de vue d'un « Sujet » dans l'épistémè moderne, la difficulté est la même, formulée différemment : difficulté à obtenir ce point de vue de « Dieu » d'un côté (Baruch Spinoza), difficulté à constituer un « bon

Sujet » de l'autre (Emmanuel Kant). Il tient ensuite à la portée indue qui a été accordée à la critique du « psychologisme » : la négation de tout apport de la recherche psychologique ou assimilée à l'épistémologie. De ce point de vue, l'épistémologie énaïve prolonge l'épistémologie génétique de Jean Piaget, auteur selon lequel : « L'épistémologie génétique consiste simplement à prendre au sérieux les apports de la psychologie au lieu de se contenter de recours implicites ou spéculatifs comme c'est le cas de la plupart des épistémologies » (Piaget, 1967, p. 118). Elle peut reprendre à son compte la définition du "psychologisme" proposée par cet auteur : "le passage illégitime des faits psychologiques aux normes" (idem, p. 38). En définitive, l'extension indue accordée à la critique du « psychologisme » prévient toute relation organique entre recherche empirique sur l'activité humaine et recherche épistémologique, ce qu'au contraire l'épistémologie énaïve favorise.

Références

BARBIER J.-M., DURAND M. (2017) Encyclopédie d'analyse des activités, PUF, Paris.

BOUTARD G. (2013) Preserving the intelligibility of digital archives of contemporary music with live electronics : a theoretical and practical Framework, PhD in information studies, Université MC Gill (Montréal).

BOUTARD, G., GUASTAVINO, C. (2012). Following gesture following : grounding the documentation of a multi-agent creation process, *Computer Music Journal*, 36(4), 59-80.

DONIN N. (2017) Domesticating gesture. The collaborative créative process of Florence Baschet's Streicherkreis for 'augmented' string quartet (2006-2008), in E. Clarke, M. Doiffman (Eds.) *Distributed creativity : collaboration and improvisation in contemporary music*, Oxford University Press, New York, pp. 70-87.

DONIN N., FERON F.-X. (2012) Tracking the composer's cognition in the course of a créative process : Stefano Gervasoni and the beginning of Gramigna, *Musicae Scientiae*, 16(3), 262-285.

DONIN N., GOLDSZMIDT S., THEUREAU J. (2009) Organiser l'invention technologique et artistique ? L'activité collective de conception conjointe d'une œuvre et d'un dispositif informatique pour quatuor à cordes, *Activités*, 6(2), 24-43.

DONIN N., THEUREAU J. (2005) VOI(REX) de Philippe Leroux, éléments d'une genèse – Reconstruction analytique du processus créateur d'une œuvre récemment créée, *Dissonance-Dissonanz*, 90, 4-13.

DONIN N., THEUREAU J. (2006) La composition d'un mouvement de Voi(rex), de son idée formelle à sa structure, *L'Inoui*, 2, 62-85. (avec, en supplément, le DVD-Rom réalisé par GOLDSZMIDT S., DONIN N., THEUREAU J. : «De Voi(rex) à Apocalypsis : fragments d'une genèse – Exploration multimédia du travail de composition de Philippe Leroux»). [traduction en portugais du Brésil dans DONIN N., THEUREAU J. (2015) A composicao de un movimento do (Voi(rex) da ideia formal à estrutura, *OPUS*, V. 21, N° 2, Sept. 2015, Porto Alegre (Brésil), pp. 116-168].

DONIN N., THEUREAU J. (2007) Theoretical and methodological issues related to long term creative cognition : the case of musical composition, *Cognition, Technology & Work*, 9, 4, 233-251.

DONIN N., THEUREAU J. (Coords.) (2008a) La fabrique des œuvres, *Circuit, Musiques contemporaines*, Vol. 18, 1.

DONIN N., THEUREAU J. (2008b) Ateliers en mouvement. Interroger la composition musicale aujourd'hui, Introduction à La fabrique des œuvres, *Circuit, Musiques contemporaines*, Vol. 18, 1, 5-14.

DONIN N., THEUREAU J. (2008c) La coproduction des œuvres et de l'atelier par le compositeur (à partir d'une étude de l'activité créatrice de Philippe Leroux entre 2001 et 2006), *Circuit, Musiques contemporaines*, Vol. 18, 1, 59-71.

DONIN N., THEUREAU J. (2008d) L'activité de composition musicale comme exploitation/construction de situations – Anthropologie cognitive de la composition d'une œuvre musicale par Philippe Leroux, *Intellectica*, 1-2, n° 48-49, 175-205.

DONIN N., THEUREAU J. (2015) Le sentiment de la forme : analyse génétique et cognitive de la composition d'un mouvement d'Apocalypsis par Philippe Leroux, in 2ème partie : Quels savoirs musicologiques face aux processus créateurs, in N. Donin, A. Grésillon, J.-L. Lebrave (Eds.), *Genèses musicales*, Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, Paris, pp. 101-128.

FOUCAULT M. (1966) *Les mots et les choses*, Gallimard, Paris.

FOUCAULT M. (1977) « Le jeu de Michel Foucault » (entretien avec Dominique Colas, Alain Grosrichard, Guy Le Gaufey, Jocelyne Levi, Gerard Miller, Judith Miller, Jacques-Alain Miller, Catherine Millot, Gérard Wajeman), *Ornicar ?*, *Bulletin périodique du champ freudien*, n° 10, juillet (repris dans *Dits et écrits*, t. 3, p. 298-329).

FOUCAULT M. (1994) *Dits et écrits*, t. 3, Gallimard, Paris.

GOLDSZMIDT S., THEUREAU J. (2010) Conception de situations d'assistance à l'écoute musicale et analyse de l'activité de composition musicale, In G. Valléry, M.C. Le Port, M. Zouinar (Dir.) *Ergonomie, conception de produits et services médiatisés*, PUF, Paris, pp. 157-182.

HOLTON G. (1973) *Thematic origins of scientific thought – Kepler to Einstein*, Harvard University Press, Cambridge (Mass.).

LAKATOS I. (1986) *The methodology of scientific research programmes (Philosophical papers, Vol. 1)*, Cambridge University Press, Cambridge (G.B.).

PIAGET J. (Dir.) (1967) *Logique et connaissance scientifique*, La Pléiade, Gallimard, Paris.

THEUREAU J. (1992, 2004) *Le cours d'action : Méthode élémentaire*, Octares, Toulouse.

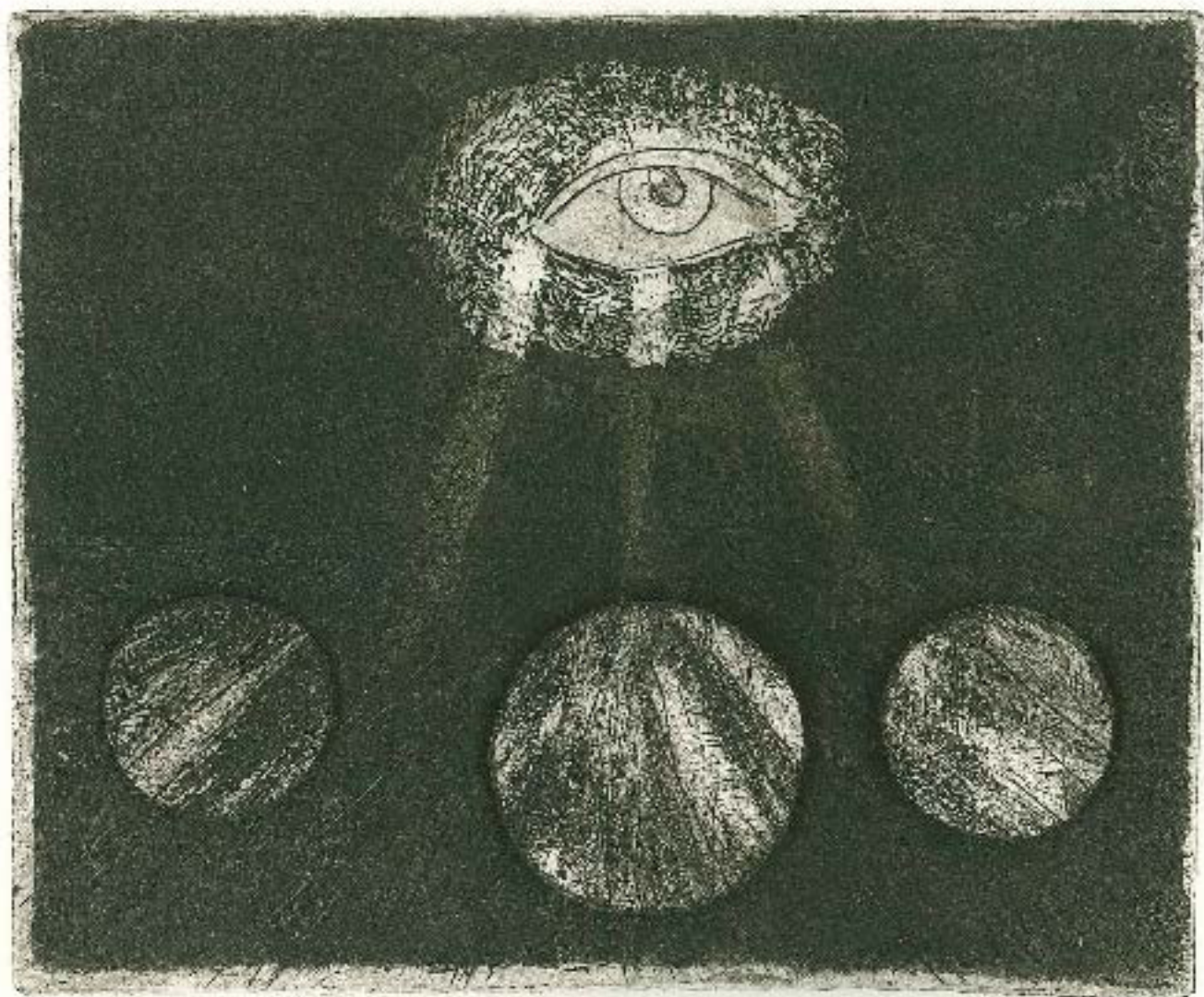
THEUREAU J. (2006) *Le cours d'action : Méthode développée*, Octares, Toulouse.

THEUREAU J. (2009) *Le cours d'action : Méthode réfléchie*, Octares, Toulouse.

THEUREAU J. (2014) *O CURSO DA AÇÃO : MÉTODO ELEMENTAR – (Tradução da segunda edição aumentada e revisada)*, Fabrefactum Editora Ltda, Belo Horizonte (Brésil).

THEUREAU J. (2015) *Le cours d'action : L'Enaction et l'Expérience*, Octares, Toulouse.

THEUREAU J., DONIN N. (2006) Comprendre une activité de composition musicale : essai méthodologique sur les relations entre sujet, activité créatrice, environnement et conscience pré-réflexive dans le cadre du programme de recherche 'cours d'action', in Barbier, J.-M., Durand, M. (Eds.) *Les rapports sujets-activités-environnements*. Paris : PUF, p. 221-251.



plena

Ma da Com
2000

CINEMA BETWEEN MEDIA

JØRGEN BRUHN* AND ANNE GJELSVIK**

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41647>

This text is a revised translation of the first chapter of Cinema Between Media; an Intermedial approach, Edinburgh UP, 2018. Small parts have been changed, and a reflection from the end of the book has been added to the conclusion of this paper.

* Professor of Literature, University of Sweden, Sweden.

** Anne Gjelsvik Professor, Department of Art and Media Studies Faculty of Humanities, Norwegian University of Science and Technology

Introduction

In the second half of the nineteenth century, several different technological apparatuses for reproducing the external world were invented. Many different words were used to describe these new devices – such as Kinetoscope or Theatrograph for machines created to show moving pictures to audiences.¹ As a result of inventions such as these, artists found new ways to narrate stories and reflect the world. In the following, we will call these inventions, created to record and project moving images, ‘cinema’. Step by step, these technologies and traditions developed into both an industry and an art-form, but as one of the newest of the arts, it has often been described as an art form between media. This was the starting point for our book, *Cinema Between Media* (Edinburgh UP, 2018) as well as for this text that is meant to, in an abbreviated form, introduce to some of the basic methodological and theoretical choices that lay behind that book.

As cinema shares its basic material with photography (the exposure of an image on photographic film, at least in the beginning of film history) it has sometimes been described as a mechanical and direct reproduction of reality, but early cinema borrowed heavily from traditional performing arts like theatre, vaudeville, and tableau vivant. The narrative forms of literature, particularly the novel, have also played important roles in shaping narrative cinema. The list of influencing forms also includes music, opera, magic, architecture, photography, and painting with computer games – as the latest addition to the list. Following the recent historical advents of technical media such as the VCR, the DVD and streaming services, and the importance of the current digitalisation of the medium, the notion of cinema as a mixed medium has become even more prominent within contemporary film theory. In other words: cinema is currently and always has been intermedial.² However, as we argue in our book, the acknowledgement of this has not had enough of an impact on the practice of academic film analysis. One reason for this is that theorists and critics have been

1 The Kinetoscope was an early motion picture exhibition device invented by Thomas A. Edison which created an illusion of moving images. The Theatroscope was invented by R.W Paul to show 35 mm film for the first time. For a quick overview of the technical predecessors to cinema, see Kjær Jensen, S. & Salmose, N., “Film” in Bruhn & Schirmacher 2021, p 29.

2 For a short but very helpful historical overview of cinema’s relation to other media (in particular literature), see Corrigan, and for a concentrated textbook description of the intermediality of film see XXXX

more occupied with discussions of what cinema is (and what can be) in distinction to other art forms.³ What happens if we understand cinema as a mixed medium? How should one approach film analysis from an intermedial perspective? What thematic and formal traits will become clear when we look at film as a mixed mediality? To answer the questions outlined above, in this article we will present the major analytical concepts we find necessary to build a bridge between intermediality studies and film analysis. Thus, central in our approach is the case study, and we will provide a short example to indicate the value of our theory and our three-step methodology, which is fully demonstrated in our book *Cinema Between Media*. We will begin, in Part I, after this introduction, to give an outline of the relations between cinema and intermedial studies. After that, in Part II, we offer a relatively brief introduction to the intermedial concepts that we find most important in the study of cinema. In Part III, the theoretical concepts are transformed into an analytical method, which we exemplify by way of an analysis of an opening sequence of one of the recent Sherlock Holmes adaptations. In a final section, we offer some short reflections regarding our attempt to bring in contact intermediality and film studies.

What we propose is a theory-based method, where the case studies of the book occupies a prominent place, while not forgetting that the case-study has been criticised and deconstructed more than once (see for instance (Sontag, 1966). Mieke Bal, among many others, has observed that ‘the case study has acquired a dubious reputation as a facile entrance into theoretical generalization and speculation’ (Bal, 2010), and one does run two obvious risks when using singular works as case studies. On the one hand, the critic might ‘cherry-pick’ works that all too easily exemplify some preconceived ideas, and on the other hand the case studies may end up illustrating nothing but atomistic, isolated insights that cannot be generalised. We argue that not only can a good case study give analytical insight to the specific film in question, it may also help develop the method of analysis and can even contribute to the development of theoretical perspectives.

3 An important exception to film scholars’ lack of interest in intermedial theory has been Ágnes Pethő, who in her book *Cinema and Intermediality: the passion for the in-between* (2011) and the revised 2020 version *Caught In-Between* provides a valuable history of the methodological questions concerning film and intermediality.

Part I

Intermediality and cinema studies

The scholarly study of ‘media’ or ‘intermediality’ encompasses broad fields and has a long history that emerged from an interest in inter-aesthetic (often called ‘interart’ phenomena) and analytical methods.⁴ The term intermediality has gained popularity and influence despite the sometimes disconcerting confusion about whether intermediality is an object of study, a method of study, or a theory about a category of objects. Here, we will approach all of these categories, but we aim to be clear about what level we work on, as well as the ‘kind’ of intermediality in question.

Intermedial studies is often used synonymously with inter-aesthetic research or ‘interart’ studies, but compared to ‘interart’ studies, the term intermediality designates a broader aesthetical and technological field of investigation. Instead of focusing only on the conventional arts (music, fine art, literature), intermedial studies open the investigation up to other contemporary aesthetic forms, such as performance art, digital poetry, as well as non-artistic medialities such as advertising, political campaigns, football or mass media content – and, of course, film. Furthermore, as our case studies will demonstrate, non-aesthetic, everyday (what we will call technical) media such as computers, telephones or newspapers may also play important roles in the analyses.

Although ‘intermedial studies’ is better suited to covering the entire field than ‘interart studies’, reservations have been raised concerning the term. Intermediality seems to imply that the object of study is relations ‘between’ (inter) media or medialities. The prefix ‘inter’ restricts the object of study to a specific, limited group of media products, as opposed to ‘normal’, ‘pure,’ or ‘monomedial’ phenomena, that is, media products that do not move between medialities or cross any mediality borders. Consequently, the term seems to apply to a relationship between (inter)texts or medialities, rather than express that a merging of media is occurring within a single medium or artefact (Bruhn, 2016, 2010b).

The point of departure for our approach is that all specific media products and

4 A useful distinction between interart studies and intermediality is presented by Clüver (2007); (Rajewsky, 2014) and Elleström (2010) also offer helpful descriptions of the field. For a broad presentation of intermedial aspects of all the media types mentioned, see Bruhn and Schirrmacher 2021.

media types, including cinema, inevitably are mixed constellations. We will argue that there is no such thing as autonomous or pure medialities. The idea that cinema is a mixed media type is of course not new, but other perspectives have dominated the discourse in film studies. The conventions that make us think about media (or art forms) as distinct forms separated from each other are the result of media history, the history of media theories and, not least, the history of academia. When cinema became an academic discipline in the 1960s, film scholars, although drawing on other disciplines such as philosophy, literary theory, anthropology, and psychology, sought to clearly and radically differentiate the new discipline from older ones.

Even earlier, at the beginning of the 20th century when cinema itself was a newborn medium, the first film theorists foregrounded the uniqueness of the medium when arguing that it should be considered art proper. Accordingly, an important early goal for film scholars was to find the essence of the new art form (see Andrew, 1976). Thus, cinema has been described as motion pictures or moving images, based on photographic technology (for most of cinema history film was on celluloid, today most films are digital). The visual focus and the illusion of movement are often the starting points for scholarly books about the cinematic medium (Bordwell & Thompson, 2017).

Typically for the focus on cinema as a visual media type, the current Wikipedia definition of cinema reads as follows: 'A film, also called a movie, motion picture, theatrical film or photoplay, is a series of still images which, when shown on a screen, creates the illusion of moving images'. At Britannica.com cinema is defined as follows: 'Motion picture, also called film or movies, series of still photographs on film, projected in rapid succession onto a screen by means of light. Because of the optical phenomenon known as persistence of vision, this gives the illusion of actual, smooth and continuous movement'.⁵ Of course, it is common knowledge that cinema is more than its moving images; it is by now convention in introductions to film analysis to describe cinema as a medium based on four major categories: *mise en scène*, cinematography, editing, and sound (Bordwell & Thompson, 2017; Corrigan & Barry, 2012). The emphasis on cinema as an audio-visual medium has also been strengthened over the last decades, with Rick Altman and composer and film theorist Michel Chion as central contributors to the field (Altman, 1992, 1980; Chion & Murch, 1994). Chion argues

5 Motion Picture. Britannia.com

that rather than see images and hear sounds separately when we encounter cinema, we perceive both elements together and that what we interpret as rhythm, for instance, is a mixture of sound, editing and camera movements (Chion & Murch, 1994). Chion has also discussed voice in cinema, but despite him and others arguing for more attention to sound (music and sound effects) the visual elements of film still receive the most attention. The visual versus verbal divide has been discussed and criticised in books such as Kamilla Elliott's *Rethinking the Novel/Film Debate* (with special focus on the problem of adaptation studies) and Sarah Kozloff's book *Overhearing Film Dialogue* (Elliott, 2003; Kozloff, 2000). Although Elliott shows that novels can be visual and films verbal, and Kozloff demonstrates how to analyse the use of dialogue in narrative film, the verbal element of film is still often both overheard and overlooked.⁶

When Bordwell and Thompson analyse the use and function of sound in film, they investigate the perceptual properties of sound (loudness, pitch, timbre), dimensions of film sound (rhythm, time, space, etc.) and discuss the difference between diegetic and non-diegetic sound, but they do not pay much attention to dialogue, although the focus on sound has been strengthened in the last edition of *Film Art* (Bordwell & Thompson, 2017). Most of the films we watch – and hear – are actually filled with dialogue and other verbal elements, but close attention to this cinematic device is usually only given when words have a particularly important position in the film, e.g. *My Dinner with Andre*, Louis Malle (1981), where the whole film is a conversation at a dinner table, or are pivotal in the narrative, e.g. Denis Villeneuve's *Arrival* from 2016, a science-fiction film based on a short story by Ted Chiang, which is all about language and communication. But we are often faced with the argument that dialogue or a speech in a film is too 'literary', and that, consequently, the use of voice-over is un-cinematic. However, the way characters talk in films is a result of conventions, historical changes, and influence from other media. Theatre, novels, and then later radio, helped cinema in 'finding its own voice' (Leitch, 2013).

Classical film theorists would praise cinema's ability to capture reality (André Bazin, Siegfried Kracauer), create new meaning through montage (Sergej Eisenstein), move in time and space (Hugo Münsterberg) and thus stress its differences from

6 On the history of the *ut pictura* concept, see Henryk Markiewicz and Uliana Gabara (1987) and concerning Lessing's *Laocoön*, see Sternberg (1999).

painting, theatre or literature (Andrew, 1976; Elsaesser & Hagener, 2009). Such medium specificity claims – that there is something film can do or represent that other art forms cannot – generated a lot of debate both within film studies and in neighbouring disciplines, such as adaptation studies.⁷ While some scholars are in favour of studying film by foregrounding what they see as the medium's specificity, others argue against what they call medium essentialism. This is the idea that each art form or medium has distinctive traits that distinguishes it from other art forms and medialities (Carroll, 1996) (for an overview by a scholar arguing against media essentialism see (Gjelsvik, 2013b).

The discussion about mixed versus pure art forms has a much longer history than film and film theory. The concept of *paragone* (roughly corresponding to 'comparison'), originates in Renaissance art theory and relates to a ranking competition among the arts – each form vying to be deemed the best and most valuable. Famously, Leonardo da Vinci argued that painting was the highest example of artistic form, and this contention was refuted by, among others, Michelangelo, who counter-argued for the primacy of sculpture. The *paragone* debate has been a perennial discussion in Western cultural history; a German collection of essays, inspired by intermedial studies, in 2010 reinvigorated the idea of the 'competition' between the arts and media by analysing not only the classical art forms, but also television, advertising, graphic novels, and computer games in a framework inspired by the sociology of Pierre Bourdieu (Degner & Wolf, 2010). We will argue that it is indeed possible to see competitions among the arts nowadays, and to trace a *paragone* debate in modern media products such as film and television. While cinema was first compared with theatre, and then later with the novel, it should come as no surprise that comparisons between film and television (and today also computer games) are predominant in contemporary media criticism. Similarly, computer games and television series are today often discussed in light of cinematic aesthetics and film theory.

The complicated history of the blending of medialities and art forms can also be illuminated by looking at the difference between the tradition pointing out the benefits

7 See also Elliott (2003) about this debate. For a general discussion of medium specificity, see Carroll (1996); for a discussion of the ideas of medium specificity and visual arts, see (Mitchell, 2005), whereas (Chatman, 1980) offers a classical discussion of film versus literature from a medium specificity perspective

of the meeting and merging of art forms and that which offers warnings about the consequences of such mixing. Utilising terms from widely different historical periods, we can contrast the Roman writer Horace's dictum 'ut pictura poesis' ('as in painting, so in poetry') with ideas found in G.E. Lessing's eighteenth-century essay – on the monumental Laocoön sculpture – subtitled 'On the limits of painting and poetry'. Lessing's interrogation is among the inspirations for some problematic but, often repeated, 'truths' of aesthetic theory concerning the relations between the arts: such as the claim that literature deals with and represents time, whereas painting should stick to spatial, or non-temporal, presentation. His treatise has inspired numerous debates about medium specificity, either as descriptive formats or as normative dogma, from his own day to the present, across the fields of literature, painting, and film.

The struggle of *ut pictura poesis* versus the Laocoön tradition can be traced back and forth through cultural history, and it can be found in different academic disciplines and art forms (art, music, or literature). Needless to say, there are huge differences in whether these aesthetic ideas are seen as descriptive (this is how it is) or prescriptive (this is how it should be): often they are both. Richard Wagner's late Romantic and politically utopian concept of a *Gesamtkunstwerk*, a total work of art, is one version of the *ut pictura* tradition.⁸ Also, several of the so-called historical avant-gardes of the beginning of the early 20th century believed that the mixing of art forms was not only possible, but necessary in order to achieve the highest artistic and political/spiritual goals (Bürger, 1984). Ágnes Peth^{1/2} continues this appraisal of the aesthetic virtues of mixedness in *Cinema and Intermediality. The Passion for the In-Between* (Petho, 2011, see revised version 2020), and offers stimulating interpretations of a number of modern and postmodern auteurs. The numerous attempts at specifying the different art forms (or media), as well as limiting them to their own formal investigation (as in Clement Greenberg's lifelong engagements with modernist art), led to the influential notion of medium specificity, which can be seen as a twentieth-century version of Lessing's idea of establishing strict formal and normative borders between the arts.⁹

8 On the history of the *ut pictura* concept, see Henryk Markiewicz and Uliana Gabara (1987) and concerning Lessing's Laocoön, see Sternberg (1999).

9 See also Elliott (2003) about this debate. For a general discussion of medium specificity, see Carroll (1996); for a discussion of the ideas of medium specificity and visual arts, see (Mitchell, 2005), whereas (Chatman, 1980) offers a classical discussion of film versus literature from a medium specificity perspective.

In film theory, such perspectives had many consequences, one of them being the difference between the so-called realist position and the formalist one. This distinction was foregrounded by leading realist film theorists Siegfried Kracauer (1889–1966) and André Bazin (1918–1958). In ‘Ontology of the Photographic Image’, Bazin argued that the indexical nature of the image meant that realism was given because it was already there in the image (Bazin, 2009). Whereas the realist position often has been described as seeing cinema as a window, the formalist position sees it as a frame (Andrew 1976:12; Elsaesser and Hagener, 2010). These metaphors suggest different qualities in cinema as ‘one looks through a window, but one looks at a frame’, and where the window ideally become invisible and makes cinema look real, the frame draws attention to cinema as something artificial (Elsaesser and Hagener 2010: 14–15; see also (Friedberg, 2006) for interesting perspectives on these traditions).

When discussing the basic elements of the film medium, Rudolf Arnheim (1904–2007) foregrounded how cinema created a world of its own, distinct from the physical world, due to film’s lack of colour and three-dimensional depth, and the margins of the frame (Arnheim, 1958). Accordingly, filmmakers should pursue, in Arnheim’s opinion, the elements that distinguish film not only from other arts, but from life itself, and for that reason Arnheim was in favour of black and white silent films throughout his life. Such normative positions are not only found among theorists; filmmakers have also voiced their opinions about the specificity of the medium, such as when Ingmar Bergman describes Russian director Andrej Tarkovsky as ‘the one who invented a new language, true to the nature of film, as it captures life as a reflection, life as a dream’ (Gianvito, 2006).

Such differing views of what cinema is, can do, or should be, have also led to different approaches to what to study when analysing films: the sound (Michel Chion), the movement (Tom Gunning), the close-up (Bela Balázs), et cetera (Chion & Murch, 1994; Gunning, 2008; Balázs, 1924). We will also investigate what cinematic elements do, for instance the role of sound or motion in a film or a scene, and we will argue that the inherent medial mixedness, or what we could term the ‘heteromedial’ aspect of film, is a major characteristic. As suggested above, the term heteromediality has some benefits over the more common ‘intermediality’. Heteromediality (hetero: other, or mixed) emphasises that blending is an a priori condition in all media products and

medialities, and that the blending aspects consequently do not constitute a peripheral phenomenon or a marginal subgroup: mixedness characterises all medialities and all specific media products. Mixedness comes first, so to speak; the supposed monomedial purity of any specific medial object is the result of an active purification, rather than the other way round (Bruhn, 2010, 2016). In the following, ‘heteromediality’ signifies the general, a priori condition of mixedness, whereas we employ ‘intermediality’ when discussing more specific analytical questions (which is slightly different from Elleström’s way of using the term in Elleström, 2021).

This, we claim, could be the central starting point for the intermedial study of cinema: all cinematic texts are medially mixed, but in infinitely differentiated ways and leading to different effects and meanings.

Intermedial studies: a short introduction

But what exactly are these media that can be mixed, or rather, whose very nature it is to be mixed? Historically, most discussions within intermedial studies have employed the concept medium/media, but the term is much-debated. One of the central scholars of intermediality, Werner Wolf, notes, not without sarcasm, that ‘[c]uriously, problems of definition and typology have not hindered intermediality research. The most obvious among these is the problem of defining ‘medium’ itself’ (Wolf, 2005).

One solution which has been employed more or less consistently throughout this introductory chapter is to use the more open form mediality/medialities instead (Wolf, 2008; Mitchell & Hansen, 2010, Elleström, 2021). In Mitchell and Hansen’s anthology *Critical Terms for Media Studies*, ‘mediation’ plays an important role in changing the question of what a medium is towards one of what media do – in other words what the process of mediation involves. Mitchell and Hansen showed that mediation, unlike the objectified existence of a medium/media, is an activity – the process of mediating – which per definition also includes a media product. These are some of the reasons why, instead of the term ‘medium’ (with the implied conceptual connotations of object-hood), we suggest ‘mediality’ and ‘medialities’ (plural), which relate to the process of mediation in communicative situations. However, as the reader might have noticed, we do at times use medium/media and mediality/medialities interchangeably – this is done in order to achieve variation, or when ‘medialities’ feels particularly clumsy.

When it comes to a working definition and stratification of the concept of medialities, we find that Lars Elleström's theorisation offers a precise but relatively flexible definition of mediality as a mixture of media and modalities (most recently in Elleström, 2021). Elleström has ventured to combine two often overlapping theoretical frameworks: intermediality and multimodality studies. These are two traditions that, each often without acknowledging the respective achievements of the other, work from more or less the same assumptions. They both claim that all communicative action takes place by way of devices that mix media (often understood as communicative channels or art forms) or modalities (often understood as more basic aspects of communicative action, such as sound, images or other sensual signs). By means of Elleström's cross-fertilisation of intermedial studies and multimodality/social semiotics, it becomes possible to construct an understanding of how all media are really modally mixed – and consequently that there is no such thing as a monomedial or 'monomodal' communicative situation or media product; this is another way of arguing for the heteromedial condition of all communication that we mentioned above.

What is particularly useful in Elleström's model is that it offers a much needed clarification of and distinction between the many different notions of medium that are available and in use not only in everyday talk, but also in academic discussions and cultural criticism. A mobile phone, a Klee oil painting, a television set, and the genre of opera may all in given contexts exemplify 'medium'. Elleström however defines medium using a model consisting of a basic, a qualified, and a technical media dimension. The main idea is that what we normally call a medium, or perhaps an art form, needs to be broken down into three interrelated dimensions that are often confused and conflated: basic media, qualified media types, and technical media of display.

The basic media are the building blocks, the atoms of qualified media types. This dimension may be exemplified by written words, moving images, or rhythmic sound patterns. These particular basic media dimensions may, under certain conditions, be part of a qualified media type, such as narrative written literature (or even more detailed: a novel, a short story), a newspaper article, a documentary film, or symphonic music. Thus, qualified media in the arts are more or less synonymous with what is often referred to as art forms. Cinema, written narrative literature, and sculpture are examples of qualified media, but it is crucial to stress that not all qualified media are

aesthetic. We also find qualified media types outside the arts, in areas such as the verbal language of the sports page in newspapers, advertising jingles, or in the non-aesthetic verbal language of legal prose. The third media component, the technical media of display, is the material-technological dimension, which makes qualified media perceptible in the first place, say, a TV screen, a piece of paper, or a mobile phone interface. In short, technical media display basic or qualified media.

This division of all media products into three media dimensions makes it possible to include anything from the mobile phone interface to a Renaissance poem into the investigation of medialities (the first being a technical medium of display, the second an example of the qualified medium type of written literature), but it also enables us to differentiate between them in analytical terms. The qualified medium type of cinema accordingly consists of basic media like moving images, words, music etc., and can be watched (and heard) on technical media of display such as a computer, a television screen or (the display of) a mobile phone.

Following this way of understanding medialities, any media product (in its three dimensions) enable communication, but this rather positive or optimistic understanding of medialities is not the only way to understand communication. Media scholar John Durham Peters has argued that communication, historically, has been understood in two, fundamentally different ways which also entails two ways of understanding the function of medialities in communication.¹⁰

One strong, but also heterogeneous tradition, beginning with Plato's *Phaedrus*, is suspicious and even fearful toward any mediating objects. For Plato, writing was the new medium that threatened both authentic communication and the human being's ability to use memory as the major storage medium. But in subsequent historical contexts, this anxiety came to relate to all imaginable medialities that threatened to interfere with the face-to-face dialogue between speaker and interlocutor, sender and receiver. This tradition of understanding media in communication as an estranging and destructive threat to authentic co-presence and deep, mutual understanding, will be referred to as the 'mediaphobic' position John Durham Peters – and we follow him

10 See John Durham Peters (1999), who argues against the idealising notion of communication as face-to-face dialogue, and instead demonstrates a long struggle – ranging from Plato to the Internet – between two notions of communication.

– is highly critical of this tendency, because it tends to idealise face-to-face presence as the only legitimate communicative relation:

The image of two speakers taking turns in order to move progressively toward fuller understanding of each other masks two deeper facts: that all discourse, however many the speakers, must bridge the gap between one turn and the next, and that the intended addressee may never be identical with the actual one. (Peters, 1999)

As an alternative to this face-to-face dialogue-model, which implicates a communication magically unfettered of any medialities, Peters demonstrates that a notion of communication as dissemination is a much more fruitful model for how communication works. For our purposes this model is interesting because it does not exclude or ban medialities.

Communication-as-dissemination implies a fundamental distance between sender and receiver, and it is this distance that implies the necessity of the presence of medialities: medialities make possible or even create communication, they do not disturb it. The idea of communication-as-dissemination entails real bodies sending opened signs, by way of material medialities, to whoever wants to interpret them – be it the person next to you on the train, the reader of a book, a radio programme listener, or the participant in a social medium like Facebook. This is a much more realistic understanding of all the communicative aspects of people’s lives, which we, in contradistinction to the suspicious ‘mediaphobic’ position, will call the ‘mediaphile’ position.

Combination or transformation

To simply claim the mixedness of cinema as a qualified media type is not very surprising, nor very satisfying. The problem of describing and analysing needs to be approached, which is the main goal approached here. We suggest that the question of analysing the mixed media of cinema may be simplified by dividing the heteromediality of cinema into two dimensions: one consisting of a process of transformation and another of the phenomenon of combination or integration.¹¹

The media transformation dimension concerns how medial content or form in a temporal process is transformed from one qualified media type to another. Adaptation

11 For a slightly different way of conceptualizing the intermedial divisions, see Bruhn and Schirmacher (2021).

studies, for instance the study of the transport from novels to film, is one particular investigation of an extremely broad phenomenon. Allen Ginsberg's poem *Howl*, parts of which are transformed into the film *Howl*, is an example of this (see Bruhn & Gjelsvik, 2015). In that film, the transformation takes place when the poem written on paper is being read out loud, when the poem is being partly reproduced on written pages in the film, and when it is being represented in court as a printed book.

Media combination or integration aspects, on the other hand, concern phenomena where two or more medial form aspects co-exist or are integrated into each other in the same media product at the same time – for instance when a Cézanne painting is represented in a film accompanied by jazz music. These two dimensions of intermediality are not mutually exclusive; they are, exactly, dimensions. They can be used according to what question you are interested in pursuing change and as part of the combination of media in the film.

The media transformation per definition contains a temporal perspective. First, there is a play, then it is turned into a film; first there is film, then it is turned into an amusement park; first there is a painting, then there is a poem representing this painting, etc. Computer games are made into films (*Assassins Creed*, 2016) and films are made into computer games (*Ice Age*, 2002). In this immense cultural corpus, introduced and discussed in Linda Hutcheon's *A Theory of Adaptation* (Hutcheon, 2006); see also (Bruhn, Gjelsvik, & Hanssen, 2013), the medial mix lies, so to speak, in the temporal process: certain aspects of the novel (typically: themes, parts of the plot, certain characters, setting etc.) are transported into a film, but certain aspects of the adapted work are necessarily left out or changed beyond recognition. The process is transferring certain aspects while also transforming everything into a new media product (and a different technical medium). A lot of films are based on such transformations, in contemporary media culture the typical process being a bestselling novel or series of comic books turned into a Hollywood film. Notable examples are the many films based on the storyworld of the Marvel universe, the direct adaptation of the *Hunger Games* books, the comprehensive *Harry Potter* franchises or the television series *Game of Thrones*.

In the other large group, we have the combination of otherwise distinct medialities inside the same media product. In a pop song the verbal, sung text is combined with

music; on a Facebook page, photographs are combined with text and graphic design; on a poster, images exist side by side with words. In this group, aspects of different medialities exist synchronously, as opposed to the temporal process of transformation in the first group. In cinema, this is obvious but rarely made explicit. A film often (but not always) starts with verbal and aural information, such as the name of the production company and music, before any other imagery appears. Images can be animated, or photographed, moving or still. Through the film, visual and verbal elements are combined in a multitude of different ways, beginning with the production company's name visualised in their logo, the voice-over accompanying images of a landscape or the dialogue between two actors visible on the screen. Given the fundamental idea of intertextuality (which states that all texts are versions of earlier texts), on the other hand, we may conclude that all medialities are, basically, the result of a transformation.

Consequently, when performing a medial analysis on a specific film, one might investigate either mixtures (combination) or traces (transformation), and thus the film, from a medial perspective, is comparable to the famous duck-rabbit illusion: depending on analytical interest, you can choose to perceive a media product as either a combination or a process of transformation; both dimensions are inherent aspects of the specific film. To get the fullest possible description and interpretation, one might combine the two approaches, but many specific analyses will typically focus on one of the two aspects. Above we mentioned our analysis of Epstein and Friedman's curiously mixed biopic adaptation of Allen Ginsberg's *Howl*: in that, for instance, we hardly go into the adaptation analysis, and discuss instead the formal as well as the more philosophical questions relating to the combination axis.

Intermedial reference, formal imitation, medial projection

In order to describe and analyse films from an intermedial perspective, a few further distinctions are useful. These include 'intermedial reference', 'formal imitation', and 'medial projection', all of which are parts of the media transformation perspective previously mentioned.

A first distinction is that between intermedial reference and formal imitation. The creator of a film may, consciously or unconsciously, evoke or insert a medial ref-

erence to another real or fictional media product. In Joachim Trier's *Louder Than Bombs* (Trier, 2015), there is a reference to an earlier film that Gabriel Byrne acted in, which also plays a small part in the narrative: this is an intramedial reference, because the source and target media are identical. In *Howl*, we see an LP cover in Allen Ginsberg's working room that contributes to establishing a setting and a mood, a typical 'reality effect' (Barthes, 1986) that helps create realistic apprehensions of the fictional text (Pethö, 2011). This is an intermedial reference,

But a media product from one specific qualified media type, or parts of this product, can also be formed by copying the formal attributes of another media product or another media type. In such cases, we talk about formal imitation (Wolf, 2008, 2011). There are no strict boundaries between an intermedial reference versus a more comprehensive formal imitation, but a rule of thumb could be that if we are dealing with a specific reference of a media product, the particular example is interchangeable: in *Louder Than Bombs*, for example, there is a scene where the son in the family watches as film clip with his father (played by Gabriel Byrne) online, here the origin and the context of the film is of little consequence. On the other hand, we could say that formal imitation is what happens in *Girl with a Pearl Earring* (Peter Webber, 2003). The film is an adaptation of a 1999 novel by Tracy Chevalier in which the Dutch painter Johannes Vermeer's famous painting is described verbally (as an ekphrasis) and plays a crucial role (see Leitch, 2009). In the film, we find a visual re-enactment that could be considered as a cinematic ekphrasis (Brinch, 2006). Vermeer, who was famous for his sophisticated use of light, inspired the filmmakers to use different film stock and special lighting, in order to capture the style and feeling of the painting. Hollywood star Scarlett Johansson poses as the girl in the painting, in an image that at first glance looks like the original. A more radical example of formal imitation of a painting is found in the Polish film *Mill and the Cross* (Lech Majewski, 2011), where numerous details and some (of a total of 500) characters in Pieter Bruegel's (t.o.) allegorical painting *The Procession to Calvary* (1564) are brought to life. By way of live action, a large copy of the painting, and special effects, the painting is recreated as film.¹² As John Berger demonstrated in his famous television series *Ways of Seeing* (1972),

12 Pethö, 2013 provides a useful summary of different types of references to paintings, and discusses the *tabloux vivant* more in detail, including Majewski's work.

transformed into a book version the same year, Breughel's painting is so rich in detail that it is easy to move around and focus on different elements, and this is exactly what Majewski does in his adaptation: the result is a film with much less emphasis on the narrative drive than we are used to in mainstream cinema.

Seeing the world as if it was a painting has been theorised under the term 'iconic projection', by Swedish scholar Hans Lund (Lund, 1992; Tornborg, 2014). However, a broader understanding of this mechanism is needed, and 'medial projection' has been proposed (Bruhn, 2016), a term which may encompass a much wider array of medial phenomena. Perceiving and describing particular aspects of the world as if it were, or could have been, either an example of, or deeply informed by a qualified media type (like music or more specifically a symphony), or a technical display medium (a TV-screen, a canvas), is a common literary device, and actually a typical intermedial phenomenon. In Mike Leigh's *Mr Turner* (2014), for example, many shots appear to be partly through the eyes of J.M.W. Turner: not only as a person, but by way of his particular painterly vision of the world.

To briefly summarise the arguments so far, we can start by reminding the reader that we define medialities as a broad term consisting of the three internally inter-related dimensions of basic media, technical media of display (sometimes simply referred to as technical media) and qualified media types (or qualified media). We use mediality and media interchangeably in our book to refer to the material aspects of communication. A distinction between intermedial and intramedial relations were shortly mentioned, designating either connections between different qualified media types (intermedial relations) or between examples of the same media type (intramedial relations). We also made a provisional distinction between medial combination and medial transformation, and intermedial reference versus formal imitation. Finally, we introduced medial projection as yet another way that cinematic texts come in close contact with other aesthetic or non-aesthetic medialities. In the following, we want to propose a more specific methodology for analysing cinema based on these theoretical and analytical terms.

Part II

Studying cinema intermedially

The three-step mediality analysis of film: To list, structure, and contextualise

The specific methodology we propose is a three-step approach moving from constructing a list of mediality presences, via an examination and structuring of this list (still staying inside the borders of the analysed film) and into an interpretation of the work, often but not always by way of a contextualisation beyond and outside the given film.¹³

We analyse films by listing, structuring and contextualising medialities. But how can this method be characterised according to some of the well-known options in film studies and aesthetic analysis? Is it a thematic analysis where the continuous and repeated representation of medialities adds up to an over-arching theme? Not quite; in particular because we tend to focus on the formal importance of the presence and function of medialities as opposed to a content-oriented, thematic analysis. Are medialities, instead, to be understood as a 'leitmotif' in the films we discuss, so that the repeated presence of singular medialities represent some kind of higher psychological, existential or aesthetic vision? Given the heterogeneous nature of the different medialities, this is not really fitting either.

A better description is to say that we investigate 'mediality as motif'. Bordwell and Thompson describe motif as part of cinema's essential dialectic between repetition and variation: "A motif is any significant repeated element that contributes to the overall form. It may be an object, a color, a place, a person, a sound, or even a character trait. (Bordwell & Thompson, 2017, 63). Working with our broad notion of medialities it makes sense to say that we investigate medialities as motif; a motif that produces meaning on several levels simultaneously and thus, becomes part of an overall interpretation of the film,

The repeatable structure of the method is supposed to be sufficiently open to improvisation and creativity to make it useful when analysing the complexities of

13 We are here further developing a method for intermedial analysis of narrative literature suggested by (Bruhn, 2016).

specific cinematic texts. Obviously, the methodology does not offer a simple, universal solution for anyone engaging with film studies: we presuppose certain basic skills in cultural analysis from and we are well aware that while in particular the first step is relatively easy to conduct, the second and third steps demand a certain amount of creativity and analytical training and practising.

First step: listing

The first step consists of a localisation and cataloguing of the representations of media products, types and aspects in the film. Once again it is important to stress that the focus for us here is the representation of medialities in cinema, rather than readings of cinema as material objects, or understanding the distribution and production of cinema. This first step is intended to generate a list or catalogue of medially interesting phenomena in the analysed film. In this opening phase, we suggest employing as broad a concept of medialities as possible (following the definition presented above) and registering a large number of aspects connected directly or indirectly to any mediating devices in communicative situations.

Let us demonstrate how the first step in such an analysis (albeit not a fully-fledged analysis) could work with a rather long example. We have chosen the title sequence from Guy Ritchie's *Sherlock Holmes* (2009) as a useful exemplary case.¹⁴ Georg Stanitzek has described a title sequence as a film 'inside the film', and as the cinematic form that makes use of the highest number of cinematic techniques to the fullest extent possible (Stanitzek & Aplevich, 2009). The title sequence could be described as an intermedial example par excellence, since it almost always will express a very direct combination and integration of basic media elements such as sound, verbal text, images, animation, and more. In the case of *Sherlock Holmes*, the opening title sequence is quite short; it starts with the Warner Brothers (and the other studios') logo redesigned in cobblestones, and rather than a still before the action starts, the logos are included in a moving camera shot (or in fact the CGI illusion of a moving camera). After a short chase, we find Sherlock Holmes (Robert Downey Jr.), Dr Watson (Jude Law), and a policeman (Eddie Marsan) standing in a church. We hear a voice say:

14 See the website *The Art of the Title*, which is dedicated to title sequences, for more on this: <http://www.artofthetitle.com/title/sherlock-holmes>

‘Gentlemen’, and the three men turn around; when the photographer shouts ‘cheese’, the camera goes off and Sherlock hides his face. The next image shows the photograph that was taken, first a blurred version in motion and then the negative, as if the frozen image is meant to show the process of photo developing. The final version of the image is on the front page of a newspaper, this time as a drawing. Our view is then expanded (through a motion that looks like camera movement) to expose the full newspaper page, with the title of the cover story, ‘Scotland Yard catches killer!’, and a second title reading: ‘Sherlock Holmes aides police’. If we watch the film on our own screen, we are able to freeze the image and actually decode the text in the newspaper article in *The Penny Illustrated Paper*. The film quickly focuses on the name Sherlock Holmes (the title of the film) and cuts to a new image: The sign on a wall saying Baker Street, N.W. And so, the story begins. Within the short span of twenty seconds, we have been presented with a camera, a photograph (in two different versions), a drawing, a newspaper, including illustrations, an article, and a street sign.

The second part of the title sequence, normally called the end credits, reuses these elements and combines them with writing: an image of a character in the film is frozen and transformed into a drawing, accompanied by the relevant actor’s name, appearing as if written by a calligraphic pen on old paper. Members of the cast, photographers, scriptwriters, editors etc., are listed in a similar way. However, here the combination of images and words is closer to the characteristics of the technical medium of the book, an impression strengthened by the effect of rapidly turning pages. Accordingly, viewers may be reminded of old news media, paintings and books when watching this title sequence.

The first step may be characterised, in comparison with the two steps that follow, as the least creative and most rote-like aspect of the analytical labour. Ideally, different readers with different interpretational agendas should be able to agree upon most of the items on the initial list created in the first step, but it cannot be generated without any interpretive considerations whatsoever. Even if it may seem like a rather empty exercise, simply making such a list induces an important recognition: a supposedly homogenic medium such as film includes many, many represented medialities – it just takes a new analytical perspective to notice.

A practical question rises here: what should be included and what should not be included in this sort of media catalogue? For an example of what not to include in a catalogue, let's take as our starting point the soundtrack of a film. The soundtrack of a film is a complex mixed mediality (consisting of dialogue, music, sound, voice-over) whose function and presence needs to be analysed in any cinematic text. But that does not mean that all instances of the soundtrack in a film should be put on the list (which would mean, basically, that the entire film would be reproduced soundbite for soundbite in the list. In the Sherlock Holmes sequence, we focused on the visual elements, but we also mentioned the spoken words. We could have foregrounded the click sound of the camera blitz, and other spectators perhaps would be more interested in the striking theme music composed by Hans Zimmer, allegedly played on an old broken piano, but we chose another analytical perspective in our discussion. So even if the list resulting from the first step is supposed to be constructed in compliance with relatively objective standards, the list is, of course, following pragmatic considerations.

Second step: structuring

As the second step of the analysis, we suggest to structure and organise the large and often incoherent material collected and catalogued in step one. From our experience, we know that this second step demands rigour, because it is all too easy to skip ahead into step three's contextualising activities. In step two, the more or less meaningless list is inserted into some kind of comprehensible and coherent structure. In our example case, we could sum up how the technical media of display (paper or the camera) in the film could be said to reflect the contemporary media history of the original author Conan Doyle's time, when the Sherlock Holmes stories were originally written (1887–1900). Or we could reflect on how the use of photography, newspapers, and books draws attention to the fact that this is a film adaptation of classic literature (See Geraghty, 2009).

What we focus on could be dependent on the specific elements of a film or the context of the film. In some one of the historical dichotomies presented above between, for instance, medial mixedness versus medial purity in step two or three. In some cases, the paragone tradition of arts competing to be the 'best' art form could be interesting to pursue. Sometimes the film as a whole aesthetic statement can be seen

entering such a discussion. In other cases, the abstract paragone might be discussion embodied in a hierarchy of representatives of the various media (a painter versus an author, for instance). Sometimes the paragone may be detectable on the level of style or form, where the director's aesthetic choices may express a schism between a descriptive, 'painterly' style versus a more literary, discursive style.

Step three: contextualising

These dichotomies, or whichever structure we have described in step two, are now ready to be contextualised or 'framed' into some larger context, which may fall into numerous different categories. The structures of step two may, in the third step, be related to a biographical context for a filmmaker, or more comprehensive aesthetic, theoretical, or art-sociological patterns or formations. Of course, the requisite context may also be technological, or an ideological formation in the society in which the film was made, or the society represented in the work.

If we were to continue our sketch of a possible interpretation of the Sherlock Holmes title sequence, a tempting contextualisation would be a comparison between the 1990-ish media situation in Guy Ritchie's film as opposed to the 2000-something setting of the BBC's series *Sherlock* (2010–2016). In the BBC series, the story has been moved to a contemporary London, and the title sequence starts with a hectic overview of Leicester Square: horses have been replaced with cars, the newspaper with big neon signs. Whereas the film's credit sequence was illustrated with drawings, the BBC's credit sequence is based on time-lapse and tilt-shift technology, which creates the feeling that we as viewers can look down on Sherlock's world from above. In sum, the BBC's title sequence foregrounds the role of mobile phones and surveillance technology. In the first example, the media is watching what Sherlock is doing, but in the BBC version it is less clear who is looking at whom, a change which echoes the change in our mediated environment during this historical period.

Concluding remarks and further perspectives

Our method of analysing the media aspects of cinematic texts is a maieutic method; it focuses our attention toward a certain ‘dimension’ of the text, and thereby offers access to aspects that would otherwise have remained undetected. And we repeat: the maieutic three steps are no guarantee for a productive reading, you need to bring engagement and basic analytical skills to the table. Our aim is to show that when focusing on listing and structuring the medialities of a given film, one’s attention is almost invariably drawn to larger contexts beyond the question of mediation or representation itself. Suggesting an intermedial model for film analysis is modest as well as immodest: we wished to suggest new ways of analysing narrative films for students and researchers, and hoped to tweak film theory a little bit in an intermedial direction. The reader may decide which of the two goals is the modest and which is the immodest one, but we have tried to do both.

We have presented a couple of questions that represent the specific analytical objectives: What happens if we understand cinema as a mixed medium? How should one approach film analysis from an intermedial perspective? What thematic and formal traits will become clear when we look at film as a mixed mediality? We have, to put it short, tried to establish some of the theoretical foundations for rethinking cinema studies with an intermedial perspective. Therefore we have, rather briefly, presented some of the central theoretical discussions within intermedial studies as well as our own analytical three-step model.

When we, in our book, aspects of which are described in this article, dedicated to these questions, discussed our case studies, we were well aware, however, that as a group of films, our cases were not at all comprehensive or representative, neither in terms of historical representation and geographical breadth nor cinematic genres. If we were to expand our project to include more different genres (while staying inside the same spatio-temporal realm) we would have liked to include both more commercial examples than we have worked on here, and more challenging experimental films. Genre movies such as *Star Wars: Rogue One* (Gareth Edwards, 2016), *Wonder Woman* (Patty Jenkins, 2017), *The Jungle book* (Jon Favreau, 2016) or *Get Out* (Jordan Peele, 2017), or art films such as *The Square* (Ruben Østlund, 2017) or *The Exhibition* (Joanna Hogg, 2013), as well as television series such as *Big Little Lies* (David E. Kelley

and Jean-Marc Vallée, 2017), *The Handmaid's Tale* (Bruce Miller, 2017) or *Stranger Things* (Matt and Joff Duffe, 2016) would have been interesting to think about from an intermedial perspective. Working with shorter films, such as Don Hertzfeldt's animated short film *World of Tomorrow* (2015) or the Facebook horror film *Alexia* (Andrés Borges 2013), would have given us different possibilities and provided other ideas. We also certainly consider our approach relevant to the study of non-western films although none have been included here.

As mentioned already we think that film studies do need to update all the fruitful 'proto-intermedial' insights from the earlier history of film and film criticism and stands to gain from incorporating central aspects of contemporary intermediality studies with these insights. The reluctance we have sometimes met from some film scholars towards intermediality – following the line that 'intermedial studies find out what film criticism has known all along' – will hopefully decrease. We are, of course, not claiming that intermedial studies can or should overtake or replace film theory, far from it. But what we do say is that the focus on the inherent mixedness of media, as well as some of the theoretical and analytical tools developed in intermedial studies, may help clarify issues in film studies. One area where intermedial studies and film studies are already productively meeting is in adaptation studies, but other areas might benefit from such combined efforts as well: the study of sound is another obvious one.

Our focus on mediality as motif has demonstrated, very briefly here and much more in detail in the book, a rich potential for further explorations, and the three steps of our analytical model – cataloguing, structuring, contextualising – work well as an analytical tool for research, but can also, we think, serve as a valuable aid in pedagogical situations. For students at most educational levels, and for scholars, the three steps offer useful insights. The first step – listing the presence of medialities – may feel rather mechanical or even banal. It does, however, bring home the awareness that lies at the bottom of media studies and intermedial studies, namely that medialities are constantly surrounding us and playing important roles in our lives. This basic condition tends to be very present, consciously or not, in narrative cinema, and the first step demonstrates this quite effectively. The second, structuring step may, with the maieutic help of some of the categories discussed or developed in intermedial theory like *paragone*, *medium specificity*, and others, help a student of film better organise

the often rich presence of medialities. This step is not easy, but practising one's capacities in it will be rewarding in other fields of aesthetic analysis too; it develops cognitive skills such as ordering, choosing, and imagining a structured understanding of complex material. Finally, the third step's contextualising demands other efforts, this time relating to aspects beyond the internal borders of the work itself, thus incorporating the film into larger historical, aesthetical, or perhaps psychological contexts.

But despite our optimism concerning the possible outcomes of our theoretical and analytical strategies, there are, needless to say, still improvements and additions to be made to what we have proposed here, which we, for now, will have to put on our imaginary film-intermediality wish list.

That list would include:

Thematic concentration: it might be productive to use the three-step model more instrumentally in investigating pre-established themes across cinematic genres (for instance gender, post-colonial questions, ecocritical issues) in order to avoid the possibly formalist bent of our analytical model.

Geographical and historical expansion: in terms of case studies, it would be clearly fruitful to expand the analytical objects geographically (to reach beyond the Western canon in this book), but also to open up for historical considerations. Would the presence and function of a given set of medialities work the same way in early Asian film as in contemporary European film, for example? Probably not – and the differences would be worth investigating.

Generic expansion: it would be interesting to expand the analytical model to moving images that are not realistic-representative (say, American experimental film from the 1960s), or films that are less fictionalised and narrativised (Scandinavian instructional films related to public health, for instance). Would the suggested model work on these kinds of moving images? And if not, why? A first thesis would be, perhaps, that our model works well on films of a certain 'realistic' tendency, whereas our three-step model would be harder to apply to, for instance, avant-garde film. This leads to the next possible extension of our model:

An intermedial expansion: mediality as motif is a productive instrumentalisation of the abstract aspects of intermedial theory into a practical analytical methodology. But it comes with a methodological cost, namely that the analysis stays on a represen-

tational level often limited to the diegetic level of the films, the ‘what’ rather than the ‘how’, so to speak. This we could call the external mediality aspects. We have only very hastily discussed the technical media making cinema possible in the most practical but still very important ways: cameras, sound recording equipment, the sets relating to film production, but also all the technical aspects of the distribution and reception side of cinema. As mentioned above, our model, as it stands now, would be rather weak when confronted with, for instance a Stan Brakhage film from the 1960s or Thai director Apichatpong Weerasethakul’s metaphysical films, where conventional representation, diegesis and narration is minimal or even absent. Or, more to the point concerning our case studies: what difference does it make to experience *Citizen Kane* in a movie theatre in 1941 as opposed to an art house cinema in the 1970s or on a small computer screen in the twenty-first century? Generally, the importance of digital media and differences between screens and viewing modes could be further developed.

And last, but not least: Pedagogical precision: it would be interesting to specify even more the analytical model in terms of ages and educational levels. Should one version of the three-step model be offered to lower-grade students, while another, more complex one should be developed for graduate and post-graduate levels? What adjustments should be made? These pedagogical questions needs to be pursued further.

But for now, we hope that our suggestion will be seen as an opportunity to reconsider both some of the fundamental theoretical questions of film theory and a valuable guide to hands-on, practical suggestions on how to analyse narrative cinema. The book is aimed at higher-level students at universities and colleges, film scholars, and people simply interested in analysing and understanding film better. We hope our approach will stimulate new, general visions of what cinema is and specific and exciting understandings of specific films.

References

ALTMAN, R. (1980). *Cinema/Sound*. New Haven: Yale U.P.

ALTMAN, R. (1992). *Sound theory, sound practice*. London: Routledge.

ANDREW, J. D. (1976). *The major film theories : an introduction*. London: Oxford University Press.

- ARNHEIM, R. (1958). *Film as art*. London: Faber and Faber.
- BAL, M. (2010). *Of what one cannot speak : Doris Salcedo's political art*. Chicago: University of Chicago Press.
- BALAZÁS, B. I. (1924). *Der sichtbare mensch*. Wien, Leipzig,: Deutsch-österreichischer verlag.
- BARTHES, R. (1986). *The Reality Effect*. In R. Barthes (Ed.), *The Rustle of Language* (pp. 141-148). Oxford: Blackwell.
- BAZIN, A. (2009). *The Ontology of the Photographic Image*. In A. Bazin (Ed.), *What is cinema?* (pp. 3-12). Montréal: Caboose.
- BORDWELL, D., & Thompson, K. (2017). *Film art : an introduction* (11th Edition ed.). New York: McGraw-Hill.
- BRINCH, S. (2006). *Mellom stillstand og bevegelse – Pike med perleøredobb som filmatisk ekfrase*. In G. Iversen (Ed.), *Estetiske teknologier 1700-2000* (Vol. Volum 3). Oslo: Scandinavian Academic Press/Spartacus.
- BRHUN, J. (2010). *Heteromediality*. In Elleström., L. (ed). *Media borders, multimodality and intermediality* (pp. 225-236): Springer.
- BRHUN, J. (2016). *Intermediality of narrative literature : medialities matter*.
- BRHUN, J., Gjelsvik, A., & Hanssen, E. F. (2013). *Adaptation studies : new challenges, new directions*. London: Bloomsbury.
- BRHUN, J. & Schirrmacher, B.(eds.) *Intermedial Studies. An introduction to meaning across media*. London: Routledge.
- BURGER, P. (1984). *Theory and History of Literature, Volume 4 : Theory of the Avant-Garde* (M. Shaw, Trans.). Manchester: Manchester University Press.
- CARROL, N. (1996). *Medium specificity arguments and the self-consciously invented arts: film, video, and photography*. In N. Carroll (Ed.), *Theorizing the moving image* (pp. 3-24). Cambridge: Cambridge University Press.
- CHATMAN, S. (1980). *What novels can do that films can't (and vice versa)*. *Critical Inquiry*, 7(1), 121-140.
- CHION, M., & Murch, W. (1994). *Audio-vision: Sound on Screen* (C. Gorbman, Trans. C. Gorbman Ed.). New York: Columbia University Press.
- CORRIGAN, T., & Barry, P. (2012). *The film experience : an introduction* (3rd Edition ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- CORRIGAN, T. (2012). *Film and literature: an introduction and reader*. (2. ed.) Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge.
- DEGNER, U., & Wolf, N. C. (2010). *Der neue Wettstreit der Künste: Legitimation und Dominanz im Zeichen der Intermedialität*. Bielefeld: Transcript.
- ELLESTROM, L. (2010). *The modalities of media: A model for understanding in-*

termedial relations. In *Media borders, multimodality and intermediality* (pp. 11-48): Springer.

ELLESTROM, L. (2014). *Media transformation : the transfer of media characteristics among media*: Houndsmill, Basingstoke, Hampshire ; New York : Palgrave Macmillan, 2014.

ELLESTROM, Lars (red.) (2021). *Beyond Media Borders, Volume 1* [electronic resource] *Intermedial Relations among Multimodal Media*. 1st edition Cham: Springer International Publishing <https://doi.org/10.1007/978-3-030-49679-1>

ELLIOT, K. (2003). *Rethinking the novel/film debate*. Cambridge: Cambridge University Press.

ELSAESSER, T., & Hagener, M. (2009). *Film theory : an introduction through the senses*. London: Routledge.

FRIEDBERG, A. (2006). *The virtual window : from Alberti to Microsoft*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

GIANVITO, J. (2006). *Andrei Tarkovsky: Interviews* University Press of Mississippi

GJELSVIK, A. (2013a). What novels can tell that movies can't show. In (pp. 145-264). London: Bloomsbury, 2013.

GJELSVIK, A. (2013b). What Novels Can Tell That Movies Can't Show. In J. Bruhn, A. Gjelsvik, & E. F. Hanssen (Eds.), *Adaptation studies : new challenges, new directions* (pp. 245-264). London: Bloomsbury.

GUNNING, T. (2008). What's the Point of an Index? Or Faking Photographs. In K. Beckman & J. Ma (Eds.), *Still/Moving: between Cinema and Photography*: Duke University Press.

HUTCHEON, L. (2006). *A theory of adaptation*. London: Routledge.

KOZLOFF, S. (2000). *Overhearing film dialogue*. Berkeley: University of California Press.

LEITCH, T. (2013). What Movies Want. In J. Bruhn, A. Gjelsvik, & E. Frisvold Hanssen (Eds.), *Adaptation studies: new challenges, new directions* Bloomsbury.

LEITCH, T. M. (2009). *Film adaptation and its discontents : from Gone with the Wind to The Passion of the Christ*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

LUND, H. (1992). *Text as picture : studies in the literary transformation of pictures*. Lewiston: E. Mellen Press.

MITCHELL, W. J. (2005). There are no visual media. *Journal of Visual Culture*, 4(2), 257-266.

MITCHELL, W. J., & Hansen, M. B. N. (2010). *Critical terms for media studies*. Chicago; London: The University of Chicago Press.

PAECH, J. (2011). The intermediality of film. *Acta Universitatis Sapientiae, Film and Media Studies*(4), 7-21.

PETERS, J. D. (1999). *Speaking into the air : a history of the idea of communication*. Chicago: University of Chicago Press.

PETH, Á. (2011). *Cinema and intermediality : the passion for the in-between*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.

PETH, Á. (2013). The Vertigo of the Single Image: From the Classic Narrative “Glitch” to the Post-Cinematic Adaptations of Paintings. *Acta Universitatis Sapientiae, Film and Media Studies*(06), 65-90.

PETH, Ágnes (2020). *Caught In-Between [Elektronisk resurs]*. Edinburgh University Press

RAJEWSKY, I. O. (2014). Intermedialität, remediation, Multimedia. In J. Schröter (Ed.), *Handbuch Medienwissenschaft* (pp. 197-206). Stuttgart/Weimar: Metzler.

SONTAG, S. (1966). *Against interpretation, and other essays*. New York,: Farrar.

STANITZEK, G., & Aplevich, N. (2009). Reading the title sequence (Vorspann, Générique). *Cinema Journal*, 48(4), 44-58.

TORNBORG, E. (2014). *What literature can make us see poetry, intermediality, mental imagery*. (Doctoral Thesis). Linnaeus University, Lund, Bokbox förlag. Available from <http://worldcat.org/z-wcorg/> database.

WOLF, W. (2005). Intermediality. In D. Herman, M. Jahn, & M.-L. Ryan (Eds.), *Routledge encyclopedia of narrative theory* (pp. 252-256). London; New York: Routledge.

WOLF, W. (2008). The Relevance of Mediality and Intermediality to Academic Studies of English Literature. In A. Fischer, M. Heusser, & A. H. Jucker (Eds.), *Mediality/Intermediality* (pp. 15-43). Tübingen: Gunter Narr Verlag.

WOLF, W. (2011). (Inter) mediality and the Study of Literature. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 13(3), 2. doi:10.7771/1481-4374.1789



SOBRE SER COLABORADORES NO INVASIVOS EN ESCENARIOS DE CONFLICTO SOCIAL

LUPICINIO ÍÑIGUEZ-RUEDA*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41648>

Texto correspondiente a la conferencia impartida en la FACE/UFMG, Belo Horizonte (Brasil), el 27 de octubre de 2017

* Professor, Psicologia e Letras, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha.

Agradezco al programa de Cátedras FUNDP/IEAT por brindarme la oportunidad de compartir y elaborar saberes. Agradezco a Estevam Barbosa de las Casas la confianza depositada en mi trabajo. Especialmente agradezco a todas y todos los estudiantes y colegas con quienes compartí ideas y prácticas durante mi estancia. Y agradezco muy especialmente a Claudia Mayorga el haberme propuesto esta aventura.

El Programa de cátedras FUNDP/IEAT me brindó una oportunidad magnífica para compartir algunas ideas relacionadas con la acción social de parte de la academia. Aprovecho esa oportunidad para compartir algunas reflexiones en relación con el papel de la academia en su entorno social y local. Hago esto con la esperanza de provocar un debate sobre el rol de las universidades en el mundo contemporáneo.

Estas ideas se pueden organizar en relación con las siguientes dos preguntas:

En los escenarios de acción pública que interpelan a las políticas públicas y donde se construye su agenda y su implementación, ¿cuál es el papel de la investigación, y los/as investigadores/as?

En aquellos contextos de conflicto social donde convergen personas, colectivos, asociaciones, expertos e instituciones, ¿cómo las investigadoras e investigadores pueden contribuir de manera no invasiva ni autoritaria?

Dividiré este texto en cuatro partes: una introductoria, otra de exposición, otra de argumentación, y finalizaré con una ilustración y algunas conclusiones tentativas.

Introducción

Nací en un pequeño pueblo del norte de España, en la región de La Rioja – que hoy no tendrá más de 500 habitantes – y donde todavía vive mi familia. Se trata de un pueblo de montaña, de bellos paisajes, con un notorio cambio estacional como es típico de los llamados climas continentales: primaveras templadas, veranos calurosos, otoños frescos e inviernos muy fríos y largos.

En la década de los 60, la década de mi infancia, las condiciones de vida eran extraordinariamente duras. La economía era de sustento básico y se basaba en la agricultura y la ganadería de pequeños propietarios con parcelas también pequeñas, en un territorio abrupto de colinas y montañas. Era una economía básicamente de intercambio. Yo mismo recuerdo con total nitidez la primera vez que vi dinero, igual que recuerdo vívidamente la primera vez que mi padre tuvo un salario. Los hombres de la familia de mi padre eran herreros y agricultores, y los de la familia de mi madre, ganaderos y agricultores. Las mujeres de ambas familias, amas de casa con un intensísimo trabajo en el campo y la ganadería, aunque nunca reconocido.

Las condiciones materiales de la vivienda eran muy duras también. El saneamiento de agua no existía, por lo tanto no había baños ni agua potable; los animales vivían en la casa (todas las familias tenían por lo menos un cerdo y una vaca o una cabra). La distribución habitacional prácticamente era idéntica en todos los hogares: la cuadra, en el piso de abajo, y en el piso de arriba un espacio general donde se encontraba el fogón (de leña) para calentar la casa y cocinar, y otro con funciones de dormitorio para todos. Recuerdo perfectamente la construcción de la red de agua y la instalación en mi casa del baño, un evento que aun hoy ocupa un lugar central en el imaginario de la familia, equivalente a la llegada del aparato de televisión ya en los años 70.

No se si la alimentación alcanzaba a ser saludable, aunque imagino que sí porque aunque monótona, todos eran productos que hoy llamaríamos “orgánicos”. La base de esa alimentación eran legumbres, especialmente las alubias (feijão) y los garbanzos (grão de bico), verduras estacionales, el pollo, y los días de fiesta el arroz y la carne de

vaca o conejo. Sólo por decir algo que hoy espantaría a biempensantes, la merienda típica infantil (la comida que se da entre el almuerzo y la cena), consistía en pan con vino y azúcar los días de diario, y los días de fiesta, pan con aceite y azúcar.

Había, eso sí, algunos equipamientos importantes. Por ejemplo, una escuela pública, herencia del programa de escolarización de la segunda república española, y un médico pagado por los propios habitantes del pueblo en parcelas mensuales. Obvio que muchas veces el médico recibía más corderos, cerdos o gallinas, que dinero propiamente dicho.

La escuela era unitaria, es decir, un maestro para todas las edades. Siempre fui buen estudiante y quise estudiar. La escuela del pueblo sólo ofrecía, sin embargo, los estudios primarios. Para continuar estudiando las dificultades eran enormes pues no había un centro de estudios secundarios en 40 kilómetros a la redonda, ni un sistema de transporte que permitiera un desplazamiento diario. Mis padres decidieron entonces enviarme a un seminario, no porque fueran especialmente religiosos, ni porque yo hubiera recibido la llamada de dios, sino porque ofrecía un internado muy barato, y en la práctica gratuito, porque casi ninguna familia podía pagar su escasa mensualidad. Cursé allí los estudios secundarios hasta el penúltimo año, año en que las autoridades del seminario decidieron expulsarme porque no veían en mí ni el comportamiento que se espera de un seminarista, ni el fervor religioso mínimo establecido.

Tras mi expulsión pude finalizar la secundaria en un centro público que había sido construido en el intervalo en Nájera, una población a 15 kilómetros de mi pueblo.

Fui el primer miembro de mi familia en ir a la universidad. El apoyo que mis padres necesitaron para sufragar mis estudios, apoyo de familia y amigos, y el trabajo que yo tuve que realizar, fueron enormes. Hubiera sido en cualquier caso enorme porque no había una universidad próxima, y las autoridades educativas decidieron concederme la posibilidad de cursar psicología en Barcelona, que dista más de 650 kilómetros de mi pueblo, algo que en la época era como ahora ir a estudiar a Australia.

Mientras todo esto acontecía, yo vivía ajeno a cualquier valoración sobre esas condiciones de vida. No tenía elementos de comparación y, además, el sistema de adoctrinamiento de la dictadura, así como de la Iglesia Católica, invisibilizaba las desigualdades sociales y promovía una visión acrítica del mundo, y una resignación sumisa a las condiciones de vida. Sí que había percibido algunas cosas que contrastaban con

un genuino sentido de la igualdad: el trato diferencial que se otorgaba a las familias pudientes del pueblo: un espacio particular en la Iglesia, unas visitas ritualizadas en las festividades señaladas como la Navidad, en las que se les obsequiaba con la mejor parte del cerdo.

Fue con el fin de la dictadura tras la muerte del dictador Franco en 1975, y la eclosión de grupos, movimientos y partidos de izquierda que, aun con represión, conseguían expandir sus discursos, con quienes compartía activismos, conversaciones, y momentos de la vida cotidiana, que comencé a formarme una idea de las características de la sociedad en la que vivía, especialmente de su intrínseca desigualdad.

Apoyado en la memoria de dos tíos míos que la dictadura no consiguió borrar, fui adquiriendo herramientas para una lectura crítica de la sociedad, para la identificación de la injusticia, y para el convencimiento de que había que acabar con la pasividad y la resignación.

Mi llegada a Barcelona, el año antes de la aprobación de la constitución hoy vigente en España, me permitió entrar en contacto con grupos de tradición libertaria y anarquista. Es hasta hoy que sigo utilizando las lentes del pensamiento libertario y el anarquismo en mi manera de entender la sociedad, y mi práctica activista en un sindicato anarco-sindicalista.

Si les he contado este pedazo de mi biografía no es para cotillear (fofocar) sino para que sea más fácil de entender la preocupación que siempre he tenido como académico e investigador: hacer compatible mis intereses científicos con mis intereses políticos, intereses orientados a la transformación social en una dirección de mayor igualdad.

En efecto, en lo que sigue, defenderé la idea de que las ciencias sociales son una herramienta necesaria para la Transformación y el cambio social¹. Pero mi tesis será que para realizar una contribución sustantiva, deben abandonar su posición de privilegio en lo epistémico, en lo metodológico, en lo técnico y en lo social.

1 Para conocer más específicamente mi posición en este punto, puede consultarse: Spink, M.J. O conhecimento como forma de resistência: uma conversa com Lupicínio Íñiguez-Rueda. *Interface (Botucatu)* [online]. 2010, vol.14, n.34, pp.693-703. <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n34/18.pdf>

Exposición

La Psicología como ciencia y como profesión, no ha mostrado ser el mejor medio para contribuir a la transformación social, al menos la Psicología en la que yo fui formado. Más próxima al poder que a la resistencia, más al servicio de la élite económica que de las clases populares, más como promotora de sumisión que de rebeldía, más de herramienta de sujeción que de liberación, en su curriculum existen pocos acontecimientos que muestren una contribución sustantiva.

A mi juicio, esto ha sido así por varios motivos. En primer lugar, la Psicología se consolida como disciplina cuando se suma al pensamiento positivista, que en su contexto se llama “conductismo”. En segundo lugar, constituye como objeto de estudio los mecanismos intrapsíquicos. En tercer lugar, y por eso mismo, se caracteriza por un individualismo sustantivo. En cuarto y último lugar, porque en algún momento decidió una orientación profesional dentro del conjunto de las profesiones liberales.

No quiere esto decir que no haya habido escenarios dónde la Psicología ha desarrollado y desarrolla acciones e intervenciones que contribuyen al cambio social. Generalmente esto ha sido cuando la psicología se ha aproximado a las ciencias sociales y se ha alejado de las ciencias naturales y de la salud.

Este es el caso por ejemplo de la psicología social, y sus compañeras y/o derivadas como la Psicología Comunitaria², o la Psicología de la Liberación³.

En efecto, el programa de la Investigación-acción, y en particular el de la Investigación-Acción Participante (IAP), que comparten amplios sectores de la psicología social, de la pedagogía y de la sociología, entre otras, suele erigirse en el epítome de lo que es una contribución sustantiva, académica y experta, al cambio social. Ahora bien, esa contribución debe menos, a mi juicio, a los saberes académicos que lo alimentan, que al posicionamiento político-ideológico que lo anima (el marxismo en sus variadas

2 Una excelente descripción de la Psicología comunitaria puede encontrarse aquí: Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología comunitaria*. Barcelona: Editorial Paidós

3 La Psicología de la liberación resulta del impulso de Ignacio Martín-Baró. Una colección de textos centrales para esta orientación se pueden encontrar en: Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Editorial Trotta.

orientaciones) y a la Teología de la Liberación. La actividad del programa de la IAP es un contribuyente potencial a la acción para el cambio social por el ethos político que lo dirige: el compromiso social por el cambio hacia una sociedad más igualitaria.

He mencionado la Psicología, la Psicología social y los programas de la también conocida como investigación-acción, porque son mas próximos a mi alineamiento profesional. No obstante, y como resulta evidente, no son los únicos que concurren en la acción colectiva para el cambio. En esa empresa encontramos a la sociología, la economía, geografía, antropología y las demás ciencias sociales y humanas, y ninguna de ellas puede erigirse en protagonista única.

Ahora bien, aunque con excepciones, el trabajo interventivo que se realiza adolece a mi juicio de problemas que merecen ser resaltados.

Algunas críticas a la intervención social

Estas críticas se relacionan por un lado con el concepto de “comunidad”, por otro, con la posición de los profesionales, y por último con la ideación de una “tecnología social”.

En relación al concepto de “comunidad”, las distintas formas de intervención social en sus variados orígenes disciplinares, comparten con demasiada frecuencia una concepción uniforme de la misma. Así, se toma la comunidad como un todo homogéneo, disolviendo la enorme diversidad que contiene (diversidad de personas, de grupos, de asociaciones, de organizaciones, de ideas, de propuestas, de proyectos...).

También podemos afirmar que se da un uso abusivo del término “participación”. Cualquier práctica que involucra la presencia de miembros de la comunidad es denominada como “participativa”. Pero sucede que, en la mayor parte de los casos, se trata más bien de un proceso de delegación, mas que de participación real.

Por último, existe una inevitable asociación de las prácticas de intervención a la vulnerabilidad y la pobreza. Allí donde hay grupos humanos caracterizados como vulnerables, o áreas designadas como de pobreza, siempre encontraremos grupos de profesionales realizando algún tipo de intervención. Pero, por ejemplo, no existen o son pocos, los proyectos de Investigación-Acción que se hacen en estratos sociales “no vulnerables”, lo cual indica la “preferencia”, o si se prefiere, la opción, que estas distintas formas de intervención realizan.

En relación a la posición del/a profesional en los contextos de intervención, podemos convenir que existe una disimetría entre participante y profesional, entre comunidad y profesional que se intenta disimular con las técnicas y métodos de participación. Pero la práctica normalmente coloca en posición preponderante los saberes y métodos profesionales antes que los de la comunidad.

Como consecuencia de ello, se producen prácticas de dominación, que podemos llamar “despotismo ilustrado”, en el sentido de la célebre máxima “todo por el pueblo y para el pueblo pero sin el pueblo”.

Por ello, y quizás de forma no siempre ingenua, se produce una victimización de las comunidades en una secuencia bien reconocible: el profesional define los problemas, identifica sus efectos, propone las soluciones, y dirige la intervención. Creo que se puede afirmar con rotundidad que no hay trabajo comunitario cuando no hay victimización.

Finalmente, en relación a las disciplinas científico-sociales y humanas, se puede identificar una asunción acrítica de que las herramientas técnicas y metodológicas que han sido capaces de desarrollar, pueden aplicarse para el cambio, lo que implica una concepción de una cierta “tecnología social”. Es decir, una idea según la cual, una vez comprendidos y explicados los procesos sociales y detallado su funcionamiento, podemos traducir ese saber a herramientas técnicas para ser aplicadas en aquellos contextos donde una disfunción aparece visible, o en un problema identificado.

Argumentación

Mi visión se articula en 4 dimensiones: comunitaria, cultural, ético política, y del conocimiento.

a) la dimensión comunitaria: Territorio y comunidad son elementos indisociables en la constitución del espacio social. Territorio como dimensión material y comunidad como dimensión simbólica constituyen conjuntamente el espacio social de la acción colectiva. Cada conglomerado territorial y comunitario es un espacio social singular cuya definición y características son construidas en el flujo de las relaciones cotidianas entre actores y actantes del contexto. Correlato: e/al investigador/a no puede ser externo, sino que debe ser un actor competente y reconocido en el contexto.

Ahora bien, tradicionalmente el territorio ha sido visto como el sostén de la comunidad, el lugar donde ésta habita. Pero territorio y comunidad, igual que ciudad y sociedad, no están definidos sólo por términos exclusivamente humanos o por términos exclusivamente materiales. Territorio y comunidad construyen un híbrido natural, técnico y humano. El territorio no es un nicho espacial en el que las comunidades se asientan. Comunidad es un conglomerado heterogéneo de elementos espaciales, naturales, tecnológicos, sociales, discursivos y simbólicos; es una formación simultáneamente natural, social, política, científica y tecnológica.

La comunidad es un producto siempre inacabado de la acción conjunta de redes de prácticas, el resultado de múltiples prácticas de actores múltiples en un flujo dinámico de ontologías variables.

Con estas ideas en mente podemos conceptualizar la comunidad en torno a tres ideas: (a) el espacio social comunitario no es algo exclusivamente identitario y simbólico, más bien se formatea en redes socio-materiales de las cuales participan espacios, territorios, objetos, personas, estructuras, instituciones, organizaciones, redes de contactos, vínculos, redes tecnológicas, etc.; (b) La comunidad no sólo es construida socialmente, sino que es producida por un trabajo de composición. La comunidad no solamente se actualiza en redes heterogéneas y depende de la acción colectiva de entidades heterogéneas, resulta también de un trabajo compositivo por el que se definen las formas de convivencia entre diferentes tipos de objetos y agentes; (c) la comunidad constituye un objeto múltiple compuesto simultáneamente de múltiples formas. Cualquier comunidad existe de múltiples formas. Se compone de diferentes redes de prácticas simultáneamente, por ejemplo, como comunidad vecinal, como comunidad de intereses, como comunidad política, como comunidad religiosa, como comunidad étnica, como comunidad educativa, como sujeto de poder, como lugar de residencia, como espacio público para acciones políticas y manifestaciones ciudadanas, como espacio vigilado, como espacio de tránsito, como espacio creativo, como red de servicios, etc. La comunidad es más que una y menos que muchas. La comunidad es un objeto múltiple.

Vivimos en un mundo híbrido formado por dioses, personas, estrellas, electrones, centrales nucleares o mercados, y la tarea de la política, como dice Latour, es convertir esa mezcla heterogénea en un todo ordenado. Por lo tanto, la política no puede ser

entendida como algo que sólo habla respecto de los humanos. Es necesario dejar de considerar los elementos no humanos como algo exterior a la política porque la tarea de la política es mantener el lazo que mantiene unidos la amalgama de componentes heterogéneos o, en palabras de Latour⁴, la progresiva composición de un mundo común habitable.

Como consecuencia de ello, la comunidad constituye un eje para reconceptualizar las políticas públicas y el análisis de las políticas públicas, en definitiva, la acción pública. El ethos de la investigación y de los investigadores consiste entonces en ser un actor más en esa red heterogénea como interlocutor válido de cualquier acción social o política pública.

b) la dimensión cultural: los procesos de comunicación están determinados por el largo proceso histórico de creación de los símbolos, los significados, la lengua y los lenguajes particulares. Correlato: el/a investigador/a es un mediador en el sentido de la teoría del actor-red⁵.

La ciencia, el conocimiento científico, la tecnología, el conocimiento experto son mediadores. A través de los intermediarios, los significados y contenidos se transportan sin modificarse; el input es prácticamente igual al output. Los investigadores podrían ser vistos como intermediarios que llevan el saber de la comunidad a la ciencia, y de la ciencia a la comunidad. Pero no es así como funciona. Los investigadores son mediadores. Los mediadores transforman, traducen, distorsionan y modifican los significados o los elementos que transportan. Un investigador en la comunidad y en el territorio es un mediador que contribuye a la construcción de nuevos saberes, nuevos significados, nuevas prácticas, nuevas ontologías⁶.

4 Latour, Bruno (2002). *Politics of nature. How to bring the sciences into democracy*. Cambridge, Mass: Harvard University Press. Un libro central en la obra de Bruno Latour en el que propone el fin de la dicotomía naturaleza/sociedad, y su constitución, en su lugar, por la idea de que incorpora humanos y no humanos y que se construye sobre las experiencias de las ciencias tal como se practican.

5 La Teoría del Actor-Red (ANT) surgió en el entorno de los Estudios Sociales de la Ciencia a finales de los años 1970. Las personas interesadas en los componentes de esta corriente pueden consultar: Domènech, M. y Tirado, F.J. (1998)(Comp.) *Sociología Simétrica. Ensayos sobre Ciencia, Tecnología y Sociedad*. Barcelona: Gedisa; Latour, B. (2005). *Re-assembling the social. An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press; Law, J. (2004) *After Method. Mess in Social Science Research*. London: Routledge.

6 La diferenciación entre intermediarios y mediadores está magníficamente explicada aquí: Latour, B.,

c) la dimensión ético-política: la organización social comunitaria es idiosincrática y “sui generis”, como también lo es en su inserción en los aparatos del Estado y la forma de gobierno. Correlato: el/a investigador/a no puede aceptar ninguna forma de acción que implique autoritarismo ilustrado.

En la tradición de la Action-Research⁷ no siempre se ha problematizado la disimetría entre el investigador, o el profesional en general, y la comunidad. Una acción-intervención acrítica es una forma de despotismo ilustrado, bien intencionado, que impone sin sutileza un punto de vista experto a un punto de vista comunitario y popular.

La intervención comunitaria pretende producir espacios que posibiliten acciones transformadoras, desde las competencias teóricas y técnicas de ciertos profesionales, con la finalidad de transformar estados de cosas que son vistas como problemáticas. A este tipo de intervención se le ha llamado “intervención social dirigida”.

Ahora bien, otras formas de intervención son posibles. Las intervenciones pueden ser simétricas y participativas si no resultan únicamente de la definición de problemas o de la acción de los profesionales, sino que se performan o producen por la inserción de los profesionales en las redes heterogéneas como un actor más entre muchos. La influencia recíproca de actores comunitarios y actores profesionales produce identificaciones de problemas y formas de acción sui generis, diferentes de las esperables desde un punto de vista técnico o profesional, y diferentes también de las esperables desde un punto de vista de la comunidad.

d) la dimensión del conocimiento: los saberes, sean producidos desde la ciencia o la academia, o desde las personas comunes, resultan de los mismos mecanismos y procesos de producción. Correlato: la imposición de categorías conceptuales y analíticas propias de la ciencia constituye una forma extrema y violenta de poder.

Así, hemos aprendido de la Etnometodología⁸ algunas cosas.

2005. *Reassembling the social. An introduction to Actor-Network Theory*. New York: Oxford University Press.

7 Kurt Lewin comenzó en los años 40 del siglo XX una fecunda tradición que aúna la producción de conocimiento y la práctica social. Lewin, K. (1946) Action research and minority problems. *J Soc. Issues* 2(4): 34-46.

8 La etnometodología es una corriente de la sociología promovida por Harold Garfinkel en los años 60 del siglo pasado. Esta corriente estudia las prácticas del sentido común a través de las cuales los miembros de una sociedad organizan sus actividades diarias. Desde este punto de vista, las acciones y prácticas cotidianas crean y sostienen el orden social. Garfinkel, H. (1967) *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Primero. Una de las más importantes es que los actores, más que sujetos psicológicos, son agentes con competencias lingüísticas, con diversos recursos y saberes que se ponen en juego en sus prácticas cotidianas, lo que les permite operar en el mundo y coordinarse con otros en el marco de la motivación fundamentalmente pragmática de la vida cotidiana.

Segundo. El interés central deben ser las diversas modalidades de acción y razonamiento práctico que los actores movilizan para reconocer, insertarse, producir y sostener localmente escenarios sociales particulares, como una consulta médica, un conversación en una tienda, o un clase universitaria.

Tercero. La etnometodología considera a los individuos como miembros competentes y activos dentro de su realidad social, dotados de un conjunto de conocimientos y saberes prácticos que les permiten participar en la producción incesante de los diversos escenarios sociales en los que están insertos.

Cuarto. Un miembro competente puede entenderse como una especie de 'sabio de lo cotidiano' o 'sociólogo en estado práctico' que, cuando sostiene un encuentro social, pone en juego saberes y procedimientos de manera espontánea y rutinaria y ésta habilidad es precisamente la condición para que el encuentro se produzca.

Asumiendo estas enseñanzas de la etnometodología, en relación con científicos/as y profesionales trabajando en la comunidad, podríamos extraer las siguientes conclusiones:

Primero. Los/as científicos/as o profesionales son actores con competencias lingüísticas, recursos y saberes que pueden poner en juego en sus prácticas cotidianas, y de ese modo actuar en la comunidad y coordinarse con otros actores en la construcción de la vida cotidiana. Sus competencias, recursos y saberes son diferentes a los de otros actores presentes en el mismo escenario, pero no son intrínsecamente mejores o superiores.

Segundo. Las acciones de los/as profesionales y sus saberes deben contribuir de forma recíproca al reconocimiento, la producción y el mantenimiento de los escenarios sociales particulares y locales.

Tercero. Cuando el/a profesional o el/a científico/a está en la comunidad, debe ser un/a miembro competente y activo/a dentro de esa realidad social. Es decir, debe disponer de los conocimientos y saberes prácticos que la permiten participar en la producción de escenarios sociales en el contexto de la comunidad.

Cuarto. Como un/a actor comunitario cualquiera, el/a profesional o científico/a debe poner en juego sus saberes y procedimientos construidos conjunta y recíprocamente con la comunidad, de manera espontánea y rutinaria.

En definitiva, frente al problema de imposición sobre la comunidad, la solución no es ni mantener a los/as profesionales como agentes externos definiendo problemas y articulando acciones de transformación up-down, ni socializándolos en los entornos a intervenir. Un/a profesional no es competente en una comunidad porque se haya socializado en los significados, normas y estilos de comportamiento de la comunidad, sino porque ha negociado un rol de sujeto pertinente al contexto, un rol de interlocutor pertinente, y porque su contribución se da en paralelo y en simetría con las contribuciones de otros actores y actantes del contexto comunitario.

Ilustración

La experiencia de la Estação de Pesquisa Urbana M'Boí, tanto en su creación como en su actividad, es un ejemplo de una concepción teórica, metodológica y política coherente con un ethos y una política antiautoritarias, en la que estamos intentando trabajar desde una posición coherente con la argumentación que he ofrecido en el apartado anterior.

Estación de investigación urbana M'Boí⁹

La Estação de Pesquisa Urbana M'Boí surgió como iniciativa del Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da Fundação Getulio Vargas en São Paulo a partir de un conjunto de proyectos de investigación sobre los impactos de las vulnerabilidades sociales, urbanas e institucionales presentes en las grandes ciudades y metrópolis y sus conurbaciones. Estas vulnerabilidades se ven agravadas por la precariedad originada por territorios de alta densidad de ocupación y de déficit habitacional; los modos para mantener los medios de vida; las lagunas en la distribución de los

9 Una descripción de la Estación puede encontrarse aquí: <http://ceapg.fgv.br/m-boi/sobre-estacao>

servicios básicos y las consecuencias a nivel local de los patrones globales del cambio climático. Miembros del CEAPG, junto con colegas de otras Universidades de São Paulo, decidieron ejecutar sus respectivos proyectos de investigación en una misma área territorial y buscar maneras de que los recursos de cada cual pudieran combinarse y hacer más útiles los resultados para quienes están directamente involucrados/as en asuntos locales.

La Estación es pues un proyecto de vinculación de la investigación, los servicios públicos y un uso más equitativo de los recursos universitarios. No es una preocupación ni una experiencia única en el mundo, pues comparte características con el urbanoutreach, las estaciones de campo y la investigación-acción basada en la comunidad, aunque se relaciona mejor con la discusión actual sobre la universidad cívica¹⁰. De hecho, la Estación se basa en dos tradiciones: la investigación-acción y el enfoque de estación de campo institucionalmente comprometido con la vida comunitaria. Su ethos consiste no solo en aprender sino también en contribuir a las comunidades, sus organizaciones de base territorial y otros actores públicos relacionados, y ello a través de agendas mutuas de trabajo.

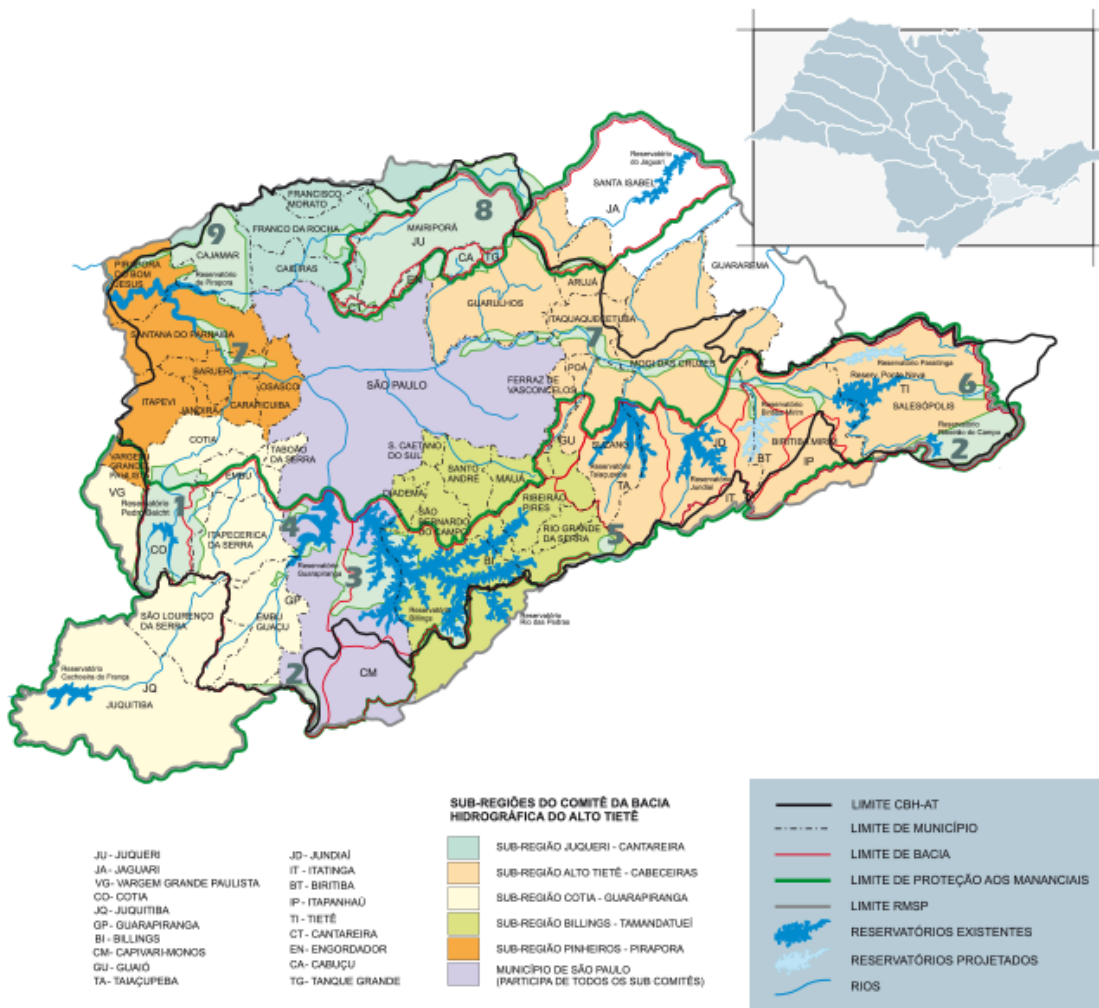
Éste ha sido un planteamiento extraordinariamente enriquecedor porque, al estar todos los/as investigadores/as en el mismo territorio compartiendo y comparando datos e información, se hicieron evidentes las especificidades del día a día y las tensiones y conflictos presentes entre diferentes posiciones sociales, territoriales, políticas y administrativas. El contacto directo con residentes del territorio y activistas locales con los que hablamos nos ponían en contacto no sólo con los temas y realidades relacionados con los objetivos de nuestros proyectos sino también, y sobretodo, con otros temas y realidades de su día a día, abriendo el foco hacia realidades diversas que antes no habían sido objeto de nuestra atención.

Descripción del territorio. La periferia sur de São Paulo

São Paulo y su región metropolitana se encuentra en la cuenca del río Paraná a unos 800 metros sobre el nivel del mar y está rodeado de montañas (Figura 1).

10 El debate actual sobre el papel de las universidades en los contextos locales se puede concretar en la idea de que una universidad cívica comprometida es aquella que brinda oportunidades a la sociedad de la que forma parte. Goddard, J. (2009) *Reinventing the Civic University*. National Endowment for Science Technology and the Arts, London

Figura 1: Cuenca Metropolitana de Sao Paulo



Es una ciudad llena de colinas y valles, en los cuales, y a través de los cuales, emergen y fluyen numerosos arroyos y ríos; hoy en día se canalizan a través de conductos de hormigón bajo las carreteras principales, muchas de ellas construidas en los antiguos valles fluviales, lo que las hace invisibles. En la Figura 2 se muestran las diversas subcuencas hidrográficas que se encuentran dentro del propio municipio.

Siendo una de las vulnerabilidades más obvias de la periferia sur las relacionadas con el agua, uno de los primeros objetos de nuestro interés fue el mapeamiento de riesgos realizados por Investigación Tecnológica (IPT), un centro de investigación del Gobierno del Estado. Entre las áreas mapeadas por el IPT estaba la de la sub-prefectura de M'Boi Mirim, donde se identificaron más de 50 áreas con riesgos graves. Aprovechando contactos previos que el CEAPG había hecho en la región, se decidió contactar con una de las organizaciones sociales religiosas, vinculada a la Iglesia Católica, la parroquia de los Santos Mártires que se encuentra en Jardim Ângela, uno de los dos distritos de la subprefectura de M'BoiMirim. La parroquia fue creada en 1987, y promovió en 1988 la creación de la Sociedad de los Santos Mártires con la finalidad de responder a la necesidad urgente de servicios sociales básicos porque eran inexistentes en esta región.

Vinculados a la Iglesia y a la Sociedad hay una serie de importantes foros sociales que reúnen a activistas y representantes de diferentes organizaciones públicas, proveedores de servicios y universidades implicadas en el cambio social. El más conocido de ellos es el Foro en Defensa de la Vida (Forum em Defesa da Vida), que se reúne el primer viernes de cada mes desde su creación en febrero de 1997. En aquel momento se había producido un aumento radical en la violencia en la región y Jardim Ângela había sido declarado el lugar más violento del mundo por la ONU en 1996. El Foro es un punto de encuentro horizontal para hablar acerca de los problemas sociales de la región y conecta a muchos actores locales clave con representantes institucionales. Su dinámica es abierta con diversos participantes que en cada reunión se presentan de maneras igualmente diversas. Quien se levanta es quien hace el Foro en ese momento¹¹.

11 Por ejemplo: pertenencia territorial "Soy un residente de la Vera Cruz"; activismo político "Soy un miembro del movimiento de la movilidad urbana"; o profesión y programa ("Soy un trabajador social en la Sociedad de los Mártires Santos"). Algunos son

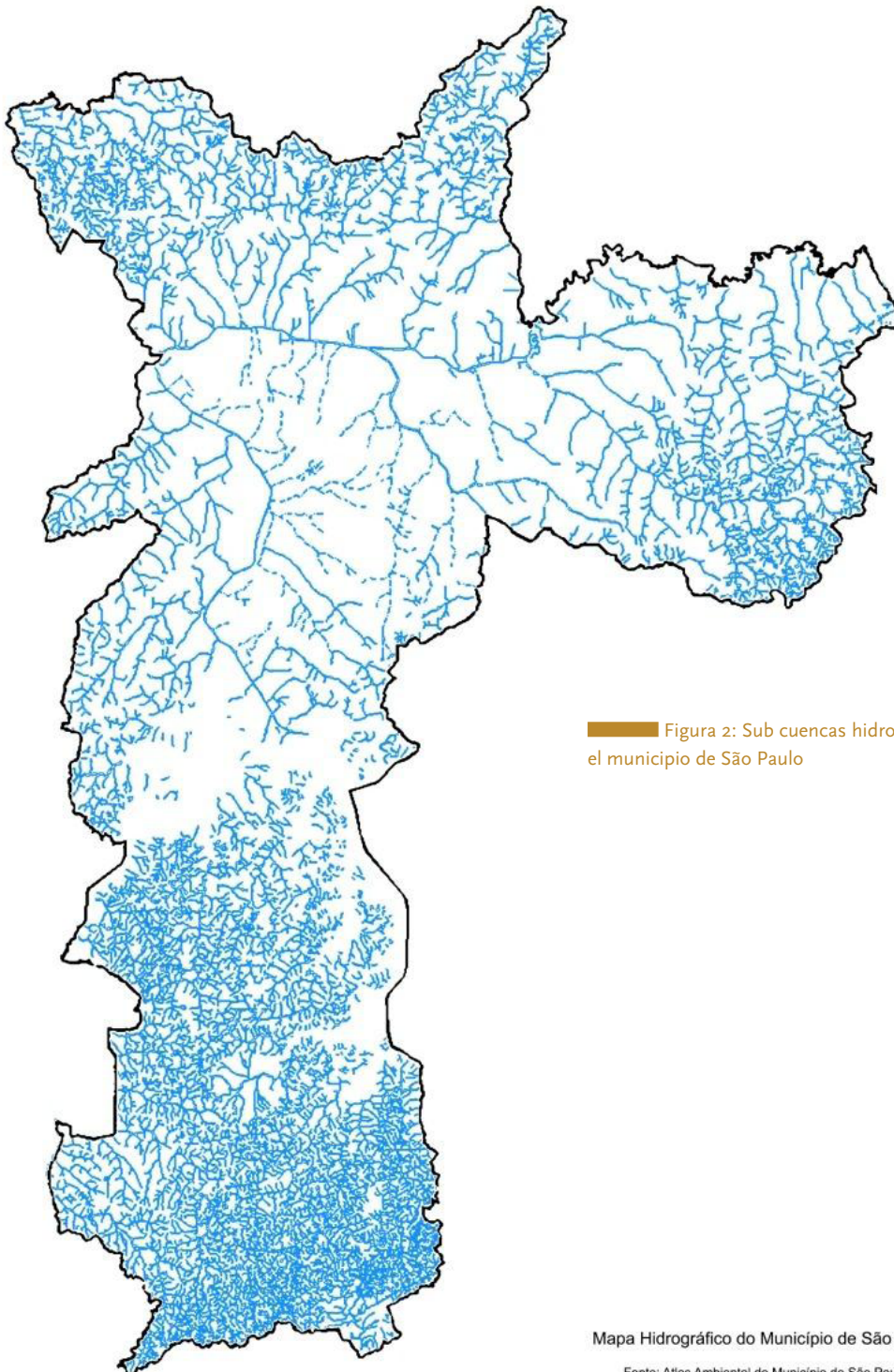


Figura 2: Sub cuencas hidrográficas en el municipio de São Paulo

Mapa Hidrográfico do Município de São Paulo

Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo

Al comenzar este trabajo, hicimos lo que cualquier otro grupo de investigación académica haría: recopilar y analizar los datos y las informaciones del sector público. Los resultados, a partir de lo que hemos encontrado, y de lo que no hemos encontrado, ha dado lugar a un ángulo diferente para mirar la vulnerabilidad: el de las formas en que la vulnerabilidad institucional puede afectar directamente a la vulnerabilidad social de las poblaciones, cuando las convierte en “invisibles”. Y es que la periferia sur de la ciudad es para muchos habitantes de la ciudad y, desde luego para el Gobierno Municipal, invisible. De facto, el portal de la prefectura dice en la página de introducción de las subprefecturas: “poca gente conoce, pero São Paulo ha distribuido 31 pequeños ‘municipios’ en toda la ciudad” (las comillas alrededor “municipios” son del texto original). La Figura 3 muestra estos pequeños “municipios” tal como es representado en un mapa del sitio web de la municipalidad.

La periferia sur de la ciudad incluye Cidade Ademar, Campo Limpo, M’BoiMirim, Capela do Socorro y Parelheiros. La sub prefectura de M’BoiMirim es uno de esos “pequeños municipios” y está formada por Jardim Ângela y Jardim São Luís. Ahí habitan más de 600.000 personas, lo que haría de él uno de los treinta municipios más grandes de Brasil. Pero muy pocas personas hablan de M’BoiMirim como un lugar. Hablan de tres zonas, Jardim Ângela, Jardim São Luís y Capão Redondo (que es parte de otra sub-prefectura) o sobre su propio vecindario (que por lo general también se describe como Vilas o Jardim). Y hablan de M’Boi como la carretera, el único camino, que pasa por el centro de la región y que lleva a la gente a la red de trenes/autobuses en Santo Amaro. Cuando el M’Boi se detiene, nadie va a ninguna parte.

Regiões, Prefeituras Regionais e Distritos
Município de São Paulo



Figura 3: Las sub-prefeituras del Municipio de São Paulo

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU/ Departamento de Produção e Análise de Informação - DEINFO.

Un documento¹² publicado en 2013 por la Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) que analiza las diferentes regiones de São Paulo afirma que en la región de M'BoiMirim, alrededor del 36% de la población se puede clasificar como estando en alta y muy alta vulnerabilidad, algo que se eleva al 50% en Jardim Ângela. La descripción continúa con una evaluación de los servicios sociales:

“En relación con la red de servicios sociales, el área de la sub prefectura tiene 79 unidades de servicio diferentes, capaces de asistir 16.610 clientes y es el mejor equipado de la zona sur 1. De estas unidades el Municipio maneja directamente a tres (2 CRAS y 1 CREAS). Entre los servicios que se contratan, la mayor parte se centra en los niños y adolescentes

Las tres unidades de servicio, de las cuales sólo dos están activas, y que manejan directamente el municipio, son las unidades de coordinación de la asistencia social (conocidas como centros de referencia en la terminología del Sistema Nacional de Serviço Social - SUAS). El resto, sesenta y seis, son gestionadas por otras organizaciones de la región, organizaciones que estaban allí mucho antes de la llegada efectiva del Estado local y del nuevo sistema de bienestar social.

Habitar un territorio caracterizado por una alta vulnerabilidad social y material es muy grave, sobre todo cuando las administraciones no tienen las condiciones para cumplir los retos que hay que afrontar. Pero es más grave habitar un territorio que es invisible para aquellos que pueden y deben desempeñar un papel importante en la determinación de la acción gubernamental. Ello coloca la vulnerabilidad en una dimensión completamente diferente y que tiene muy poco que ver con la actual agenda internacional para el desarrollo basada en el debate sobre la resiliencia urbana. Pues bien, éste fue el comienzo del proyecto ciudades invisibles y, al límite, el embrión de la estación de investigación.

12 SMADS (2013). Análise e caracterização de vazios socioassistenciais. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, Brasil: Coordenadoria de Observatorio de Políticas Sociais, Prefeitura do Município de São Paulo. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/2013_vazios_socioassistenciais.pdf



Foto 1: Jardim Angéla

El otro lado de la calle

No fue fácil entender que nos halláramos en un contexto donde se confrontaban dos visiones: el punto de vista profesional y académico de expertos, políticos y planificadores, y el punto de vista de la ciudadanía en su día a día. Aunque había conexiones puntuales entre ambos, la verdad es que carecían de la interconexión suficiente al punto de constituirse en mundos diferentes y distantes. El tiempo y el trabajo realizado allí nos ha hecho reconocer el territorio de Jardim Ângela y Jardim São Luís como un laberinto de heterogeneidades conformadas por diferentes comunidades pequeñas, atravesadas por colinas, caminos, pasarelas y escaleras que siguen y siguen con muchos nombres diferentes.

Metodológicamente tuvimos que repensar mucho lo que hacíamos y lo que pretendíamos. La investigación ya no es más el seguimiento de un programa bien ordenado desde la pregunta de investigación, los objetivos, el método y el análisis. El hilo ya no es, o no es sólo, el proyecto y el método, sino sobretudo el territorio. Preguntas y objetivos se entrelazan con otros marcados por su anclaje territorial. Hemos procedido a veces con el rigor establecido para la investigación con humanos y en consecuencia hemos realizado entrevistas formalmente convenidas con grabadoras y consentimiento informado, pero la mayor parte del tiempo aprovechamos las oportunidades para conversar informalmente en los descansos de foros y reuniones en las que participamos, o en visitas a diferentes de servicios ubicados en el territorio. Recopilamos muchos documentos, como también producimos muchos, la mayor parte de los cuales son de acceso público en la página web de la Estación para que estén accesibles para todo el mundo. Hemos constatado que la investigación no marca el ritmo, sino los territorios con sus localizaciones, conexiones y también desconexiones. Aunque con semejanzas en muchos momentos, nuestra investigación no es etnográfica sino que se asemeja más a la tradición de la investigación social aplicada, donde cualquier cosa que se encuentre ayuda y donde las conclusiones deben ser retroalimentadas y discutidas con la ciudadanía implicada. Además, aprendimos a contar historias redescubriendo eventos en lugar de ir a buscar una verdad redentora.

Redes heterogéneas de humanos y no humanos y un plano social

Varios años de trabajo de la Estación han conducido a algunos resultados. Por

ejemplo, en lugar de asumir acríticamente la idea de que a medida que la democracia se fortalezca, todo funcionará de alguna manera con una mejor coordinación de la gestión, o asumir también que para entender y gestionar lo general, debemos haber entendido los detalles y apoyar entonces la presión a favor de los planes locales del vecindario, nuestra posición ha planteado algo muy distinto. A saber, que en realidad todo se trata de lugares y que algunos están conectados y otros no; no hay más que lugares, diferentes lugares, y todos ellos específicos. Esta tercera posición es lo que Bruno Latour llamó “el plano social”¹³.

Otro resultado tiene que ver con nuestra opción por intentar conectar los diferentes idiomas sociales que conectan y desconectan lugares, grupos y comunidades. Un ejemplo ilustrativo es el sistema de transporte público: un sistema complejo donde por un lado tenemos a los conductores de autobuses, por un lado, la sala de control de tráfico, por otro, pero además, tenemos a los planificadores de transporte de la ciudad y las mujeres que habitan y se mueven por M’Boi. En las condiciones habituales, la comunidad que habita el fundão, el límite de la periferia, o sea, la gente corriente, está siempre a la espera de escuchar algo acerca de la importancia de los diversos niveles generales mucho antes de llegar a su calle específica, de modo que solo pueden encontrarse impotentes para hacer cualquier cosa.

¿Cuál sería el lenguaje adecuado de los profesionales? Que las decisiones en el nivel de la planificación tendrán consecuencias para las mujeres del fundão resulta obvio pues claramente hay una conexión. Pero es una relación de imposición. Alguien, en algún lugar tomará una decisión sobre los horarios del autobús que generará problemas específicos para la movilidad de las mujeres, lo que dará lugar a protestas y a que algunas de ellas provoquen algún tipo de modificación. Pero esto acontecerá sin que nadie realmente entienda al otro; porque los planificadores de transporte a menudo

13 Un recorrido por esta idea puede hacerse en el libro: Latour, B. y Hermant, E. (1998). *París: ciudad invisible*. Disponible en francés, inglés, español e italiano en la página web de Bruno Latour: <http://www.bruno-latour.fr/virtual/>. La investigación urbana bajo un enfoque de la ANT puede seguirse en Farias, I. y Bender, T. (eds.) (2010). *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Research*. Routledge, Nueva York.

son ingenieros y son hombres, o han estudiado en universidades dominadas por hombres. Pero si eres una mujer que habita el fundão y tienes a tu cargo algún hijo o hija y responsabilidades para el cuidado de otras personas de tu familia, y además tienes una jornada laboral, la cantidad de autobuses determinada y su frecuencia de paso definida por esos profesionales que nunca han visitado el territorio y que trabajan en sus despachos sobre planos, puede hacer de ello algo extraordinariamente problemático.

Los lenguajes que se cruzan en esos contextos son idiomas distintos conviviendo en la torre de Babel de la acción pública generando experiencias, contextos y relaciones diferentes. Así pues, estos resultados que seguro parecen un tanto evidentes para personas familiarizadas con otros entornos urbanos, en cualquier caso nos ponen en la pista de que es hora de repensar los enfoques sobre cómo gobernar democráticamente los asuntos públicos en un mundo de fragmentos y de detalles.

Elementos de conclusión

“Intervención social” es una pésima forma de referirse a la implicación de investigadores y académicos, de la universidad como tal, en los procesos de transformación y cambio social. “Intervenir” significa, sí, tomar parte en un asunto, interceder, o mediar, pero comporta también interponer autoridad, examinar, dirigir, y fiscalizar. No es extraño entonces que se optara por este término para denominar la participación experta en los asuntos públicos.

La alternativa pasa por el uso de términos que remitan a otros significados: involucrar, que significa complicar a alguien en un asunto comprometiéndose con él; implicar, que significa hacer que alguien se vea enredado o comprometido con un asunto, hacer que alguien participe o se interese en un asunto, adquirir el compromiso de participar en algo.

En el acto entonces de involucrarse o implicarse, el investigador no puede ser externo, sino actor competente reconocido y reconocible en el contexto. No puede colocarse en la posición transmitir saberes expertos y tecnología social, como si eso fuera

una acción neutral y aséptica, sin asumir la posibilidad de transformaciones y cambios recíprocos. No puede erigirse ni en director ni en árbitro amparado en la supuesta superioridad de su saber y su conocimiento. No puede, en definitiva, imponer sus categorías conceptuales y analíticas porque al hacerlo, estará ejerciendo una forma extrema y violenta de poder.

Para finalizar. Yo vine a Brasil en el año 2009 con motivo de un año sabático, para aprender. ¡Y por dios que he aprendido!

He aprendido que no es incompatible el acerbo teórico y metodológico adquirido durante mi formación y durante mi experiencia investigadora, con el conjunto de conocimientos y de saberes que las personas producen en su día a día, en sus conversaciones, en sus interacciones con el territorio, en su contribución a lo común.

He aprendido que la difusa y pomposa intención de cambiar el mundo no es suficiente para cambiarlo porque sólo la acción conjunta, la acción colectiva, es capaz de promover cambios sustantivos.

He aprendido que es imprescindible la renuncia a la posición de privilegio que nos otorga la academia, en beneficio de un trabajo entre iguales.

He aprendido que el consenso es una quimera, y que caso de ser alcanzado, es entrópico y por consiguiente paralizante.

He aprendido que sólo el conflicto, el debate y la confrontación, inducen cambios reales.

He aprendido que ningún profesional tiene la exclusiva en el mejor conocimiento y la mejor colaboración.

He aprendido que la transdisciplinariedad no sirve de mucho si se centra tan sólo en el diálogo y el trabajo conjunto entre científicos y profesionales, y no atraviesa la calle.

Y he confirmado algo que ya sabía: que no hay transformaciones ni cambios globales sin cambios y transformaciones locales.

Todo esto lo he aprendido de mis colegas, pero sobretodo de las gentes que habitan este país. Por eso os estoy y os estaré siempre agradecido.



FOR OTHER ECONOMIES

MARIA GIUSEPPINA MUZZARELLI*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41649>

* Full Professor of Philosophy, University of Bologna, Italy.

Introduction

For quite some time now, scholars have been trying to redefine categories, concepts, and terms connected to the functioning of the capitalist world, such as the category of economic rationalism, and it also has been a while now since arguments defending the necessity of reorienting the ongoing processes have emerged. The attempts to reflect on the relationship between economy and ethics are not new either, and, for the point of view that concerns me, a particular date is crucial as a revival point of such discussion: 1974 (*L'etica economica medievale*, a cura di O.Capitani, Bologna, il Mulino, 1974). These are complicated questions that I judge to be far beyond my reach. A historian dedicated to the Middle Ages, such as myself, can only partially aspire to reflect on practices and concepts that base the established economic rationality of our modern capitalist system. How these notions have affirmed themselves? What concept of individual and of their activities such rationality evokes? To what definitions of time and money does it refer? In what environment has it been forged? Is it possible to identify the specific period and domain that originated some sort of new anthropology? I would like to try answering some of these questions stressing, as many have done, the need of a new reflection, inspired by the acknowledgment of a serious matter: the inequality of wealth distribution in different parts of the world, amongst different people. An inequality whose unjust effects can be perceived even by the less attentive: in the environment, in society and in families. Could more laws produce less injustice and more balance? Are truly shared principles the solution? Awareness of the matter is certainly useful, and, perhaps, so could be understanding how things actually happened (“Wie es eigentlich gewesen”: the proper task of a historian. Leopold von Ranke), what paths were chosen and if any other was available.

Therefore, one can start with History, which, as written by Ivan Illich (*Nello specchio del passato*, Como, Red, 1992), stresses the sensibility and the attention towards the choices made, and the positions taken that transformed into our present. For History, the present is the futures' past and by getting back to the past, I would like to analyse how the process of conceptual and rational definition of economic practices took shape by the end of the Middle Ages, during the first important phase of the pre-industrial

cycle (11th to 13th centuries). I wish to highlight how the thoughts of theologians, jurists or treatisers have inspired, or even only followed, some of the options taken. We shall now go through some part of the path that determined our present. Between the 11th and the 15th centuries, significant transformations in the economic and social spheres took place while reflections and discussions regarding the value of labour, time, money, and, more generally, wealth and poverty have matured, both which provided the basis for the modern economic science. It has been spoken of a “long 13th century” as a joyful period from 1160 to approximately 1340 (J. Le Goff, *Lo sterco del diavolo: il denaro nel Medioevo*, Roma- Bari, Laterza, 2010). The main banking, financial and credit instruments still in use were invented in this period, from bank accounts to letters of credit, and, in order to respond to ethical standards and economic needs, deep reflections regarding the economy and its practices have been produced. Hence, it is in this particular era that one can place a transition phase (“Sattelzeit” to reference Reinhart Koselleck’s terminology), in which processes began, whose success could not have been initially taken for granted.

Between 1050 and 1250, some sort of “economic revolution” took place, that, though pervaded with regional varieties, interested the entire Europe (Luciano Palermo, *La banca e il credito nel Medioevo*, Milano, Bruno Mondadori, 2008), and the 13th century also stands out for its theoretic production in economic matters. From the 14th century on, economists have spoken of a tendency reversion (often they use terms such as crisis or stagnation), even though productive and exchange structures in the Italian peninsula seem to have grown substantially during the 15th century. In fact, the strong economic expansion that lasted until the final decades of the 13th century was closely associated with the flourishing of juridical and theological reflections. Their aim was to assemble the peculiarities of various experiences (creating then a broad and rich collection of cases) and to define rules designed to establish equality in exchanges (exchanges of goods, exchanging of money for merchandise or of labour for retribution), from a collective perspective that tended to privilege the common good. It became essential to establish an equal relationship amongst money, merchandise, and time that transcended the enduring condemnation of usury (O. Capitani, *L’etica economica: considerazioni e riconsiderazioni di un vecchio studioso in Italia 1350-1450: tra crisi, trasformazioni e sviluppo*, Pistoia, 1993), an idea which gained a specific definition, if not a complete readjustment.

Between the 12th and 13th centuries, a renewed interest for the study of Roman law encouraged jurists to discuss vividly, for example, about the “laesio enormis”, terms used to define a lack of equality in contracts if the selling prices were far from half of what was considered a just price. The question was then establishing the base elements to calculate the just price, a no simple task to which jurists and theologians, from Azo of Bologna (1150ca – 1225ca) to Thomas Aquinas (1225 – 1274), committed their reflections. In the 13th century, a Provençal friar, Peter John Olivi (1248ca – 1298), applied (and it was the first time) the term “capital” to indicate a special sort of money, imbued with a specific “seminal” ability to generate, with time, more money. The subject of capital as money gifted of a special value was re-explored in the 15th century by Bernardino of Siena (1380 – 1444) (Paolo Evangelisti, *Il pensiero economico nel Medioevo: ricchezza, povertà, mercato e moneta*, Roma, Carocci 2016, p. 153), relevant thinker and preacher capable of influencing the masses. In both cases, and not only on those, the idea that the time of money is not a time common to everyone (as belonging to God, hence, to everyone), but instead, it is a time owned by single individuals who dispose of it for multiple uses, appears to be clear. Likewise, the jurist Baldus de Ubaldis (1327–1400) considered currency to be more than a simple exchange mediator, treating it as ‘capital’ able to produce advantages thanks to the use one could make of money between the moment an obligation was contracted and the time it ceased (Oscar Nuccio, *Falsi e luoghi comuni della storia: l’equazione etica protestante-spirito del capitalismo*, Arezzo, Alberti, 2000, p.185). Therefore, there is a “profiting time” used by economic operators in their commercial transactions, which gives meaning to economic actions and produces profit. These reflections, created by refined and well-prepared intellectuals, have become common doctrine and diffused themselves as economic transactions intensified. The widespread of such ideas also owes a great deal to those who were capable of communicating to the masses, through preaching, part of the outcome achieved by theological and juridical thinking. Authors of confessional books and, chiefly, preachers reduced the distance between the intellectual masters and those engaged daily in the economic field, or who, at least, partook of such activities and had only a notion of these ideas.

It is during the Late Middle Ages (XI – XV centuries), a period to which I intend to dedicate particular attention, that one can find substantial efforts to define what

was licit or not in the different areas of economic operations. It dates back to these centuries both the construction of a technical lexicon of “ethics and economy”, and the beginning of a formal process that constituted a form of rationalization. This last one, set the grounds for modern developments and have followed closely processes of intense commercial and productive growth, which, in their turn, have determined a general, or almost, progress, wealth (of few) and well-being (of more people), but also enormous disparities. These disparities, were later enhanced during the Modern Era, as a substantially impersonal point of view prevailed over the interpersonal vision applied in the last centuries of the Middle Ages. Such triumph came to be known as the time of civic humanism.

Exploring different sources, we can now reconstruct lines of thought encouraging an active life instead of one filled with idleness; reflections motivating the fruitful circulation of wealth instead of its greedy accumulation; reasoning on the right measure to apply on different situations; and finally, recommendations of prudence as a norm of behaviour. By comparing and cross-referencing these ideas, one can determine the economic ethic developed in different environments and applied in the Late Middle Ages. Many reflections on the economic value of time, on credit understood as a financial operation of investment, and on the lucrative potentiality of money were produced by members of the Franciscan order (Scoto, Alessandro Lombardo or Francesco da Empoli). Due to the existence of such reflections, one can find arguments of a “Franciscan Anthropology” (Capitani, *Letica economica: considerazioni e riconsiderazioni*, p.483) more available to embrace and guide a “new economical ethic” of the Christian society. As a matter of fact, many jurists, treatisers and scholars have spoken about these arguments, but in the last few years, historiography has strongly valued the contribution, in terms of lexicon and economic concepts, given by new Orders and, in particular, by the Franciscan Order to the matter. It happens quite often that those who study a specific line of thought end up giving it extreme importance to the detriment of other fields. Doubtless, however, the Order of Saint Francis already from the time of its own founder has dedicated great attention to the argument of poverty and wealth. Francis’ public demonstration of abandoning his fortune and many of his other clamorous gestures were designed to spread the message that wealth was not good or evil in itself, but that it all depended on the use one made of it. Wealth could be a positive element if used

for the common good (the interpersonal point of view mentioned above). Francis living in poverty created an instrument to study wealth, provided material for reflections on superfluity and need, and highlighted the creational value, not equal to that of consumegoods, of things apparently useless, such as the chirping of crickets. He has also exulted through a sublime preach in the highest of lyrics (his only work in vulgar, gem of the newly born literature) the beauty and preciousness of the air, the water, and the fire, elements that had no monetary price. Francis represented a scandal that impressed and enchanted the world, and 40 years after his death, Franciscans started to write economy texts (Giacomo Todeschini, *Ricchezza francescana: dalla povertà volontaria alla società di mercato*, Bologna, il Mulino, 2004). That is also part of the Middle Ages, and this explains the allure felt by a certain historiography for the “economic thought” of Francis and the Franciscans.

In the same century in which Francis threw, even if only metaphorically, out of the window coins or precious fabrics accumulated for the benefit of a single instead of functioning for the common good, a Jurist, such as Albertano da Brescia (late 12th – first half of the 13th century) valued the role of culture. He argued that restraint and prudence were key elements for achieving a necessary balance of behaviours and desires, required to obtain and safeguard the common good. In the dialogue “consolationis et consilii”, Albertano presents a woman, Prudence, whose husband has chosen to listen to her (not a secondary element). Through the dialogue, the jurist develops the theme of prudent behaviour, treating it as a rational conduct sustained in order to achieve a specific goal. The woman’s intervention in the narrative regards the properness of means relative to the ends, centuries before Machiavelli. The principle affirmed is relative to the economic rationality to be applied once judged the goodness of an act that one intends to pursue. Albertano theorizes that a rational man seeks to obtain the maximum of satisfaction by applying his means in the most rational way possible for him. Prudence sustains that a rational act is the one that achieves its goal, and Prudence teaches to adapt the means to the ends in every circumstance. Prudence also plays a part in measuring the goodness of acts and in refuting revenge, an argument central in the dialogue, for matters of “calculation.” Vengeance involves risks and high costs, while concord has an ethical value but also an economic one. One must remember that in the 14th century, Ambrogio Lorenzetti painted on the walls of Siena’s City

hall the consequences of good and bad government, using vast references to the social and economic utility of concord. Albertano's pragmatic and utilitarian position is one component of that humanist economic rationalism matured in the end of the Middle Ages. It was then that a transformation of the concept of time took place, not only on the practice of merchants, who speculated or, perhaps it would be better to say, brought sustenance and advantage from the passing of time, but also on the considerations of theologians and treatisers. Jurists, theologians and canonists, they have all done it, on a period of great economic expansion, applying themselves to the examination of some contracts, such as the "venditio ad terminum", agreements of acquisitions with a delayed payment of the merchandise. In theory, such postponed payment should not have implied in the augment of the price (between acquisition and payment only time passes, which belongs to God) but in practice, that is what often happened. Was this increase in price a case of usury? Conciliar dispositions, papal bulls and many moralists, from Robert of Courçon to Egidio of Lessines treated the question of 'forward contracts'. In fact, during the 13th century, some forms of legitimate increased restitutions were defined, from the "damnum emergens" to the "lucrum cessans". The chance of a lender incurring in damage while waiting for the restitution of his loan, the eventuality of missing good business opportunities, as well as the risk of not receiving his payment, ended up rendering acceptable the practice of increased restitution in cases of money loans. The subject obviously comes quite close to the question of usury, defined as "voracissimam bestiam" in canon law, but it takes a different path. In this occasion, it suffices to say that a common good such as time ended up becoming the object of economic transactions that produced wealth. Time, by passing, does not add value to things (in general lines, with due exceptions), but contributes to change their value. A no longer divine, but natural conception of time produced the acknowledgment that natural conditions affect the value of things through the course of time. If in a moment X, a high production of grain determined a strong offer of this product, establishing the price of grain in Z, such price would have been different and much higher on another time, Y, in which the offer of grain was limited and the demand, instead, higher: that is what argued Egidio of Lessins. The author, however, did not consider any sort of increased restitution legitimate, but only those estimated between the minimum and maximum value of the just price. This last theme would re-

quire further exploration through Thomas Aquinas' contribution, according to whom a price could change "secundum diversitatem locis vel temporis": in other words, it was subject to market conditions. Attributing value to time was a necessary condition to sustain the activities of merchants, not obstructing their activities, avoiding damages and recognising their social and economic contribution to the community. Peter John Olivi marks the acknowledgement of the existence of a economic time convertible in money by the moralists:

"Parlare della vendita a termine e del profitto ricavabile da un ritardo di pagamento o di consegna significa ...parlare esclusivamente di tempo commerciale e per ciò stesso commerciabile. Il tempo nel quale io dispongo o meno di una somma è mio, tuo: è alienabile, retribuibile, commerciabile. Esso diviene la condizione a disposizione dell'operatore economico per svolgere le proprie mansioni e conseguirne un lucro, senza il quale verrebbe meno la stessa finalità significante dell'agire economico".

On this specific theme, I would like to rest: in front of the conveyance of a transformed time to us, modern people. One that was once a time of common good and became a time subject to the rules of market. Today, time is by most considered a luxury, and by others deprived of any other valuables, a useless possession, all in a dramatic and little governed disproportion.

Therefore, it is in the Middle Ages, a period that some continue to consider dark, "static, unison and compact", notably in the 13th century, that time gains a decisive value in economic transactions, overcoming its own conception as good of divine property, thus common good, such as water and air, and becomes an object of commercial negotiation. It is still on the 13th century that one perceives the transition from a concept of money as a common object present in society and, belonging (at least in theory) to all, to a notion that differs between common money and institutional money (that owned by churches, monasteries but also by the *comuni*) and merchant money (this last one defined, as already mentioned, as 'capital'). Institutional money and that of merchants was diverse, it was special. While an anonymous citizen would be considered a usurer if he lent his money for interest, institutions, particularly Christian ones, on the contrary, as collective and civic subjects could sell their rights on their

money. Likewise, merchants who acted on the benefit of the whole community, other than, of course, their own, could ask for “interest”. They used money dedicated to commerce and as such imbued with seeding properties, therefore, their interest was justified by their own “peritia”, “sollicitudo”, and definitely by the advantages merchant activities brought to the “*communitas civilis*”. What became then legitimate was the personal profit of those who tried to pursue the collective good, of who was assigned to do so, and thus, cherished of good fame, and finally, of who discovered in the relationship with the community an a limit and an aim.

We have stressed some elements that characterized the medieval process of rationalization of the economic life. Such phenomenon matured in a Christian environment also thanks to laic contribution, and to me, it seems possible to sustain four main theses:

The Middle Ages was far from being a dark and motionless period.

The rationalization of economic life is not a product of Protestantism.

Sources from the period clearly state that market and merchants relished of a positive view only in relationship to the entire community. It is the well-being of this last one that justifies the transformation of collective time in an individual time, and, on its turn, of collective money into money of special seeding properties.

The concepts of restraint, limit, prudence and measure are central both in determining the value of time and in assessing a merchants’ profit.

Therefore, by revisiting theoretical positions developed in various environments during the late middle ages, one can distinguish some crucial questions and re-discuss the well-known hypothesis presented by Max Weber regarding the role of Protestantism in the development of Capitalism (Protestantism would have facilitated the birth of the capitalist spirit). Debating the Weberian thesis does not mean trying to substitute the Protestantism for the Christianity as the promoting element of Capitalism. It means, instead, an effort to argue that it was not in the 16th century nor with Calvin that a way of thinking that justifies the pursuit for economic benefits was born. Many centuries before him, a lexicon and a conceptual system that followed and sustained rational dedication in the economic field – with individual but also collective benefits – were forged. This has determined the growth of a certain autonomy between the ethic and economic spheres, but not their complete separation. Theologians,

preachers, jurists and treatisers have pondered on specific contracts, on the fruitless accumulation of wealth (Thomas sustained that God had not forbidden “l'utilidade, ma la troppa volontade e troppa apposizione dicurore”, Nuccio, *Falsi e luoghi comuni*, p.47), on idleness and on activism. On their thoughts, the collective convenience was the principle and the objective to which actions should mould themselves (without, nonetheless, denying personal advantage when moderate). That is what one can understand by exploring Franciscan treaties as well as the secular thoughts of jurists, by reading both the writings of *Coluccio Salutati*, who sustained that dedicating oneself honestly to honest activities could be something more sacred than living in lonely idleness, and of Leon Battista Alberti, who exhorted his readers to a rational use of time, an important factor to obtain and enjoy wealth (Nuccio, *Falsi e luoghi comuni*, pp. 51–55).

Looking back to the Middle Ages help us to move forward in acquiring and increasing our understanding of what happened in Europe, and particularly in Italy, between the 13th and 14th centuries, on a concrete-real level, but also on the sphere of concrete thought (Althusser). Reflections on the relationship between economic growth and respect of the rules (ethic norms, but not only) and between individual profit and collective good have contributed to raise the awareness of the necessity of promoting an economic development, which respected, as much as one could, the common good and the dignity of people. Such thoughts and discussions have contributed to put in practice principles consolidated in laic and religious environments. The transition from theory to practice took place when urban realities tried to face and solve concrete problems, from dealing with small credit to imposing restraints in luxury exhibitions, which threatened to immobilize substantial capital and blur important and vital social distinctions. These two spheres of urban action just mentioned represent two good points of departure to verify the capacities and practicalities of the matured theoretical positions. The examination field chosen is that of the concrete politics created by city authorities to guide economic phenomena and social processes, which tried to conciliate justice and development, individual profit and common good. The challenge for urban governments was to present and render acceptable rules that did not obstruct the ongoing economic development, and that did not sacrifice individual ambitions and needs, without losing sight of the political scenario in place and the common good. Between the 13th and 15th centuries, communal cities have undoubtedly accomplished

a great inventive effort; so much that some politics and institutions then created seem to be still vital. That is the case, for example, of microcredit, which has drawn much attention in the last few years and is but a variable of the solidaristic credit exercised in the Late Middle Ages by the Mounts of piety. An alternative conceived more than 500 years ago and posteriorly discarded or transformed on secondary, that was presented in the last few years as an innovation, as an unconventional form of credit of strong social value, and as an attempt to conciliate social demands and need for credit. Much of what seems to be new is, in fact, something we have simple forgotten.

The concrete cases regarding small credit regulation and luxury control that we shall take into consideration here represent true inventions, original conceptions pragmatically designed to produce precise effects in terms of governmentality and urban well fare. The flexibility and rationality that one can gather from the positions of theologians, jurists and treatisers find also expression in the communal statutes, called forth to shape life in community. In daily reality (and respective regulation), the acknowledgement that money was multifunctional, being used for economic activities but also to avoid disgraceful social displacements, as well as the recognition of a necessary restraint of luxury became concrete policies, in institutions and in precise, but not inflexible, behavioural indications. The statutes are a place in which a political project and a specific culture transforms into norms to dictate, control and standardize the behaviour of citizens. It was often necessary to accompany the creation of statutes with initiatives to inform and to generate awareness. In this domain, the action of preachers was quite convenient, especially since it was previously agreed upon and even requested by city authorities. They prepared the masses for receiving the legislation, or at least some aspects of it, and instructed people on the existence of these norms beyond the abilities of town criers to diffuse them. Communication, in other words, the action of predictors, was precious, and I would say indispensable, especially in cases of new legislation or new institutions. In many instances, their efforts were designed to support authorities, in others, the assertive role of predictors was much more evident. Sometimes their opinions even diverged from those of the government.

From the 13th century on, almost every city created their own Statutes, in other words, their own *corpora* of laws that regulated every aspect of citizen life, individually and collectively. Practically every Statute completely dedicated one of their different

sections to the control of appearances and the regulation of luxury. It was a sector of interventions designed to obtain results regarding the political sphere, but also the social and economic fields. These norms indicated who could wear what, specifying the length of trails, the width of sleeves and even the number and weight of buttons. Therefore, these predicaments were almost all indications of measurement. Authorities were interested in matching the exhibition of luxurious dressing to the city political structure, preventing, consequently, those who were politically defeated to display luxurious objects. More generally, they were interested in distinguishing who belonged to each and every social condition. To this political purpose, followed others of different nature: reduce the import of precious objects to sustain local economy, but also, avoid excessive expenses, which risked limiting marriages and preventing other productive forms of investment or of destination for the money of wealthy citizens. Probably, the main intention of authorities was to fix and maintain hierarchy, easing their efforts to keep different groups under control. A fiscal purpose was, however, also important, constituted mainly by the collection of fines imposed to those who did not respect the law, which, sometimes, seemed to have been produced to render impossible for someone to follow it. This last consideration make us think on the existence of a precise wish to tax luxurious goods in order to obtain more money for the commune. All these coins served to face public expenses and also to sustain the less fortunate, allocating some of these fines to Hospitals or Mounts of Piety.

Behind the production of sumptuary laws, that continued to be promulgated until the 18th century, there were some principles: the struggle against excessiveness and, therefore, an invitation to restraint, but also, the need to insert individual and collective vanity in a scenario attentive to the common good, specifically constituted in terms of governability. The law, in fact, conceded to each social category, even if low, the right to display ribbons, silk or other ornaments, not “ad libitum” though, but rather respecting the order and the hierarchy that characterized the collectivity, composed of multiple and non-equal components. Different governments in various cities have deemed useful, and therefore, re-proposed regularly for centuries, this norm system, which tried to converge individual or party interests with collective ones in commonly sharing the concept and practice of restraint. Rod in hand, officers in charge of inspecting the population approached, or searched to, women who they suspected to display a trail longer

than the allowed in order to measure this “cauda”, tail. If its size exceeded the permitted, these women should pay a fine, and in this way, the resources of the vainglorious wealthy went to the benefit of the community. This is what one can learn by examining the sumptuary laws, preceded and accompanied in many cases of predications, which, alongside treaties on the subject, produced by laic and religious authors, contributed or, at least tried to, create a measuring culture. These regulations were an element that characterized practically every urban statute, a particular trait of the mentality and of the government forms in force in the period, which, as already said, did not aim to achieve equality, but instead, a justified difference, governed through measurements and limits useful to avoid disparities judged to be excessive. Obviously, that does not mean that inequalities were really governed and acceptable according to our criteria of modern men, but it attests a collective effort, of laics and churchmen, jurists, treatisers and preachers, designed to control excessiveness and to create a critic of consumption. Preachers played their part inviting the masses to reflect on the dangers of vanity and on the origins of the wealth invested in splendid clothes or in sumptuous headgear:

“D’onde viene questa robba, d’onde vengono questi vestiri, di che è fatta la sua dota. Peròche molte volte, e il più delle volte, è fatta di robbaria, d’usure e del sudore ‘contadini e del sangue delle vedove...” (Bernardino da Siena, *Prediche volgari sul Campo di Siena*. 1427, edit. C. Delcorno, Milano, Rusconi, 1989, *predica XXVII*, p. 1077)

The point raised to the masses by Bernardino of Siena in 1427 remain a formidable and still valid question to this day. Much further from our sensibilities and culture seem to be, instead, the positions assumed by ecclesiastics contrary to any display of mundane taste and to any form of pleasure. The fact that to govern one must communicate and persuade was valid then and it is still valid today, and moralists developed an important function of functional awareness of the statutory legislation.

A different case that express, instead, tension, and if not a true and proper conflict, between those responsible for the urban government and moralists, in particular, preachers from the Franciscan Observance, regard the small pawn credit. Cities, of small and medium dimensions specially, suffered during the 13th century – the same

period of the statutory invention and of the beginning of luxury regulation politics – from the scarcity of fluid money. The little fluid money available used to be invested in the activities of different corporations or in trade. Those who lent it, obviously for interest, were not appreciated due to a diffused theoretical aversion to usury, which did not prevent those who had some money to offer it for profit, but in a hidden manner, and therefore, in non-official and incontrollable conditions. That was the reality of the situation. For the need of relevant sums, one could appeal to exchangers and merchant-banker, but for small loans dedicated to consumption, a solution still needed to be found.

The historiography takes for granted the solution found by authorities to call Jewish bankers responsible for giving small loans. In fact, this was a brave and rational idea that proved to be fruitful for a long period. The case is particularly interesting because it marks a strong distance and autonomy of the lay thought and of the civic authorities' project from the position of Churchmen. This proves how much the "dark" Middle Ages were everything but monolithic. On this matter, I would like to think of a Middle Ages of innovation and pragmatism.

A certain number of Hebrews who lived in Italy (expelled from England in 1290, from France in 1306 and in 1394, and also from Germany) possessed liquid capitals hard to invest in economic and commercial activities since it was required to be Christian to enrol in any sort of corporation. Governors had the idea to propose to Hebrews who had capital to open banks of pawn credit, endorsed officially with specific "guidelines", designed, in their turn, to norm all aspects of the operation and of the tolerance regarding Hebrew specificities. A quite interesting exchange: authorities trusted a relevant part of the urban economy, the sector of pawn credit, to

Hebrews, who accepted the conditions imposed on their loans and, in exchange, received acceptance, with all their rites and uses, from the Christian majority. What else could this be if not economic rationality!!

From the second half of the 13th century on, Hebrew bankers operated in practically every Italian city, covering the entire peninsula with a web of banks, working in an efficient and satisfying way. The most developed cities, strong in their capacity to solve the problem more easily, adopted this instrument much later. Bologna, for example, summoned Hebrews much later, thanks to the international character gained by the city

through its University. Such institution allowed the Bolognese to cherish of a money exchange-loan system developed by the corporation of Exchangers-Bankers. On the second half of the 14th century, nonetheless, Bologna negotiated with Hebrew lenders and after only a few decades, almost a dozen Hebrew banks already operated in town.

Bankers lent money on established conditions, namely, asking for 20-30% of interest as long as one could present a pledge that valued at least $\frac{1}{3}$ more than the amount received from the bank. This situation brought in “light what was once in darkness”, in other words, diffused a practice and a culture of official pawn credit loans, which probably did not please those who previously lent money furtively and in uncontrollable conditions. It must be highlighted that this sector of the credit field was in the hands of Hebrews in practically the entire Italy, that is, in the hands of those who were not Christians in a period that many still sustain the religious dimension was overwhelming, or almost. Evidently it was not.

I do not believe that those who benefitted from the services of such banks had in mind the explanation given by theologians of the phenomenon. This one sounded just like this: On Deuteronomy, one of the 5 books of the Ancient Testament which Christians and Hebrews have in common, one reads that it is possible to loan with interest to foreigners, but not to siblings. Once Hebrews did not recognise Christ and the Gospel, for Christians they are not siblings, and therefore, Hebrews can loan with interest to Christians according to what said in the Ancient Testament. I think clients went through the doors of Hebrew banks filled with trust, knowing they were using a private service promoted and hired by the city government. I do not believe people asked themselves so much about the Ancient or the New Testament. Whoever was in need, pragmatic and rationally, searched for those who lent money officially in, most likely, better conditions than the ones offered by clandestine Christian money lenders.

In this ambit, an interesting fact happens when, after almost two centuries of experience with Hebrew banks, the Minor Observants, recalling an idea that circled in laic environments, proposed in the second half of the 15th century a sort of Christian bank of solidaristic credit to which they have given the name of Mount of Piety (M.G.Muzzarelli, *Il denaro e la salvezza. L'invenzione del Monte di Pietà*, Bologna, il Mulino, 2001). In order to provide this institution with the necessary capital, the Minor Observants dedicated themselves to gather money that would not be reimbursed,

since it was donated from private individuals or assigned by civic authorities, or even only deposited. The assembled money was latter put at the disposal of the “poor less poor”, in order words, people who needed consumption credit and, therefore, were poor, but not the poorest. Such money should be repaid without interest, or with a very low one, which corresponded in reality to the expense reimbursement (5%). Sustaining the “poor less poor” in this manner was convenient for city authorities, instead of letting them fall in disgrace for latter having to aid them with alms. These were people that risked worsening their own situation if they searched for private banks, where one had to pay an interest, which, even though was agreed upon and of market, was far beyond their financial possibilities. Urban authorities, such as those of Siena, debated themselves on how to face such a problem, and even though they were able to identify it clearly, they did not know how to proceed. Something the Minor Observants actually managed to do. These friars, thanks to their efficient communication efforts, convinced citizens of the goodness of the enterprise and dozens of Mounts of Piety were born. The positive fact, expression of that rationalization which one has already mentioned plenty of times, is that pawn loans (a specific loan, to certain people and in certain conditions) were considered more as a form of *welfare* than a charity work. The Mounts marked a concrete connection between economical demands and ethical principles. They appeared as an original effort to redistribute part of the urban wealth, gathered and put at the disposal of the less fortunate. The Mounts are the demonstration of the possibility to loan money christianly with the reimbursement of the expenses in order to sustain categories capable of repaying what asked and of getting out of the state of need if adequately helped. The discussion generated by the request of expense reimbursement, understood by some as usury, allowed the progress of the rational process on course. However, the Minor Observants, in order to motivate people to sustain the Mounts, have attacked Hebrew loans and these critics, in some cases, ended-up drawing apart bankers and ceasing the useful cooperation on the credit field of Christians and Hebrews: a step back in the ongoing process of rationalization. A step back also in terms of the city’s economic development, since the Mounts, which could only lend money, according to the statutes, to the “poor less poor”, would not have been able to receive the requests from other client segments, abandoning them to a non-regulated market.

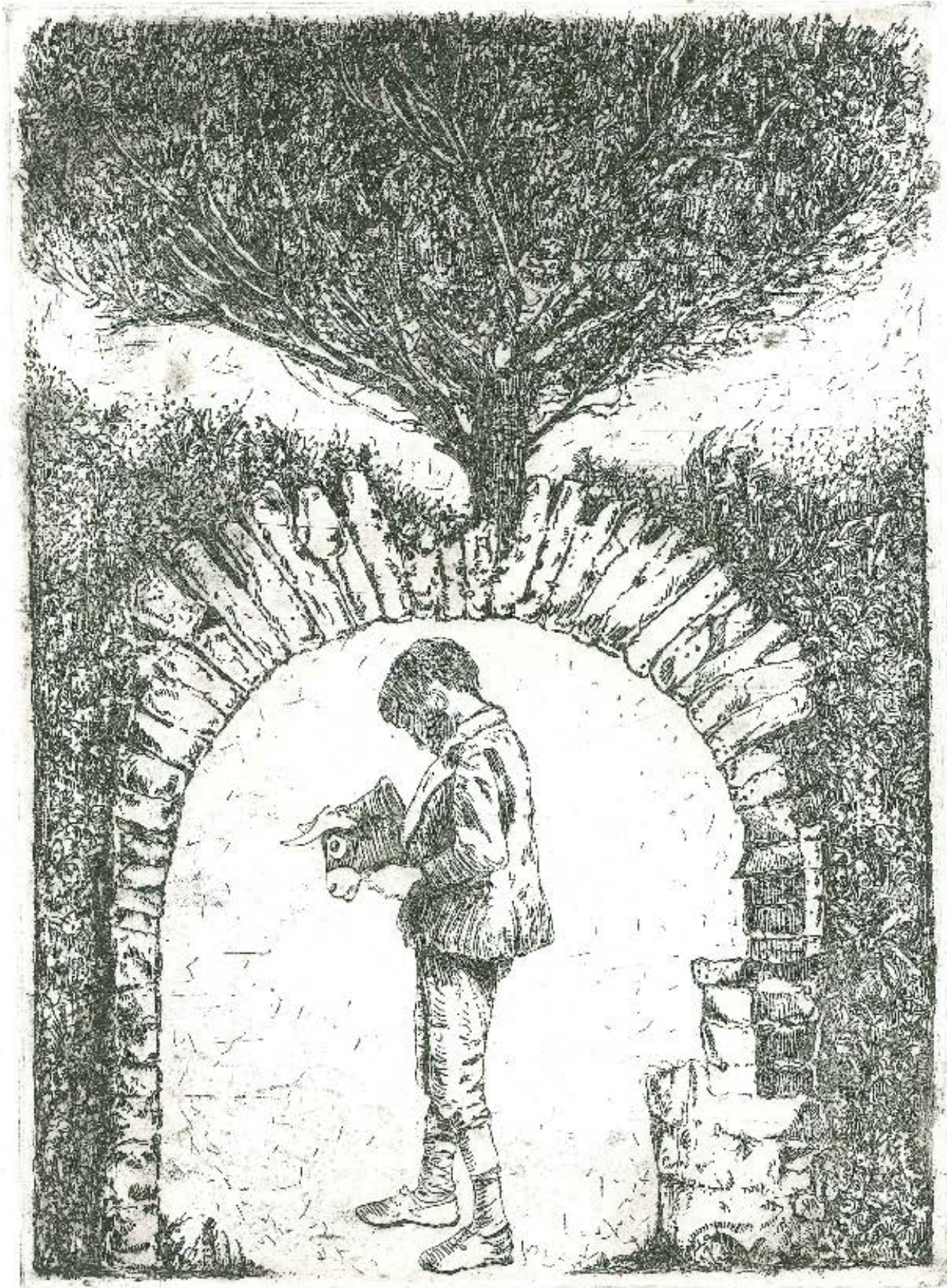
In many cities, the relationship with Hebrews continued even after the creation of the Mount. At Bologna, the Mount closed after a small period of operations without even a sign of

turmoil and Hebrew banks continued their activities undisturbed. Therefore, the reasoning of urban authorities could be different, and effectively was in many cases, from the logic followed by ecclesiastical thinkers, demonstrating the existence of a plurality of positions, not all ascribable to those of the Church, and hence, conditioned by this institution. Cities made their own choices in a laic manner, but in areas under the direct domain of the Pontifical State, the space conceded to Hebrews became increasingly restricted during the 16th century, first century of the Modern Era, until their definite expulsion in 1593. The Mounts continued to operate and expanded their area of action without, however, having ever had the full support and energy of local and central authorities on their project.

The Middle Ages delivered to the first modernity an immense effort of rationalization of economic activities, accompanied by an intense attempt to follow the common good in a not impersonal but interpersonal point of view. This at least in theory. The reflections on collective goods such as time, the distinctions introduced on different types of money, the attempts of redistributing wealth and the rearrangement of the small credit to the field of welfare, supported by the entire community, are demonstrations of the will in medieval society, both from religious and laic environments, of amalgamating economic demands with ethic principles, of harmonizing individual desires and tensions with the general benefit. It was an effort to accommodate and join non-egoistic practices, but not to encourage monetary earning as a form of individual salvation (just like the Protestantism that saw in the economic success a sign, if not a guarantee, of salvation). The advantage searched by the medieval thinkers we have mentioned so far was to be realized on this earth (even if not only) but with moderation and in an equalitarian point of view. The positions assumed between the 13th and the 15th centuries by men from different environments, such as Albertano, Peter John Olivi or Coluccio Salutati, valued men, their wit and their economic activities – if this last one also worked for the collective good – when imbued with restraint and prudence: in this sense one can talk in general terms of civic humanism. The urban politics here briefly mentioned seemed to be in harmony with such principles. These have searched

to use the communicative work developed by preachers, manifesting the acknowledgment of the importance of collective sharing and the strength of the rules (those of the Statutes). Such norms have also known how to keep together men of different faith, which the golden Modern Age have separated, driven apart and eliminated.

It is difficult to draw conclusions from what said until now. The economic rationalization process that began in Italy, but not only in Italy, in religious and laic environments, in the last centuries of the Middle Ages, promised outcomes that we would never be able to witness. The repositioning of the political and economic axis to the countries in northern Europe and the positions assumed by the Catholic Church in Italy, and by the Protestant in the north of Europe prevented them. A walked path was interrupted, another one was elected, and only the course in which we actually travelled can be the object of historic reflection. The rest is not history; it is not the past of our present, but only a possibility, nothing more than a possibility. Perhaps, however, we could restart from there.



CRIMEN Y CASTIGO DEL GOCE ADOLESCENTE

MÁRIO RAMIREZ*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41650>

RESUMEN

El Derecho concierne el goce. Como exceso, dicho goce escapa a la justicia distributiva a la que aspira el Derecho. La adolescencia, por definición, remite a un *plus* de goce. Por lo que, lógicamente, los excesos adolescentes bordean o cruzan los límites de la ley. Esta ponencia reflexiona sobre esta relación y sobre algunas invenciones y salidas.

* Psicoanalista en la ciudad de Medellín.
Miembro de la Asociación Mundial de Psicoanálisis y de la Nueva Escuela Lacaniana.
Profesor Titular en el Departamento de Psicoanálisis de la Universidad de Antioquia.
Doctor en Psicología de la Universidad de Buenos Aires. Magister y Especialista en Psicoanálisis de la Universidad de París VIII.

Una perspectiva histórica

La palabra “adolescencia” proviene de la raíz indoeuropea al, “nutrir”, “crecer”, de la cual se derivó la voz latina alere, “alimentar”, que dio lugar a alescere, “aumentar”. A partir de esta última, unida al prefijo ad, se formó el verbo adolescere, “crecer”, “desarrollarse”. En latín, la palabra *adolescencia* proviene del verbo *adoleo*. Es decir que hay en esa palabra un plus, y no un menos.¹ Por su parte, el término exceso proviene del latín *excessus*. Parte que rebasa, atraviesa más allá de la medida o regla, se sale en cualquier línea de los límites de lo ordinario o de lo lícito. Rápidamente, la significación del exceso se desplaza desde un plus hacia un delito. Por lo cual, lo que excede a otra cosa se articula a abuso, delito o crimen.

El origen etimológico de la palabra exceso se remonta a la palabra griega *Hybris*, que puede traducirse como desmesura.

En la antigua Grecia aludía a un desprecio temerario hacia el espacio personal ajeno, unido a la falta de control sobre los propios impulsos, siendo un sentimiento violento inspirado por las pasiones exageradas, consideradas enfermedades por su carácter irracional y desequilibrado, y más concretamente por *Atè* (hija de Zeus, diosa maligna que personificaba la pérdida de la razón y la confusión del alma, la ofuscación y la pasión ciega).

La locura en relación con lo normal y lo patológico designaba el exceso como un determinado comportamiento que rechaza o se desvía de las normas sociales; desviación que en latín significaba desviado del surco recto. En este sentido, la adolescencia se definirá como desviación de la norma; y ser joven, en este contexto, significa cuestionar la norma, contradecir la ley.

Por tanto, no se espera del adolescente la prudencia, la virtud del pensamiento, la *frónesis* como la habilidad para pensar cómo y por qué debemos actuar para cambiar las cosas; comprender la diferencia entre el bien y el mal. La palabra *phronesis* viene de *phroneo*, que significa “comprender”.

Esto quiere decir que, dentro de los tiempos lógicos, la adolescencia cortocircuita en general el tiempo de comprender y conecta el instante de ver con el momento de

1 Rodolfo Valentini, *etimologías*, Buenos Aires, 2008.

concluir, lo cual es la estructura del pasaje al acto. Por ello, se verifica la proclividad de los adolescentes hacia el acting out y al pasaje al acto.

Llama la atención que Emil Kraepelin en 1887 invente la categoría de hebefrenia, por Hebe, que era la diosa griega de la juventud, símbolo de la gracia juvenil. Por lo que la hebefrenia presentaba, entre otros síntomas, el debilitamiento de la voluntad y falta de desarrollo personal.

Entonces la locura como pérdida de la razón producida por la exaltación o exageración en las pasiones, o la locura como enfermedad, definirán a la adolescencia como un estado de locura, en una perspectiva médica y filosófica.

La lectura de la Historia de los jóvenes de Levy, G. & Schmitt, J-C., revela que el término adolescencia en diversos momentos históricos ha sido utilizado por distintas disciplinas, en intentos por diferenciarse de la infancia y la juventud. Pero aún hoy no hay consenso en esa definición, sino más bien diversidad.

J.-A. Miller² dice que la adolescencia es una construcción sobre la que no hay acuerdo en una definición, sino que hay múltiples, según el punto de vista de la disciplina que la trate.

Pero esa misma historia demuestra que ha habido una tendencia al exceso en las prácticas sociales de los jóvenes, con consecuencias distintas para la sociedad, la familia y la cultura.

Desde la antigüedad hasta la modernidad, un rasgo que parece ser propio de esta edad, que aunque tiene distintas presentaciones, es posible rastrear las formas como cada sociedad interpreta e intenta controlar el exceso que supone a los individuos que han superado la edad de la infancia y avanzan hacia la asunción de la adultez, observable en las prácticas sociales que generan violencia, conductas agresivas y violación de las normas sociales.

Por ello, desde la antigüedad se ha buscado, por diversos medios, regular el exceso de los jóvenes. El exceso o la desmesura, Hybris, al que podían conducirse los jóvenes, se regulaba con la Paideia, la educación y con un singular vínculo entre maestro y alumno, que pasaba por una erótica entre el erastés y el erómenos, y que se dirigía a

2 Jacques-Alain Miller, En direction de l'adolescence, Intervention de clôture à la 3e Journée de l'Institut de l'Enfant (Université Jacques Lacan). 2015. Fotocopia.

darle un marco a los excesos juveniles. Esa relación, al ser legitimada, no solo tenía una función de socialización de los jóvenes, sino una forma de aprendizaje de las virtudes éticas y ciudadanas. Relación que estaba enmarcada en un rito colectivo que tenía sus propias reglas y compromisos y que pueden hacerse equivalentes a las del matrimonio pero con finalidades diferentes.

La desmesura era regulada para aprovecharla dándole una finalidad social y política. Para los jóvenes romanos el aprendizaje era militar. El ejército era gobernado por férreas reglas que oponían la disciplina a la ferocidad (coraje, arrogancia y ferocidad), a la valentía incontrolada y al coraje temerario de los jóvenes; atributos que eran considerados como elementos peligrosos o de insubordinación. Las reglas con las que gobernaba el ejército constituían un código de honor que obligaba a la devoción al progenitor y a la patria, la sociedad se fundaba en el poder total e ilimitado del padre sobre los hijos o del gobernante sobre los subordinados. Lo que se escapa al control, se pone al servicio de la guerra y el exceso toma valores positivos en la valentía, el coraje y la disciplina, llevados hasta un límite trazado por la muerte, la obediencia o el honor del vencedor.

En la edad media de los jóvenes de los que se habla, son los paladines, bachelier o aspirantes a caballeros. En el siglo XII los caballeros eran hombres combatientes al servicio de tal o cual señor o soberano.

En la segunda mitad del siglo XII corresponden a una categoría social y quizás más específicamente, al grupo profesional y étnico que se oponía a los clérigos y a los campesinos. En dicho siglo, el caballero se define como una categoría de hombres con quienes se permitía que tuvieran trato las damas y damiselas y a quienes se podía amar. En los textos antiguos un caballero es ante todo un buen guerrero.

La literatura de la caballería era la estética que exaltaba a una casta de jóvenes nobles guerreros, cuya “alegría destructora y mortífera” era un rasgo inherente a estos, una característica que los distinguía de los combatientes de más edad o de quienes gobernaban. Esa fiesta de violencia era aceptada, los cantares de gesta la envuelven en una estética del color y la luz: el esplendor bermejo de la sangre sobre la hierba verde, y del llamear de las espadas del sol.

Pero conforme avanza la medievalidad lo que era valor se convirtió en defecto, pecado y locura. El desenfreno de los jóvenes, el excesivo apetito de todos los placeres

y la agresividad en la guerra se transformaron en violencias intolerables, por lo que se precisaba de otras formas de control que sustituyeran las que perdían vigencia con la mutación de las órdenes de caballeros al servicio de los señores feudales y de su dama. A finales del Medievo, la imagen de los jóvenes estaba vinculada a comportamientos reprobables y condenables socialmente, que evidenciaban el derrumbamiento del sistema de valores de las órdenes de caballería.

Para combatir la amenaza contra el orden, que los jóvenes representaban por sus apetitos en apariencia irreprimibles y ante su vitalidad sin metas, los gobernantes y los dispositivos legislativos y judiciales aplicaron la exclusión y la represión social, con el fin de reconciliar a los jóvenes con la autoridad y reintegrarlos a la comunidad, con la esperanza de que dejaran de comportarse de tal forma.

En este momento histórico lo que da especificidad a la juventud, más que lo biológico o socioeconómico, la edad o la naturaleza del grupo, son unos criterios morales. En consecuencia, los textos acerca de la juventud son tratados morales para la instrucción de los padres de familia y reglas de comportamiento para los jóvenes, bajo la premisa de que los jóvenes o adolescentes aprenden a regular los placeres que conciernen al cuerpo y a los sentidos, a usar la razón, a obedecer la ley y a acatar las normas sociales, en aras de la supervivencia de la comunidad.

La juventud era el tiempo de los apetitos y de sus excesos; a la debilidad del cuerpo y de los primeros aprendizajes, le seguía la fragilidad y debilidad del alma y de la razón, por eso las autoridades civiles y religiosas procuraban normas y valores que moderaran la desmesura de los jóvenes para disciplinarlos e integrarlos a la sociedad.

Domeñar las pulsiones desatadas en esta edad era una de las funciones de la sociedad, cuando estas resultaban peligrosas para la ciudad, no solo a través de los preceptos morales, sino también de actividades lúdicas, carnavales y festividades que pudieran constituirse en ritos colectivos que apaciguaran los turbulentos espíritus juveniles, a la vez que podían hacer una supervisión pública de las acciones de los jóvenes, que de otro modo se llevarían a cabo con mayor desenfreno y con hechos violentos.

Los archivos judiciales muestran como los jóvenes cometían acciones delictivas, mediante las cuales se cohesionaban como pandillas juveniles y se daban cuenta de su capacidad social fundada esencialmente en criterios de virilidad. Los jóvenes comparecían por casos de vandalismo, juegos de burlas y humillaciones, violencia social

y sexual, desórdenes y alborotos en el espacio público; hechos que se daban especialmente en la noche y que se constituyeron en una característica de la vida urbana del siglo XV. En este contexto, las mujeres aparecen personificando la causa de un apetito sexual inmoderado o como víctimas de violación sexual.

Así se configuró una imagen negra y peligrosa de los jóvenes, que los artistas representan situando a los jóvenes en sus representaciones pictóricas al margen de la escena, lo cual fue relacionado con lo que la sociedad le reprochaba a la juventud: turbulencia, ruido, lujo, exceso en el vestir, falta de respeto e inmoralidad. Ante estos desórdenes la comunidad respondió con la represión que consistía básicamente en la presencia policial que intensificaba su vigilancia en la ciudad y en la aplicación de condenas de manera más estricta.

En 1762 Jean Jacques Rousseau, en su libro *El Emilio*, utilizó por primera vez el término adolescencia para referirse a un período específico de la existencia humana. Rousseau concebía la adolescencia como un segundo nacimiento: “aquí nace de verdad el hombre a la vida y ya nada humano está fuera de él” (Libro IV:1).

Un segundo nacimiento que conlleva mutaciones, cambios físicos y emocionales que se le imponen al adolescente y que este vivirá como transgresión o arrobamiento. Los cambios que atañen al cuerpo, son descritos por Rousseau para señalar que el hombre

no está hecho para quedarse siempre en la infancia. Sale de ella en el tiempo prescrito por la naturaleza, y este momento de crisis, aunque sea corto, tiene grandes influencias [...] esta tempestuosa revolución es anunciada por el murmullo de las nacientes pasiones [...] una mutación en el humor, frecuentes enfados, una continua agitación de espíritu, hacen casi indisciplinable al niño. Sordo a la voz que oía con docilidad, es el león con calentura; desconoce al que le guía y ya no quiere ser gobernado [...] su fisonomía se desenvuelve y se imprime en ella su sello característico; el vello escaso y suave que crece bajo sus mejillas toma consistencia, su voz cambia o mejor es otra; no es niño ni hombre [...] sus ojos que son los órganos del alma y que hasta ahora nada nos decían, toman su expresión y su lengua, los anima un ardor naciente [...] empieza a saber lo que siente, y está inquieto sin motivos para estarlo [...] si se convierte en furia su arrebato, si de un instante a otro se enternece y se irrita, si llora sin causa [...] si se estremece cuando la mano de una mujer toca la suya, si se turba ante ella y se intimida... (Libro IV:1).

Para Rousseau la adolescencia es un “ardor”, un espíritu vivificante que se produce en su juvenil corazón “un calor que brilla en sus miradas, que siente en su discurso y manifiesta en sus acciones” (páginas?). Asimismo, hace referencia a un saber sobre un padecimiento, que también se reconoce en el semejante, del cual se tiene consciencia aproximadamente a los dieciséis años.

La adolescencia podría ser entonces lo que acontece al espíritu después de la infancia y antes de la adultez, mientras que la pubertad es lo que le acontece al cuerpo.

Para Rousseau se trataba de cultivar el espíritu humano, todo su método pedagógico estaba fundamentado en contener y regular las pasiones y fomentar las virtudes. No obstante, reconocía que, a pesar de que las pasiones podían representar un peligro para el adolescente en formación, aun así, vivifican el espíritu, a través de la imaginación y el protagonismo de los sentidos; esto puede situarse en distintas partes del texto donde hace referencia a los cambios de contenido de la voz y la mirada.

El primer arquetipo (Tal vez se comprenda más con esta palabra/Talvez seja mais compreensível com essa palavra) del adolescente moderno es el Sigfrido de Wagner, en la Alemania de 1872. La música de Sigfrido expresa por primera vez la mezcla de pureza temporal, fuerza física, temeridad y alegría de vivir; cualidades que harán del adolescente el héroe del siglo XX.

Hacia 1900, la juventud, que en esta época se confunde con la adolescencia, se convertirá en tema literario y de estudio de moralistas y políticos, detentando valores nuevos que vivificarán la estancada sociedad.

La adolescencia como objeto científico

En la modernidad surgieron teorías acerca de la adolescencia que no cobran real importancia hasta el siglo XX, cuando la sociedad urbana e industrial hizo innecesaria la mano de obra infantil y juvenil, y aparece la concepción del adolescente como un individuo cuya formación era adquirida en la familia y en la escuela, mediante la cual se esperaba el control pulsional.

Así, en 1904, en Estados Unidos, Stanley Hall, aquel que invitó a Freud a hacer las conferencias en la Universidad de Yale, expone su teoría biogenética de la ado-

lescencia, en su libro: *Adolescence* (¿año?). Fue pionero en la utilización de métodos científicos para el estudio de la adolescencia, es considerado el padre de la psicología sobre la adolescencia. Hall describió la adolescencia como un período característico de “tormenta e ímpetu” (Muss, 1966:25) términos que toma de la literatura germana, que corresponde al período que incluye, entre otras, las obras de Schiller y las primeras de Goethe. Este movimiento literario estaba lleno de idealismos, reacciones contra lo viejo, expresión de sentimientos, pasiones y sufrimientos personales. Hall encontraba una analogía entre los objetivos de este grupo de jóvenes escritores del romanticismo alemán de fines del siglo XVIII y principios del XIX con las características de la adolescencia.

Su teoría evolutiva de recapitulación consideraba la adolescencia como un proceso filogenético, es decir, el desarrollo de cada individuo pasa por los momentos y evoluciones de la humanidad a través de la historia. En términos de la recapitulación, la adolescencia corresponde a una época en que la especie humana se hallaba en una etapa de turbulencia y transición.

Además, Hall consideraba esos impulsos antitéticos de entusiasmo y melancolía como determinantes del concepto de *Strum und drang* (tormenta e ímpetu) característicos del período adolescente. Con ese movimiento constante entre estos dos extremos – entusiasmo y melancolía. Hall nombra el exceso propio de la adolescencia, que considera similar a los períodos atravesados por la humanidad desde la época antigua a la modernidad, con lo cual anuda lo particular a lo universal.

Por su parte, Jacques-Alain Miller resume los aportes del psicoanálisis sobre la adolescencia³, esencialmente en tres perspectivas: la salida de la infancia, la diferencia de los sexos y la inmisión del adulto en el niño.

En efecto, Sigmund Freud (1905) la define como el túnel que se orada simultáneamente desde la infancia y desde la adultez, para encontrarse en este momento de la vida, que él prefiere llamar pubertad en metamorfosis. En ese período se abandona generalmente la sexualidad autoerótica, porque se abre la posibilidad de ir más allá del Edipo a relacionarse con el cuerpo de un otro. Esa salida del Edipo explica el desasi-

3 Jacques-Alain Miller, En direction de l'adolescence, *Intervention de clôture à la 3e Journée de l'Institut de l'Enfant (Université Jacques Lacan)*. Transcription et édition : Marie Brémond, Hervé Damase, Pascale Fari, Ève Miller-Rose et Daniel Roy. 2015. *Fotocopia*.

miento de la autoridad paterna y la búsqueda de los objetos del deseo por fuera de los límites endogámicos de la familia.

Aparece entonces el interés por la diferencia sexual con el correlativo abandono de las teorías sexuales infantiles, esto significa que es un momento de elección de una posición sexuada, independientemente de la anatomía, sea del lado de los seres que se ubican en posición masculina o en posición femenina frente al falo, según Lacan⁴ lo elucida en sus fórmulas de la sexuación. Freud caracteriza este momento por un despertar de un empuje pulsional considerable. Esa es la condición en su economía psíquica que explica su plus, su exceso, su tendencia a desbordarse. Lacan dirá un goce, es decir, una mezcla entre libido y pulsión que empuja más allá del principio del placer.

Ahora bien, en su texto *Sobre la psicología del colegial* (1914:250) Freud resalta la importancia en la adolescencia de este como momento de desasimiento de la autoridad paterna, de la cual deriva todo lo “promisorio, pero también todo lo chocante de las nuevas generaciones”. Las generaciones antiguas señalan el exceso en las últimas señalando sus excesos.

En *Contribuciones para un debate sobre el suicidio* (1912:58) dice que se trata de una edad en la cual, por las condiciones de su desarrollo, los adolescentes “se ven precisados a aflojar sus lazos con la casa paterna y la familia (...) y despertar interés por la vida de afuera del mundo”. Hay entonces un viraje desde el Edipo como constelación que orientaba, pero que dejaba al sujeto en un mundo cerrado, hacia el mundo social, los grupos de pares, amigos, enemigos, amores, desamores, y allí los adultos siguen siendo, como subrogados paternos, los representantes de su prisión infantil.

Ahora bien, no hay goce sin el cuerpo, por lo que el adolescente, sufre en el cuerpo ese exceso libidinal, lo que lo lleva en ocasiones al acto transgresor como forma de tratamiento de dicho exceso, que le proporciona un más de satisfacción que lo coloca por fuera del sentido social o de la ley. Freud llama ese incremento una segunda oleada pulsional.

Mientras el sujeto permanezca en posición adolescente, es decir, en el exceso, se mantiene en la minoría de edad, salir de allí, es una forma de intromisión del adulto, en el sentido de un acto de nominación que inaugure para el sujeto una forma de regular el goce.

4 Lacan, J. (1972-1973), *El Seminario de Jacques Lacan. Libro XX: Aún*, 1972-1973, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1981.

El lenguaje; afecta la pulsión, no obstante, la exigencia de satisfacción de esta última no reconoce ninguna barrera, de tal manera que siempre se satisface, ya sea en la conservación de la vida o en su aniquilamiento. Aquí el término satisfacción es decisivo, por cuanto es el destino de la acción humana y está dada en términos cuantitativos; donde lo cuantitativo alude a la cantidad de energía sexual disponible para la actividad pulsional o las acciones específicas implicadas en la búsqueda de la satisfacción.

En la adolescencia, con el incremento de la actividad pulsional, se produce un excedente libidinal, al que Lacan⁵ llamó plus de goce.

Del concepto de pulsión Lacan elabora el de goce, con lo cual puede decirse que singulariza la manera en que cada sujeto vive la pulsión y accede a un plus de goce.

Por su parte, Miller (2002:26) propone que la vida es la condición del goce, y que solo hay goce a condición de que la vida se presente bajo la forma del cuerpo viviente, que distingue del cuerpo simbolizado, o del de la imagen; sino del cuerpo afectado por el goce; “el goce como un afecto del cuerpo; “un goce condicionado por la vida bajo la forma del cuerpo”. Miller añade a la condición necesaria, pero no suficiente de un cuerpo para el goce, la del significante separado de su función semántica. Esto lo afirma basado en la fórmula de Lacan que propone que el significante también es causa de goce.

En el exceso, entonces, convergen cuerpo, significante y goce. El cuerpo como un escenario real del acto; el significante determinante de la acción que, mediante la repetición, intenta la satisfacción siempre en falta, y el goce como exceso libidinal que conduce a un acto transgresor.

Darle una significación al goce, permite la configuración de un objeto que cause un deseo; asunto que define la adolescencia y la distinguen de la infancia y la adultez. Pero no todo el goce es posible circunscribirlo bajo la égida del significante; hay un excedente que se escapa al significante, un plus que hace imposible el encuentro con el otro, en tanto no produce una articulación significativa.

En la adolescencia, el exceso libidinal pone una barrera al anudamiento entre sentido y goce que se espera se dé en este lapso, con la posibilidad de gozar del cuerpo del otro, de la relación sexual. Pero dada la fuga de sentido derivada de la inexistencia de

5 Lacan, J. (1968-1969), *El Seminario de Jacques Lacan. Libro XVI: De Otro al otro*, 1968-1969, Editorial Paidós, Buenos Aires, 2008.

un saber con respecto al goce de cada sexo, en el acto transgresor se revela por primera vez para el sujeto un cuerpo que goza sin el sujeto – en el exceso, este desaparece de la escena y, sin el otro, aunque padece su exceso. En otras palabras, en el encuentro de los sexos, cada uno goza sin el otro.

Pero el empuje al goce está enmarcado en nuestra época, por el desfallecimiento de Otro que regula, y más bien, tomado por un discurso capitalista, que bajo el imperativo del consumo a cualquier costo, autoriza al goce sin límite. Muchos adolescentes, para obedecer a ese imperativo, no dudan en delinquir, bajo la forma del robo, el microtráfico o el asesinato. Esto ha llevado a los legisladores de nuestros días a crear leyes en las que se ha establecido el término menor o minoría de edad para cobijarlos, pero depende de la sociedad determinar el fin de esa edad a los 18 años, 16 o 14, cuando se trata de la imputabilidad de los delitos. Porque es un hecho que sus excesos los lleva a delinquir.

Para Freud, el impasse que se produce en la adolescencia corresponde al carácter prematuro de la pubertad con respecto al lenguaje (representación, simbolización, comprensión). Con Lacan no se trata del desfase entre pubertad y lenguaje, sino de un vacío de significación que cada sujeto suplirá con un sentido que no alcanzará el término esperado: la madurez sexual, el hallazgo de objeto; por lo que cada cual ha de encontrar una respuesta singular, que, de no lograrse, mantendrá al sujeto en el exceso. Por tanto, dicho exceso se constituye en la respuesta al exceso que presenta el despertar de la sexualidad. Este exceso indica la ausencia de respuesta a la pregunta por la posición sexual que cada uno ha de asumir, y por lo que corresponde hacer ante el empuje a la satisfacción de la pulsión.

De acuerdo con el comentario de Lacan a una pieza de teatro⁶, el exceso sería una salida fallida del adolescente ante la imposibilidad de anudar sentido y goce. Y es precisamente este anudamiento el que permite el pasaje de la adolescencia a la vida adulta. Pero si “nadie sale bien librado”, es porque no todo el goce puede significarse, algo se escapa como lo evidencia la precipitación del sujeto en el exceso.

Hoy en día, el exceso adquiere denominaciones nuevas como cinismo y estrago. Y la pasión presenta dos vertientes: una, que articulada a un deseo sirve de límite al

6 Lacan, J.: (1974) “El despertar de la primavera” en *Intervenciones y textos 2*, Buenos Aires, Manantial, 2007.

exceso, y donde el exceso aparece ante la ausencia de pasión; y otra, que mantiene su connotación como exacerbación de los afectos. También aparece en estos casos el exceso, no solo como la precipitación del sujeto para obtener un poco más de satisfacción, sino que también aparece en su forma contraria a la exaltación, excitación o movimiento: como aburrimiento, indiferencia, depresión; en las cuales, puede decirse, lo que prevalece es el exceso del Otro que coloca al sujeto en una posición de desecho o como objeto de goce del Otro.

Desde Freud (1905) una de las tareas fundamentales a realizar en la pubertad es el hallazgo de objeto, pues bien, en estos casos en la búsqueda del objeto de amor o sexual, se halla el objeto de goce, con el cual se establece una relación de continuidad, sin ninguna mediación; por lo cual el sujeto se mantiene en la dimensión del exceso.

Entonces, ¿cuál es la relación adolescencia/exceso?

Puede afirmarse que las acciones humanas son proclives al exceso y que su regulación ha sido una función permanente de las sociedades mediante normas y leyes, preceptos morales, instituciones educativas, la política, el matrimonio y la familia. En estos, la violencia, la transgresión de las leyes civiles y la locura son algunas de las expresiones de la falta de control de la sociedad y del individuo sobre sus acciones.

Además, lo que muestra la clínica con adolescentes, desde Freud hasta hoy, es que el exceso se constituye en una cualidad de la adolescencia que puede llegar a definirla, en tanto es la respuesta del sujeto ante un vacío de significación con respecto a la experiencia sexual que irrumpe de manera imprevista. Lo que la pubertad propicia es el reconocimiento por parte del sujeto adolescente de su propio goce. Un modo de satisfacción que posiblemente ya había observado en los otros, pero que solo hasta ahora reconoce posible para sí. También es lo que el sujeto interpone para defenderse de ser objeto de goce para el otro. El exceso siempre es una respuesta que lleva al sujeto a un acto, ya sea como emergencia del inconsciente, como formación sintomática, o porque implique el movimiento y la acción.

Entonces, su especificidad está en tanto es un momento en el que convergen la biología, la metamorfosis de la pubertad, el cuerpo, y el goce; acontecimientos que exigen al sujeto responder, aunque no sepa de qué se trata. Una cuestión preliminar a una invención, que precisamente va a sostenerse en ese exceso libidinal desprendido del despertar sexual. En este orden de ideas, el ingreso en la adolescencia es traumático,

vía el lenguaje; y su salida va a depender de la invención de un significante; mientras el sujeto no logre dicha invención se mantendrá en el exceso. Una invención distinta puesto que el síntoma o la respuesta excesiva ya es una invención del sujeto.

Si se define la adolescencia como el síntoma de la pubertad, es decir, como la respuesta sintomática a la pregunta por el propio sexo, el exceso es la característica de esta respuesta. El exceso también es un intento de solución ante el impase de la adolescencia; está en el ingreso a la adolescencia como entrada en la escena y es también una salida de la escena.

La adolescencia frente al derecho

En la primera clase del Seminario Aún, Lacan dice: “el Derecho habla ... del goce”⁷. Es decir que aquello que inventaron los hombres para regular su propia constitución pulsional fue el Derecho, la justicia, la ley. Mientras que el goce, en tanto real, es aquello que se impone bajo la forma de la violencia, más allá de la agresividad constitutiva del yo, y eso produce una ruptura del lazo social.

Ahora bien, “La Ley que constituye el Derecho... está ubicada en el lugar dominante en el Discurso del Amo”⁸. Es el SI, que comanda ese discurso, que no podemos olvidar que es el discurso del inconsciente., pero eso hace que se resguarde en el lugar de la verdad al sujeto dividido (\$), y eso no es sin resto (a), es decir sin que el exceso sea lo que resulta como producto de esa regulación. Objeto que en ese lugar condensa el goce y que, en cambio, si se colocara en el lugar de dominio como en el discurso del analista (ver si esta modificación está correcta / ver se está correta essa modificacão), que es el reverso del discurso del amo, podría al contrario ser la causa del deseo.

Lacan, entonces, tiene sus reservas respecto a la capacidad del derecho de distribuir el goce, respecto a la aspiración de la justicia de lograr una distribución del goce para todos, lo que deriva en un “tengo derecho al goce”, un derecho que no es deber, ya

7 Lacan, J. (1972-1973), *El Seminario de Jacques Lacan. Libro XX: Aún*, 1972-1973, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1981.

8 Lacan, J. (1969-1970), *El Seminario de Jacques Lacan. Libro XVII: El reverso del psicoanálisis*, 1969-1970, Editorial Paidós, Buenos Aires, 1992.

que nadie obliga a nadie a gozar, pero que como está permitido se vuelve obligatorio, debido al mandato del superyó. Sabemos las aporías del sentimiento inconsciente de culpa, que “no nos es dado otro goce que el de nuestro cuerpo”. Tener el goce de un cuerpo es demolerlo. Los enunciados sobre el derecho tienen una resonancia sadiana.

Dice Lacan que lo que se busca en el testimonio jurídico es con qué poder juzgar lo tocante a su goce. La meta es que el goce se confiese. Y, precisamente, porque puede ser inconfesable. Lacan. “se instaure alrededor de este goce que es nuestro único bien, esa maya protectora de una ley dicha universal que se llama los derechos humanos”⁹. “verdad – real”.

1950 introducción de las funciones del psicoanálisis en la criminología¹⁰.

El sujeto del derecho como sujeto de la ciencia en función de su pretensión de universalidad. Todos iguales.

“ciencia forcluye el sujeto – su singularidad – pero el Derecho pretende restaurar algo en ese para todos”.

El ser hablante, en tanto este supone un cuerpo que se satisface de un modo singular, que es lo que hace incomparable a un individuo con otro, y lo hace insustituible.

La concepción del sujeto en psicoanálisis es la de la responsabilidad.

JAM, “salud mental y orden público” Uno por uno, Nffi 36. Revista del Campo Freudiano ed. Latinoamericana, julio-septiembre, 1993., El sujeto se introduce a partir del Derecho, en tanto el sujeto de pleno derecho es el que decide sobre sí, vale decir, el que responde por su modo de gozar, por su modo de vida, el responsable. Lacan, en su conferencia, homologaba la responsabilidad con el castigo, al afirmar que “la responsabilidad, es decir, el castigo, es una característica esencial de la idea del hombre que prevalece en una sociedad dada”¹¹.

Para el psicoanálisis “Por fuera del veredicto, es necesario distinguir los motivos

9 Lacan, J. (1966), El Seminario de Jacques Lacan. Libro 14: La lógica del fantasma. Psikolibro. En: <http://www.bibliopsi.org/docs/lacan/17%20Seminario%2014.pdf>

10 Lacan, J. (1950). Introducción teórica a las funciones del psicoanálisis en criminología. Em Lacan, J. (2009). Escritos 1. México: Siglo XXI.

11 Lacan, J. (1950). Introducción teórica a las funciones del psicoanálisis en criminología. Em Lacan, J. (2009). Escritos 1. México: Siglo XXI.

por los que alguien comete un crimen o un delito de la relación que establece el sujeto con el acto que cometió, y cuáles son las repercusiones subjetivas y legales de su acto” (Tendlarz, p. 26).

Freud, 1915 “Los que delinquen por sentimiento de culpabilidad”, plantea casos en los que “el acto delictivo o criminal es el efecto de una conciencia de culpabilidad que lo precede. La culpa que emerge por causa de los deseos edípicos, hacen de todo neurótico un criminal. La necesidad de castigo se vuelve el móvil que conduce al acto delictivo o criminal. De esta manera, Freud invierte la relación: no se es culpable después de haber cometido el acto sino que la culpa inconsciente es previa y empuja hacia ello” (Tendlarz, 2014, P. 26).

“Freud señala la siguiente paradoja: cuanto más renuncia el sujeto a lo pulsional a fin de responder a los mandatos del superyó y hacerse amar por él como espera ser amado por el padre, más aumenta la severidad del superyó”. (Tendlarz, 2014, 26-27).

Goce satisfacción y pulsión de muerte. La gla del superyó, goza. Todavía un poquito más.

“La paradoja del superyó obedece al hecho de que el sujeto necesita una ley para constituirse pero que la falla de esa ley pacificadora lo obliga a sustituirla por la ley feroz del superyó” Wechsler, p. 40.

Bibliografía

ARIÉS, P. (1987) El niño y la vida familiar en el antiguo régimen. Madrid: Alfaguara, Taurus ediciones.

FREUD, S. (1905). Las metamorfosis de la pubertad. Tres ensayos de teoría sexual. En S. Freud, Obras completas (J. Etcheverry, Trad., Vol.VII, págs. 189-202). Buenos Aires: Amorrortu.

FREUD (1912) Contribuciones para un debate sobre el suicidio (1912). En S. Freud, Obras completas (J. Etcheverry, Trad., Vol.VII, págs. 189-202). Buenos Aires: Amorrortu.

FREUD (1914) Sobre la psicología del colegial. En S. Freud, Obras completas (J. Etcheverry, Trad., Vol.VII, págs. 189-202). Buenos Aires: Amorrortu.

LEVY, G. & Schmitt, J-C. (1996). Historia de los jóvenes, Tomos I y II. De la antigüedad a la edad moderna. España: Santillana, S.A. Taurus.

MILLER, Jaques A. Biología Lacaniana y acontecimientos del cuerpo. Colección Diva, 1^{ra} Edición, Bs.As., 2002.

MUSS, Rolf. (1966). Teorías de la adolescencia. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1969.

NAJLES Ana Ruth, “Del derecho al goce al deber de gozar”, en: Teoría y testimonios, volumen 2, De la segregación. Intervenciones psicoanalíticas y legales con jóvenes marginados, Buenos Aires, Grama, 2014.

ROUSSEAU, J.J. (1762). Emilio, o De la educación: Libros III y IV.

TENDLARZ, Silvia Elena, “La delincuencia juvenil desde la perspectiva psicoanalítica”, en: Teoría y testimonios, volumen 2, De la segregación. Intervenciones psicoanalíticas y legales con jóvenes marginados, Buenos Aires, Grama, 2014.

VALENTINI Rodolfo, etimologías, Buenos Aires, 2008.

WECHSLER, Elina, “Crimen y castigo. Violencia y ley”, en: Teoría y testimonios, volumen 2, De la segregación. Intervenciones psicoanalíticas y legales con jóvenes marginados, Buenos Aires, Grama, 2014.





DESIGNING AMBIENTES PARA A VIDA

TIM INGOLD*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41651>

* Emeritus Professor at the Department of Anthropology in the University of Aberdeen

I

A ideia de design¹ traz o sentido de moldar o futuro do mundo em que vivemos. No entanto, de muitas maneiras isso parece um esforço sem esperança, baseado no fracasso de nossos predecessores. Caso eles tivessem êxito em moldar um futuro para nós, não teríamos mais nada a fazer senão nos alinhar com os seus imperativos. Da mesma forma, se conseguíssemos moldar o futuro de nossos sucessores, eles se tornariam meros usuários, confinados à implementação de designs feitos para eles. Os designs, ao que parece, *devem* falhar, se a cada geração se oferece a oportunidade de olhar para um futuro que pode chamar de seu. De fato, a própria história do design poderia ser entendida como o registro cumulativo de tentativas humanas combinadas de pôr um fim a ele: uma série interminável de respostas definitivas, nenhuma das quais, em retrospecto, acaba sendo final. Ou, para adaptar uma máxima do escritor Stewart Brand: todos os designs são previsões; todas as previsões estão erradas.

Isso não soa como uma fórmula para uma vida sustentável. A sustentabilidade não tem a ver com projeções e objetivos, nem com a conquista de um estado estacionário. É sobre manter a vida continuando. No entanto, o design parece empenhado em interrompê-la ao especificar momentos de conclusão quando as formas das coisas se alinham com o que foi inicialmente planejado para elas. “Forma é o fim, morte”, insistia o artista Paul Klee em seus cadernos, “dar forma é movimento, ação. Dar forma é vida”. Ao estabelecer fins para as coisas, nós, como Klee sugere, não as matamos? Se o design traz previsibilidade e alienação a um processo de vida que é aberto e imprevisível, então não é o design a própria antítese da vida? Como, seguindo o exemplo de Klee, poderíamos mudar no design a ênfase na forma para o dar-forma? Como, em outras palavras, podemos conceber o design como um aspecto de um processo da vida cuja característica primária não é o fato de ele estar se dirigindo a um objetivo determinado, mas sim que ele *continua*?

1 NT: No texto original temos dois termos – *design e project* – que têm sido ambos traduzidos como projetar. No entanto, o autor faz distinção entre esses termos, inclusive neste texto, especialmente quando se refere a *designing environments* e *projected environments*. Para manter essa distinção, quando se tratar de substantivos, manteremos o termo design que é usual em português, assim como designer; e, na falta de uma forma verbal adequada, replicaremos do inglês em itálico as formas verbais *design/designing*.

Nesta palestra eu clamo por tal repensar. Quero argumentar que o design, longe de ser uma reserva exclusiva de uma classe de especialistas profissionais encarregados da produção de futuros para o resto de nós consumir, é um aspecto de tudo o que fazemos, desde que nossas ações sejam guiadas por esperanças, sonhos e promessas. Isto é, em vez de estabelecer os parâmetros para o nosso habitar da terra, o design é parte e parcela do próprio processo de habitar. E é, da mesma forma, sobre a criação contínua dos tipos de ambientes nos quais habitar pode ocorrer. É isso que quero dizer com *designing* ambientes para a vida. Meu objetivo, então, é criar uma espécie de manifesto para esse design. Para começar, no entanto, é necessário esclarecer uma certa confusão a respeito do que entendemos por “ambiente”, e é para isso que eu me volto em primeiro lugar.

II

Vivemos em uma época — ou os cientistas, formuladores de políticas e estadistas gostam de nos dizer — em que o ambiente está ameaçado de uma maneira que nunca esteve antes. Mudanças no clima, amplamente induzidas por atividades humanas, podem tornar grandes áreas da terra inabitáveis. Não pretendo negar a ameaça, ou subestimar sua escala. No entanto, quero questionar se o chamado “ambiente” dos discursos científicos e políticos é algo em que os seres humanos ou quaisquer outras criaturas *alguma vez* habitaram. Pois o que esses discursos nos apresentam não é o mundo que conhecemos a partir da nossa experiência cotidiana. Literalmente, é claro, um ambiente é *tudo ao redor* da pessoa ou organismo no ambiente no qual está. É o mundo fenomenal que percebemos com nossos sentidos, incluindo a terra sob nossos pés, o céu arqueando acima das nossas cabeças, o ar que respiramos, para não mencionar a profusão da vegetação, alimentada pela luz do sol, e todos os animais que dependem dela, completamente absorvidos em suas próprias vidas como nós somos nas nossas.

Eu gostaria de levá-los ao ar livre, para lembrá-los disso, já que aqui — dentro deste auditório — isso parece ser algo que só podemos imaginar. Isso é, além disso, uma imaginação tão frágil que é prontamente esmagada pela alta potência do impacto das tecnologias de projeção de dados que são planejadas para nos vender coisas, em vez de aumentar nossa consciência ou nossos poderes de observação. O que essas

tecnologias estão nos dizendo, em salas de conferência como esta localizadas ao redor de todo o mundo — mobiliadas exatamente com o mesmo equipamento, com persianas desenhadas para apagar a luz e preenchidas por especialistas internacionais que viajam pelo globo — é que o ambiente não é de todo como acabei de descrevê-lo, ou como poderíamos encontrar se fôssemos dar um passeio ao ar livre. Em vez disso, é um mundo cuja realidade é dada de forma bastante independente de nossa experiência dele, e que só podemos conhecer através da compilação de conjuntos de dados extraídos de observações e medições desvinculadas, e retransmitidas de volta na forma de mapas, gráficos e imagens. Ele é apreendido como o globo com sua atmosfera em vez de um múltiplo de terra e céu, como um catálogo da biodiversidade em vez das formas de vida entrelaçadas de animais e plantas, tão suscetíveis às mudanças climáticas e não às vicissitudes do tempo.

Para a maioria das pessoas, o ambiente da vida cotidiana é entendido no primeiro sentido. É o que tendemos a chamar o *mundo ao nosso redor*, se estendendo de onde estamos até o horizonte, com a terra abaixo e o céu acima. No entanto, é o segundo que predomina nos discursos de tecnociência e formulação de políticas. Nessa última perspectiva, a relação entre as pessoas e o mundo parece estar virada do avesso. Quando cientistas e formuladores de políticas falam do ambiente global, eles têm em mente um mundo de que nós mesmos estamos cercados. Expelidos para a superfície externa, nos tornamos exo-habitantes e não habitantes. Em um mundo concebido como um globo, como o filósofo Martin Heidegger apontou, não há lugar para nós, seres humanos. A terra oferece habitação; o globo não. Embora possamos aceitar alguma responsabilidade pelo ambiente global, não é algo a que acreditamos que possamos pertencer. Como, então, podemos responder aos prognósticos da ciência? Como podemos agir para proteger o futuro de um mundo globalizado que, em nossa experiência, já foi tirado de nós?

Não pretendo sugerir que devemos fechar os olhos às mudanças, amplamente induzidas pela atividade humana, que ameaçam a continuidade da vida em muitas regiões do planeta. Mas acredito que a maneira apropriada de lidar com essa ameaça, e assegurar a continuidade de um mundo adequado para ambos seres humanos e não humanos viverem, é fechar a lacuna que existe atualmente entre o ambiente *experenciado* de nossas vidas cotidianas — isto é, o mundo a nossa volta — e o “ambiente”

projetado do discurso da ciência e da política. Atualmente, me parece, a lacuna está se tornando cada vez maior. E para a disciplina da antropologia, apanhada entre esses entendimentos contrários e comprometida em mediar entre eles, isso coloca um desafio agudo.

Para começar a fechar a lacuna, o primeiro passo é trazê-la à tona e reconhecer a sua existência. E o segundo é reconhecer que o ambiente da experiência vivida é tão real, se não mais, do que o descrito pela ciência, e que a sabedoria, a sensibilidade e o julgamento dos habitantes oferecem uma base igualmente válida para assegurar a continuidade da vida como os modelos, previsões e cenários dos cientistas. Longe de abandonar a ciência, contudo, ou opor o conhecimento dos habitantes ao conhecimento científico, nós precisamos encontrar maneiras de encontrar maneiras pelas quais eles possam trabalhar juntos. Isso clama por uma reavaliação da experiência ambiental e intervenções criativas de praticantes leigos e por um reconhecimento de que a ciência e a tecnologia, também, são fundamentadas em práticas de habitação.

III

Atualmente, com raras exceções, isso não está acontecendo. As razões para o fracasso não são filosóficas; elas são políticas. Elas residem no esmagadoramente superior poder do estado neoliberal e da indústria corporativa de alistar a ciência institucionalizada na busca de seus interesses globais — interesses que, na linguagem das grandes corporações, na maioria das vezes, passam sob a rubrica de “desenvolvimento sustentável”. O cálculo da sustentabilidade é aquele que trata extensões inteiras da superfície da terra e os recursos que elas abrigam como reservas permanentes para o benefício contínuo de uma humanidade distribuída globalmente, como se alguém pudesse administrar um fundo fiduciário para as gerações futuras. Seria proteger a terra da mesma maneira que a empresa protege seus lucros: não se trata de cuidados pessoais, baseados na familiaridade e na experiência, mas na contabilidade e na administração racional, de equilibrar o recrutamento e a perda de fontes renováveis assim como se poderia equilibrar receitas e despesas monetárias. Em suma, a sustentabilidade é presumida a partir de uma perspectiva de exo-habitação.

Em geral, a gestão da sustentabilidade tornou mais difícil – em lugar de menos difícil para a grande maioria das pessoas no planeta que não tem acesso nem ao poder corporativo nem à riqueza que o acompanha – habitar a terra. Suas terras, ou seus direitos de as usar, em muitos casos foram restringidos ou confiscados; eles foram despojados da responsabilidade de cuidar do seu ambiente e do poder de o exercer; e seu conhecimento foi reduzido a evidência, respondendo a sistemas de governança e regulação não criados por eles mesmos, mas impostos de cima por interesses mais poderosos. Portanto, o conhecimento científico e o conhecimento habitante ocupam dois polos em uma hierarquia de poder, com a ciência no topo e os habitantes embaixo. Eles são como os dois bulbos de uma ampulheta, onde o fluxo é unilateralmente de “cima para baixo” em vez de “baixo para cima”.

Não estou sugerindo que devemos inverter a ampulheta. Hoje, mais do que nunca, nossas ações no mundo precisam ser informadas por uma ciência do ambiente. Mas nós precisamos colocar a ampulheta de lado: dar peso igual ao conhecimento e à sabedoria de cientistas e de habitantes. Pois os cientistas também são habitantes. Seus estudos não são apenas *sobre* o ambiente, mas são realizados *em* um ambiente. Toda ciência depende da observação, e a observação depende da mesma sensibilidade e julgamento em relação ao mundo que nos rodeia que é chave para as práticas dos habitantes, sejam eles cientistas, agricultores, silvicultores, pescadores, caçadores ou qualquer outra pessoa cujos meios de subsistência estejam inextricavelmente ligados às terras e oceanos da nossa única terra.

Esse enraizamento da investigação científica em nossa habitação da terra, sua confusão e incoerência gerais, é algo a ser comemorado, não suprimido. Precisamos virar a relação entre pessoas e ambiente, de dentro para fora, de volta para de fora para dentro. Somente fazendo isso, fundando uma ciência do ambiente sobre uma base ontológica que nos permita *estar* no mundo que nós procuramos conhecer e entender, em vez de nos expulsar dele, o conhecimento científico e a sabedoria dos habitantes podem se encontrar em um projeto em comum de *design* ambientes para a vida.

IV

Antes de sugerir como isso pode ser feito, preciso dizer algumas palavras sobre o significado da vida em si. Pois meu argumento é que a mesma lógica que lançou os hu-

manos do *lado de fora* de um globo colocou a vida no *interior* das criaturas que povoam sua superfície. Ela passou a ser identificada com um fundamento interior instalado, desde o momento da concepção, no coração de todo organismo, de onde orchestra o crescimento e o desenvolvimento desse organismo em um ambiente. A essência da vida, em suma, deveria ser encontrada nos genes. E de acordo com o que muitos estudantes são informados ser a “primeira lei da biologia”, todo ser vivo é o produto de uma interação entre genes e ambiente — isto é, entre um conjunto recebido de especificações interiores e as condições exteriores da existência.

Em uma passagem célebre de *A Origem das Espécies*, Charles Darwin se imaginou observando “as plantas e arbustos que revestem uma margem emaranhada”. É uma imagem atraente. Na margem emaranhada, as linhas de crescimento emanadas de múltiplas fontes se tornam completamente entrelaçadas umas às outras, assim como as trepadeiras e rasteiras de um denso trecho de floresta tropical, ou os sistemas de raízes emaranhadas que você corta com sua pá toda vez que cava seu jardim. Não foi, porém, nessas ligações — nesses entrelaçados de trajetórias de crescimento — que Darwin buscou a unidade da vida. Foi, antes, no princípio da ancestralidade comum. Desde Darwin, a principal concepção científica da unidade da vida é genealógica. É dito que compartilhamos nosso mundo com outras criaturas porque — ou na medida em que — nós estamos relacionados a elas ao longo de linhas de descendência de supostos ancestrais comuns.

Quando a primatologista Jane Goodall celebrenemente apertou a mão do chimpanzé David Graybeard, a imprensa popular anunciou como “o aperto de mão que se estendeu por cinco milhões de anos”. Eu me pergunto quantos milhões de anos você estende, de maneira bastante comum, toda vez que você acaricia seu gato! A resposta, é claro, é irrelevante. O grau de parentesco, ou conexão genética, não tem absolutamente nenhuma influência sobre nossos emaranhados materiais com companheiros habitantes do mundo vivido, sejam humanos ou não humanos. Por outro lado, esses emaranhados não têm importância para um cálculo de parentesco com base na conexão genética. Assim, uma compreensão da unidade da vida em termos de parentesco genealógico é comprada a custo de desconectar todo organismo singular da matriz relacional em que ele vive e cresce. Nessa compreensão, a vida se apresenta à nossa consciência não como o entrelaçamento da margem emaranhada, mas como um

imenso esquema de classificação — hoje conhecido como “biodiversidade” — no qual todo indivíduo é designado a um táxon específico (espécie, gênero) com base em atributos virtuais que se considera possuir em virtude da transmissão genética, antes e independentemente de sua vida no mundo.

Se a unidade da vida pode ser compreendida em termos genealógicos apenas tratando-se todos os seres vivos como um objeto virtual, abstraídos do mundo no qual habitam, então como o pensamento moderno compreende a unidade do mundo? Eu já sugeri a resposta. Para a vida extirpada do mundo, o mundo se apresenta não como um terreno de habitação, mas como uma superfície a ser ocupada. Nós devemos essa concepção a Immanuel Kant. “O mundo”, escreveu Kant, “é o substrato e o palco no qual o jogo das nossas habilidades acontece”. Considerando que, em um gráfico de descendência filogenética, os seres vivos estão dispostos no eixo do tempo, na superfície do mundo eles estão dispostos nas coordenadas do espaço, o primeiro nos dando a oposição entre o particular e o geral, o segundo, a oposição entre o local e o global.

Crucialmente, Kant supôs que enquanto a mente identifica todos os objetos possíveis, encaixando-os dentro dos compartimentos de uma classificação abrangente, ela identifica todos os locais possíveis encaixando-os no que ele chamou de “um conceito alargado de toda a superfície da terra” que assume que essa superfície seja *esférica* na forma. Ao mesmo tempo contínua e finita em extensão, a topologia esférica da superfície da Terra então passa a representar a ideia fundamental, na qual diz-se que a mente traz à experiência, da unidade do mundo natural. É por isso que, ainda hoje, os diagramas filogenéticos em forma de árvore da taxonomia biológica coexistem facilmente com imagens do mundo como um globo sólido cercado pelo espaço. Em suma, o modo de apreensão que revelaria a totalidade dos seres vivos como um catálogo de biodiversidade também é aquele que revela o mundo como um globo no arco de abrangência de uma humanidade universal. A árvore e o globo são imagens complementares: cada uma pressupõe a outra. Juntos, globo e árvore compõem os dois grandes domínios da natureza — o inorgânico e o orgânico — sobre os quais se diz que a humanidade adicionou a camada superorgânica da *sociedade*.

V

Ao escrever sobre o conceito de sociedade, o antropólogo Eric Wolf nos lembra que ele está longe de ser um mero rótulo sob o qual podemos subsumir certos agrupamentos objetivos, de seres humanos ou criaturas de outras espécies, cujos membros são aderidos por compartilhar algum vínculo comum. Afirmações sobre a existência da sociedade e a maneira de sua constituição, Wolf insiste, não são simples declarações de fato, do jeito que as coisas são. São antes *alegações*, “levadas adiante e colocadas em ação para construir um estado de coisas que anteriormente não existia”. Ao longo dos últimos séculos da história europeia e americana, alegações inúmeras e muitas vezes conflitantes foram apresentadas em nome da sociedade, cada uma delas motivada por uma visão de futuro equilíbrio que finalmente balancearia as necessidades e desejos dos indivíduos humanos com as suas condições de mútua coexistência.

O desfecho dinâmico da coerciva colocação dessas alegações em prática, alternadamente assassina e monumental, é o mundo confuso em que agora vivemos. É um mundo em que — sobretudo em uma cidade moderna — estruturas que datam de períodos diferentes e movidas por finalidades diferentes disputam espaço enquanto os habitantes escolhem o melhor caminho possível entre eles, transformando cada fechamento em uma abertura para a continuação de suas próprias histórias de vida. É claro que, enquanto as pessoas continuam na companhia de outras pessoas, a vida social continua. Mas nem sempre aconteceu sob a rubrica de sociedade. O que talvez seja mais distintivo na vida conduzida sob essa rubrica é a experiência de ter que tecer o caminho através de uma mistura de estruturas construídas por outros para você viver, de acordo com designs que respondem não ao seu contexto e circunstâncias particulares, mas a alguma concepção generalizada das necessidades pan-humanas. Pois, como diz Wolf, o conceito de sociedade — seja onde e quando ele foi solto no mundo (e isso sempre foi em momentos e lugares específicos) — tem sido agressivo em sua alegação de universalidade, para todos os tempos e em todos os lugares.

Minha razão para introduzir essas reflexões sobre “sociedade” vem do fato que muito do que se aplica a esse conceito também se aplica ao conceito de natureza. De fato, os dois conceitos compartilham uma história comum na qual eles têm sido fre-

quentemente pareados, seja como análogos ou como opostos. Não mais do que o conceito de sociedade, “natureza” significa a bruta facticidade do mundo, ou do que existe objetivamente “lá fora” independentemente dos esforços e aspirações daqueles que recorrem ao termo. Afirmações sobre a existência e constituição da natureza, como da sociedade, são alegações, e a busca agressiva dessas alegações por agentes com poder coercitivo suficiente para impor sua visão pode afetar muito as circunstâncias nas quais as pessoas têm que levar suas vidas. Essas alegações têm sido muitas e variadas, desde a invocação original de bens comuns não cultivados como *terra nullius*, que abriu a porta para a expropriação colonial das terras dos povos indígenas, até ao apelo contemporâneo da restauração ecológica que veria a paisagem reverter para alguma imagem do que existia antes que os humanos entrassem em cena.

Se existe uma diferença entre alegações levadas adiante em nome da natureza e aquelas em nome da sociedade, é que as primeiras são mais retrospectivas do que prospectivas, mais preocupadas em estabelecer um ponto de origem universal para a humanidade do que um destino final. Na realidade, é claro, assim como as pessoas sempre levaram suas vidas nos campos de seus emaranhados com os outros, também sempre habitaram um ambiente que inclui vários constituintes não humanos e humanos. A vida social sempre fez parte integrante da vida ecológica, se é que as duas podem ser sensivelmente distinguidas. É uma peculiaridade da vida vivida sob a rubrica da sociedade, no entanto, que as relações com os não humanos sejam interpretadas como estando no “lado oposto”, em um mundo de potencialidades primordiais, em vez de finalidades instituídas.

Não é somente, então, que os habitantes da sociedade precisam encontrar seu caminho através do labirinto de conclusões que várias épocas ofereceram à história; eles também precisam reunir as muitas apresentações alternativas da origem que podem ser vislumbradas do outro lado, cada uma com o nome de natureza e cada uma reivindicando uma atemporalidade e universalidade específicas para sua idade e local. Tudo isso mostra que o conceito de natureza, como o de sociedade, é inerente e intensamente político. Invariavelmente, está ligado a uma política da alegação e contra-alegação cujo resultado depende do equilíbrio de poder predominante. No entanto, mesmo quando configurada pelas instituições da sociedade, a vida dos seres humanos não é levada a cabo em um mundo próprio, além dos limites de outro mundo da natureza em que as

vidas de todos os não humanos estão contidas. Ao contrário, todas as criaturas, humanas e não humanas, são companheiras de viagem no mundo em que vivem, e através de suas atividades criam continuamente as condições para a existência uma da outra.

Pode ser verdade que, em todo o mundo, os seres humanos tenham influenciado decisivamente as condições sob as quais outras criaturas vivem suas vidas. Mas um ambiente é sempre um trabalho em andamento e, entre seus produtores, devem ser incluídos todos os agentes que contribuam de uma maneira ou de outra para sua formação: certamente os seres humanos, mas também animais de praticamente qualquer outro tipo, assim como plantas e fungos, vento e chuva, geleiras, rios e oceano. É claro que suas contribuições relativas variam muito, tanto geograficamente quanto ao longo do tempo. Meu argumento, no entanto, é que um ambiente que foi moldado de forma proeminente pela atividade humana — um jardim, digamos, um terreno ou casa residencial — não é, por esse motivo, mais “artificial”, nem mais “construção” do que um ambiente que não mostra sinais de presença humana. Apenas os principais produtores são diferentes em cada caso.

VI

Tampouco, como o processo de produção não começou com a chegada dos seres humanos e, na verdade, não tem um ponto de origem discernível, um ambiente em nada é menos “natural” que outro. A vida social humana não é, portanto, recortada em um plano separado, acima e para além daquele da natureza, mas é parte integrante de um processo que está acontecendo em todo o mundo orgânico, composto pela interação de diversos seres humanos e não humanos em seu entrelaçamento mútuo. Mas se os seres podem promover o desenvolvimento um do outro, eles também podem agir para bloqueá-lo, removendo ou subvertendo as condições de crescimento. A história traz dor e sofrimento, além de crescimento e prosperidade. Tampouco é o monopólio de humanos ou não humanos. O fato de os humanos infligirem dor e sofrimento regularmente a outros humanos, sem mencionar os não humanos, é óbvio demais. Mas vale lembrar que grande parte da angústia de não humanos é atribuível a outros não humanos, e que os humanos podem sofrer nas mãos (ou dentes ou garras) de não humanos também. Talvez a imposição seja menos deliberada, mas não é menos real em suas consequências.

Como, então, podemos repensar o ambiente de maneira a dar prioridade à *habitação*, de maneira a permitir que seres humanos e outras criaturas *existam*? Poderíamos começar repensando o próprio organismo. Vamos aceitar uma dica do povo Batek, caçadores e coletores da floresta tropical da Malásia. Os Batek, de acordo com seu etnógrafo, Tuck-Po Lye, dizem que as plantas andam, assim como as pessoas. Isso nos parece estranho, mas apenas porque temos uma compreensão diferente do movimento. Aceitamos que os animais se movam, mas as plantas certamente ficam paradas, enraizadas na terra. Para os Batek, no entanto, é precisamente nas raízes que se encontra o movimento da planta. Esse movimento não é, como podemos pensar, o deslocamento de um objeto já concluído de um local para outro, como eu poderia mover uma peça de xadrez pelo tabuleiro. É antes um brotar ao longo de uma linha de crescimento. Quando as raízes crescem, suas extremidades emanam adiante, deixando um rastro para trás. O mesmo acontece, no entendimento dos Batek, quando as pessoas caminham juntas. O vento também deixa uma trilha enquanto sopra, e o sol faz o seu caminho através do céu. Tudo segue seu caminho particular.

Talvez, então, devêssemos descrever o organismo não como um objeto limitado e autônomo, mas como uma linha — ou melhor, um conjunto inteiro de linhas — que transbordam continuamente quaisquer limites que possamos traçar em torno dela. Mesmo Darwin, mergulhado nas tradições e preconceitos do pensamento ocidental, não estava tão longe da visão dos Batek em sua observação, à qual eu já me referi, da margem emaranhada. Mas em um emaranhado de sistemas radiculares, como o que costuma ser exposto ao longo de uma curva de um rio onde a corrente afunda a margem arborizada de um lado, como podemos traçar uma linha em torno de qualquer árvore para separá-la de seu ambiente? De fato, o ambiente pode ser melhor entendido como uma zona de emaranhamento. Dentro do emaranhado de trilhas ou fibras entrelaçadas, continuamente se espalhando por aqui e se desenrolando ali, os organismos crescem ou “emanam adiante” ao longo das linhas de seus relacionamentos.

Em um artigo publicado em 1976, o grande geógrafo sueco Torsten Hägerstrand imaginou todos os constituintes do ambiente — incluindo “seres humanos, plantas, animais e coisas de uma só vez” — como tendo uma trajetória contínua ou linha de devir. À medida que avançam no tempo e se encontram, as trajetórias de diversos constituintes são agrupadas. “Vistas de dentro”, escreve Hägerstrand — ou, como diríamos,

da perspectiva dos habitantes — “poder-se-ia pensar nas extremidades das trajetórias como, por vezes, sendo empurradas por forças atrás e dos lados, e, por vezes, tendo olhos olhando ao redor e braços estendendo-se, a cada momento perguntando ‘o que devo fazer a seguir?’” Essas trajetórias, continua ele, são os fios da “grande tapeçaria da Natureza que a história está tecendo”. Na mesma linha, Theodosius Dobzhansky, um dos arquitetos da chamada nova síntese da biologia evolutiva do século XX, gostava de descrever a vida como um processo de “tatear”. Literalmente “permear tudo, de modo a tentar tudo, e tentar tudo de modo a encontrar tudo”, a vida não estará confinada dentro de formas limitadas, mas sim costura o seu caminho pelo mundo ao longo da miríade de linhas de suas relações, sondando cada rachadura ou fenda que possa potencialmente permitir crescimento e movimento. Nada, ao que parece, escapa de seus tentáculos.

No entanto, a história humana — e acima de tudo a história do mundo ocidental — está repleta de tentativas coercitivas de suprimir os meandros indisciplinados de habitantes, humanos e não humanos, cobrindo a tapeçaria que tecem com uma infraestrutura de superfícies duras e impermeáveis. Estradas projetadas agora cruzam as terras dos Batek, esmagando seus rastros de vida em nome da silvicultura sustentável. Em todo o mundo, governos e corporações fizeram com que as margens emaranhadas de vegetação fossem terraplanadas para liberar espaço para rodovias, pistas de pouso, linhas de transmissão e complexos industriais. Em uma extensão cada vez maior, o mundo à superfície se tornou — como Kant e os teóricos subsequentes da modernidade imaginavam — um substrato sólido para a representação de um drama global. É um mundo que pode ser ocupado, mas não habitado. A vida colonial, encapsulada em veículos móveis como os genes estão nos corpos, rola sobre esse mundo, em vez de atravessá-lo.

O efeito da superfície dura é impor uma separação rígida entre a terra abaixo e o ar acima, uma separação há muito incorporada à própria ciência na separação disciplinar da meteorologia da ecologia terrestre e na distinção global da biosfera da atmosfera. É essa separação, como mostrei, que força os cientistas a procurar dentro do organismo o impulso da vida e a encontrá-lo nos genes, em vez de, digamos, na monótona e conhecida reação da fotossíntese. No entanto, sem fotossíntese, não poderia haver vida na terra. Tampouco poderia haver vida sem os fungos e bactérias que decompõem o

material orgânico para reciclagem como nutrientes para crescimento futuro. Ambas as reações ligam a terra, o ar e a água através de uma zona permeável de interpenetração conhecida como o solo. Onde a interpenetração é bloqueada por superfícies duras, nem a fotossíntese nem a decomposição podem ocorrer. De fato, em um mundo totalmente à superfície, nada poderia crescer.

VII

Pensar no ambiente a partir da perspectiva da habitação, como uma zona de emaranhamento que rompe qualquer fronteira que possamos traçar entre a interioridade do organismo e a exterioridade do mundo, nos dá uma maneira de situar a experiência vivida de nos envolvermos com o ambiente ao nosso redor dentro da dinâmica dos sistemas mais abrangentes dos quais esses compromissos fazem parte. Isso é para começar, pelo menos, no fechamento da lacuna entre o mundo terrestre e o céu da nossa experiência e o ambiente global da tecnociência. É dar o primeiro passo na criação de ambientes para a vida. O segundo passo é reconsiderar o significado do próprio design. O que pode significar *designing* coisas em um mundo que está perpetuamente em construção por meio das atividades de seus habitantes, que são encarregados sobretudo de manter a vida em vez de levar a cabo projetos já especificados a princípio?

A resposta, eu sugiro, é que o design não é tanto sobre *inovação* quanto é sobre *improvisação*. É reconhecer que a criatividade do design não se encontra na novidade de soluções prefiguradas para os problemas ambientais percebidos, mas na capacidade dos habitantes de responder com precisão às circunstâncias de suas vidas em constante mudança. Igualar criatividade e inovação é ler de trás para frente, em termos de resultados, em vez de ler adiante, nos termos dos movimentos que lhes deram origem. Você parte de um resultado na forma de um novo objeto, e o rastreia através de uma sequência de condições antecedentes até uma ideia sem precedentes na mente de um agente. A ideia é então considerada ser o “design” do objeto. Igualar criatividade e improvisação, por contraste, é ler adiante, seguindo os caminhos do mundo à medida que eles se desdobram, em vez de tentar recuperar uma cadeia de conexões de um ponto final a um ponto inicial em uma rota já percorrida. Nesse sentido, criatividade implica crescimento. E crescimento, por sua vez, implica que os materiais de que as coisas são

feitas são moventes e ativos, em vez de compreender um substrato passivo *sobre o qual* dadas formas são impostas.

A improvisação criativa exige flexibilidade e antecipação. É importante enfatizar que a flexibilidade não implica em reversibilidade. Não se pode, em nenhum sistema vivo, voltar e desfazer o que já foi feito. A essência da flexibilidade não reside apenas na capacidade de descobrir o que o mundo está se tornando – do jeito que ele quer seguir –, mas também de dobrá-lo para um propósito em evolução. Não se trata, então, de uma mera questão de seguir com o fluxo, pois também se pode dar direção a ele. *Designing* para a vida significa dar direção ao invés de especificar pontos finais. É a respeito disso que o design envolve previsão.

Há uma distinção crítica a ser feita aqui entre antevisão/antecipação e previsão. Há muito tempo é conceito de planejadores e formuladores de políticas, ou daqueles encarregados de projetos de “desenvolvimento”, supor que imaginar o futuro é prever: ou seja, conjecturar um novo estado de coisas ainda não realizado, e especificar antecipadamente as etapas que precisam ser tomadas para chegar lá. Os governos e outras agências exigem o que chamam de cenários: imagens de como será o mundo, digamos, daqui a vinte, cinquenta ou cem anos. Antever, no entanto, é correr à frente das coisas e puxá-las atrás de você, em vez de projetar por uma extrapolação do presente. Procurar não especular *sobre*, mas ver *dentro* do futuro, é improvisar uma passagem, em vez de inovar com representações do que não tem precedentes. É para dizer como vão as coisas, em um mundo onde tudo não é predeterminado, mas incipiente, para sempre à beira do real. É como abrir caminhos em vez de definir metas. E, criticamente, envolve o exercício da imaginação.

O processo de design pode ser comparado ao ato de desenhar. De fato, em muitas línguas europeias, incluindo francês, italiano e espanhol, a palavra para *design* e desenhar é a mesma². Paul Klee celebrou desenhar como levar uma linha para passear. A linha que sai para passear não representa nem prefigura nada. Ela simplesmente prossegue, traçando um caminho à medida que avança. O célebre arquiteto português Alvaro Siza uma vez comparou o designer a um romancista que, longe de determinar o enredo, descobre que seus personagens estão constantemente escapando dele. E tudo o que ele pode fazer é localizá-los. Como designer, Siza ainda

2 NT: No original: *designing and drawing*.

desenha; no entanto, a linha traçada não conecta pontos predeterminados, mas quebra uma trilha, lançando-se continuamente a partir de sua ponta — precisamente como o geógrafo Hägerstrand imaginou em sua ideia de tatear formas de vida olhando ao redor, estendendo a mão e se perguntando para onde ir a seguir.

Viajando com pouco peso, desembaraçada do peso morto de materiais pesados, a linha do arquiteto ou do designer persegue os fantasmas de uma imaginação fugitiva e puxa as rédeas deles antes que eles possam fugir, colocando-os como indicações no campo da prática que os construtores ou os realizadores podem rastrear por si, em ritmo mais trabalhoso e pesado. O designer, digamos, é um apanhador de sonhos. Se existe uma distinção entre *design* e realizar, não é entre projetos e sua implementação, mas entre a atração de esperanças e sonhos e o arrasto da restrição material. É aqui, onde o alcance da imaginação encontra o atrito dos materiais, ou onde as forças da ambição se chocam contra as arestas duras do mundo em que a vida humana é vivida.

VIII

A diferença entre planos e projetos, por um lado, e esperanças e sonhos, por outro, é que os primeiros antecipam resultados finais, enquanto os segundos não. Os verbos “esperançar” e “sonhar” não são transitivos — como “realizar” ou “construir” — mas intransitivos — como “habitar” e “crescer”. Eles denotam processos que não começam aqui e terminam ali, mas *continuam*. Sugiro que, ao *designing* ambientes para a vida, deveríamos tratar “*design*” também como um verbo intransitivo. É nesse sentido que o *design* é aberto. Deixe-me voltar à argumentação de Klee, com a qual eu comecei, que forma é morte, mas dar forma é vida. Em seu célebre *Creative Credo* de 1920, Klee declarou que “a arte não reproduz o visível, mas torna-o visível”. Com isso, ele quis dizer que ele não procura replicar formas que já estão estabelecidas, seja como imagens na mente ou como objetos no mundo. Em vez disso, procura unir-se a essas mesmas forças que trazem a forma à existência.

Assim, a linha desenhada cresce a partir de um ponto colocado em movimento, como a planta cresce a partir da sua semente. Como desenhar, projetar também é um processo de crescimento. E, como a planta em crescimento, ela se desdobra em condições de vida em constante transformação. Projetar, nesse sentido, não transforma o

mundo. Em vez disso faz parte do mundo se transformando. Esse processo de auto-transformação, no entanto, se desdobra não apenas em um, mas em muitos caminhos. É, em essência, uma conversa. Como a vida, as conversas continuam; elas não têm um ponto inicial ou final específico, ninguém sabe de antemão o que sairá delas, nem sua conduta pode ser ditada por nenhum parceiro. Elas são conquistas verdadeiramente coletivas. Pensemos, então, no processo de *designing* ambientes para a vida como uma conversa, abrangendo não apenas os seres humanos, mas todos os outros componentes do mundo da vida — de animais não humanos de todos os tipos a coisas como árvores, rios, montanhas e a terra. Essa é uma conversa que não é apenas processual e aberta, mas também fundamentalmente democrática.

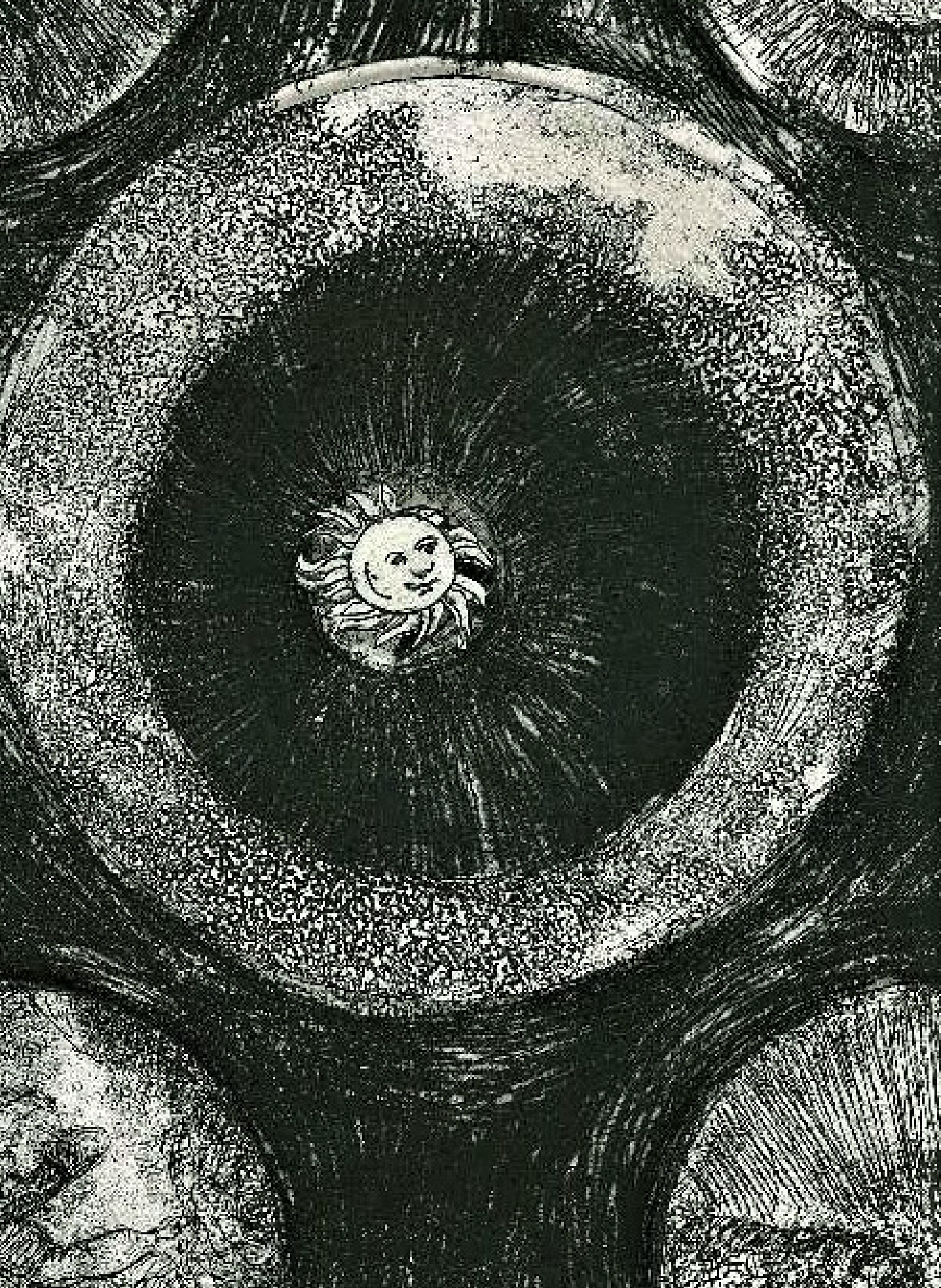
Comecei com a promessa de que eu traria, ao final dessa palestra, um manifesto para o design [*a design manifesto*]. Aqui está, nestas cláusulas:

- Os ambientes são inerentemente variáveis; portanto, o design deve aumentar a flexibilidade dos habitantes para responder a essas variações com antevisão e imaginação.

- O impulso da vida é continuar. O design se desdobra em condições de vida em constante transformação e deve abrir caminhos para a improvisação criativa.

- Há sempre uma tensão entre esperanças e sonhos para o futuro e as restrições materiais do presente; portanto, o design deve convidar pessoas de todos os percursos da vida para participar de uma conversa sobre essa tensão.

Juntas, estas cláusulas compreendem meu manifesto para o design de ambientes para a vida. Recomendo-as a vocês para sua consideração.



O CONCEITO DE ATIVIDADE NO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

YVES SCHWARTZ*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41652>

* Professor Emérito de Filosofia e Ergologia, Aix-Marseille Université, França

As legítimas ambições do IEAT estão claramente expressas nos livros que recentemente editou. Tentaremos resumi-las e trazer nossa contribuição, dando sequência à conferência que tivemos a honra de proferir em 2005.

Ha uma constatação critica nestes livros: o conhecimento acadêmico está fragmentado “em pequenos feudos passionadamente mantidos por ‘especialistas’. Deste fato resulta uma ‘balcanização do conhecimento’ contra a qual quer agir o IEAT (*Themes in transdisciplinarity research*, 2010). Em apoio a esta constatação é mencionada uma antiga metáfora budista que será o nosso fio condutor nesta conferência: “*ha vários oceanos, mas todos eles têm o mesmo sabor-salgado*”.

Essa balcanização do conhecimento parece relacionada à grande cisão advinda no início da modernidade entre Ética e Conhecimento, tese defendida no livro *Conhecimento e Transdisciplinaridade* (2001).

Concordamos com essa tese e nos perguntamos: a procura do ‘mesmo sabor’ que possibilitaria lançar pontes entre as fronteiras desses feudos passionais e alicerçar “uma nova cidadania intelectual” (*A república dos saberes: arte, ciência, universidades e outras fronteiras*, 2008), não suporia fundamentar esse sabor numa disposição própria ao ser humano, disposição que, segundo a nossa ótica, recusa essa cisão entre Ética e Conhecimento?

Julgamos pertinente essa noção de ‘mesmo sabor’. E pensamos que a tentativa de identificar esse ‘sabor comum’ afasta a balcanização dos saberes e possibilita lançar pontes entre as práticas das várias disciplinas científicas.

Mas a demonstração dessas convicções é um verdadeiro desafio. E, por isso, peço a indulgencia de vocês.

Duas teses e uma proposição epistemológica atravessam esse caminho:

A primeira tese: esse ‘sabor comum’ não pode ser comum apenas aos pesquisadores. Será uma característica antropológica, que afeta e une os pesquisadores, não enquanto pesquisadores, mas enquanto seres humanos. Nossa tese é: se não pudermos definir uma comensurabilidade própria a todos os seres humanos, nunca encontraremos uma verdadeira comunidade ligando as categorias de pesquisadores. E nunca poderemos lançar pontes entre eles.

A segunda tese: se existir uma especificidade antropológica, um ‘sabor comum’ que nos liga enquanto seres humanos, a postura dos pesquisadores sobre os seres humanos (ciências humanas e sociais) não pode ser a mesma que a de pesquisadores

que, sendo eles mesmos seres humanos, fazem pesquisas sobre objetos não humanos, objetos que não tem esse sabor (matemática, ciências da natureza).

A questão do ‘sabor comum’ como fato antropológico, se existir, não pode afetar da mesma maneira a ‘usinagem científica’ dos primeiros e dos segundos. A desbalcanização não poderá se manifestar com as mesmas características.

Esta será nossa segunda tese.

E a proposição epistemológica que afeta a prática das ciências humanas será a seguinte: a necessidade de distinguir dois tipos de saberes, ‘saberes epistêmicos’ e ‘saberes-valor’.

Vamos então tentar identificar esse ‘sabor comum’, justificar como ele possibilita a transdisciplinaridade, mas respeitando essa distinção entre as duas áreas de pesquisas.

*

I No entanto, temos que perguntar: podemos encontrar um ‘sabor comum’, específico, próprio à atividade científica, que distinguiria o trabalho dos pesquisadores de outras atividades?

Em um primeiro momento, vamos dizer que sim: o trabalho científico não é atividade política, lúdica ou amorosa. Ela parece obedecer a uma norma geral, que a especifica e a distingue como atividade científica das outras atividades humanas.

Daria essa definição: ela vincula processos de *concatenação* e processos de *validação* de conceitos no seio de um *referencial teórico* bem definido, como na Mecânica Clássica, ou Quântica, a Teoria das Funções, a Biológica Molecular, mas também o Direito Internacional.

— Concatenação: uma rede conceitual, rigorosamente tecida. A atividade científica mobiliza uma rede de conceitos cujos conteúdos se relacionam entre eles sem sobras nem ambiguidades. Na Mecânica de Newton, não podemos definir de maneira separada os conceitos de massa, de força, e de aceleração. A partir das unidades fundamentais podemos definir todos os conceitos da física, enquanto conectados com protocolos de medida.

— Validação: esse conjunto conceitual somente tem valor científico se estiver atrelado aos protocolos de experimentação relativos ao domínio da realidade a ser explorado ou validado.

— Cuidado: essa norma geral vale tanto para as ciências que se propõem a estudar leis da natureza, modelos relativos a objetos não humanos, quanto aqueles objetos de estudo relativos ao domínio do ‘humano’. No primeiro caso, os referenciais são das ciências da natureza, no segundo, das ciências humanas e sociais. O jurista, o sociólogo, o psiquiatra, bem como o físico, tem a ambição de desenvolver uma rede teórica, com as mesmas exigências, de concatenação e validação. Senão, não possuem a legitimidade de falar de sua atividade como científica.

Não obstante, em segundo momento, não estamos satisfeitos ainda: essa definição não é suficiente para ‘desbalcanizar’ e reunir pesquisadores. Esta norma (concatenação-validação) fica puramente formal. Ao invés de ligar entre elas áreas de conhecimento, circunscreve setores separados do saber no interior de referenciais teóricos.

Então, onde identificar esse ‘sabor comum’, próprio ao trabalho científico?

De fato, a partir dessa norma geral, há várias hipóteses levantadas na filosofia, na história das ciências, para o que seria o ‘sabor comum’ *interno* ao agir científico. Mas sempre acabaram por ser refutadas pelos avanços do conhecimento. Por exemplo, a tese platônica de que as verdades científicas nos ocorrem por uma visão, uma reminiscência das ideias eternas. Segundo Platão, é o que poderia explicar porque o jovem escravo do Diálogo *Menon* pode, sem nenhuma educação anterior, aprender a duplicar a superfície de um quadro. O “eu transcendental” de E.Kant legitimaria os postulados da geometria euclidiana e anteciparia os princípios da Mecânica de Newton. As geometrias não euclidianas, bem como a concepção relativista do Tempo, nos conduziram a abandonar esta concepção de estruturas de pensamento universais, enquanto a uma ferramenta comum a toda ‘usinagem’ científica.

Mas a identificação do ‘sabor comum’ fica igualmente aporética quando afirmamos que a postura científica, em geral, busca investigar *objetos*, existentes fora de nós, situados no espaço e tempo. Devemos modificar essa postura para aceitar, por exemplo, a dualidade entre ondas e corpúsculos, a ideia de *probabilidade* da presença de elétrons na tal camada do núcleo atômico (química quântica), ou aceitar partículas não ponderáveis.

Esta postura se agrava quando tratamos assim as ciências humanas: verifiquemos o insucesso (parcial) da Organização Científica do Trabalho (Taylor), que tem como ambição estudar e/ou dirigir a atividade de trabalho como um objeto científico tão circunscrito como um elétron ou um planeta.

Também não é melhor a hipótese, hoje obsoleta, de que existiria um método científico, **ou** método experimental (Claude Bernard). A pluralidade dos métodos ainda fica mais óbvia nas ciências humanas e sociais, cujas investigações sempre devem iniciar justificando seus métodos (assim em sociologia, pesquisas quantitativas, questionários, entrevistas semi diretivas, pesquisa-ação...). Vejam sobre isto a ideia de “estilos científicos” (Granger, Hacking).

Seria o ‘mesmo sabor’ uma postura de objetividade? O pesquisador deve colocar-se ‘entre aspas’, fora da história, em uma postura neutra, lhe permitindo definir suas problemáticas, seus procedimentos? Tanto a história, como a sociologia das ciências (com seus excessos recentes) derrubam essa insustentável ambição. Ninguém pode ficar fora da história, nem mesmo o cientista.

O que nos permite afirmar nossa tese: esse ‘sabor comum’, a ser operante numa cidadania científica não balcanizada, não pode ser integrante apenas da postura científica, ele é uma dimensão antropológica que se manifesta *no agir científico*.

II *Somos seres de atividade*

Essa afirmação antropológica, poderíamos dizer mesmo ontológica-enquanto seres humanos, somos seres de atividade — a apresentamos aqui como uma tese da abordagem ergológica, sempre a ser debatida.

Segundo a nossa definição da atividade, o ‘mesmo sabor’ diz respeito ao fato que qualquer que sejam as circunstâncias, nunca nos submetemos mecanicamente às pressões, positivas ou coercitivas, do meio e de suas normas. Nunca somos coisas. Nunca podemos ser sujeitos estritamente ao que chamamos normas antecedentes (jurídicas, protocolos, regras de vida, prescrições profissionais). Apoiando-nos sobre teses filosóficas sobre a vida e a saúde, e sobre os limites do taylorismo que pensava cientificamente e exaustivamente poder prescrever os gestos do agir no trabalho, digamos que é impossível e invivível para qualquer ser humano, mesmo que seja imperceptível, ser unicamente executante dessas normas antecedentes. Viver sempre será uma tentativa

de propor ao meio suas próprias normas de saúde. De onde podemos afirmar que, frente a essas normas, nunca paramos de renormalizá-las, ou reajustá-las em todos os níveis, do micro ao macro.

Esta perspectiva tem duas consequências:

1- Se sempre renormalizamos – mesmo que seja no minúsculo –, não paramos de ‘fazer história’, quer dizer, de recriar, mais ou menos nossa relação com o meio. Dai, o conteúdo desta renormalização não se pode antecipar completamente (senão, não se faz história). Sempre haverá algo a se aprender dessas reconfigurações realizadas pela atividade humana ao retrabalhar as normas antecedentes de nossos meios de vida e trabalho. Esse retrabalho, resultado do fazer história, sempre será **inédito**, uma matéria a ser descoberta, para aquele entendimento que busca compreendê-lo.

2 - Este retrabalhar as normas, por mais minúsculo que seja, por mais inconsciente que seja, é uma arbitragem, uma escolha. Falamos de *debate de normas*, entre as normas antecedentes e aquelas que nos damos para nosso agir aqui e agora. Por exemplo, para onde dirigimos o nosso olhar quando alguma coisa nos parece anormal no meio de trabalho? Vamos ajudar nosso colega, de que maneira, com quais palavras e que tom? Vamos decidir modificar um protocolo experimental standard para compensar uma inabitual variação das condições ambientais ou técnicas?

Quero dizer, todas as circunstâncias da vida nos obrigam a *preferir* tal ou qual decisão de agir, porque uma decisão nos parece ser mais apropriada, *valer* mais do que outra.

Esta definição ontológica da atividade implica que todo ser humano se enfrenta em todos os momentos de sua vida com um *mundo de valores*. Se essa definição for a base deste ‘sabor comum’, este sabor nos conduz a recusar qualquer descarte da Ética na atividade. Se a ambição e o trabalho do pesquisador for uma atividade humana *como as outras*, então a cisão entre Ética e conhecimento, que teria marcado a nossa modernidade, revela-se por ele impossível.

Eis aqui a nossa primeira tese: não se pode encontrar na comunidade científica o ‘sabor comum’ se antes ele não for identificado no agir humano em geral. O agir científico seria um componente, dentre outros, do agir humano, apenas um componente especificado pela norma geral de concatenação — validação dos conceitos num referencial teórico.

Mas como se distribui a presença desse ‘sabor comum’ na dualidade dos campos de saber, tão diferentes? Como age esse ‘fazer história’ no campo das ciências que tratam de seres (objetos) não humanos — que não ‘renormalizam’ — e no campo das ciências que tentam produzir conhecimentos sobre seres (humanos) que, estes, ‘renormalizam’?

É o que trataremos em nossa segunda tese, em dois tempos.

III Qual ‘sabor comum’ nas ciências dos seres (objetos) que não são humanos?

Esse campo é o campo das “matérias estrangeiras” (G.Canguilhem)¹ *stricto sensu*: a existência, o comportamento, as leis dessas matérias não dependem da atividade humana. Seja o elétron: há uma história *humana* da produção do conceito de elétron, há uma manipulação técnica desse conceito. Mas não há uma história do elétron, na qual o elétron seria o sujeito. Não há uma história dos números imaginários que esses números teriam construído através do tempo. Estes, apenas passam a existir quando alguns matemáticos no século XX ampliaram o conceito de número para além dos números reais. O ‘fazer história’, específico para todo ser humano fica, no campo da matemática, bem como no campo das ciências da natureza, fora do objeto visado e nos remete a esta modalidade da história humana que é o ‘fazer ciência’. Quem ‘faz ciência’, faz história.

Uma vez que, nesse campo da matemática e das ciências da natureza, os objetos são estrangeiros, independentes de nós, o ‘sabor comum’ não pode ficar dentro deles, pois não está no elétron, nos números imaginários. Esses objetos nos ignoram. Quanto mais contaminamos esses objetos com nossos estigmas ou valores pessoais, quanto mais nossos conceitos e nossos dispositivos experimentais estão marcados pelos recursos e limites do momento presente, mais o rigor da norma concatenação-validação se tornará fraca e menos a nossa ambição de universalização, de respeitabilidade será aceite. Nesse campo, há que se respeitar uma norma, uma ascese que chamamos epistêmica, segundo a qual os pesquisadores tratam de se posicionar fora da história.

Mas enquanto seres históricos, nunca conseguiremos produzir qualquer coisa fora da história. Essa ascese, absolutamente necessária no campo do não humano, não obs-

1 G.Canguilhem : Le Normal et el Pathologique, Paris, P.U.F, 1966, p. 7.

tante, será uma tentativa em uma parte, sempre colocada em xeque, pois no campo da matemática e das ciências da natureza, sempre fazemos experiências com conceitos e dispositivos que portam possibilidades e limites, marcados pelo tempo histórico no qual nos inserimos enquanto cientistas.

Aqui temos que arcar com o ‘sabor comum’: enquanto seres de atividade, não podemos viver paralisados, imobilizados pelo presente, assujeitados pelo estado dos constrangimentos e pelos recursos do mundo. Viver em saúde quer dizer tentar alargar as possibilidades de gozo da vida, e isso implica a vontade de saber além dos conhecimentos disponíveis em tal ou qual momento da história. O contrário seria uma fraqueza, uma patologia do espírito. Como seres de atividade, vamos tentar ultrapassar os limites de nosso tempo, satisfazer a nossa paixão de saber, arriscar novas hipóteses com os meios conceituais e técnicos que oferece nossa época.

Sendo assim, o agir científico é uma **atividade, uma aventura**, que, no tempo, ‘faz história’. Uma história cheia de escolhas, escolhas de conceituação, de dispositivos experimentais em nome de convicções teóricas, epistemológicas, filosóficas que a pesquisa deseja validar.

Vejam um velho e simples exemplo. No meio do século XIX, Joule, na Inglaterra, com alguns outros cientistas, quer demonstrar a equivalência entre calor e movimento, com uma hipótese implícita quanto a unidade das forças da natureza. Ele inventa um dispositivo adequado, a queda de pesos (energia potencial) aquecendo a água dentro de um calorímetro. Movido pela mesma intenção (calcular a equivalência), Mayer, na Alemanha, imagina ser possível medir a diferença de calor específica entre os gases com pressão constante ou com volume constante. O avanço físico acumula, portanto, escolhas filosóficas (monismo das forças), preferências conceituais e, protocolos experimentais, com todos os limites da época. Compreendemos que todas essas escolhas estão relacionadas: é todo o conjunto concatenação-validação que leva as marcas — os estigmas — de seu momento histórico, e que, será globalmente validado ou afirmado pela experiência. Ver, por exemplo, os estudos sobre o princípio de Duhem-Quine².

Mas este é apenas um aspecto do agir científico como atividade no sentido ergológico. Não se pode desvincular essas escolhas das condições históricas do trabalho científico: a invenção científica efetua-se num universo cooperativo (equipes de pes-

2 SCHWARTZ, 2000. p.172.

quisa, laboratórios), mas também impiedosamente concorrencial, desde o ponto de vista das carreiras, onde a ciência fica mais ou menos instrumentalizada pelas dimensões econômicas, financeiras, políticas (ver a questão das patentes de invenção, fraude, plágio...). Segundo essa ótica, o agir científico, como todo agir humano, fica face a debates: preferir tal objeto de pesquisa, tal método, tal protocolo significa conduzir a pesquisa de modo não neutro. O que chamamos a ascese epistêmica tenta desenvolver-se de uma maneira muito complicada através do meio histórico que implica em permanência o conjunto de valores de vida. O que chamamos a ascese *ergológica*, pelo *historiador do saber*, ha de perceber as condições históricas, as escolhas complexas de criação das produções científicas.

Ao que me parece, a preocupação do IEAT situa-se aqui. Quando a comunidade científica recusa ou esconde essa ascese ergológica, ou seja, quando os pesquisadores ocultam suas escolhas, preferências, ‘dramas’, a história das escolhas de seus protocolos, a maneira de re-usinar a norma de concatenação-validação, então, fica cada um bloqueado na sua espacialização passional. Assim, desenvolvem-se posturas dogmáticas, que ‘balcanizam’ os campos do conhecimento, porque anulam na comunidade dos pesquisadores, este destino que têm em comum, como seres de atividade, seres de escolhas, seres que buscam no melhor dos casos, graças aos recursos da ciência e técnica disponíveis, propor normas ampliadas de vida e de saúde.

Ao contrário, se essas re-usinagens de conceitos, de protocolos, são repostos em história, por um lado, se liberam da instrumentalização ou apropriação abusivas pelos poderes político-econômicos; assim, trocas, tentativas de reemprego dessas invenções para campos vizinhos de conhecimento são possíveis. Quando o esforço de criação científica fica contemplado como atividade humana cheia de escolhas, como uma espécie de aventura, isso possibilita debates, cooperações intensas e criativas entre os pesquisadores e entre eles e a comunidade social. Como disse o grande filósofo G. Canguilhem, “O ensino favorece o dogmatismo na medida em que é comunicação de resultados e não — fora exceções — reativação das circunstâncias da pesquisa que lhes produziu”.

Que significa o ‘sabor comum’, quando a pesquisa enfrenta-se com ‘objetos humanos’?

Nesse segundo campo, encontramos ‘matérias forasteiras’ ou ‘estrangeiras’ de segundo tipo. Desde que incluem atividade humana, o ‘fazer história’ é interno ao obje-

to. Visto pelo ângulo da atividade do pesquisador, as matérias são estrangeiras porque os debates de normas, que definem toda atividade humana fazem surgir o que é, para eles, inantecipável — o que chamamos as renormalizações, mesmo que sejam minúsculas; inantecipável relativamente ao corpus teórico de cada ciência humana.

Cuidado: nesse segundo tipo, a atividade humana implica em si os dois tipos de matéria estrangeiras, o não humano e o humano. Vivemos num meio técnico e será difícil imaginar qualquer atividade sem objetos técnicos, dispositivos materiais, procedimentos, protocolos, regras lógicas hoje frequentemente numerizadas. Podemos evocar alguns casos limites quando, por exemplo, os enfermeiros psiquiátricos dizem “a minha ferramenta é o meu corpo”, a prostituição como estudou Vanessa Barros enquanto um tipo de trabalho à margem ou o caso de uma tele atendente que podia somente pelas suas modulações da voz singularizar (ou renormalizar) uma interação completamente estereotipada com os usuários (um doutorado dirigido pela Professora Cecília de Souza, na PUC SP). No entanto, nesse caso, a renormalização se faz jogando com essa mediação técnica que é o telefone.

Então, é na relação com esse mundo híbrido de referenciais normativos misturando saberes técnico-científicos e princípios de organização social (as *‘normas antecedentes’*) que é **impossível e invivível** ficar em um estado de pura submissão. De um lado, encontramos normas sociais, mais ou menos formalizadas, que incluem esse universo de **normas antecedentes** — saberes científicos e técnicos, estocados nos textos oficiais ou patrimônios disciplinares; de outro lado, as situações a serem vividas, sempre trazem uma parte de **inédito**, essa dimensão que tem que gerir a atividade humana no presente, atualizando e personalizando essas normas em sua diversidade e heterogeneidade. Assim criam-se matérias estrangeiras de segundo tipo. Estrangeiras porque as renormalizações, pelo pesquisador, sempre vêm mais ou menos inesperadamente. Há mais de trinta anos, no início de nosso ensino universitário com os estudantes e trabalhadores, um deles pronunciou essa frase: “nunca um operário fica frente a sua máquina, dizendo: faça o que me dizem”. Reencontramos aqui essa afirmação que somos seres de atividade e em três decênios pudemos verificar a verdade daquele “nunca”: a realidade oriunda de uma atividade individual e coletiva sempre será diferente das prescrições, regras, protocolos normativos que supõem antecipá-los ou prescrevê-los.

Isso nos conduz para a proposta epistemológica de suma importância: para entendermos as realidades humanas, devemos articular dois tipos de saberes: saberes disciplinares ‘em desaderência’ (*corpus* de hipóteses, resultados anteriores da psicologia, sociologia, ciências da linguagem..., que se construíram como um ‘aumento em generalidade’, a distância das situações reais), e o que chamamos ‘saberes-valores’.

Porque saberes-valores? “Nunca fazer o que me dizem” supõe, para fazer diferentemente, saberes específicos, aderentes na situação aqui e agora e vinculados a um ‘melhor viver’ essa situação. Cada re-normalização agrega saberes em aderência, como: conhecer a fraqueza de um dispositivo técnico em tal situação, os efeitos prováveis da ausência de um colega, a dificuldade de aplicar a regra geral frente a tal usuário do qual você conhece os problemas de vida, a solidariedade e a tentativa de criar sinergias no meio de trabalho e de vida. Estes saberes pouco visíveis ou invisíveis apoiam e cristalizam-se por vontade de melhorar o viver deste momento. Daí o nome de saberes valores. Sendo sempre inesperados, inéditos, esses saberes-valores criam e têm que criar uma situação e desconforto intelectual para os pesquisadores. Desconforto porque os saberes-valores, além de ser inesperados não pertencem a nenhuma disciplina. Mas será este desconforto intelectual que vai possibilitar a cooperação transdisciplinar.

De novo, põe-se aqui nesse segundo campo, uma situação de escolha. Se os pesquisadores denegam os saberes-valores, recusam as matérias estrangeiras de segundo tipo e seu desconforto intelectual, se encerram dentro seus nichos teóricos, esses pequenos feudos passionalmente mantidos, balcanizados.

Se, ao contrário, considerar os saberes-valores, os pesquisadores vão juntos tentar medir o peso relativo de seus conhecimentos, dos determinantes da situação considerada frente a vitalidade renormatizante da humanidade dentro nós. Essa vitalidade, se existir, tem que transparecer na linguagem, na fabricação do vínculo social, no psiquismo. Sem as competências de cada especialista, não se pode avaliar em que grau essa vitalidade escapa aos determinantes de cada disciplina das ciências humanas. Mas essa dimensão de inédito, dessa maneira apontada, revela, tal como indica o conceito de saberes-valores, o desejo de qualidade, de saúde, ou um estado de patologia da vida que escapa a todo referencial teórico que integra uma dimensão ética. A cotejar, a integrar mutualmente esses descartes criativos, os pesquisadores terão a possibilidade de avaliar em que medida a configuração humana a ser estudada é por um lado,

esperada, e em que medida, por outro lado, revela sua singularidade criativa, ou, o que chamamos suas reservas de alternativas a serem debatidas.

Experimentamos há muitos anos este enriquecimento transdisciplinar, devido a esse compartilhar o ‘sabor comum’ quando fomos solicitados a trabalhar sobre a mudança de competências dos operários de um centro ferroviário de triagem de mercadorias, posterior a um avanço da informatização. Vamos deixar este exemplo eventualmente para discussão. Pequeno exemplo, *cujo ensinamento pode ser transposto à toda situação de vida. O ergonomista sabe que as tarefas e funções previstas serão in situ repensadas (compartilhando enquanto especialista do trabalho a nossa primeira tese sobre o impossível e invivível), o que conduz o sociólogo a indagar sobre um funcionamento das equipes não unilateralmente determinadas pelo organograma, o linguista tem que ouvir nas palavras ditas o que é uma espécie de subversão da linguagem, para compreender o inédito dessa cooperação por uma parte inventada, o engenheiro informático tem que perceber como os usos dos microcomputadores são localmente re-apropriados.* Dessa cooperação transdisciplinar emergiram várias visões possíveis deste centro ferroviário. Ao contrário, recusar essa forma de cooperação soldada, firmada por esse ‘sabor comum’ conduz a desumanizar os nossos semelhantes, e enquanto pesquisador, fazer a escolha de diminuir o fazer história próprio a humanidade.

Situa-se exatamente aqui o lugar onde se joga a dimensão política dessas escolhas científicas e epistemológicas, onde se jogam as relações saber-poder. Essa desumanização da ferramenta para um governo autoritário da atividade humana, mormente a atividade industriosa, enquanto despreza as renormatizações criativas, ignora as possíveis reservas de alternativas; e reciprocamente, o funcionamento social na autoridade reforça a postura do saber do *expert* que pretende saber, a partir de seus próprios recursos teóricos o que outros fazem ou desejam fazer. Nestes pontos estamos no centro da preocupação democrática.

IV – Um modo de produção científico comum, respeitoso desse ‘sabor comum’

Esse modo de produção de conhecimentos que liga os pesquisadores em um mesmo vai e vem entre os saberes em des-aderência e saberes-valores, tem operacionalidades concretas, que podem mudar a vida social.

Seja, por exemplo, a medicina, lugar onde G. Canguilhem desenvolveu sua filosofia das “matérias estrangeiras”: qual é a atividade do médico senão confrontar o

patrimônio do saber médico, enriquecido cada dia pela bacteriologia, tecnologia do diagnóstico (e da imagem), a nano medicina...e de outro lado, a postura clínica; postura clínica que coloca o médico frente a um ser de atividade que renormaliza sem parar o conteúdo do que é para ele a saúde, e faz desta atividade uma matéria, em parte, ‘estrangeira para o médico.

Essa mesma confrontação entre saberes em des-aderência, estocados em normas antecedentes e saberes-valores locais, reavaliados pela experiência sempre inédita, a qual vivemos todos os dias, se apresenta como objeto de investigação para os pesquisadores das ciências humanas que compartilham o ‘sabor comum’ e um objetivo desejável pelo governo ‘humano’ do trabalho e da vida social.

Seja o caso da produção industrial, setor particularmente híbrido, porque liga a concepção de instalações pela engenharia científica e técnica e a ‘colocação em obra’ por seres humanos para os quais é impossível e invivível serem apenas executantes das normas dos primeiros. Desse diálogo, necessário mas pouco praticado (devido ao funcionamento na lógica da autoridade), entre categorias diferentes, algumas no polo dos saberes estocados, outras ao polo dos saberes-valores, há aqui em BH uma rica tradição de pesquisa, ligando as intervenções de campo e o teórico.

Evocamos a tese pioneira de Eloisa Santos de 1992, sobre as cooperações informais e trocas de saberes diferentes em duplo sentido entre engenheiros, técnicos, operários em uma fábrica metalúrgica mineira³; a palestra de F. Lima, na Sociedade da Ergonomia de Língua Francesa em 2002, onde distinguia a ‘racionalidade pelos conceitos’, dos conceptores e engenheiros, e a ‘racionalidade pela atividade’ das várias categorias de operadores. Porque, como ele dizia, “é sempre a atividade dos homens que possibilita o funcionamento das máquinas”, a cooperação tão problemática hoje entre as duas racionalidades se impõe sem dúvida como necessária. Enfim, *Conexões de Saberes sobre o Trabalho*, essa experiência tão inovadora, conduzida por Daisy Cunha, professora, como Francisco Lima, na Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, com uma equipe pluridisciplinar trabalhando com profissionais militantes do setor mineiral, ilustra quais sinergias de competências e de compromissos na vida possibilitam a exploração produtiva nesse setor.

3 Como atesta a bela tese defendida por Eloisa Santos à l'Université de Paris VIII en 1991 *Le savoir en travail, l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*.

A ‘racionalidade pelos conceitos’, para retomar as palavras de Francisco Lima, nos remete ao *corpus* das diferentes disciplinas. ‘A racionalidade pela atividade’ nos remete à vitalidade humana que transcende, mas requer como instrumentos estes saberes separados. Essa sinergia transdisciplinar fica possível graças à suposição de que a atividade humana nunca será coisificada, nunca será assujeitada como uma mecânica na qual os outros podem pensar em seu lugar. Convicção de que a humanidade industrial não para de reinventar suas tentativas de viver em saúde seu momento presente. Compartilhando esse respeito da vitalidade criativa em todos os grupos humanos a serem estudados, cada grupo de pesquisador tentara compreender como ela se ‘refrata’ no setor de competências especializadas que é o seu. Não vejo outra maneira de ‘desbalcanizar’ os ‘feudos passionavelmente mantidos’.

Nesta direção, já há muito tempo propomos dispositivos para produzir conhecimentos sobre atividade humana para organizar a dialética entre os dois polos, o da ‘racionalidade pelos conceitos’ e o da ‘racionalidade pela atividade’, entre os saberes acadêmicos escritos, ensinados e os ‘saberes-valores’ pouco visíveis e por enquanto, objetos de aprendizagem pelos primeiros. Chamamos esses dispositivos ‘dispositivos com três polos’, o terceiro polo sendo o compartilhar desse ‘humanismo enigmático’ ou esse ‘sabor comum’ que possibilita a atenção, o respeito de cada polo pelo outro e a extrapolar a todos os aspectos de nossa existência cotidiana, os nossos projetos coletivos de vida.

De fato, como os grandes desafios do presente, como a proteção da vida e do planeta podem evitar organizar o confronto entre os saberes físico-químicos, climáticos, populacionais, e os saberes valores ancorados na experiência cotidiana e matrizes de eficácia? Os valores destes saberes valores se articulam sem descontinuidade com ideais de vida e nenhum saber *expert* pode produzir valores de vida em lugar deles; tem que discutir e esclarecê-los.

A respeito dos problemas do Desenvolvimento, discutimos aqui na UFMG essas grandes questões no evento das Segundas Jornadas “Ergologia, Trabalho e Desenvolvimento”, em 2009, concebidas e organizadas magistralmente pela professora Eliza Echternacht, que também coloca em ação esse ‘sabor comum’. Além das apresentações da gestão cooperativa, tão rica aqui, questões como as seguintes se colocaram: a gestão dos territórios, do uso agrícola da terra, dos períodos de estio, da irrigação, implicam

muitos parceiros diferentes com saberes e valores diferentes. Nesses casos, parece que é preciso fomentar ‘Grupos de Encontro de Desenvolvimento’, onde os saberes dos agrônomos, dos economistas, dos antropólogos, das ONGs, enfrentam-se com os saberes valores das povoações que tentaram, geração após geração, habitar suas terras. Hoje dispomos de numerosos exemplos de organizações conscientes de uma dialética entre conhecimentos exógenos (científicos, inovações técnicas e culturais) e saberes endógenos. A catástrofe de Mariana, poderia ter sido evitada com tais dispositivos? Talvez. Poderemos lutar contra o aquecimento climático sem nos instruir da inventividade cotidiana produzida pela dialética entre as normas antecedentes e o ‘impossível-invivível’ de uma estreita execução dessas normas?

Considerações finais

Lembremos o problema inicial: como ultrapassar a fragmentação, a balcanização da ciência, pelo benefício de uma cooperação fraternal entre pesquisadores ?

A nossa tentativa de responder: o ‘fazer ciência’ faz parte das atividades humanas, mas tem suas normas e objetivos específicos. Visto que a prática rigorosa de suas normas distintas — concatenação, validação - possibilita o fazer científico, mas isola no mesmo tempo campos disciplinares ou sub disciplinares, é enquanto a ciência é atividade humana e não por suas normas distintas, que uma comunidade fraternal de pesquisadores pode promover o espírito transdisciplinar. Então, será a partir dessa atividade humana genérica que podemos cultivar essa comunidade.’

Daqui somos reenviados a esta ‘atividade genérica’, nesse ‘sabor comum’, do qual lembramos as características: todos somos seres de atividade, pesquisadores como todos os protagonistas da vida social. De um lado, enquanto pesquisadores, nos beneficiamos de um prodigioso poder de abstração, de construção de conceitos. Este patrimônio de saber, de normas antecedentes nos ajuda a viver, provavelmente a melhor viver. Mas, por outro lado, como seres de atividade, nunca são determinados os limites para a nossa existência, a nosso desejo de um gozo ampliado de saúde e de vida, cujo saber fica como um instrumento. Esse desejo vital nunca deixa de antecipar e de reconvocar os recursos do saber.

Então, como esse ‘sabor comum’ toma significação no agir científico?

No campo do ‘não humano’ (ciências duras), o agir científico enquanto atividade fica inteiramente no esforço de retrabalhar a norma concatenação — validação para produzir novos saberes, inscrevendo-se nesse desejo de gozo ampliado. Esforço que supõe escolhas, invenções, insucessos, tentativas e desvios. No compartilhar, no colocar em visibilidade essas escolhas e tentativas, pode se gerar uma comunidade fraternal e fecunda: fecunda porque os saberes produzidos, longe de qualquer dogmatismo, se dispõem a questionamentos mútuos.

No campo dos ‘objetos humanos’ (ciências moles) o ‘sabor comum’ se desdobra: será que fazemos a escolha de imputar esse ‘sabor comum’ aos seres que visamos como ‘objetos’ de ciência? Além disso, fazemos a escolha de aceitar que nossas teorias, nossas antecipações conceituais, devem ser cada vez retrabalhadas, porque a criatividade humana é imprescindível, mesmo que as renormalizações não sejam todas admissíveis, aceitáveis?

Em seguida vem o segundo nível das escolhas: como vamos proceder para nos instruir, nós pesquisadores, sobre essas renormalizações, desse ‘fazer história’, dessa ‘racionalidade pela atividade’, desses ‘saberes — valores’ que apagam a cisão entre ética e conhecimento? Animados pelo mesmo objetivo, que de novo proíbe todo dogmatismo ou exclusivismo, os pesquisadores se prestarão ajuda mutua para aprender *in situ* a reavaliar os saberes acadêmicos pelos saberes valores produzidos por seus semelhantes.

Acreditamos que é pela clara aceitação desse ‘sabor comum’ que os pesquisadores se afirmam e se afirmarão como cidadãos da ciência, cidadãos da sua cidade, cidadãos de nosso planeta.

